

# DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO

resistências,  
lutas e  
sujeitos históricos

DO RIO AO MAR É TEMPO DE AVANÇAR!  
10 ANOS DO MAB NO ESPÍRITO SANTO

Organização:

Camila Costa Valadão  
Camila Lopes Taquetti  
Ana Targina R. Ferraz

MARÉ



# **DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO**

**resistências,  
lutas e  
sujeitos históricos**

**Organização**

Camila Costa Valadão  
Camila Lopes Taquetti  
Ana Targina Rodrigues Ferraz

**Produção Editorial**

Gustavo Binda

**Revisão**

Sueli de Freitas

**Projeto Gráfico e Capa**

Lucas Bragança

**Diagramação**

Lucas Bragança  
Ricardo Aiolfi

**Fotos da Capa**

Sérgio Cardoso / ArCo

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

D973 Direitos Humanos no Espírito Santo: resistências, lutas e sujeitos históricos / Camila Valadão, Camila Lopes Taquetti, Ana Targina Rodrigues Ferraz [org.]. – Vitória, ES: Editora Maré, 2026.  
280 p. : il. ; 23 x 16 cm.

ISBN 978-65-80582-37-2

1. Movimentos sociais – Espírito Santo (ES).  
2. Lutas de classe. 3. Direitos humanos. I. Valadão, Camila Costa. II. Taquetti, Camila Lopes. III. Ferraz, Ana Targina Rodrigues. IV. Título.

CDU 323.4(815.2)

Índice para catálogo sistemático:

1. Lutas, movimentos sociais 323.4
2. Espírito Santo (815.2)

Esta publicação possui caráter institucional e educativo, sendo vedada sua comercialização.

*Distribuição gratuita.*

# **DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO**

**resistências,  
lutas e  
sujeitos históricos**

Organização:

**Camila Costa Valadão  
Camila Lopes Taqueti  
Ana Targina R. Ferraz**

 **MARÉ**



# Sumário

- 8      Apresentação
- 12     Prefácio
- 16     Entre violações e resistências: a atuação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo  
*Camila Costa Valadão, Camila Lopes Taquetti e Joyce Mazzoco do Nascimento*
- 44     O Conselho Estadual dos Direitos Humanos: a defesa da dignidade humana em meio à afirmação da democracia participativa no Espírito Santo  
*Bruno Alves de Souza Toledo, Gilmar Ferreira de Oliveira e Galdene Conceição dos Santos*
- 56     Entre fé e direitos humanos: ação pastoral e resistência no Espírito Santo rumo ao novo milênio  
*Pe. Kelder José Brandão Pereira*
- 66     A construção dos direitos humanos no Espírito Santo: entre violações graves e a resistência militante  
*Verônica Cunha Bezerra*
- 78     Desenvolvimento versus direitos humanos e a atuação da FASE no Espírito Santo  
*Clara Junger, Daniela Meirelles, Flávia Bernardes e Marcelo Calazans*

- 94 **Estamos em nosso território: resistimos no direito à existência no Sapê do Norte**  
*Domingos Firminiano dos Santos, Josielson Gomes dos Santos e Olindina Cirilo Nascimento Serafim*
- 108 **Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras: protagonistas nas lutas por reparação e bem viver para emancipação do povo preto**  
Nelma Gomes Monteiro, Patrícia Gomes Rufino Andrade e Joyce Mazzoco do Nascimento
- 122 **O Fórum de Mulheres do Espírito Santo nas lutas feministas capixabas: articulando resistências e diversidades**  
*Ana Clemente Paula, Ana Lucia Rocha da Conceição, Edna Calabrez Martins, Emilly Marques e Gilsa Helena Barcellos*
- 138 **O MAB no Espírito Santo: dez anos de organização e luta de atingidas e atingidos por barragens no estado**  
*Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens do Espírito Santo*
- 148 **Luta por moradia e ocupações: a experiência de parcerias em torno da existência de Vila Esperança**  
*Ione Duarte Pereira, Lara Brum de Calais, Lucas Damm Cuzzuol, Guilherme Corrêa Miranda e Diogo Batista Chagas*
- 158 **Mães Eficientes Somos Nós: uma história de luta pelos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias no Espírito Santo**  
*Célia Barbosa da Silva Pereira e Lucia Mara Martins*
- 170 **A luta antimanicomial no estado do Espírito Santo: na trama do afeto**  
*Fabiola Xavier Leal, Maria das Graças Loureiro, Nicéia Maria Malheiros Castelo Branco*
- 180 **Juventude e violência letal no Espírito Santo: desafios para a efetivação dos direitos humanos**  
*Hingridy Fassarella Caliarì, Robson Malacarne, Aline Passos e Camila Lopes Taquetti*

- 196 O ativismo do Movimento Policiais Antifascismo no Espírito Santo a partir dos princípios da educação popular e da educação em direitos humanos  
*Maria Helena Cota Vasconcelos, Paola Ruzzene e Vinicius Querzone de Oliveira Sousa*
- 208 Sobre caminhos e escutas pela cidade: contribuições às lutas pelo desejo de vida a partir da Ufes  
*Luizane Guedes Mateus, Fábio Santos Bispo e Laís Andrade Vitório*
- 216 A atuação da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo na proteção a direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas  
*Adriana Peres Marques dos Santos, Camila Dória Ferreira, Edmundo Anderi Neto, Renzo Gama Soares e Thairz Rodrigues Onofre*
- 
- 224 Entrevistas
- 226 Memórias, histórias e perspectivas futuras da luta indígena no Espírito Santo: entrevista com lideranças indígenas Tupiniquim e Guarani  
*Camila Lopes Taquetti e Joyce Mazzoco do Nascimento*  
*Entrevistados: Paulo Tupiniquim (Pyatã) e Marcelo Guarani (Wera Djekupe)*
- 244 O movimento LGBTQIAPN+ no Espírito Santo: memórias, lutas e trajetórias de resistência  
*Marcelly Campos*  
*Entrevistados: Alexsandro Rodrigues e Déborah Sabará*
- 264 “Enquanto houver racismo, continuaremos em marcha”: Fejunes e a luta da juventude negra no Espírito Santo  
*Camila Lopes Taquetti e Letícia Rodrigues de Sá*  
*Entrevistados: Emanuella Gonçalo do Nascimento e Filipe Gutemberg Costa Lima*

# **Apresentação**



É com enorme alegria que apresentamos à sociedade capixaba esta obra, que é a materialização de um sonho, cultivado há anos, de registrar a memória da luta por direitos humanos no Espírito Santo a partir das narrativas e trajetórias de movimentos sociais, lideranças, organizações e instituições que foram e seguem sendo fundamentais para a defesa e garantia de direitos.

O momento escolhido para a realização desse sonho não poderia ser outro. À frente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, é imperativa a tarefa de dar voz, visibilidade e força às lutas que pavimentaram os caminhos e construíram as bases para a defesa pulsante da vida e da dignidade humana neste estado. É desse lugar, atravessado por urgências e esperanças e por violações e resistências, que emerge também o desejo de legar esta história, de fixar no presente aquilo que não pode ser esquecido.

Os direitos humanos vinculam-se a muitas dimensões da vida: democracia, participação política, economia, território, habitação, segurança, saúde e cultura, entre outras. Pressupõem, também, um olhar atento e comprometido aos grupos historicamente minorizados, como mulheres, população negra, povos originários e tradicionais, juventudes, infâncias, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e tantos outros sujeitos cujas existências seguem sendo alvo de violações sistemáticas. Enfim, os direitos humanos relacionam-se, em última instância, à garantia de condições para a vida em suas diversas dimensões, e esta coletânea não poderia ser diferente. Congregamos aqui um conjunto de histórias de lutas protagonizadas por sujeitos coletivos neste estado.

A coletânea que ora apresentamos ao público reúne autores de diferentes áreas de atuação e experiências distintas em torno de um tema de grande relevância: os direitos humanos no Espírito Santo. Há, portanto, uma pluralidade, um amplo mosaico de experiências que atualiza a análise da conjuntura estadual, ao mesmo tempo em que aponta trajetórias e sujeitos históricos. São vozes que ecoam a força da organização coletiva e a defesa dos direitos humanos, orientadas por um horizonte que não se resigna, mas que insiste em abrir caminhos para a transformação da realidade.

Não obstante a diferença de seus enfoques, os textos convergem ao evidenciar os direitos humanos como conquistas alcançadas arduamente ao longo da história, resultados de processos que não se caracterizam por uma evolução linear ou isenta de conflitos. Cada avanço conquistado é, simultaneamente, expressão de resistência e demonstração de que esse terreno é permanentemente disputado, sujeito a recuos e retrocessos que exigem vigilância, organização e luta contínua.

Longe de se submeter às formas rígidas dos padrões acadêmicos, esta coletânea elege a memória e a experiência como matéria-prima. Um registro

que busca revelar as feições da luta social e das instituições nesta quadra histórica, marcada por desafios intensos e pela permanente reinvenção das formas de resistência.

São 16 textos e três entrevistas que compõem esta obra. Nos artigos, encontram-se experiências e análises que percorrem a atuação da própria Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, sua construção, seus desafios do passado e do presente na defesa da democracia como fundamental para a firme sustentação de direitos; a ação pastoral e a resistência no campo da fé e sua contribuição para a denúncia das violações e apoio à organização popular para o enfrentamento dos poderes constituídos e seus agentes nos aparatos de Estado; a história das graves violações e da militância capixaba, do sofrimento contínuo de quem arriscou e arrisca a própria vida em busca de justiça; a luta por território no Sapê do Norte, pelo reconhecimento de uma história ancestral e do vínculo dos ex-escravizados com a terra; o protagonismo do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras para o reconhecimento de seus saberes, sua cultura e sua própria existência na luta contra as engrenagens que perpetuam o racismo e a desumanização do povo negro; a trajetória do Fórum de Mulheres do Espírito Santo e sua luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos das mulheres, contra a violência de gênero em um dos estados em que os números de feminicídios crescem; a organização dos atingidos por barragens e a sua trajetória de lutas, conquistas e retrocessos no enfrentamento às empresas responsáveis pelo mais grave crime ambiental cometido no Brasil e aos defensores de seus interesses no Judiciário, no Legislativo e no Executivo em todas as instâncias; a luta por moradia, em um momento no qual esse direito fundamental defronta-se da forma mais crua com a especulação imobiliária e com medidas para que negros e pobres continuem a ser esmagados nas periferias das grandes cidades; os direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias em um contexto de contenção de gastos com as políticas de saúde e educação, inviabilizando o acesso das pessoas com deficiência ao necessário à sua sobrevivência, ao reconhecimento de sua dignidade e da dignidade de cuidadoras e cuidadores; a luta antimanicomial contra o confinamento das pessoas em sofrimento mental e pelo cumprimento dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; a violência letal contra a juventude negra, a denúncia de ações deliberadas do aparato policial e judiciário contra a juventude negra e periférica, esmagando o seu presente e inviabilizando o seu futuro; o ativismo de policiais antifascistas em defesa dos direitos humanos no interior do aparato repressivo do Estado; as contribuições da Universidade às lutas pela vida nas periferias do estado e a atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos e na proteção à vida de adolescentes em medidas socioeducativas. Nas entrevistas,

ganham espaço as memórias e perspectivas das lideranças indígenas Tupiniquim e Guarani, as vozes e trajetórias do movimento LGBTQIAPN+ e a luta da juventude negra capixaba.

Este livro convida leitoras e leitores a reconhecer a potência das lutas sociais no Espírito Santo, não apenas como registro histórico, mas como fonte de inspiração para a continuidade da defesa dos direitos humanos e da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a dignidade de todas as pessoas!

Boa leitura!

*Camila Valadão*

Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos  
da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

# Prefácio



Nós, capixabas, já sofremos e continuamos vivendo diversas situações de violação de direitos humanos. Poderíamos começar lá atrás, falando da dizimação dos povos originários ou da escravidão à qual o povo negro foi submetido, tanto no Espírito Santo como em todo o Brasil. Mas, nos atendo a fatos mais recentes, graves violações de direitos estão nas páginas da nossa história. No período da Ditadura Militar, que acabou há pouco mais de 40 anos, vimos perseguições e tortura, inclusive de mulheres grávidas, no 38º Batalhão do Exército, na Prainha, em Vila Velha.

Da década de 1980 até o início dos anos 2000, a luta contra o crime organizado que dominava o território capixaba revelou casos escabrosos, como a existência da Scuderie Detetive Le Cocq, um grupo criminoso incrustado em várias instituições do Estado, incluindo o Legislativo. Corrupção, assassinatos e ameaças contra defensores de direitos humanos e opositores políticos transformaram o Espírito Santo em uma terra sem lei. A união de diversos movimentos sociais, sindicais e outras forças, por meio do Fórum Reage Espírito Santo, resultou na dissolução da Le Cocq e na prisão do então presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz. Ainda assim, o crime organizado assassinou, em 2003, o juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Até hoje, há informações de que o grupo criminoso continua ativo e operando clandestinamente.

Em 2010, vimos o nome do Espírito Santo ser levado, por movimentos sociais, ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) por conta de violações gravíssimas ocorridas no sistema prisional capixaba, com fotos e vídeos comprovando as atrocidades cometidas contra os presidiários, no caso que ficou conhecido como “as masmorras de Hartung”. Assim, podemos constatar que os direitos existem principalmente por causa dos movimentos sociais, em toda sua imensa diversidade, incluindo as lutas pelos direitos trabalhistas. Sem esses movimentos, as políticas públicas não existiriam e estaríamos na barbárie. E isso desde que o mundo é mundo.

Os direitos são indivisíveis e inalienáveis; ou seja, devem ser respeitados em sua integralidade e não podem ser transferidos. A existência humana, em sua complexidade, faz com que a luta por direitos elementares seja constante. Moradia, saúde, educação e equidade, o direito à infância e à adolescência seguras, o respeito às pessoas com deficiência, o direito a não sofrer violências de gênero, raciais e religiosas e o direito a um meio ambiente preservado são algumas das garantias previstas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Apesar das imensas conquistas, quando olhamos para fora, a realidade da população em geral mostra o quanto ainda precisamos caminhar – não

só em nosso estado ou país, mas no mundo. Assistimos a milhares de mortes em guerras e conflitos que atingem especialmente as populações mais pobres e vulneráveis. Vemos os eventos climáticos tornarem-se paulatinamente mais letais e, novamente, atingirem de forma mais dura os países e as populações com menor poder econômico.

Testemunhamos a concentração de renda aumentar exponencialmente no mundo, com ricos cada vez mais poderosos, que tomam decisões em benefício de si mesmos, mas que afetam negativamente milhares de seres humanos diariamente, principalmente os mais pobres, a população negra, as mulheres e as crianças.

Os direitos humanos — sua garantia, efetivação e ampliação — continuam sendo tema central de debate na sociedade. Por isso, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (CDDH) constitui um espaço crucial para que os capixabas apresentem suas demandas sociais. Nosso trabalho na CDDH, neste último mandato, tem sido pautado por uma escuta qualificada de diferentes setores sociais, buscando construir audiências públicas, reuniões e outros instrumentos legislativos que permitam aos movimentos expressarem suas reivindicações e, assim, pensar coletivamente alternativas para a proteção dos direitos que asseguram a dignidade humana.

Na busca por compreender as mudanças sociais e fortalecer a luta incansável por direitos, esta publicação traz a perspectiva de quem está na linha de frente das batalhas travadas diariamente. Nas próximas páginas, você encontrará histórias contadas por seus protagonistas que ajudam a entender a recente luta por direitos no Espírito Santo. Conhecerá ainda mais a resistência indígena e quilombola; o enfrentamento ao racismo estrutural; a luta contra o patriarcado, o machismo e a misoginia — que violam diariamente meninas e mulheres —; as ameaças e atentados à população LGBTQIAPN+ e às juventudes; e a perseguição aos policiais antifascistas, que defendem uma segurança pública cidadã. O livro aborda ainda a trajetória por direitos das pessoas com deficiência e suas famílias, a luta pela terra, a luta dos atingidos por barragens, a questão da saúde mental e o debate, dentro das instituições, por mais espaços de diálogo e reflexão, entre muitas outras questões.

Como vimos, as variadas formas de resistência e as pautas por direitos se transformam e se atualizam a partir das demandas da sociedade. Este livro registra parte das temáticas abordadas na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos nos últimos anos, bem como o compromisso que temos de dar voz aos movimentos e coletivos e de buscar respostas, dentro das atribuições do Legislativo. Mais do que isso, trata-se de registrar na história oficial do nosso estado a voz de quem sempre foi ignorado pelas instituições.

Caminhamos por estradas imprevisíveis e presenciamos, a cada curva, ameaças à democracia e aos direitos já conquistados, que apontam para

possíveis retrocessos. A história mostra que a luta não é linear e que não se dá apenas pela conquista de direitos, mas também por sua manutenção. Este livro é um passo importante nessa resistência, um esforço de memória para inspirar e mostrar às atuais e futuras gerações que o Espírito Santo tem movimentos sociais que estão nas ruas exigindo políticas públicas e que são eles os responsáveis por avanços do nosso tempo.

A beleza da militância é compreender-se como um ser coletivo que sonha, briga e conquista direitos. Essa alegria de caminhar juntos deve ser documentada e inscrita nos registros históricos oficiais. E que floresça como semente de um novo amanhã!

*Iriny Lopes*

Vice-presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos  
da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

# Entre violações e resistências: a atuação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

*Camila Costa Valadão<sup>1</sup>*  
*Camila Lopes Taquetti<sup>2</sup>*  
*Joyce Mazzoco do Nascimento<sup>3</sup>*

*1. Assistente social, doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e deputada estadual pelo PSOL no Espírito Santo, na 20ª Legislatura (2023-2027).*

*2. Assistente social, doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e supervisora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).*

*3. Advogada; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); pesquisadora do Projeto Africanidades Transatlânticas (PRPPG/Ufes); professora de Direito da Faculdade MultiVix (Serra) e assessora parlamentar na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).*

## *Introdução*

Os direitos humanos, tal como conhecemos atualmente, são fruto de um longo processo histórico de lutas em defesa de sua proclamação e reconhecimento. A positivação de direitos desenvolve-se a partir de certas circunstâncias, contextos e lutas sociais em defesa de novas liberdades e garantias. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, representa um marco histórico na afirmação da dignidade humana como valor universal, ao estabelecer direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais como fundamentos da vida em sociedade.

No contexto da sociedade burguesa, contudo, a proposta de universalidade dos direitos sempre encontrou limites nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista e à sua lógica baseada na exploração, na opressão e no desenvolvimento desigual. Isso resulta em tensões permanentes entre a universalidade normativa dos direitos e as condições econômicas, políticas e sociais concretas de cada nação. Na realidade brasileira, a trajetória dos direitos humanos é profundamente marcada por heranças coloniais, racistas e autoritárias. Por aqui, os direitos nunca foram garantidos de maneira universal e integral. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha incorporado explicitamente os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a distância entre o texto constitucional e a realidade concreta permanece significativa.

No cenário atual de crise internacional do capitalismo, os obstáculos à realização dos direitos humanos tornam-se mais amplos em função das políticas de ajustes estruturais e contrarreformas implementadas para garantir as condições de reprodução do capital. Essas políticas implicam a retirada de direitos, o desmonte de sistemas de proteção social, o aprofundamento da superexploração da força de trabalho e a ampliação das desigualdades e das violências. Ademais, a perspectiva de defesa de direitos e dignidade é confrontada, de forma crescente, com a ascensão de forças autoritárias e de novas expressões fascistas em escala mundial. No Brasil, a ascensão da extrema direita e do bolsonarismo<sup>4</sup> expressou a

---

4. O *bolsonarismo* é um fenômeno político e ideológico que se consolidou no Brasil a partir da liderança de Jair Bolsonaro, caracterizando-se pela combinação de conservadorismo nos costumes, defesa de pautas de segurança pública baseadas no endurecimento penal, liberalismo econômico em determinados momentos e forte crítica às instituições políticas tradicionais. O termo também designa uma base social e política marcada pelo uso intensivo das redes sociais, pelo discurso antissistêmico e pela valorização de elementos como nacionalismo, militarismo e oposição a agendas progressistas. Após o governo Bolsonaro (2019–2022), o *bolsonarismo* permaneceu como uma força relevante no cenário político brasileiro, influenciando debates públicos e disputas eleitorais.

reatualização de discursos autoritários que deslegitimam os direitos humanos e as instituições democráticas.

Nesse contexto de ataque brutal às conquistas acumuladas ao longo de décadas, a luta política em defesa dos direitos humanos e das conquistas democráticas ganha ainda mais centralidade na agenda da classe trabalhadora e dos sujeitos historicamente minorizados.

É nesse campo permanente de disputa e resistência em torno de uma agenda afirmativa de direitos que se situa a experiência aqui sistematizada da atuação política da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, entre 2023 e 2025, sob a condução da deputada estadual Camila Valadão, mulher negra, militante e assistente social, o que imprime a cada ação os compromissos ético-políticos consolidados ao longo de sua trajetória, fazendo da política um espaço de construção coletiva, enfrentamento e criatividade<sup>5</sup>.

A Comissão de Defesa da Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa foi criada pela Resolução nº 1.600/1991 e teve seus trabalhos instalados a partir de 1993<sup>6</sup>. Com as alterações legislativas promovidas pela 20ª Legislatura (2023-2027), que alterou o Regimento Interno da Assembleia, a Comissão passou a ser designada como Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e as atribuições foram redefinidas a partir da Resolução nº 8.620, de 14 de fevereiro de 2023.

De acordo com a nova resolução, compete à CDDH, conforme art. 52, debater, apreciar, propor e opinar sobre a promoção, a prevenção e a defesa dos direitos individuais e coletivos, além de ser um espaço de escuta e encaminhamento de denúncias das mais diversas violações de direitos humanos no Espírito Santo. Entre os públicos prioritários de atuação da Comissão,

---

5. Na 20ª Legislatura (2023–2027) da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, a deputada estadual Camila Valadão (PSOL) é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Eleita para o primeiro biênio (2023–2025), em fevereiro de 2023, foi reconduzida ao cargo em abril de 2025 para o segundo biênio (2025–2027). Assim como no período anterior, a vice-presidência é exercida pela deputada estadual Iriny Lopes (PT). O colegiado conta, ainda, com a participação ativa do deputado João Coser (PT) como membro titular.

6. A partir de 1993, foi presidida pelos deputados e deputadas que seguem: 12ª Legislatura: 1993/1994 - Aloísio Krohling (PT); 13ª Legislatura: 1995/1996 - Brice Bragato (PT), 1997/1998 - Brice Bragato (PT); 14ª Legislatura: 1999/2000 - Fátima Couzi (PSDB), 2001/2002 - Claudio Vereza (PT); 15ª Legislatura: 2003/2004 - Janete de Sá (PSB), 2005/2006 - Brice Bragato (PT/PSOL); 16ª Legislatura: 2007/2008 - Janete de Sá (PSB/PMN), 2009/2010 - Janete de Sá (PMN); 17ª Legislatura: 2011/2012 - Genivaldo Lievore (PT), 2013/2014 - Genivaldo Lievore (PT); 18ª Legislatura: 2015/2016 - Nunes (PT), 2017/2018 - Nunes (PT); 19ª Legislatura: 2019/2020 - Enivaldo dos Anjos (PSD), 2021/2022 - Luciano Machado (PV/PSB); 20ª Legislatura: 2023/2024 - Camila Valadão (PSOL), 2025/2026 - Camila Valadão (PSOL).

destacam-se os grupos historicamente discriminados: população negra; comunidades indígenas, quilombolas e ciganas; população LGBTQIAPN+; mulheres; crianças e adolescentes; idosos e pessoas com deficiência.

Entre 2023 e 2025, a CDDH desempenhou papel crucial na defesa dos direitos fundamentais e firmou-se como instrumento relevante no enfrentamento à retirada de direitos e no combate às violações contra a dignidade humana. Sua atuação foi contínua e estruturada a partir dos seguintes eixos: a) produção legislativa, com apreciação de projetos que perfazem a agenda dos direitos humanos; b) promoção do debate público por meio de reuniões e audiências públicas; c) integração e promoção da participação social; d) acompanhamento, defesa e incidência em políticas públicas; e) desenvolvimento de projetos voltados ao fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e expansão territorial da Comissão e f) implementação de uma frente de atuação voltada ao atendimento e encaminhamento de violações de direitos, por meio do acolhimento e direcionamento de denúncias aos órgãos competentes. Para isso, conta com uma equipe de servidores qualificados e comprometidos com os objetivos da Comissão.

Ao longo desses anos, a CDDH construiu um legado dedicado à defesa da dignidade, da justiça social e da proteção dos direitos fundamentais. O presente texto propõe-se, portanto, a apresentar o percurso de atuação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (CDDH/Ales), sob a presidência da deputada estadual Camila Valadão (PSOL) durante a 20ª Legislatura (2023–2027). Nesse sentido, partimos do chão vivo das experiências sociais, no qual a vida insiste em acontecer apesar das fissuras. É justamente daí – das histórias atravessadas por ausência, violação, luta e esperança – que se desenha esta atuação.

Nesta elaboração, buscamos apresentar inicialmente um quadro aproximado e indicativo das graves violações de direitos humanos no estado, uma dura realidade que comparece aos atendimentos e encaminhamentos de providências por parte da CDDH. Em seguida, destacamos o esforço de atuação do colegiado em torno do fortalecimento da participação social e das políticas públicas na área dos direitos humanos, por meio da inserção em instâncias de controle social, assim como pela proposição expressiva de debates e audiências públicas e pela construção de projetos pioneiros dedicados à interiorização e aproximação com diversas realidades, sujeitos coletivos e serviços públicos. Por fim, dedicamos à exposição das sessões solenes realizadas, enquanto espaços que permitiram registrar nos anais da Assembleia Legislativa a memória, o reconhecimento e a celebração de sujeitos, movimentos e iniciativas daquelas e daqueles que marcam a história recente do nosso estado em diversas áreas que expressam resistência, criatividade e o protagonismo do nosso povo.

## *Direitos humanos no Espírito Santo: entre os dados e os casos de violações*

No Espírito Santo, o tempo presente carrega marcas que não se deixam silenciar. Entre paisagens de beleza incontestável e territórios profundamente feridos, multiplicam-se histórias atravessadas tanto pela ausência do Estado na oferta de políticas públicas quanto pela sua presença na produção de violências. Nesse cenário, entretanto, também emergem a luta e a resistência do povo capixaba nas periferias urbanas, nos campos e nas comunidades tradicionais, locais onde vozes denunciam a persistência das desigualdades, o peso do racismo, a negação de direitos fundamentais e a banalização da vida.

Partindo das experiências concretas e das demandas apresentadas pela população capixaba, e sem a pretensão de esgotar os indicadores que revelam o grave quadro de desigualdade e de violações de direitos humanos no estado, buscamos aqui retratar parte dessa realidade a partir de dados recentes sobre o território.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em 2024, entre as famílias cadastradas no CadÚnico, estimava-se que 26% da população do Espírito Santo encontrava-se em situação de pobreza, e 16,3% em extrema pobreza. O levantamento identificou ainda 3.643 pessoas em situação de rua; 26,2% das famílias sem esgotamento sanitário adequado; 7,7% sem acesso ao serviço de coleta de lixo; e 15,7% sem abastecimento de água adequado (Espírito Santo, 2025a). Em 2023, do total de 649.195 famílias com registros válidos no CadÚnico, 132.855 encontravam-se em situação de déficit habitacional, o equivalente a 20,47% do conjunto (Espírito Santo, 2024)<sup>7</sup>.

No campo da segurança pública, os dados do Anuário Estadual da Segurança Pública (2025) revelam um panorama preocupante, especialmente no que diz respeito às violências de gênero. Em 2024, foram registrados 95 homicídios com vítimas do sexo feminino, elevação de 5,7% em relação ao ano anterior. Os casos de feminicídio também cresceram, passando de 35, em 2023, para 38, em 2024, aumento de 8,6%. A violência doméstica seguiu a mesma trajetória, com 22.935 registros em 2024, ante 22.315 em 2023, representando acréscimo de 7,8%. Registrou-se, ainda, crescimento de 13,3% nos crimes contra a dignidade sexual, que totalizaram 3.515

---

7. A base de dados aqui revela o quadro de desigualdade que afeta em específico as pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 3.877/2001 e regulamentado, atualmente, pelo Decreto Nº 11.016/2022. Tem por finalidade identificar, caracterizar e manter atualizadas as informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda, subsidiando a seleção de beneficiários para programas sociais destinados a esse público. O CadÚnico constitui atualmente uma das mais relevantes fontes de informação sobre a população em situação de pobreza do país.

casos em 2024 frente a 3.103 no ano anterior. Em 83,3% desses casos, as vítimas eram do sexo feminino, sendo a maioria crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos (33,9%) (Espírito Santo, 2025b)<sup>8</sup>.

Quanto ao número geral de homicídios, 2024 registrou o menor índice dos últimos 28 anos. Contudo, o perfil das vítimas expõe desigualdades estruturais persistentes: 45% dos casos estavam associados ao tráfico de drogas, e as vítimas eram predominantemente homens (88%), pretos ou pardos (83%) e jovens entre 15 e 29 anos (47%). Um dado de particular gravidade foi o aumento de 240% no número de vítimas na faixa etária de 0 a 14 anos em relação a 2023, configurando o único grupo etário com crescimento registrado no período (Espírito Santo, 2025b). Em 2025, foram contabilizados 833 crimes violentos letais intencionais, incluindo homicídios dolosos, feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e latrocínios, número inferior aos 905 registrados em 2024, embora ainda expressivo.

A letalidade policial também cresceu em 2024, com 78 mortes em supostos confrontos<sup>9</sup>, o maior número desde 2009. No mesmo período, o Espírito Santo passou a ocupar a 14<sup>a</sup> posição no ranking nacional de mortes provocadas por agentes de segurança pública, com taxa de 1,90 óbitos por 100 mil habitantes, conforme dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Espírito Santo, 2025b). Em todos esses cenários, a população negra figura como principal vítima, reiterando padrões históricos de seletividade e violência que evidenciam a persistência do racismo estrutural.

No que se refere à população LGBTQIAPN+, os dados apontam crescimento expressivo da violência ao longo dos últimos anos: os registros passaram de 1.921 casos em 2019 para 6.143 em 2023, representando aumento de 219,78% em cinco anos. Entre 2023 e 2024, observou-se uma redução de 12,11%, equivalente a 744 vítimas a menos. Todavia, os homicídios voltaram a crescer: após recuo de sete casos, em 2022, para cinco, em 2023, os registros subiram para oito em 2024, o que representa uma elevação de 60% em um único ano (Espírito Santo, 2025b). A trajetória ascendente ao longo do período analisado, somada à retomada dos homicídios em 2024, confirma a LGBTfobia como realidade grave e persistente no estado.

---

8. Dados obtidos em consulta à plataforma digital do Observatório da Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo. Disponível em: <https://observatorio.sesp.es.gov.br/infografico/culi>. Acesso em: 5 abr. 2026.

9. Importa ressaltar que “confronto” é uma expressão usada para justificar as ofensivas das forças de segurança pública sobre civis, sobretudo em áreas periféricas e favelas, que resultam em mortes. No entanto, o termo é questionado por pesquisadores e organizações de defesa dos direitos humanos, pois, em muitos casos, não há evidências de troca de tiros, mas sim indícios de execuções sumárias apresentadas oficialmente como confrontos armados.

Por fim, os crimes de racismo mais que dobraram no Espírito Santo nos últimos sete anos. Segundo a Secretaria de Segurança Pública estadual, o crescimento foi de 118%: em 2018, foram registrados 121 casos; em 2024, esse número chegou a 264. Somente entre janeiro e abril de 2025, já haviam sido registrados 82 casos. Por trás de cada número, há uma história de dor, indignação e resistência.

É nesse terreno marcado por desigualdades e violências que se insere a presente gestão da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Entre os limites e as possibilidades da atuação parlamentar e da capacidade de incidência sociopolítica, a Comissão tem sido chamada a atuar nas emergências das violações, consolidando-se como um espaço de escuta, acolhimento e intervenção.

Entre 2023 e 2025, a CDDH registrou 326 casos de violações encaminhados ao longo de três anos de atuação. O crescimento expressivo no volume de atendimentos – de 28 casos, em 2023, para 102, em 2024, e 196, em 2025 – reflete, também, o fortalecimento institucional da Comissão como canal de denúncias. A tabela a seguir apresenta uma síntese das violações mais atendidas, que estão categorizadas em 19 eixos temáticos e outros.

Atendimentos por área temática - CDDH/Ales (2023–2025)				
Área temática	2023	2024	2025	Total
Sistema prisional	7	18	20	45
Servidor público	1	16	24	41
Outros	—	8	30	38
Violência policial	1	14	21	36
Saúde	3	5	13	21
Conflito fundiário	4	2	12	18
Criança e adolescente	—	5	13	18
Racismo	2	7	8	17
LGBTQIAPN+fobia	2	3	10	15
PcD	—	6	9	15
Educação	1	3	10	14
Idoso	—	5	4	9
Quilombolas	1	7	—	8

Atendimentos por área temática - CDDH/Ales (2023–2025)				
Área temática	2023	2024	2025	Total
População em situação de rua	1	—	7	8
Violência de gênero	—	—	6	6
Assédio	2	2	—	4
Sistema socioeducativo	—	—	4	4
Indígenas	2	—	2	4
Crime cibernético	—	—	3	3
Assistência social	1	1	—	2
<b>Total geral</b>	<b>28</b>	<b>102</b>	<b>196</b>	<b>326</b>

Em 2023, ano de instalação da gestão, as demandas ainda eram incipientes, com aquelas relativas ao eixo sistema prisional concentrando o maior volume de casos (7), seguidas por conflito fundiário (4) e saúde (3). Esse perfil inicial já antecipava uma tendência que seria consolidada: a centralidade das violações cometidas pelo próprio Estado contra a população privada de liberdade.

Em 2024, com 102 registros, o sistema prisional manteve-se no topo (18 casos), acompanhado pelos eixos servidor público (16) e violência policial (14), configurando um padrão de violações de natureza institucional. A presença de registros nos eixos quilombolas (7) e racismo (7) naquele ano reforça a dimensão racial das desigualdades e violências no estado.

Em 2025, o volume mais que dobrou em relação ao ano anterior, alcançando 196 casos. Destacaram-se os eixos outros (30), cuja expressividade aponta para a necessidade de revisão e ampliação das categorias de classificação, além de servidor público (24), violência policial (21) e sistema prisional (20). O surgimento ou crescimento de registros em categorias como violência de gênero (6), sistema socioeducativo (4) e crime cibernético (3) indica novos eixos de vulnerabilidade que passaram a demandar atenção da Comissão.

No acumulado dos três anos, o eixo sistema prisional lidera com 45 casos, seguido por servidor público (41), outros (38) e violência policial (36). Esses dados evidenciam que as violações de direitos humanos no Espírito Santo são, em grande medida, violações protagonizadas pelo Estado, seja no interior dos presídios, nas relações de trabalho no setor público ou nas ações das forças de segurança, o que confere à atuação da CDDH um papel estratégico no controle social e na responsabilização institucional.

Ao longo desse período, o trabalho desenvolvido pela CDDH foi continuamente aprimorado, tanto na definição de mecanismos de atendimento às demandas quanto na identificação de encaminhamentos e providências possíveis. Esse processo exigiu organização interna, com a estruturação da equipe, garantia de acolhimento permanente e prática de escuta ativa, além da interiorização das ações e da presença efetiva tanto nos espaços de debate quanto nas frentes de luta. Nesse contexto, esses temas ganharam centralidade na atuação da Comissão, evidenciando não apenas a diversidade e a complexidade das violações de direitos humanos atendidas, mas também impulsionando a construção de respostas políticas e programáticas ao longo da gestão.

### *Participação popular e esfera pública: as estratégias da CDDH*

No Brasil, as bases para a participação e o controle social nas políticas públicas foram estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, que instituiu espaços de participação popular entre os quais se destacam as audiências públicas. Como instrumento da democracia participativa, as audiências possibilitam à população atuar no processo de formação das decisões políticas, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no do Poder Legislativo.

Na contramão da lógica que historicamente marca a cultura política do nosso país, fundada no patrimonialismo, no clientelismo e no populismo, a atuação da CDDH vem criando, ampliando e fortalecendo mecanismos de participação nas políticas públicas e sociais e na garantia de direitos, contrapondo-se, portanto, à perspectiva de redução da esfera pública.

Atenta à conjuntura marcada pela retração de direitos e pela fragilização das lutas coletivas, a Comissão busca, de forma estratégica, fortalecer as instâncias democráticas e a organização popular, com o objetivo de contribuir para uma cultura política crítica e democrática, condição necessária ao efetivo controle, pelos sujeitos e setores populares, das ações do Estado voltadas à efetivação dos direitos sociais.

Nesse sentido, a Comissão também se afirmou como espaço de coleta de informações, depoimentos e opiniões de especialistas, com foco na ampliação de direitos e no fortalecimento das políticas públicas. Assim, para além da denúncia de violações, a CDDH tornou-se um território de reivindicação de direitos, ações e políticas públicas em diversas áreas, fazendo reverberar na institucionalidade as aspirações de sujeitos de todas as regiões do Espírito Santo.

Sob a perspectiva da ampliação e da socialização da participação política, destaca-se o papel fundamental da articulação da CDDH com movimentos sociais e organizações de trabalhadores. São esses sujeitos coletivos que, ao denunciar as expressões locais da barbárie e das desigualdades estruturais, contribuem para a definição das agendas de atuação e iluminam os caminhos

de um fazer político comprometido com a identificação e o enfrentamento das violações de direitos humanos no Espírito Santo.

Nesse percurso, a CDDH realizou visitas técnicas e diligências, fomentou debates em reuniões ordinárias e promoveu audiências públicas, fazendo do espaço legislativo um território de escuta, diálogo e afirmação de direitos. Com a mediação do Poder Legislativo, nesses espaços foram debatidas e encaminhadas estratégias para o enfrentamento das questões identificadas, a partir do diálogo entre atores da sociedade civil e do poder público. As audiências públicas constituíram-se, também, em instrumento central da CDDH para a ampliação da participação dos diversos sujeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais.

A seguir, apresentamos a lista completa das audiências e debates promovidos pela CDDH entre 2023 e 2025.

Audiências públicas e debates - CDDH/Ales (2023–2025)		
2023	2024	2025
Processos identitários das pessoas com albinismo / Saúde mental dos agentes de segurança pública	Proteção de direitos humanos no contexto de grandes empreendimentos	Auditoria operacional do TCE sobre implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008
Direitos e lutas pela inclusão das pessoas surdas / Polícia Técnico-Científica no ES	Repercussões sobre o fechamento da Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do ES	Primeira infância no Espírito Santo
Conflitos fundiários e a garantia dos direitos humanos no ES	Reivindicações do Sindsaúde e Sindipúblicos	Esclerose múltipla e direitos humanos
Perspectivas da luta pelos direitos das mulheres no Espírito Santo e no Brasil	O direito à segurança alimentar e nutricional e a importância da extensão rural	Povos ciganos e direitos humanos
Direitos humanos no Espírito Santo: conjuntura e perspectivas	A efetivação do Plano Estadual para Equidade Racial no Estado do Espírito Santo	Despejos no ES: ocupações de Vila Velha em debate

## Audiências públicas e debates - CDDH/Ales (2023–2025)

2023	2024	2025
População LGB-TQIAPN+: Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia	Desafios para a garantia de direitos da pessoa idosa	Fim da escala 6x1: trabalhar menos, viver mais!
50 anos do Caso Araceli: construindo estratégias de proteção à criança e ao adolescente	Debate acerca da Portaria nº 19-R/2024, que regulamenta a visitação nos estabelecimentos penais do ES	Violência de gênero e raça: desafios no enfrentamento ao feminicídio de mulheres negras no ES
6 meses do massacre de Aracruz e a segurança nas escolas do Espírito Santo	A implementação do Cadastro Unificado de Dados das Pessoas com Deficiência no ES e a defesa dos DH	Plano Estadual Pena Justa
Luta antimanicomial: saúde mental em defesa do cuidado em liberdade	Novo sistema de transporte público adaptado – desafios no acesso e participação	Demolição de casas na Praia do Barrão, Barra do Jucu (Vila Velha)
Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa	Educação em direitos humanos	Educação inclusiva e direitos humanos
Desafios pós-privatização da Codesa: riscos para os trabalhadores e impactos econômicos para o ES	Fortalecer e reconstruir a educação inclusiva no Espírito Santo	Serviço Social e Psicologia na educação do Espírito Santo
Entraves e problemas existentes nas ferramentas estatais que impedem a efetivação das ações previstas na Lei Maria da Penha	Os desafios das medidas de proteção às mulheres vítimas de violência no Espírito Santo	Preservação do patrimônio histórico do antigo Hospital Colônia “Pedro Fontes”

Audiências públicas e debates - CDDH/Ales (2023–2025)		
2023	2024	2025
A juventude capixaba quer viver	Plano Nacional de Proteção a Defensores(as) de Direitos Humanos, Comunicadores(as) e Ambientalistas	
Economia popular solidária	A defesa da educação pública e a greve nas federais	
Desafios e perspectivas de enfrentamento em relação ao racismo no século XXI	Estratégias para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes / Cannabis Medicinal	
	2 anos do Massacre de Aracruz – solidariedade e reparação	

Com a proposição desse conjunto de debates, a CDDH buscou conferir visibilidade e centralidade às demandas de grupos historicamente invisibilizados ou violados, como mulheres, população negra, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, comunidades quilombolas e indígenas, pessoas privadas de liberdade, servidores públicos, pessoas ameaçadas, atingidas por violações ambientais e territoriais, sem-terra, sem-teto, refugiadas, entre outros.

As audiências e debates possibilitaram a identificação mais precisa das demandas coletivas, especialmente de grupos historicamente invisibilizados, ao mesmo tempo em que favoreceram sua vocalização em um ambiente institucional legítimo. Ao reunir diferentes atores – sociedade civil, especialistas e gestores públicos –, as audiências contribuíram para qualificar o debate público, com vistas a denunciar violações, subsidiar a formulação de políticas mais aderentes à realidade social e, com isso, tensionar estruturas que reproduzem desigualdades, reafirmando o papel do Legislativo como mediador das demandas sociais e garantidor de direitos.

Desse modo, ao longo dos três anos, a CDDH realizou mais de quarenta audiências públicas e debates, o que revela não apenas amplitude temática, mas continuidade e aprofundamento progressivo das discussões. Temas estruturais como racismo, violência contra as mulheres, educação inclusiva, saúde mental e conflitos fundiários retornam a cada ano com novos recortes. O debate sobre racismo, iniciado em 2023 com um diagnóstico amplo sobre os desafios do século XXI, avança em 2024 para a discussão do Plano Estadual de Equidade Racial e alcança, em 2025, a fiscalização da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, por meio de auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A violência contra as mulheres segue trajetória semelhante: dos entraves institucionais à Lei Maria da Penha, em 2023, passa pelas medidas de proteção, em 2024, e chega ao debate sobre o feminicídio de mulheres negras em 2025.

O Massacre de Aracruz, ocorrido em novembro de 2022, ilustra ainda a capacidade da Comissão de responder a eventos críticos com persistência: o tema gerou audiências nos três anos consecutivos, passando do debate emergencial sobre segurança nas escolas para a memória, solidariedade e reparação, demonstrando que a CDDH não apenas reage à conjuntura, mas acompanha seus desdobramentos no tempo.

Esse perfil de atuação, amplo na cobertura de grupos e temas, contínuo no acompanhamento das agendas e progressivo no aprofundamento dos debates, expressa uma perspectiva comprometida com a escuta ativa da sociedade e com a construção coletiva de direitos.

Além das audiências e espaços de debates, a Comissão vem desempenhando um papel relevante ao ocupar diversas instâncias de controle social no estado, sustentando um esforço permanente de interlocução com organizações da sociedade civil e com o Poder Executivo, na perspectiva de preservar e fortalecer as garantias fundamentais e as bases constitutivas do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Programa Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo, ambos aprovados em 2013<sup>10</sup>.

Entre esses espaços que a CDDH compõe destacam-se: Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH); Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Espírito Santo (Cepir); Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura no Espírito Santo (Cepet); Comissão Permanente de Conciliação e Acompanhamento dos Conflitos Fundiários (CPCACF), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos (SEDH); Comitê

---

10. Para acesso ao texto do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Programa Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo, conferir: <https://sedh.es.gov.br/media/Documentos%202020/programaestadualdedireitoshumanosES.pdf>.

Interinstitucional sobre Refugiados Warao<sup>11</sup>; Comitê Orfandade e Direitos; Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo e Comitê Estadual de Monitoramento e Uso da Força.

Na perspectiva de contribuir para a democratização dos espaços políticos, a CDDH consolidou, nesta legislatura, iniciativas estratégicas que se tornaram marcos fundamentais na promoção da cidadania, na interiorização das ações do Poder Legislativo e no fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos no estado. Dentre as iniciativas, destacam-se a Caravana dos Direitos Humanos, a Jornada Antirracista e o Seminário LGBTQIAPN+, três projetos que simbolizam a diversidade, a amplitude e a profundidade da atuação da Comissão, ao mesmo tempo em que traduzem seu compromisso com a escuta ativa, a transformação social e a construção de um Espírito Santo mais justo e inclusivo. Ainda nos marcos das iniciativas voltadas para a democratização e valorização dos diversos sujeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais, a CDDH organiza anualmente um conjunto de sessões solenes que demarcam o reconhecimento público e a celebração de personalidades na área dos direitos humanos.

### *Caravana dos Direitos Humanos*

A Caravana dos Direitos Humanos é uma iniciativa pioneira e permanente da Comissão. Foi criada em 2023, com o propósito de expandir o alcance territorial da CDDH, fortalecer o diálogo com a sociedade civil e identificar demandas sociais nos mais diversos contextos do estado. Por meio de audiências públicas, reuniões com lideranças locais, visitas técnicas a instituições, equipamentos públicos e comunidades tradicionais, a Caravana atua como uma ponte entre a população e o Parlamento, promovendo a interiorização da CDDH e a aproximação com as populações, os movimentos sociais e os serviços públicos do estado. Fomenta, ainda, a participação social e funciona como instrumento de fiscalização das políticas públicas.

Desde sua criação, a Caravana tem percorrido diferentes municípios do interior capixaba. Em sua primeira edição, em 2023, esteve presente em Aracruz, Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari. No ano seguinte, chegou a Linhares, alcançando distritos e regiões mais distantes, com olhar sensível às populações atingidas pelo crime ambiental da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015, em Mariana (MG). As marcas desse desastre ainda ecoam no curso do Rio Doce, que encontra o mar em Regência, território onde a memória da lama e da resistência permanece viva.

---

11. Os indígenas Warao são um povo originário da Venezuela. Em razão da crise humanitária, social e ambiental que enfrenta o país, milhares migraram para o Brasil nos últimos 10 anos, constituindo a maioria entre os indígenas refugiados no país.

Em sua terceira edição, realizada em 2025, a Caravana assumiu um novo contorno, voltando-se ao monitoramento das condições de privação de liberdade. Por meio de visitas técnicas às unidades do sistema prisional e do sistema socioeducativo, a iniciativa se debruçou sobre realidades que chegam reiteradamente à CDDH desde o início desta gestão, revelando o sistema prisional como um dos campos mais urgentes de atenção, no qual a defesa dos direitos humanos se faz não apenas necessária, mas inadiável.

### *Jornada Antirracista*

A Jornada Antirracista é uma iniciativa anual da CDDH, realizada durante o mês de novembro, em alusão ao mês da Consciência Negra. O propósito central é ocupar a Assembléia Legislativa com as vozes, pautas e expressões do povo negro capixaba. A ação reúne debates, oficinas, atividades formativas, intervenções culturais, exposições e apresentações artísticas que destacam a produção cultural da população negra. O projeto constitui um espaço de afirmação identitária, valorização das ancestralidades e enfrentamento do racismo estrutural, fortalecendo a luta por equidade racial e justiça social no Espírito Santo.

A primeira edição, realizada em 2023, foi construída junto com diversas entidades e coletivos do Movimento Negro Capixaba, considerando a importância de seu processo histórico de luta e a necessidade de fomentar, no âmbito do Parlamento, debates sobre as múltiplas temáticas que constituem a vida e os modos de existir do povo negro. Foi promovida uma verdadeira ocupação negra em diferentes espaços simultâneos na Ales. Em 2024, a segunda edição teve como foco a juventude, apresentando o tema “Juventude Negra Viva”, com destaque ao debate sobre segurança pública no estado do Espírito Santo e suas conexões com questões como educação e cultura.

Já em 2025, a terceira edição consolidou a Jornada como uma das principais ações institucionais da CDDH no enfrentamento ao racismo. Com o tema “Por uma educação antirracista no Espírito Santo”, a Jornada reafirmou o compromisso da Comissão com a promoção da igualdade racial e o fortalecimento de políticas públicas antirracistas. Nessa edição, foram apresentadas as proposições de vinte escolas de diferentes territórios do estado contempladas no 1º Edital Escolas sem Racismo<sup>12</sup>, iniciativa inédita

---

12. O 1º Edital Escola Sem Racismo é uma iniciativa do mandato da deputada estadual Camila Valadão, proposto no terceiro ano do mandato, na 20ª Legislatura (2023–2027), que visou selecionar, para destinação de emenda parlamentar, 20 iniciativas que promovessem a educação antirracista, o fortalecimento da equidade racial e a valorização das identidades negras e indígenas nas escolas públicas estaduais. Conferir: <https://camilavaladao.com.br/escolasemracismo/>.

construída no âmbito do mandato da deputada Camila Valadão, que possibilitou a socialização de práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas pelas escolas, impulsionando a educação para as relações étnico-raciais, em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Ao ocupar a Assembleia Legislativa com debates, produções acadêmicas, experiências escolares e vozes do movimento negro, a Jornada Antirracista fortalece a participação social, amplia o diálogo entre o poder público e a sociedade civil e reafirma-se como instrumento estratégico de incidência política na luta contra as desigualdades raciais históricas no Espírito Santo.

### *Seminário LGBTQIAPN+*

O Seminário LGBTQIAPN+ da CDDH/Ales consolida-se como mais uma iniciativa permanente da Comissão, realizada anualmente no mês de junho, em sintonia com as celebrações do Orgulho LGBTQIAPN+. Mais do que um evento, constitui-se como um espaço potente e inédito de diálogo institucional, escuta sensível e construção coletiva, voltado ao fortalecimento de políticas públicas para essa população. Ao afirmar-se como instrumento estratégico de incidência política e participação social, o Seminário reafirma o compromisso da CDDH com a promoção dos direitos humanos, o enfrentamento às violências e a defesa inegociável da existência, da dignidade e da cidadania das pessoas LGBTQIAPN+ no Espírito Santo.

A potencialização dos instrumentos institucionais e a realização dos projetos acima apresentados, que se tornaram iniciativas permanentes nesta gestão, registram tanto a sua identidade quanto revelam sua capacidade inovadora que marca a história da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Portanto, é nesse horizonte de aposta no debate público, no encontro e no atendimento às violações de direitos humanos que se insere o trabalho aqui apresentado, como parte de um projeto coletivo que empreende um esforço mais amplo de contribuir para o fomento, o acompanhamento e o aprimoramento de políticas públicas no estado, bem como para a vocalização e o fortalecimento das lutas sociais que insistem em afirmar, cotidianamente, a centralidade da promoção dos direitos humanos comprometidos com a defesa da vida, do meio ambiente e da dignidade humana.

### *Memória e visibilidade à resistência: sessões solenes*

As sessões solenes são pausas significativas no ritmo ordinário do Poder Legislativo, momentos em que o tempo da norma cede lugar ao tempo da memória, do reconhecimento e da celebração. Nelas, a CDDH se abre para além de suas funções deliberativas e se transforma em espaço de encontro,

no qual trajetórias são honradas, lutas são lembradas e causas ganham visibilidade pública. São ocasiões em que a palavra se reveste de simbolismo e o gesto institucional se converte em tributo àquelas e àqueles que, de diferentes formas, constroem a vida coletiva.

Mais do que cerimônias, as sessões solenes são também afirmações políticas: nelas se inscrevem valores, reconhecem-se histórias invisibilizadas e reafirma-se o compromisso com uma sociedade mais justa. Ao dar centralidade a sujeitos, movimentos e datas que marcam a luta por direitos, o Legislativo capixaba, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, reafirma sua dimensão ética e seu papel na construção da cidadania.

Nesse horizonte, a Comissão expressa sua atuação também por meio de honrarias que carregam nomes, memórias e resistências. A Ordem do Mérito “Maria Ortiz”<sup>13</sup>, a Medalha “Chico Prego”<sup>14</sup>, a Comenda do Mérito Legislativo “Zacimba Gaba”<sup>15</sup> e a Medalha “Ewerthon Montenegro”<sup>16</sup> não são apenas distinções: são gestos de reconhecimento que evocam histórias de coragem e dignidade, celebrando pessoas e iniciativas comprometidas com a defesa dos direitos humanos. Em cada entrega, mais do que uma homenagem, renova-se um pacto coletivo com a justiça, a memória e a transformação social.

### *Considerações finais*

Em um tempo marcado pela crise que corrói as bases do capital, pelo avanço de forças conservadoras e por um certo esvaziamento de sentidos

---

13. *Prevista pela Resolução nº 2.780, de 22 de dezembro de 2009. Consolida as normas sobre a concessão da Ordem do Mérito “Maria Ortiz”. Essa honraria, indicada a ser concedida no mês de março, alusiva ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, é destinada a homenagear mulheres do estado que se destacaram nas áreas de ciências, arte, literatura, esportes, comércio, indústria, agricultura, organização da sociedade civil, educação, saúde, religião, ciências jurídicas e direitos das mulheres.*

14. *Prevista pela Resolução nº 2.080, de 04 de junho de 2003. Institui a Medalha “Chico Prego” a ser concedida no mês de março, em alusão ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, a personalidades ou entidades da sociedade civil organizada que se destaquem nas lutas contra a discriminação racial e em defesa das causas do povo negro.*

15. *Prevista pela Resolução nº 4.377, de 1º de junho de 2016. Institui a Comenda do Mérito Legislativo “Zacimba Gaba” para homenagear personalidades que se destaquem na luta em defesa da população negra, em especial, na luta contra a violação de direitos desse grupo.*

16. *Prevista pela Resolução nº 2.075, de 22 de abril de 2003. Institui a Medalha “Ewerthon Montenegro”, oferecida a personalidades ou entidades da sociedade civil organizada que se destaquem na valorização e na defesa dos direitos humanos, no âmbito do Estado do Espírito Santo.*

nas estruturas da sociedade e do Estado, o que se vê não é apenas um cenário abstrato, mas um cotidiano em disputa.

Um projeto político que opera no plano da subjetividade, produzindo intolerância social, apologia à violência e naturalização da exclusão de determinados minorizados – o que tensiona valores civilizatórios –, ameaça liberdades democráticas, enfraquece direitos arduamente conquistados e reabre caminhos para formas brutais de exploração, opressão e violência. Como se a história insistisse em repetir suas marcas mais profundas, tornam-se ainda mais visíveis as desigualdades que estruturam o país, revelando, sem disfarces, o peso do preconceito que recai, de modo persistente, sobre aqueles e aquelas que sempre estiveram à margem – marcas profundamente reproduzidas no Espírito Santo.

A experiência da CDDH, entre 2023 e 2025, demonstra que é necessária uma atuação que ultrapasse os limites formais das suas atribuições regimentais, afirmando-se como um espaço vivo de escuta, mediação e incidência política, em um tempo marcado pelo avanço do conservadorismo, pela retração de direitos e pelo aprofundamento das desigualdades estruturais.

Os dados e narrativas reunidos ao longo deste artigo revelam uma realidade que não pode ser ignorada: o Espírito Santo é um estado onde a pobreza, a violência e a negação de direitos afetam, de forma desproporcional, os mesmos sujeitos historicamente excluídos: a população negra, as mulheres, a juventude periférica, as pessoas privadas de liberdade, os povos tradicionais e a população LGBTQIAPN+.

Não se trata de vulnerabilidades circunstanciais, mas de expressões concretas de um padrão estrutural de opressão que o Estado ora omite, ora produz diretamente. Os atendimentos realizados pela CDDH e a concentração das violações nos eixos de violência policial, sistema prisional e relações de trabalho no setor público confirmam que o Estado permanece, ele próprio, como protagonista das violações de direitos humanos no Espírito Santo.

Diante desse quadro, a atuação da Comissão afirmou-se como uma resposta política consistente e comprometida. Por meio do atendimento e encaminhamento de denúncias, da promoção de mais de quarenta audiências públicas e debates, da realização da Caravana dos Direitos Humanos, da Jornada Antirracista, do Seminário LGBTQIAPN+ e da participação ativa em instâncias de controle social, a CDDH construiu uma presença institucional que extrapola o protocolo legislativo e se insere no campo das lutas sociais. Cada audiência realizada, cada comunidade visitada, cada denúncia acolhida representa um ato concreto de resistência à lógica de redução da esfera pública e de enfraquecimento dos mecanismos democráticos.

Essa atuação não se deu no vazio. Foi construída em diálogo permanente com movimentos sociais, organizações de trabalhadores, comunidades

quilombolas e indígenas, coletivos feministas e antirracistas, grupos LGBTQIAPN+ e tantos outros sujeitos coletivos que trouxeram para dentro da Assembleia Legislativa as suas dores, suas demandas e suas estratégias de resistência.

A trajetória aqui delineada busca, portanto, honrar a luta do povo capixaba marcada por resistências históricas, protagonizada por sujeitos coletivos que, mesmo diante de desigualdades estruturais, seguem produzindo formas de existência, organização e reivindicação. Nesse sentido, comunidades tradicionais, movimentos sociais, populações periféricas e grupos historicamente invisibilizados têm encontrado na CDDH um canal de visibilidade e interlocução, ainda que permeado por desafios e limites próprios das instituições e da conjuntura. É nesse entrelaçamento entre poder público e sociedade que se constroem avanços possíveis, sem perder de vista as tensões que impulsionam por mudanças.

Por isso, sistematizar essa experiência é, em si, um ato político. É afirmar que a memória das lutas importa, que os dados das violações precisam ser tornados públicos, que as práticas inovadoras merecem ser registradas e disseminadas. Reconhecer a relevância dessa atuação implica também apontar para a necessidade de sua continuidade e fortalecimento. Em um cenário de constantes disputas em torno dos direitos humanos, torna-se imprescindível sustentar espaços institucionais comprometidos com a justiça social, a participação popular e a defesa intransigente da vida. Assim, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos reafirma-se como instrumento fundamental na consolidação da defesa intransigente de direitos no Espírito Santo, acompanhando e ecoando a luta persistente do povo capixaba por reconhecimento, dignidade e transformação social.

### *Referências*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório 2023 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos**. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório 2024 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos**. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório 2025 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos**. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Caderno Déficit habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico - 2023**. Instituto Jones dos Santos Neves; Secretaria de Economia e Planejamento. Nov. 2024. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN\\_D%C3%89FICIT\\_HABITACIONAL\\_2023\\_final.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_D%C3%89FICIT_HABITACIONAL_2023_final.pdf). Acesso em 5 abr. 2026.

ESPÍRITO SANTO. **Perfil da Pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no Cadastro Único**. Instituto Jones dos Santos Neves. Ago. 2025a. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN\\_Perfil\\_Pobreza\\_2025\\_17.09.25.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Perfil_Pobreza_2025_17.09.25.pdf). Acesso em 05 abr. 2026.

ESPÍRITO SANTO. **Anuário Estadual da Segurança Pública Edição 2025. Observatório da Segurança Pública**. Instituto Jones dos Santos Neves. 2025b. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20-%202025.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2026.

João Coser, Camila Valadão e Iriny Lopes em reunião ordinária da CDDH, 2023.



Visita técnica à Ocupação Vila Esperança em Vila Velha, 2023.



Visita técnica da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Espírito Santo à Ocupação Vila Esperança, 2023.



Diligência realizada pela Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2 na ocupação do Condomínio Limão, em Cariacica, 2023.



Audiência pública “6 Meses do massacre em Aracruz e a segurança nas escolas do Espírito Santo”, 2023.



Diligência no Território do Bem em Vitória, 2023.



Audiência pública da Caravana dos Direitos Humanos em Conceição da Barra, 2023.



Visita à Comunidade Quilombola “Córrego do Alexandre” em Conceição da Barra, Caravana dos Direitos Humanos, 2023.



Visita à Aldeia Pataxó em Itaúnas, Caravana dos Direitos Humanos, 2023.



Visita ao Assentamento “Valdício Barbosa”, em Conceição da Barra, Caravana dos Direitos Humanos, 2023.



Reunião da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, 2023.



Audiência pública “50 anos do Caso Araceli”, 2023



I Jornada Antirracista, 2023.



I Jornada Antirracista, Sessão solene Zacimba Gaba, 2023.



Sessão Solene Ewerton Montenegro, 2023.



Visita à Ocupação Chico Pregó em Vitória, 2023.



Visita técnica aos refugiados indígenas Warao na Ocupação Chico Pregó, Vitória, 2024.



Audiência pública “Estratégias para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes: fortalecendo a rede de proteção no Espírito Santo”, 2024.



Sessão solene Maria Ortiz, 2024.



Audiência pública da Caravana dos DH de Linhares de Linhares, 2024.



Audiência pública da Caravana dos DH de Linhares em Linhares, 2024.



Reunião com lideranças no Centro Ecológico de Regência na Caravana dos DH de Linhares, 2024.



Reunião com lideranças no Centro Ecológico de Regência na Caravana dos DH de Linhares, 2024.



Reunião com a assessoria técnica dos atingidos e atingidas da Bacia do Rio Doce e litoral norte capixaba na Caravana dos Direitos Humanos, Linhares, 2024.



Reunião com a assessoria técnica dos atingidos e atingidas da Bacia do Rio Doce e litoral norte capixaba na Caravana dos DH, Linhares, 2024.



Reunião com Comunidade Quilombola de Povoação do Rio Doce, a Caravana dos DH, Linhares, 2024.



Reunião com Comunidade Indígena de Areal, na Caravana dos DH, Linhares, 2024.



Audiência pública “2 anos do Massacre de Aracruz: solidariedade e reparação”, 2024



II Jornada Antirracista, 2024.



II Jornada Antirracista, 2024.



Audiência pública “Despejos no ES: ocupações de Vila Velha em debate”, 2025.



Audiência pública “Despejos no ES: ocupações de Vila Velha em debate”, 2025.



Audiência pública “Fim da Escala 6x1: trabalhar menos, viver mais”, 2025.



Audiência pública “Fim da Escala 6x1: trabalhar menos, viver mais”, 2025.



I Seminário LGBTQIAPN+, 2025.



I Seminário LGBTQIAPN+, 2025.



I Seminário LGBTQIAPN+, 2025.



Audiência pública “Plano Pena Justa”, 2025.



Visita técnica ao Centro de Detenção e Res-socialização de Linhares, Caravana dos DH, 2025.



Visita técnica ao Centro de Detenção e Res-socialização de Linhares, Caravana dos DH, 2025.



Visita ao Centro de Detenção Provisória de Viana II, Caravana dos DH, 2025.



Visita ao Centro de Detenção Provisória de Viana II, Caravana dos DH, 2025.



Visita à Unidade de Internação Socioeducativa de Cariacica, Caravana dos DH, 2025.



Visita à Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE), Caravana dos DH, 2025.



Ocupação do estacionamento do Palácio Anchieta após o despejo dos moradores de Vila Esperança, 2025.



Visita técnica da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Espírito Santo em Conceição da Barra, 2025.



III Jornada Antirracista, Sessão Solene Chico Pregó, 2025.



III Jornada Antirracista, 2025.



# **O Conselho Estadual dos Direitos Humanos: a defesa da dignidade humana em meio à afirmação da democracia participativa no Espírito Santo**

*Bruno Alves de Souza Toledo<sup>1</sup>  
Gilmar Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>  
Galdene Conceição dos Santos<sup>3</sup>*

*1. Ex-presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo (2009-2010).*

*2. Ex-presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo (2011-2014).*

*3. Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo (2024-2025).*

## *Introdução*

As ideias modernas de democracia como forma de elaboração aberta e plural do poder político e dos direitos humanos enquanto margens seguras para proteção e garantia da “condição humana” estão em profunda crise. É certo que o tema da “crise da democracia” ou da “crise do sistema de garantia de direitos” não é novo entre nós. Como bem analisado por Florestan Fernandes (2006), em sociedades do capitalismo periférico e dependente, fruto do processo de colonização predatória, como a brasileira, as estruturas e métodos políticos são fundados na lógica da “modernização conservadora”<sup>4</sup>, na qual, mesmo com o avanço do Estado de Direito, o poder burguês pode manifestar-se em sua forma mais extremada, como ditaduras abertas. Imposto de “cima para baixo”, o poder político torna-se instrumento fundamental para manter os privilégios típicos da classe e, para tanto, recorre a quaisquer meios para assim perpetuar-se.

Por aqui, em decorrência das determinações do próprio imperialismo, a forma de dominação política que historicamente tem se revelado mais propícia a atender aos interesses da acumulação capitalista é, segundo Fernandes (2006), a autocracia brasileira, caracterizada pela total subordinação do Estado à classe dominante e pela exclusão das grandes massas dos principais processos de poder, num regime oficial de democracia burguesa que apenas encobre a forma de dominação real. No entanto, a permanência desse traço antidemocrático não ocorre de forma linear e sem resistência.

A história da formação política brasileira se escreve, sobretudo, a partir das disputas entre a insistência autocrática das forças conservadoras da elite nacional e a resistente teimosia das forças progressistas e populares pela democratização do poder político e econômico, desde a resistência dos povos indígenas e dos negros escravizados. Como síntese desse processo histórico, contraditório e multifacetado, a conquista da Constituição de 1988 foi, sem dúvida, a principal vitória das forças populares em torno da democratização das esferas de poder no Brasil, ainda que no marco do direito.

Foi exatamente no contexto da Constituição de 1988 que emergiu entre nós o paradigma constitucional da democracia participativa como uma das mais consistentes proposições normativas em resposta à permanência autocrática brasileira. Nela, o processo democrático avança do viés representativo

---

4. No dizer de Vianna (1978), trata-se do processo autoritário que presidiu o nosso processo de industrialização, em que a substituição de parte da base econômica agrária para uma empresa fabril urbana não veio acompanhada de uma nova burguesia liberal, mas se deu por meio de uma aliança heterogênea entre camadas urbanas e setores mais retardatários do mundo rural, que esteve presente em contextos que abriram passagem para o fascismo.

para a participação popular em diversos espaços de poder antes restritos aos detentores de mandato. Tal como previsto no texto da Constituição de 1988, a democracia participativa não altera substantivamente o caráter representativo da democracia brasileira, mas a complementa, ou seja, incorpora mecanismos de participação popular, especialmente na definição das políticas sociais, apesar de as decisões estratégicas para o Brasil continuarem a ser tomadas no Parlamento e no Executivo em todas as instâncias do Estado (municípios, estados e União).

Sobre a estratégia política contida no projeto participativo defendido por movimentos sociais de base na década de 1980, Dantas (2019) ressalta a ideia de que a democracia vindoura deveria possuir mecanismos capazes de mediar e “controlar” os desvios privatistas e autoritários estruturais no Estado brasileiro. Mecanismos que confeririam verdadeira legitimidade à ação governamental à medida que representariam efetivamente a voz e o voto do cidadão. Essa participação democrática institucionalizada seria, em última instância, um controle de fora para dentro em relação às ações governamentais, a fim de “equilibrar a balança a favor dos trabalhadores, pela via institucional” (Dantas, 2019, p. 275). É no intuito de “trazer as ruas para dentro do Estado” (Faleiros, 2006), que a institucionalização dos conselhos tornou-se a principal estratégia dos movimentos sociais, a partir da década de 1990, para levar demandas ao Estado, pressionar para sua implementação e fiscalizar sua execução.

Esse cenário também foi experimentado no Espírito Santo. Historicamente, o estado apresenta um quadro de concentração econômica e política que remonta ao período colonial, reproduzindo-se ao longo do século XX na forma de elites regionais consolidadas. Assim, a pauta dos direitos humanos emergiu de maneira tardia entre nós e, muitas vezes, vinculada à atuação da sociedade civil organizada – em especial movimentos de vítimas da violência policial, entidades religiosas progressistas e organizações comunitárias ligadas à periferia urbana.

Foi o contexto de ascensão da organização popular no Espírito Santo, com apoio de então parlamentares estaduais com destacada atuação na área dos direitos humanos, como Brice Bragato, então no PT, e Cláudio Vereza (PT), que permitiu, durante o governo de Vitor Buaiz (PT), a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Espírito Santo por meio da Lei nº 5.165, em 19 de dezembro de 1995. A lei nasceu “com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos no território do estado, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe forem dirigidas, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana” (Lei nº 5.165/1995).

Hoje, com 30 anos de existência e sendo um dos conselhos mais antigos do Brasil, é possível afirmar, sob a perspectiva dos movimentos sociais, que

a história recente do Espírito Santo passa pela atuação firme, corajosa e estratégica do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH) em prol da primazia da dignidade humana. Desde a sua fundação, o CEDH ocupa espaço destacado na luta pelos direitos humanos em terras capixabas. Dando voz e protagonismo aos silenciados, o Conselho teve e segue tendo decisiva atuação na linha de frente de diversos e importantes processos políticos no estado. O objetivo deste artigo é jogar luz sobre essa trajetória de construção democrática a partir da perspectiva de quem liderou momentos distintos dessa luta nas últimas décadas.

### *A luta contra o crime organizado e a impunidade*

A primeira década do CEDH se deu no contexto de avanço do crime organizado sobre as instituições públicas capixabas. O Espírito Santo liderou durante a década de 1990 os indicadores nacionais de homicídios, sendo Vitória considerada à época a capital mais violenta do país<sup>5</sup>. A generalização da violência possuía relação direta com o domínio que uma organização criminosa (Scuderie Detetive Le Cocq<sup>6</sup>) exercia sobre os mecanismos e instituições do sistema político e de segurança e justiça. Desde a década de 70, com o Esquadrão da Morte, o Espírito Santo assistia, estarrecido, ao avanço do tráfico de drogas, à ação dos grupos de extermínio agindo nas periferias, à violência policial e à dilapidação dos cofres públicos com esquemas generalizados de corrupção. Tudo isso, somado a um sistema de segurança sucateado e à total impunidade para os praticantes desses crimes, tornou, nos anos 80 e 90, a Grande Vitória a região mais violenta do Brasil. Era o crime organizado que se incrustava em praticamente todas as instituições públicas e nos meios econômicos e policiais.

A atuação do Conselho Estadual de Direitos Humanos foi decisiva no enfrentamento a esse quadro de coisas. Em âmbito nacional, mais de 40 entidades formaram o Fórum Campo-Cidade e, em conjunto com o Movimento Nacional

---

5. Informações obtidas em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/339260>.

6. De acordo com a ação penal (960006417-2) ajuizada pelo MPF/ES em 1996, a organização criminosa Scuderie Detetive Le Cocq agia como personificação jurídica do crime organizado e como quartel de grupos paramilitares de extermínio de supostos delinquentes. A Le Cocq assumia abertamente uma “origem policial” e intervinha na apuração dos crimes cometidos por seus membros, que se chamavam uns aos outros de “irmãozinhos”, para assegurar a eles a impunidade. A organização criminosa foi criada oficialmente em 1984, mas existia desde 1965, com ramificações em vários estados brasileiros. Além de policiais civis e militares, integravam a entidade até mesmo alguns membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e outras autoridades públicas, que se mobilizavam sempre que qualquer de seus componentes era acusado ou simplesmente considerado suspeito de algum crime.

de Direitos Humanos (MNDH), criaram a Campanha Nacional contra a Violência e a Impunidade. Por aqui, o CEDH implementou o primeiro banco de dados para catalogar os homicídios ocorridos no estado. A reunião de informações e documentos para análise e compreensão dos fatos envolvendo a violência no Espírito Santo resultou na produção de dossiês e relatórios e na realização de audiências com autoridades para denúncia e cobrança de providências. Esse processo de enfrentamento ao crime organizado e às suas manifestações na política e na generalização da violência, com diversos assassinatos como queima de arquivo e/ou forma de intimidação, levou o CEDH a iniciar uma acertada estratégia de fortalecimento que perdura até os dias atuais: tornar-se o pivô da articulação local, nacional e internacional de uma rede de entidades e movimentos ligados aos direitos humanos.

Ainda na década de 1990, o CEDH estabeleceu uma conexão com o MNDH e, a partir dele, com entidades da sociedade civil, como o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), a Justiça Global e a Conectas Direitos Humanos, na perspectiva de nacionalizar e internacionalizar as denúncias de violações aos direitos humanos no Espírito Santo. Foi assim que, em 2003, o estado recebeu pela primeira vez em sua história a visita de um relator da Organização das Nações Unidas (ONU). Estamos falando da visita de Asma Jahangir<sup>7</sup>, à época relatora da ONU para execuções sumárias, como as ocorridas no Espírito Santo em função da atuação, sobretudo, da Scuderie Detetive Le Cocq.

Importante registrar que essa estratégia só foi possível a partir de outra importante percepção ocorrida nos primeiros mandatos de conselheiros e conselheiras representantes da sociedade civil do CEDH: a essencialidade de ocupar a direção do Conselho. É muito usual, atualmente, que os conselhos de direitos façam um rodízio acordado entre seus membros em torno da direção. Em um mandato a direção é exercida por representantes do poder público, em outro pela sociedade civil. No caso do CEDH, certamente, se esse rodízio tivesse sido pactuado, muitos dos enfrentamentos realizados e das conquistas obtidas nos últimos anos não teriam ocorrido na dimensão que aconteceram. No CEDH do Espírito Santo, ao menos desde o início dos anos 2000, a presidência é exercida por representantes da sociedade civil com notória atuação na área dos direitos humanos.

Ainda como fruto dessa mobilização e articulação, registra-se o papel central exercido pelo CEDH, naquele momento sob a presidência de Isaías Santana, na convergência da luta dos movimentos sociais capixabas para a criação do Fórum Reage Espírito Santo – uma organização de entidades

---

7. *Informações obtidas em matéria jornalística disponível na Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves: [http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170221\\_aj21616\\_violenciaurbana\\_geral01.pdf](http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170221_aj21616_violenciaurbana_geral01.pdf).*

da sociedade civil que visava concentrar todas as denúncias contra o crime organizado na perspectiva de dar mais peso institucional, razão pela qual as reuniões e deliberações ocorriam sempre na sede da Seccional Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES), que chegou a ser alvo de atentado durante o período de atuação desse fórum<sup>8</sup>.

É fruto dessa articulação o primeiro pedido de intervenção federal no Espírito Santo<sup>9</sup>, dada a perda de controle das instituições para o crime organizado. Diante da recusa das autoridades federais em decretar a intervenção, a alternativa encontrada foi criar uma missão especial, chefiada por procuradores da República, com vistas a investigar a organização criminosa e punir os responsáveis. Um dos momentos mais marcantes do contra-ataque do crime aos trabalhos da missão especial foi o assassinato do juiz de direito Alexandre Martins, em 2003<sup>10</sup>.

Ainda como legado da atuação do CEDH no enfrentamento ao crime organizado, durante a década de 1990, ressalta-se a criação de políticas públicas para a proteção de testemunhas de crimes, que eram ameaçadas, quando não mortas, na tentativa de garantir a impunidade. Foi nesse contexto que o Espírito Santo foi precursor na institucionalização, por meio de lei estadual, do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Crimes (Provita/ES), que logo abriu caminhos para as demais iniciativas de proteção, como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), depois denominado Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, que, infelizmente, encontra-se descontinuado pelo governo do estado.

Consolidando esse primeiro ciclo da história de atuação do CEDH em prol da dignidade humana e como instrumento de afirmação da democracia participativa, nada mais simbólico que a realização da I Conferência Estadual dos Direitos Humanos, ocorrida em 2004, com o tema “Construindo o Sistema Nacional dos Direitos Humanos”. Não por coincidência, em 2025, 21 anos após aquela primeira conferência, novamente o país se organiza em processos de conferências de direitos humanos exatamente sobre o mesmo tema.

---

8. Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2607200233.htm#:~:text=O%20F%C3%B3rum%20Reage%20Esp%C3%ADrito%20Santo%2C%20ONG%20que,deputados%20e%20ju%C3%ADzes%20estaduais%20que%20receberam%20amea%C3%A7as>.

9. Informação disponível em: <https://www.oab.org.br/utl/print/723?print=Noticia#:~:text=Le%20Coq%20E2%80%93%20SDLC%2C%20mas%20eliminados%20pela,%E2%80%9CUtiliza%2Dse%20de%20meios%20e%20recursos%20pr%C3%B3rios%20das>.

10. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre\\_Martins](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Martins).

## *As masmorras capixabas expostas na ONU*

Uma das conseqüências mais brutais do processo de domínio do crime organizado no Espírito Santo foi o descontrole total do sistema prisional. Não só pelo processo de encarceramento em massa, de abandono do respeito às regras constitucionais de tratamento dos detentos, mas pela transformação do sistema em espaços de toda sorte de corrupção e violência.

Com os poderes públicos dominados pelo crime, o sistema prisional, por sua vez, passou a integrar a rede de corrupção, seja para concessão de benefícios ilegais, seja para utilização de presos para a prática criminosa a serviço do crime organizado. Este foi, inclusive, um dos motivos que aparecem nas investigações da morte do juiz Alexandre Martins, que denunciou o esquema de corrupção na Vara de Execução Penal da capital.

Ainda sem superar completamente as manifestações do crime organizado, o Espírito Santo entrou nos anos 2000 adotando um modelo de desenvolvimento econômico privilegiador dos grandes arranjos produtivos e de ajuste fiscal fortíssimo em detrimento da distribuição das riquezas produzidas e dos impactos sociais, culturais e ambientais causados. As expressões do grau de destrutividade desse modelo espalharam-se por todo território capixaba. Sua marca mais terrível foi a violência urbana, que ceifava cerca de duas mil vidas anualmente, pondo o Espírito Santo como um dos estados mais violentos da Federação naquele início de século. A resposta governamental veio com a política de encarceramento em massa. Entramos nessa década com cerca de 2.500 presos no Espírito Santo, e em 2010 já eram 12.000<sup>11</sup>. A mesma proporcionalidade ocorre com adolescentes em conflito com a lei acautelados nas unidades de internação.

Embora os números pareçam indicar aumento generalizado do crime e das prisões/internações decorrentes deles, a verdade é que a política de aprisionamento é seletiva. Ela dirigiu-se contra a pobreza e a negritude e, talvez, exatamente por isso, permitiu que o governo adotasse as medidas mais cruéis que se teve notícia: as celas metálicas, ou seja, em estruturas de contêineres sem ventilação, iluminação e condições adequadas para higiene dos internos. Só foi possível existir celas metálicas em um estado cuja temperatura média é acima dos 30 graus porque lá estavam negros e miseráveis, ou seja, os “escravos não-humanos de outrora”. Foram elas, pois, as senzalas modernas, as masmorras contemporâneas.

As violações eram mensuradas também pela superlotação. Em 2006, o sistema prisional capixaba contava com 7.338 presos para 4.719 vagas e,

---

11. Informação disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/em-10-anos-populacao-carceraria-cresceu-274-no-espírito-santo/>.

segundo dados do Infopen do Ministério da Justiça, em dezembro de 2009 tínhamos 10.355 internos para 6.608 vagas. Tivemos, pois, o aumento do déficit de vagas nesse período, sem a correspondente criação de novas vagas no sistema, com isso a superlotação atingiu níveis absurdos. A então Casa de Custódia de Viana (Casuvi) chegou a ter 1.213 presos, com capacidade para 360; a Penitenciária Estadual Feminina (PEF) chegou a ter 571 mulheres para uma capacidade de 179 vagas; e a Penitenciária Regional de Colatina manteve encarcerados 561 homens onde cabiam 110.

Nada equiparou-se, todavia, ao horror vivenciado pelos internos da Casuvi, uma unidade composta por 3 pavilhões, onde não havia celas individuais. Depois das rebeliões ocorridas em 2006, o presídio passou a ser controlado internamente pelos próprios presos. A falta de controle do que se passava no interior dos pavilhões, sobretudo em função da superlotação e das condições estruturais da unidade, transformou a Casuvi no palco da pior atrocidade do sistema prisional capixaba: a ocorrência dos esquadrejamentos. O Conselho de Direitos Humanos obteve, à época, laudos de quatro esquadrejamentos.

Importante constar que todos esses fatos ocorreram sem que o CEDH conseguisse ser ouvido internamente pelas instituições responsáveis pela gestão do sistema prisional ou por sua fiscalização. O autoritarismo de então chegou ao ponto de haver a proibição, por parte do governo Paulo Hartung<sup>12</sup>, da entrada do Conselho de Direitos Humanos e da assistência religiosa em determinadas unidades prisionais. Essa proibição foi revertida apenas em 2009, graças a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que determinou que o Estado garantisse o acesso do CEDH ao interior dos presídios.

Diante do cerco imposto pelo governo do estado à atuação do CEDH, mais uma vez a estratégia foi a mobilização social e a articulação nacional e internacional. O CEDH conseguiu chegar ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça, cujo presidente, Sergio Salomão Shecaira, após inspeções locais, pediu, em 2009, a intervenção federal no Espírito Santo por graves violações aos direitos humanos<sup>13</sup>. Tratou-se do segundo pedido de intervenção federal em menos de 10 anos. Entretanto, novamente, os acordos políticos prevaleceram e a intervenção não ocorreu.

A partir daí, o quadro se agravou e as ameaças de morte a conselheiros passaram a ocorrer. De forma estratégica, o CEDH se articulou com entidades com assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, especialmen-

---

12. Paulo Hartung foi governador do estado do Espírito Santo por três mandatos, sendo o primeiro (2003-2006), eleito pelo PSB; o segundo (2007-2010), eleito pelo PMDB (hoje, MDB) e o terceiro (2015-2018), eleito pelo PMDB, depois ficou sem partido.

13. Informação disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-mai-15/conselho-penitenciario-intervencao-federal-espírito-santo/>.

te a Conectas Direitos Humanos e Justiça, e, em março de 2010, o então presidente do CEDH fez um pronunciamento no Conselho da ONU em Genebra<sup>14</sup>. A partir do enorme constrangimento internacional causado, o governo do estado recuou na estratégia de enfrentamento ao CEDH e decidiu por extinguir as celas metálicas, acabar com os presídios em delegacias de polícia, demolir a Casa de Custódia de Viana e abrir vagas no sistema.

### *A institucionalização da política de direitos humanos*

Após a intensa mobilização que permitiu ao CEDH chegar à ONU, os anos seguintes foram dedicados à construção da política de direitos humanos. Foi assim que ainda em 2010, durante a transição de governos, o CEDH propôs a criação de um grupo de trabalho para pensar a primeira estrutura de gestão da política de direitos humanos, até então restrita à pauta no sistema prisional no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça. Dali nasceu a Subsecretaria de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo, em 2011. Inserida na estrutura da então Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, a nova instância simbolizou o reconhecimento da necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de proteção e promoção à dignidade humana e de enfrentamento às desigualdades históricas que marcam o estado, a partir de enorme pressão exercida pelo CEDH.

No mesmo contexto, merece destaque a luta pela elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos e do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Muito embora ambos tenham sido produzidos por um grupo de trabalho instituído pelo governador do estado, a institucionalização dos mesmos se deu por meio da Portaria 030-S<sup>15</sup> assinada pelo então secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos, Helder Salomão (PT), em 04 de abril de 2014. Como desdobramento desse primeiro organismo de gestão, e por permanente pressão do CEDH, em 2016, ocorreu a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Importante ainda constar que, desde o ano 2000, o CEDH somou forças com a sociedade civil e, em especial, com o MNDH para a implementação do Sistema Estadual e Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), que é parte de um compromisso brasileiro pactuado com organismos internacionais. A criação do Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura (Cepet/ES) e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura (Mepet/ES) foi conquistada em 2013, pela Lei n° 10.006.

---

14. Informação disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2010/03/1336131>

15. Informação disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/Documentos%202020/programaestadualdedireitoshumanosES.pdf>.

A legislação consolidou um instrumento de fiscalização e controle social alinhado ao Protocolo Facultativo da ONU<sup>16</sup>, permitindo o monitoramento de locais de privação de liberdade e a produção de recomendações públicas. Ocorre que a institucionalização do Mepet, com peritos nomeados e estrutura correlata, só ocorreu após uma década de luta do CEDH e de articulação com a Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES). A Defensoria precisou ajuizar, em janeiro de 2023, uma ação civil pública para que o governo do estado instalasse o Mepet, com a contratação de peritos remunerados. Na ação, a DPES argumentou que o estado possui um sistema prisional com diversas deficiências estruturais, o que torna fundamental a atuação do Mepet.

Em síntese, ao longo desses 30 anos de existência, o CEDH resiste sendo um dos principais espaços de afirmação da importância da democracia participativa no Espírito Santo. Em meio a contradições, limites e inúmeros desafios postos à atuação da sociedade civil no processo de compartilhamento de poder e avanços das pautas sociais, o CEDH registra um incontestado legado à luta pelos direitos humanos em solo capixaba.

Desde a luta contra o domínio do crime organizado na década de 1990, os enfrentamentos das gravíssimas violações no sistema prisional e as tensões para conquista da institucionalização de uma política pública efetiva de direitos humanos escreveu-se uma história de coragem, autonomia e coerência política em torno da pauta da dignidade humana.

É certo que os desafios se transformam, como se transforma a realidade social. Seguimos sendo desafiados pelo avanço neofascista, que ameaça a democracia e seus preceitos fundamentais; pela desigualdade social, que tem no aumento do número de pessoas em situação de rua sua expressão maior; pela fragilização das defensoras e defensores de direitos humanos, dada a ausência da implementação de um programa específico de proteção (criado na Lei nº 8.233 de 21/12/2005); pelas violações que seguem no sistema prisional e socioeducativo, cuja ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>17</sup> tramita desde 2011; pelas violências policiais nos territórios periféricos; enfim, pela não implementação efetiva de um programa estadual de direitos humanos robusto, articulado e financiado.

---

16. De acordo com o Decreto nº. 6085/2007, o Protocolo Facultativo estabelece um sistema de visitas regulares efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes a lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a intenção de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

17. Ação proposta pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra) e pela Justiça Global e que tramita desde 2011 na Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica, em função de diversos atos de violência, tais como motins e ameaças de motins, agressões a adolescentes internados, a falta de controle e a ineficiência da administração da Unis, e as precárias condições de internação das crianças e adolescentes. Informação pode ser consultada em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/socioeducativa\\_se\\_11.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/socioeducativa_se_11.pdf).

O verdadeiro desafio do Espírito Santo, portanto, não é apenas manter as instituições criadas e em pleno funcionamento, mas fazê-las produzir democraticamente políticas públicas efetivas, sustentáveis e transformadoras, capazes de traduzir o discurso da dignidade humana em práticas concretas de justiça social em todo território capixaba. É nessa direção que o CEDH seguirá construindo sua história!

### *Referências*

DANTAS, A. **Controle social e estratégia democrático-popular: notas para um balanço histórico.** In: IASI, M.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. (Org). *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico.* Marília: Unifesp, 2019.

FALEIROS, V. P.; VASCONCELOS, L. C. F; SILVA, J. F. S; SILVEIRA, R. M. G; **A construção do SUS – histórias da reforma sanitária do processo participativo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



# **Entre fé e direitos humanos: ação pastoral e resistência no Espírito Santo rumo ao novo milênio**

*Pe. Kelder José Brandão Figueira<sup>1</sup>*

*1. Pe. Kelder José Brandão Figueira é padre da Arquidiocese de Vitória-ES; vigário episcopal para Ação Social Política e Ecumênica e pároco na Paróquia Santa Teresa de Calcutá.*

A preparação da Igreja para o Terceiro Milênio teve início com a publicação da Carta Apostólica *Tertio Millennium Adveniente*, do Papa João Paulo II, em 10 de novembro de 1994. Nesse documento, o pontífice propôs que a caridade fosse colocada em relevo e defendeu o perdão da dívida internacional dos países empobrecidos, proclamando o ano 2000 como Ano Jubilar<sup>2</sup>, em continuidade à tradição da Igreja.

Segundo João Paulo II (1994, n. 50), esse jubileu deveria ressaltar a virtude teológica da caridade, sintetizada na afirmação de que “Deus é amor” (1Jo 4,8.16). A caridade, entendida como amor a Deus e aos irmãos, constitui “a síntese da vida moral do crente”, tendo em Deus sua fonte e sua meta. O papa também destacou que:

*Nesta perspectiva e recordando que Jesus veio “evangelizar os pobres” (Mt 11,5; Lc 7,22), como não sublinhar com maior decisão a opção preferencial da Igreja pelos pobres e os marginalizados? Antes, deve-se afirmar que o empenho pela justiça e pela paz num mundo como o nosso, marcado por tantos conflitos e por intoleráveis desigualdades sociais e econômicas, é um aspecto qualificante da preparação e da celebração do Jubileu (João Paulo II, 1994, n. 51).*

Essa reflexão amplia o sentido do jubileu, propondo-o como ocasião favorável para o perdão da dívida internacional e para enfrentar desafios contemporâneos, como o diálogo entre culturas, os direitos das mulheres e a promoção da família como primeira célula da sociedade, que demanda atenção especial por parte das pessoas e instituições.

Inspiradas por essa perspectiva, as ações concretas do episcopado brasileiro buscaram traduzir esses ideais em iniciativas sociais e políticas. Assim, a exortação do Papa João Paulo II foi acolhida e ganhou forma com a organização da 3ª Semana Social Brasileira<sup>3</sup>, atividade que perpassou toda

---

2. O Ano Jubilar é uma tradição católica, que remonta ao pontificado de Bonifácio VIII, em 1300. Ele é proclamado a cada 25 anos pelo papa, com o objetivo de fortalecer a espiritualidade a partir do perdão e da libertação integral dos fiéis, cujos fundamentos bíblicos e teológicos estão enraizados no Livro de Levítico, capítulo 25, que estabelece o descanso da terra a cada 50 anos, bem como a libertação dos escravizados e perdão dos endividados.

3. As Semanas Sociais tiveram início na Itália em 1907, por iniciativa da Conferência Episcopal Italiana, para promover a dimensão social da evangelização, a partir da Doutrina Social da Igreja. Essa inspiração chegou ao Brasil em 1991, a partir da Campanha da Fraternidade sobre o Mundo do Trabalho, abordando as consequências das inovações tecnológicas da época. O tema da 1ª Semana Social foi Economia, soberania e democracia. A 2ª Semana Social Brasileira aconteceu entre 1993 e 1994, com o tema Brasil: alternativas e protagonistas. A 3ª Semana Social Brasileira aconteceu de 1997 a 1999, com o tema Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática.

a segunda metade da década de 1990, culminando na realização de dois plebiscitos populares: o primeiro sobre a moratória da dívida externa brasileira e o segundo sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e sobre a base militar dos Estados Unidos em Alcântara, MA.

A 3ª Semana Social Brasileira foi organizada nacionalmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com diversas entidades reunidas em um fórum nacional formado por sindicatos, partidos políticos, igrejas cristãs, universidades, entre outras. A Campanha da Fraternidade<sup>4</sup> foi um instrumento importante de mobilização e de formação para as pautas sociais com vistas à recepção do Terceiro Milênio e à celebração do Ano Jubilar proclamado pelo papa. Em 1995, a Campanha pautou o tema da exclusão social, propondo a criação do Grito dos Excluídos, denunciando a pobreza causada pela dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos Estados Unidos.

O tema da Campanha de 1995 foi “*A fraternidade e os excluídos*”, com o lema “*Eras Tu, Senhor?!*”. Em 1996, foi “*Fraternidade e Política*”, com o lema “*Justiça e paz se abraçarão!*”. Em diversos municípios da Arquidiocese de Vitória foram organizados Grupos de Acompanhamento ao Legislativo (GAL). Em 1997, o tema foi “*A fraternidade e os encarcerados*”, com o lema “*Cristo liberta de todas as prisões!*”. Em 1998, “*A fraternidade e a educação*”, com o lema “*A serviço da vida e da esperança*”. Em 1999, “*A fraternidade e os desempregados*”, com o lema “*Sem trabalho... por quê?*”.

Todos esses temas desembocaram na Campanha do Ano Jubilar, 2000, com o mote “*Dignidade Humana e Paz: por um novo milênio sem exclusões*”. Essa foi a primeira Campanha da Fraternidade organizada ecumenicamente, com as igrejas irmãs do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), ensejando um novo momento da Igreja no Brasil.

A abertura da Campanha da Fraternidade 2000 na Arquidiocese de Vitória aconteceu no dia 12 de março, no ginásio Álvares Cabral, e foi um evento marcante que consolidou, diante de um público estimado em mais de 10 mil pessoas, o Fórum Reage Espírito Santo, contra a Violência e a Impunidade<sup>5</sup>, criado em outubro de 1999.

---

4. A Campanha da Fraternidade é uma iniciativa da Conferência Episcopal Brasileira, que acontece desde 1964, promovida durante o período da Quaresma, preparando os fiéis católicos para a celebração da Páscoa. Por meio da Campanha da Fraternidade, a Igreja aborda temas eclesiais, sociais e ecológicos, alargando a reflexão sobre o pecado, para além das questões morais pessoais e sexuais, lançando luzes sobre os pecados estruturais que permeiam, historicamente, a sociedade brasileira.

5. O Fórum Reage Espírito Santo, contra a Violência e a Impunidade foi criado em outubro de 1999, na sede da OAB, em uma articulação da Arquidiocese de Vitória e a Ordem dos Advogados do Brasil, com a participação de igrejas, sindicatos, partidos políticos, universidade, associações de moradores e movimento de direitos humanos.

O Reage Espírito Santo surgiu com a confluência do Fórum de Resgate das Dívidas Sociais<sup>6</sup> – oriundo da conclusão da 3ª Semana Social Brasileira, no fim de 1998 – e do Fórum Ecumênico Campo Cidade, movimento que, desde o início da década de 1990, pautava as questões sociais da cidade e do campo. O novo fórum foi um divisor de águas na trajetória dos direitos humanos no estado e no saneamento da política e das instituições públicas capixabas, tomadas pela criminalidade organizada.

Coordenado pela Arquidiocese de Vitória, pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Central Única dos Trabalhadores, pela Universidade Federal do Espírito Santo, por partidos políticos, mandatos parlamentares e diversos movimentos populares, o Fórum Reage Espírito Santo expôs, nacional e internacionalmente, as mazelas do Espírito Santo, refém do crime organizado, cujo maior expoente ocupava a presidência da Assembleia Legislativa, com ramificações no Executivo e no Judiciário capixaba.

O Reage Espírito Santo funcionou até 2003, sendo esvaziado a partir de uma ação estratégica do então governador Paulo Hartung, à época, do PSB, que havia participado da sua fundação e alçado ao governo do estado com seu apoio. Ao assumir o governo, ele criou um Grupo de Gestão Integrada para tratar da segurança pública, convidando, personalissimamente, os dirigentes das entidades que coordenavam o Fórum para participar desse grupo, sob a sua gestão, desqualificando as ações do Reage ES e iniciando um período de perseguição aos militantes de direitos humanos, além do sucateamento dos equipamentos de promoção desses direitos, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Em nome da governabilidade e do desenvolvimento, principalmente dos recursos dos *royalties* do petróleo, os partidos e mandatos relativizaram as pautas dos direitos humanos e os problemas sociais, sob a justificativa de que havíamos mudado uma página obscura da política capixaba. Como consequência, a violência explodiu no estado. Os índices de homicídios dispararam. O Espírito Santo passou a ocupar os primeiros lugares no ranking de homicídios no país e, junto com a violência, explodiu a crise no sistema prisional, que ficou internacionalmente conhecido como “as masmorras capixabas”. Os horrores do sistema prisional capixaba vieram a lume com a exposição de cadáveres esquartejados nos presídios e de *containers*

---

6. O Fórum de Resgate das Dívidas Sociais surgiu como desdobramento das atividades da 3ª Semana Social Brasileira. Era formado pela Arquidiocese de Vitória, Diocese de São Mateus, Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, Diocese de Colatina, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Metodista, Universidade Federal do Espírito Santo, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Bancários, Famops, Movimento Nacional de Direitos Humanos, entre outras entidades.

usados para o encarceramento, ou seja, seres humanos sendo tratados como mercadorias descartáveis.

A Arquidiocese de Vitória, através da Comissão de Justiça e Paz, fez as primeiras denúncias dos horrores que os encarcerados viviam diariamente nesse período, recorrendo ao Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana, além de organizar um projeto de reestruturação do sistema prisional, a partir da implementação e do respeito ao que estabelece a Lei de Execuções Penais, propondo, também, que a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) fosse assumida no estado como política pública de reintegração dos apenados à sociedade.

Juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Associação de Mães de Vítimas da Violência, a Arquidiocese de Vitória participou da denúncia<sup>7</sup> internacional das violações dos direitos e da vida dos encarcerados na Organização das Nações Unidas (ONU) e do pedido de intervenção federal no sistema prisional capixaba, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Penitenciária. Com a Campanha da Fraternidade de 2009 sobre a segurança pública, a Arquidiocese de Vitória rompeu a blindagem do governo, ao expor o escândalo da violência, lançando luzes sobre o alto índice de homicídios no estado.

Junto ao Fórum Estadual de Juventude Negra (Fejunes) e outros segmentos juvenis, a Arquidiocese organizou, a partir de 2009, a Campanha Contra a Violência e Extermínio das Juventudes. Essa campanha culminou em uma grande marcha estadual, no dia 30 de outubro de 2011, Dia Nacional da Juventude, tendo como desdobramento a criação do Conselho Estadual das Juventudes e da Semana Estadual das Juventudes, além de suscitar a criação do Observatório Capixaba de Juventude e promover o protagonismo de lideranças jovens, como Lula Rocha (*in memoriam*) e a atual presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Camila Valadão. Na ocasião, ela fez uma denúncia contundente contra o extermínio da juventude negra, retomando a célebre frase da eterna Elza Soares, ao afirmar: “No Espírito Santo, a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

---

7. Em 2008, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória denunciou ao Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana as violações de direitos humanos, recorrentes no sistema prisional capixaba. Em 2009, o Movimento Nacional de Direitos Humanos pediu intervenção federal no sistema prisional do estado, através do Conselho Nacional de Políticas Penitenciárias, tendo o pedido referendado pelo Conselho. Entretanto, houve uma articulação política em Brasília, junto ao governo federal, e a intervenção não se efetivou, ensejando as denúncias feitas à ONU, através do presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno Toledo, das “masmorras capixabas”, como ficou conhecido internacionalmente o sistema prisional do Espírito Santo.

Em 2015, com o crime ambiental das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, a Arquidiocese de Vitória protagonizou, por meio da Comissão de Justiça e Paz, a organização do Fórum Rio Doce, apresentando as primeiras denúncias internacionais do crime cometido contra uma das maiores bacias hidrográficas do mundo e articulando, também, pesquisadores e as comunidades locais. Esse movimento preparou o caminho para a vinda do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para o estado. O MAB deu continuidade a essas ações, consolidando-se como um novo ator na defesa dos direitos humanos e ambientais no Espírito Santo.

Em 2019, foi criado o Vicariato para Ação Social, Política e Ecumênica da Arquidiocese de Vitória, com a missão de organizar as atividades sociais da Arquidiocese e fortalecer os vínculos com os movimentos sociais. O Vicariato é formado pelo Fórum das Pastorais Sociais; Fórum dos Projetos Sociais; Fórum Igrejas e Sociedade; Escola de Fé e Política; Comissão de Promoção da Dignidade Humana e Campanha Paz e Pão.

O Fórum das Pastorais Sociais reúne pastorais da Arquidiocese que, historicamente, estão relacionadas com a promoção da dignidade humana, desde a concepção até o término natural da vida. São organicamente organizadas na Arquidiocese as pastorais da Criança, do Menor, do Idoso, da Saúde, da Aids, do Povo da Rua, Operária, Carcerária, da Sobriedade e da Pesca. Estamos em vias de reorganização da Pastoral da Ecologia e de um Grupo de Diversidade, acolhendo pessoas LGBTQIAP+.

O Fórum dos Projetos Sociais é a representação de 21 projetos vinculados à Arquidiocese que atendem crianças, adolescentes, jovens e famílias em áreas de vulnerabilidade social, com atividades de reforço escolar, fortalecimento de vínculos, oficinas culturais, esporte, lazer, alimentação, formação e outras, trabalhando em rede com os equipamentos públicos.

A primeira atividade do Vicariato foi a organização de uma grande assembleia com os organismos da Arquidiocese, igrejas irmãs, Universidade, imprensa e movimentos sociais, que aconteceu no dia 27 de julho de 2019, com a participação de cerca de 500 pessoas. Desse encontro surgiu uma carta de intenções que proporcionou a criação do Fórum Igrejas e Sociedade, arriculando igrejas, movimentos sindicais, movimentos sociais e coletivos populares. Desde a sua criação, é esse fórum que organiza anualmente o Grito dos Excluídos e Excluídas no dia 07 de setembro.

Coube ao Vicariato retomar e dar continuidade às pautas históricas da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, extinta em 2016. Com esse objetivo, o Vicariato organizou a Comissão de Promoção da Dignidade Humana (CPDH), que, além das pautas históricas da comissão extinta, interage com as demandas atuais inerentes à dignidade da pessoa humana e de toda a criação.

Com a aprovação da famigerada “PEC da morte”<sup>8</sup> (Proposta de Emenda à Constituição 55/2016), que se transformou na Emenda Constitucional 95, e o aumento da fome, que desde 2015 voltou a rondar as comunidades, fustigando as famílias empobrecidas, em 2018, antes mesmo da criação do Vicariato, um grupo começou a idealizar uma campanha permanente contra a fome e pela inclusão social, organizada em três eixos: formação e espiritualidade; rede de apoio e arrecadação; e incidência política. A chegada da pandemia da covid-19 e as ações de desmonte das políticas de distribuição de renda promovidas pelos governos federal, estadual e municipais intensificaram a fome nas periferias. A proposta da campanha permanente se mostrou, então, uma ação necessária para aliviar o sofrimento de milhares de famílias, consolidando-se, em 2021, como a Campanha Paz e Pão, que atende famílias em vulnerabilidade em todas as regiões abrangidas pela Arquidiocese de Vitória e na Diocese de Cachoeiro de Itapemirim.

Além da distribuição de milhares de cestas básicas e alimentos *in natura*, a Campanha Paz e Pão tem sido responsável pela rearticulação e criação – onde não existem – dos conselhos estadual e municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, atuando intensamente, também, na organização de conferências e criação de bancos de alimentos, além de outras iniciativas.

Em 2022, o Vicariato inaugurou a Escola de Fé e Política da Arquidiocese, que leva o nome de Dom Silvestre Luiz Scandian, com o objetivo de preparar leigos e leigas para a atuação política, em todas as esferas da sociedade, a partir dos princípios da Doutrina Social da Igreja: dignidade da pessoa humana; primazia do bem comum; destinação universal dos bens; primazia do trabalho sobre o capital; subsidiariedade e solidariedade.

Durante a pandemia da covid-19, que levou do nosso convívio milhares de pessoas, muitas atuantes nos organismos pastorais da Arquidiocese, o Vicariato foi incansável na articulação e defesa das pessoas mais vulnerabilizadas, especialmente as pessoas em situação de rua, atuando diretamente nas ações políticas estadual e municipais, distribuindo alimentação e organizando campanhas para que essa parcela da população tivesse o mínimo necessário garantido pelo poder público para sobreviver ao caos que se instalou no mundo.

Esse resgate histórico – ou, no linguajar da Igreja, essa recordação da caminhada – demonstra que, nos últimos 20 anos, a Arquidiocese de Vitória caminhou ombreada à defesa intransigente dos direitos humanos, como um pressuposto necessário para a promoção da vida e da dignidade de cada pessoa. Assim, permanece fiel às suas opções históricas pelos pobres e pela

---

8. A PEC 55/2016, que se transformou na Emenda Constitucional 95, congelou os gastos públicos do governo federal, impedindo os investimentos necessários nos programas sociais, especialmente, os voltados para as políticas de distribuição de renda.

primazia da vida comunitária a partir das Comunidades Eclesiais de Base, que constituem a identidade da Igreja Católica Capixaba desde o acolhimento e a implantação das diretrizes pastorais do Concílio Vaticano II<sup>9</sup>, assumidas pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968), Puebla (1978), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

Essa caminhada não tem sido fácil, especialmente nesse tempo obscuro<sup>10</sup> que estamos atravessando. A cada dia surgem desafios internos e externos que precisam ser enfrentados e superados para que as pautas dos direitos humanos não sejam relativizadas ou abandonadas pela Igreja. O caminho que precisa ser percorrido é longo e árido. Mas é fortalecendo os joelhos cansados, apoiando o que está manco e atravessando o deserto, por mais desafiador que seja, que chegaremos à Terra Prometida, a Terra Sem Males, a um Novo Milênio, que não é mais novo, sem exclusões.

O futuro da Arquidiocese de Vitória deve se inspirar nas lutas históricas que a conectaram de forma tão firme à defesa dos direitos humanos, reconhecendo que cada conquista e resistência do passado é um guia para enfrentar os desafios que ainda persistem. É essencial fortalecer essa presença profética na sociedade, ampliando o engajamento com movimentos sociais, comunidades e juventudes, para que a promoção da dignidade humana continue sendo um compromisso inegociável. Olhar para frente significa transformar a memória de lutas e vitórias em ação concreta, consolidando

---

9. O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965), convocado pelo Papa João XXIII, é um divisor de águas na história da Igreja Católica. Ele propôs reformas estruturantes necessárias, adequando a Igreja Católica ao tempo atual, com o objetivo de estabelecer o diálogo da Igreja com a sociedade moderna. Uma das constituições conciliares, a “*Gaudium et Spes*”, trata especificamente do diálogo e da aproximação da Igreja com a sociedade.

10. Um contexto nacional com situações preocupantes em diversos níveis, com sequelas sociais, ambientais, políticas e morais, muitas delas geradoras de frustrações que removem as mais básicas seguranças, traz aos primeiros lugares das preocupações de pessoas e grupos a busca por segurança. Se, portanto, não se consegue encontrar esta segurança nos mecanismos histórico-sociais, nos caminhos naturais, ela haverá de ser buscada predominantemente nos caminhos sobrenaturais. Por certo, não se trata de negar a abertura ao transcendente e a entrega confiante nas mãos de Deus. Se assim fosse, estaríamos negando nossa própria identidade e missão, o valor salvífico de Jesus Cristo e a ação da graça de Deus, amplamente presentes nas Sagradas Escrituras, especialmente nos Evangelhos. O problema permanece no âmbito expresso pela imagem do pêndulo com suas variadas e abruptas oscilações. Embora o equilíbrio esteja no meio, a tendência dualista aos extremos é que se torna preocupante. Quando, portanto, uma determinada tendência espiritual, como é o caso do tema desta Análise de Conjuntura Eclesial, entende a totalidade da fé a partir apenas de um aspecto e espectro, seja ele histórico ou sobrenatural, o desequilíbrio já se instalou e os riscos são consideráveis. E um dos primeiros riscos é o do fanatismo, sempre oposto ao equilíbrio e infelizmente pautado no fundamentalismo bíblico, que ignora a necessidade de se levar em conta o tríplice sentido: literal, espiritual e pleno da Escritura 7. (CNBB, Análise de Conjuntura, setembro 2025).

a missão da Igreja como voz de esperança, justiça e inclusão, sempre em defesa daqueles que vivem à margem e daqueles cuja vida é ameaçada pela violência e pelas desigualdades.

### *Referências*

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional n. 95. 15 dez. 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1995: A fraternidade e os excluídos**. Brasília: Edições CNBB, 1995.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1996: Fraternidade e política**. Brasília: Edições CNBB, 1996.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1997: A fraternidade e os encarcerados**. Brasília: Edições CNBB, 1997.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1998: A fraternidade e a educação**. Brasília: Edições CNBB, 1998.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1999: A fraternidade e os desempregados**. Brasília: Edições CNBB, 1999.

CNBB; CONIC. **Campanha da Fraternidade 2000: Dignidade Humana e Paz – Por um Novo Milênio sem Exclusões**. Brasília: Edições CNBB/CONIC, 2000.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2009: Fraternidade e segurança pública**. Brasília: Edições CNBB, 2009.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente**. Vaticano, 10 nov. 1994.

MNDH. **Relatórios de Direitos Humanos no Espírito Santo (1999-2003)**. Brasília: MNDH, 2003.

ONU. **Relatório do Conselho de Direitos Humanos sobre a situação do sistema prisional brasileiro**. Genebra: ONU, 2001.

CNBB. **3ª Semana Social Brasileira: mutirão por um Novo Brasil**. Brasília: Edições CNBB, 1999.

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. **Relatórios e documentos do Fórum Reage Espírito Santo**. Vitória: Arquidiocese de Vitória, 1999-2003.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação civil pública sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Brasília, DF: MPF, 2015.



# **A construção dos direitos humanos no Espírito Santo: entre violações graves e a resistência militante**

*Verônica Cunha Bezerra<sup>1</sup>*

*1. Doutoranda em Ciências Sociais; mestre em Direitos e Garantias Fundamentais; especialista em Direitos Humanos e Segurança Pública; advogada, coordenadora de Projetos do CADH Valdício Barbosa dos Santos; diretora de Direitos Humanos da OAB/ES; conselheira Estadual de Direitos Humanos; membro da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; colunista de A Gazeta.*

O presente artigo tem como objetivo apresentar o processo de construção da luta por direitos humanos no estado do Espírito Santo e o estabelecimento de uma política de direitos a partir da trajetória das entidades de defesa dos direitos humanos, com destaque para o Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos<sup>2</sup> (CADH Valdício Barbosa dos Santos). Tal percurso insere-se em um contexto historicamente marcado por graves violações de direitos, em contraste com a atuação resiliente de militantes e defensores de direitos humanos.

Diante da ação de esquadrões da morte, da ocorrência de homicídios por encomenda e da disseminação da violência no meio rural e urbano, consolidou-se a necessidade de forjar uma sociedade civil ativa e comprometida com a transformação social, cujo legado se revela fundamental para as gerações futuras.

### *Contexto histórico das violações de direitos humanos no Espírito Santo*

No final da década de 1960 e início da década de 1970, “a imprensa capixaba efetuou um levantamento no cemitério de Maruípe, em Vitória, e apurou 240 sepultamentos – dos quais, 130 eram de pessoas ‘não identificadas’” (Guimarães, 1978, p. 4) –, o que desvelou a atuação de um grupo formado por policiais e ex-policiais envolvidos em execuções de pessoas que cumpriam pena no estado do Espírito Santo. Na medida em que, após a denúncia, vários corpos foram encontrados em diferentes locais, esse grupo ficou conhecido como Esquadrão da Morte (Guimarães, 1978).

Em 1973, aconteceu o brutal assassinato de Araceli Cabrera Crespo<sup>3</sup>, em Vitória, cujos acusados, pertencentes a duas tradicionais famílias do estado, Hilal e Michelini, permaneceram impunes.

---

2. Valdício Barbosa dos Santos foi um líder rural do município de Pedro Canário/ES assassinado em 12 de setembro de 1989, na localidade de Floresta Sul, que defendia os direitos humanos das pessoas que lutavam por terra e melhores condições de vida. O nome de Valdício Barbosa dos Santos foi atribuído ao CADH por Isaías Santana da Rocha, um dos fundadores da entidade.

3. O Caso Araceli, como ficou conhecido, tornou-se símbolo nacional da luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O crime ocorreu em 18 de maio de 1973, quando Araceli, de apenas oito anos, foi sequestrada, drogada, abusada e assassinada em Vitória. O corpo foi encontrado seis dias depois em um terreno baldio, desfigurado por ácido e com marcas de extrema violência. Os principais suspeitos eram membros de famílias influentes do Espírito Santo. Apesar de condenações iniciais, os réus acabaram sendo absolvidos em um novo julgamento em 1991, em meio a alegações de falhas na investigação e influência política. O crime permanece impune. A história de Araceli mobilizou a sociedade brasileira e, em 2000, o Congresso Nacional instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em 18 de maio, data da sua morte.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Espírito Santo foi palco de graves violações de direitos humanos. A atuação de esquadrões da morte, grupos formados por policiais e civis que executavam sumariamente pessoas consideradas “indesejáveis” ou envolvidas com o crime, disseminou o medo e a insegurança entre a população. Tudo isso acontecia, muitas vezes, com o aval de setores do poder público, tornando difícil a responsabilização dos envolvidos.

Nesse período, aumentaram os casos de violência contra defensores e ativistas devido à sua atuação social e política. Entre 1986 e 1989, foram assassinadas oito pessoas<sup>4</sup> que tinham destacada atuação combativa, denunciando irregularidades e violações de direitos humanos. Esses casos ilustram o contexto de vulnerabilidade enfrentado por quem posicionava-se contra interesses estabelecidos ou denunciava irregularidades. A perda dessas vidas representou um capítulo doloroso e marcante na trajetória de luta e defesa dos direitos humanos no Espírito Santo.

Entre os anos de 1990 e 1991, foram registrados os assassinatos e desaparecimentos de aproximadamente cem ex-presidiários no estado, de acordo com o Relatório contra a Impunidade, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH)<sup>5</sup>. A situação nos presídios tornou-se insustentável diante do medo constante entre os detentos, que temiam ser mortos tanto dentro das instituições quanto após a soltura, nas ruas. Um movimento envolvendo 280 presidiários da Casa de Detenção de Vila Velha (Cascurv) denunciou nomes de ex-policiais, policiais e outras pessoas que fizeram parte da Operação Pena de Morte (OPM).

---

4. Anastácio Cassaro, prefeito de São Gabriel da Palha (1986): vítima de violência no exercício da função pública, evidenciando os riscos enfrentados por gestores comprometidos com mudanças sociais. Francisco Domingos Ramos, sindicalista no município de Pancas (1988): morto em decorrência de sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais. Ana Angélica Ferreira, dentista, em Vitória (1989): seu assassinato mostra que até profissionais da saúde podiam ser alvo de violência, possivelmente por envolvimento em causas sociais. Paulo Damião Tristão, sindicalista no município de Linhares (1989): evidência da perseguição a lideranças rurais comprometidas com a justiça social. Maria Nilce Magalhães, jornalista, em Vitória (1989): assassinada provavelmente em represália à sua atuação crítica e investigativa na imprensa local. Verino Sossai, sindicalista no município de Montanha (1989): mais um caso que mostra a repressão ao movimento sindical. Valdício Barbosa dos Santos, sindicalista no município de Pedro Canário (1989): vítima da intolerância contra defensores dos trabalhadores. Gabriel Félix Roger Maire, padre no município de Vila Velha (1989): sua morte está relacionada à defesa dos direitos humanos e à atuação pastoral junto às comunidades vulneráveis.

5. Trata-se de um movimento da sociedade civil brasileira fundado em 1982, que articula e defende os direitos fundamentais e a dignidade humana, atuando como um importante interlocutor junto ao governo e a outros movimentos sociais no combate às violações e na promoção da cidadania. Suas ações são diversas, entre elas estão apresentação de denúncias, mobilizações e incidência política.

Segundo a Ação Penal n.º 960006417-2, ajuizada pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), em 1996, que extinguiu a Scuderie Detetive Lê Cocq<sup>6</sup>, esta organização existia desde 1965, sendo oficializada em 1984. Surgiu no Rio de Janeiro e criou ramificações em outros estados, entre os quais o Espírito Santo. A referida organização adotava como símbolo uma caveira sobre duas tíbias cruzadas em forma de X, acompanhadas das letras E.M., anteriormente utilizadas pelo Esquadrão da Morte. Essa escolha de símbolos reforçava a continuidade ideológica e operacional entre as duas entidades, sob a fachada de organização filantrópica, ocultando suas reais atividades. Na prática, tratava-se de uma organização paramilitar estruturada de maneira hierárquica e com características típicas de milícias. A sustentação financeira vinha de contribuições empresariais, e a entidade reunia centenas de associados vinculados a diferentes instituições e segmentos da sociedade.

A Scuderie Detetive Lê Cocq operava como uma força autônoma, atuando em práticas de intimidação e violência contra lideranças, autoridades e jornalistas que tentavam denunciar ou investigar a organização. Tornou-se instrumento operacional de políticos e empresários ligados ao crime organizado, com evidências de envolvimento em grupos de extermínio em diversas localidades do Espírito Santo e em máfias municipais, atuando para desviar recursos públicos. A entidade adotava práticas seletivas de impunidade, dificultando a elucidação de crimes por meio de intervenções diretas ou indiretas nas investigações, e exercia influência sobre apurações por meio de uma rede de contatos dentro do sistema de segurança e justiça, como relatado no documentário *A Confraria do Crime*<sup>7</sup>.

### *Crimes contra líderes, profissionais e ativistas nos anos 1990*

A partir de 1990, a violência se estendeu a outros espaços sociais e profissionais, atingindo prefeitos, advogados, ambientalistas, jovens e

---

6. A Scuderie Detetive Le Cocq foi uma instituição de notória atividade, equiparada a um grupo paramilitar de policiais, criada no Rio de Janeiro, em 1965, para vingar a morte do famoso detetive Milton Le Cocq – um ícone da polícia carioca morto em confronto com o chamado Cara de Cavalo, em 1964 –, tornando-se o mais famoso esquadrão da morte do Brasil. Atuante nas décadas de 60, 70 e 80, era famosa por execuções, mas também por atos como panfletagem a favor do disque-denúncia. As atividades da Scuderie se expandiram para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Foi extinta judicialmente em 2004, por meio de sentença proferida pela Justiça Federal.

7. Documentário sobre a Scuderie Detetive Le Cocq que aborda a ocorrência de diversos crimes graves no Espírito Santo, como homicídios, especialmente de menores, em número que chamou a atenção internacional.

comunicadores<sup>8</sup> e ampliando o quadro de impunidade e violação de direitos. A lista de casos demonstra o padrão recorrente de violência e impunidade que marcou a trajetória de defensores de direitos humanos, sindicalistas, profissionais liberais e lideranças comunitárias no Espírito Santo. O registro desses episódios é fundamental para a memória e para o fortalecimento dos mecanismos de proteção a defensores de direitos humanos, reafirmando o compromisso com a dignidade e a justiça social.

### *Iniciativas de enfrentamento à violência e à impunidade na década de 1990 - criação do Fórum Ecumênico Campo e Cidade*

Em 1993, foi criado o Fórum Ecumênico Campo e Cidade, reunindo movimentos como o Movimento Nacional de Direitos Humanos Regional Leste I (MNDH Leste I), Movimento Sem Terra (MST), Movimento Nacional de Luta por Moradia no Espírito Santo (MNLM/ES) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além de outras entidades da sociedade civil, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra (CDDH-Serra)<sup>9</sup> e o Centro de Apoio ao Regional Leste I – atualmente denominado CADH Valdício Barbosa dos Santos –, sindicatos rurais e urbanos, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Vitória e igrejas integrantes do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil no Espírito Santo (Conic) – que reúne as igrejas Luterana, Anglicana, Metodista, Católica e Presbiteriana. Juntas, essas entidades promoveram campanhas contra a violência e em defesa da vida (Carlos, 2025), com o objetivo de organização e atuação frente à escalada da violência nas áreas urbanas e rurais do Espírito Santo.

---

8. José Maria Feu Rosa, prefeito de Serra, assassinado em Itabela/BA (1990): sua morte ilustra a extensão da violência política para além dos limites estaduais. Itagildo Coelho, motorista, em Itabela/BA (1990): vítima associada ao contexto político. Homero Reis, sindicalista e membro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Pancas (1990): sua morte mostra o risco corrido por quem atuava na articulação social e religiosa de base. Laurindo Buss, pequeno proprietário rural de São Gabriel da Palha (1990): nem mesmo pequenos produtores estavam livres da violência. Carlos Batista de Freitas, advogado no município de Serra (1992): a atuação como advogado o levou à exposição a situações de risco. Jean Alves da Cunha, adolescente, em Vitória (1993): sua morte reforça a vulnerabilidade da juventude diante da violência urbana. Paulo Cesar Vinha, ambientalista, em Vila Velha (1993): assassinado por sua atuação em prol do meio ambiente e denúncia de crimes ambientais. Célia Cerqueira Normanha e Paulo Normanha, em Vitória (1996): vítimas de violência, representando o ataque a grupos familiares e ativistas. Antário Filho, radialista, em Cariacica (1997): sua atuação comunicativa e crítica o expôs a perseguições.

9. Entidade de Direitos Humanos, criada em 1984, com sede estabelecida na Serra/ES, que tem por objetivo a defesa dos direitos humanos.

O Fórum Ecumênico Campo e Cidade buscou articular diferentes segmentos da sociedade para enfrentar conjuntamente a violência no estado, entendendo que o problema ultrapassava limites geográficos e exigia ações integradas.

Diante do aumento dos casos violentos, foi lançada, no dia 19 de agosto de 1993, no Espírito Santo, a Campanha Nacional contra a Violência e a Impunidade, iniciativa do MNDH, com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para denunciar as ocorrências, pressionar por respostas das autoridades e combater a cultura de impunidade predominante.

Outra ação foi a 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>10</sup>, que mobilizou pastorais, movimentos sociais e organizações civis no debate das principais dívidas sociais do Brasil, como moradia, terra e trabalho, resultando na criação de diversas estratégias, como a Rede Jubileu Sul, plebiscitos populares, debates legislativos sobre desemprego e direito ao trabalho. Essas estratégias contaram com forte participação comunitária no Espírito Santo.

Em 1998, diante do agravamento da violência, da impunidade e das violações dos direitos humanos no Espírito Santo, a luta em defesa da vida partiu dos bispos da Sub-Regional Leste I da CNBB, por meio da Comissão de Justiça e Paz, que propuseram a articulação de esforços junto ao MNDH/ES e à própria CJP, com o objetivo de criar um fórum de direitos humanos dedicado a assessorar as dioceses do estado, oferecendo suporte e orientação frente ao aumento dessa problemática.

Essa iniciativa estava alinhada à estratégia previamente definida pelo MNDH/ES, que, em seu encontro estadual realizado em 1997, planejou organizar uma frente ampla em defesa da vida, contra a violência e a impunidade. A intenção era unir as principais entidades democráticas e populares do Espírito Santo, lideranças políticas, administrações municipais e parlamentares, além de outras instituições públicas e privadas. Assim, buscava-se fortalecer o combate ao crime organizado, promovendo uma articulação coletiva e integrada entre os diversos setores comprometidos com a justiça e os direitos humanos no estado.

A partir de 1998, o MNDH, em conjunto com o CDDH-Serra e entidades filiadas e parceiras, sob coordenação da CJP, iniciou uma série de reuniões para definir estratégias de enfrentamento ao crime organizado, à violência de Estado

---

10. A CNBB é uma instituição relevante na defesa dos direitos humanos no Brasil, especialmente atuando junto aos grupos vulneráveis em diferentes contextos sociais e políticos. Na Ditadura Militar, a Igreja denunciou violações e participou do processo de redemocratização. Atualmente, mantém ações centrais como a defesa da vida, publicações de notas sobre questões sociais e políticas, atuação por meio de comissões especializadas e campanhas temáticas. A CNBB também faz parcerias com outras organizações para fortalecer a agenda dos direitos fundamentais e para promover justiça social.

e à impunidade. Uma das principais atividades realizadas por esse grupo foi a elaboração de uma cartilha voltada para padres, pastores, lideranças de comunidades e movimentos sociais, com o objetivo de fornecer embasamento teórico sobre as ações da criminalidade, suas causas e seus efeitos na sociedade. Também foram realizadas manifestações públicas e de massa, com o intuito de causar forte impacto na sociedade e na mídia local e, assim, sensibilizar a opinião pública e fortalecer, junto a diversos movimentos sociais e partidos políticos, o debate sobre a violência e a impunidade.

A organização do Fórum de Direitos Humanos representou um avanço importante, possibilitando, em pouco tempo, as articulações para o surgimento do Fórum Reage Espírito Santo, no final de 1998, como fruto do trabalho coletivo e integrado entre diversas instituições e movimentos sociais, consolidando uma frente ampla de combate ao crime organizado no estado diante do agravamento da crise institucional instalada nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

### *Avanços e novas estratégias de proteção social e combate à impunidade nas décadas de 1990 e 2000 – persistência dos crimes e novos mecanismos de proteção*

Na década de 1990, apesar da existência de mecanismos convencionais de proteção fundamentados na Constituição Federal de 1988, tais como prisão e medidas cautelares previstas na legislação ordinária, os crimes contra os direitos humanos continuaram ocorrendo. A legislação vigente não foi suficiente para conter a violência e a impunidade, exigindo a criação e o fortalecimento de novas estratégias e entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos.

O Centro de Apoio ao Regional Leste I do MNDH surgiu em meados da década de 1990, em um contexto no qual o movimento já havia desencadeado debates em torno da formulação de uma nova política nacional de direitos humanos. Tal processo estava orientado no entendimento de que o avanço na consolidação de uma cultura de direitos humanos exigia a ampliação e o aprofundamento das discussões relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Com a superação da fase inicial das lutas por direitos humanos travadas durante o regime civil-militar, o MNDH deixa de se configurar predominantemente como um espaço de denúncia das violações e passa a assumir um caráter propositivo, voltado à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas. Essa inflexão estratégica expressa o compromisso do movimento com a consolidação do Estado Democrático de Direito e com o fortalecimento das instituições democráticas.

Nesse novo período, tornou-se necessário reavaliar a estrutura organizacional e a institucionalidade da entidade. Assim, foi criado, em maio de 1995, o Centro de Apoio ao Regional Leste I do MNDH. Em 1997, iniciou-se um debate acerca do fortalecimento institucional do MNDH, visto que, diante da ampliação das demandas, a estrutura organizacional permaneceu insuficiente para atender às novas iniciativas e colaborar adequadamente com os setores público e privado. As novas iniciativas consistiram em firmar parcerias para assumir a execução de políticas públicas de direitos humanos e inserir uma institucionalidade organizativa ao movimento.

Nesse contexto, ainda em 1997, o Centro de Apoio ao Regional Leste I do MNDH assumiu a execução do Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas no Estado do Espírito Santo (Provita/ES)<sup>11</sup>, atendendo ao chamado do MNDH Nacional e do Ministério da Justiça na primeira expansão do Provita no Brasil.

A implantação do Provita/ES foi uma das estratégias de enfrentamento à criminalidade no estado, representando mais um avanço significativo na luta contra a impunidade. O programa passou a oferecer suporte e segurança para testemunhas ameaçadas, fortalecendo a capacidade do Estado de combater o crime organizado e proteger aqueles que colaboram com a Justiça. O programa retirava testemunhas e vítimas do local do risco e as inseria em locais seguros, com o acompanhamento de uma equipe técnica especializada.

Para dinamizar e consolidar as parcerias do MNDH no Espírito Santo no contexto dessa nova concepção, dando maior sustentabilidade e transversalidade à política de direitos humanos no estado, iniciou-se uma reestruturação interna. Dessa forma, em maio de 2001, o Centro de Apoio ao Regional Leste I se transformou no Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos (CADH Valdício Barbosa dos Santos).

Um dos destaques dessa reforma foi a forma de constituir a direção, que passou a ter um Conselho Diretor composto por membros das coordenações Administrativa e Financeira; Planejamento, Formação e Pesquisa; Relações Políticas e Institucionais.

O CADH Valdício Barbosa dos Santos assumiu todos os ativos e passivos do antigo Centro de Apoio ao Regional Leste I, dinamizou a sua estrutura

---

11. A implantação do Provita no Brasil foi realizada por períodos. Em 1996, foi implantado no estado de Pernambuco, como experiência pioneira, pelo Gabinete de Assessoria aos Movimentos Populares (Gajop). No ano de 1997, foi implantado nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, em uma parceria do MNDH e Ministério da Justiça, considerando os altos números de violência e extermínio de testemunhas de processos com envolvimento de agentes públicos. A segunda fase de expansão foi a partir de 1999, com a implantação nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Acre, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraná, Santa Catarina e Paraíba.

política e administrativa, possibilitando a habilitação para celebrar e gerenciar convênios e programas, bem como garantir o suporte jurídico, administrativo e político do MNDH no Espírito Santo. Enquanto entidade filiada, tornou-se referência do movimento no que diz respeito à operacionalização das ações estabelecidas nacionalmente, bem como para a articulação das demais entidades de defesa e promoção dos direitos humanos no estado.

Com a finalidade de atuar na defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, bem como na mobilização social, na pesquisa e na educação em direitos humanos e na área da assistência social, conforme definido pelas normativas nacionais e internacionais e pelos demais instrumentos legais vigentes, a instituição destaca-se por congrega sujeitos e coletividades em torno da defesa e da promoção dos direitos humanos – civis, políticos, culturais e ambientais – no âmbito estadual, orientando-se por uma missão de caráter principiológico fundada na defesa incondicional dos direitos humanos.

Ao longo de sua história de três décadas, entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: 1) a realização de cursos de formação básica em direitos humanos; 2) o gerenciamento de dois programas de proteção nacionais realizados em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) – o Provita, desde 1997, e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), desde 2005; 3) a implantação do Banco de Dados da Violência (BDV), um projeto do MNDH que foi desenvolvido em conjunto com a Ufes e a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) de 1996 a 2002; 4) a execução do Centro de Atendimento à Vítima de Violência no Espírito Santo (Ceav-ES), de 2001 a 2007.

Em 2021, o CADH Valdício Barbosa dos Santos alcançou status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), passando a ter uma abrangência de atuação internacional, ampliando a defesa intransigente dos direitos humanos como peticionário nas cortes internacionais.

Como compromisso ético-político, o CADH Valdício Barbosa dos Santos possui representação em diversos espaços de participação, como conselhos estaduais, comitês e fóruns nacionais<sup>12</sup>, desempenhando importante papel na construção de uma cultura de direitos humanos.

Em 2003, foi implantado o PPCAAM, consolidando um importante avanço na missão de garantir a proteção da vida e promover a defesa dos direitos humanos no Espírito Santo. Trata-se de política pública brasileira

---

12. Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Deliberativo do Provita/ES, Conselho Gestor do PPCAAM/ES, Comitê de Prevenção e Erradicação à Tortura, Fórum Nacional de Entidades Gestoras do Provita e do PPCAAM, Conselho Estadual de Segurança Pública e Conselho Estadual de Direitos Humanos.

criada para resguardar a vida de crianças e adolescentes em risco iminente de morte, vítimas ou testemunhas de crimes ou ameaçados por organizações criminosas, oferecendo proteção, mudança de local e acompanhamento psicossocial para garantir o direito à vida e o desenvolvimento integral, fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal. Inicialmente, a gestão do PPCAAM foi realizada pelo Centro de Defesa Jean Alves da Cunha. No ano de 2005, o CADH assumiu a gestão, reforçando seu compromisso com a proteção de crianças e adolescentes em situação de risco extremo, ampliando as ações voltadas à preservação da integridade física e psicológica desse público. Essa atuação representa um passo fundamental na luta pela vida, evidenciando o papel primordial da instituição na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento das ameaças que colocam em risco os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Em 2007, diante da necessidade de oferecer suporte aos defensores de direitos humanos ameaçados, teve início o processo de implantação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) no Espírito Santo, com execução realizada pelo CDDH-Serra. Um levantamento identificou muitos defensores de direitos humanos ameaçados, o que serviu como base para nortear a estruturação do PPDDH no estado. Esse diagnóstico foi fundamental para mapear os principais riscos enfrentados pelos defensores, identificar perfis das ameaças e definir estratégias adequadas de intervenção. Trata-se de política pública que visa garantir a segurança de pessoas que atuam na defesa de causas coletivas e são ameaçadas por isso, oferecendo apoio, acolhimento e medidas de proteção, tanto em nível federal quanto por meio de convênios com estados que possuem seus próprios programas. Assim, o programa foi sendo gradualmente implementado, proporcionando um avanço nas políticas de proteção e reafirmando o compromisso do Espírito Santo com a defesa dos direitos humanos. Em 2016, o PPDDH foi suspenso pelo governo do estado, não tendo sido reativado até o momento desta publicação.

### *Construindo a história da luta: memória e resistência contra a impunidade*

É fundamental preservar e contar a história da nossa luta e do CADH Valdício Barbosa dos Santos para garantir que a memória dos esforços realizados permaneça viva. Ao registrar e compartilhar nossa trajetória, reafirmamos o compromisso de não permitir que a impunidade prevaleça, desrespeitando os direitos humanos arduamente conquistados ao longo do tempo.

Esses direitos não foram obtidos sem sacrifícios. Ao longo dessa caminhada, enfrentamos momentos difíceis; e muitos companheiros e companheiras de luta foram perdidos pelo simples fato de terem escolhido

lutar pela vida. Registrar a história de defensores e defensoras dos direitos humanos que tombaram sem vida e regaram o chão que pisamos com seu sangue torna-se essencial para a preservação da memória. E que isso seja inspiração para a persistência na defesa da dignidade humana.

A decisão de lutar pela vida, enfrentando ameaças e adversidades, é o que une e fortalece todos que seguem nesse caminho. O registro dessa trajetória é um ato de resistência e de valorização dos que dedicaram suas vidas à causa dos direitos humanos, para que jamais se permita o esquecimento ou o retrocesso.

O legado deixado por aqueles e aquelas que enfrentaram o medo, a repressão e a violência é inestimável. A atuação dessas pessoas não apenas salvou vidas, mas também pavimentou o caminho para uma sociedade mais justa e democrática. O compromisso com a memória, a verdade e a justiça é fundamental para que as novas gerações compreendam a importância da defesa dos direitos humanos e estejam preparadas para enfrentar novos desafios.

A história das lutas em defesa dos direitos humanos e de uma política que os proteja ensina que, mesmo diante das piores adversidades, a mobilização coletiva e a solidariedade podem transformar realidades. Cabe às gerações futuras honrar esse legado, mantendo viva a luta por dignidade, igualdade e justiça social.

A construção da política de direitos humanos no Espírito Santo é um processo contínuo, inacabado, marcado por contradições, retrocessos e conquistas. O reconhecimento das violações passadas e o fortalecimento da atuação dos defensores de direitos humanos são passos essenciais para garantir que as atrocidades do passado não se repitam e que o futuro seja de respeito e valorização da vida.

## *Referências*

ASSOCIAÇÃO DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS. **Memórias e manifestos**. [Documentos sobre a mobilização social contra a impunidade].

BEZERRA, Verônica Cunha. **A contribuição efetiva dos programas de proteção no combate da impunidade: um olhar a partir da experiência do Provita/ES, os aspectos jurídicos desta prática**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Humanos da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do certificado de especialista em Direitos Humanos, 2009.

BEZERRA, Verônica Cunha. **Antidisciplina: vidas, táticas e estratégias – a tensão entre direitos fundamentais e a proteção a testemunhas no estado do Espírito Santo**. Vitória: Milfontes, 2021.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e políticas públicas: consequências na política nacional de direitos humanos.** Rio de Janeiro: Dados, 2021.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CDDH – Serra). **Atas e registros de atividades.** [Relatórios sobre a fundação e o trabalho em defesa dos direitos fundamentais].

CENTRO DE PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DA JUSTIÇA FEDERAL PARA TELEVISÃO. **A Confraria do Crime.** Brasília: CPJUS, 2006. DVD 343.911 C748. Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF). [Fonte audiovisual sobre a Scuderie Detetive Lê Cocq e o crime organizado no Espírito Santo].

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ (CJP) / CNBB-ES. **Cartilha sobre criminalidade e direitos humanos.** [Material formativo utilizado na articulação do Fórum de Direitos Humanos].

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) do Narcotráfico. **Relatório final sobre o crime organizado no Espírito Santo.** Câmara Federal do Brasil.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte.** Âmbito Cultural, 1978.

MNDH. **Relatórios e documentos sobre violência e impunidade no Espírito Santo.** [Documentos institucionais e memórias de encontros e campanhas].

OAB ESPÍRITO SANTO. **Atas e pronunciamentos sobre a intervenção federal e proteção de defensores.**

PROVITA/ES. PPCAAM. **Relatórios técnicos e avaliações sobre a proteção de testemunhas e menores ameaçados.** [Material institucional sobre os programas de proteção].

# **Desenvolvimento versus direitos humanos e a atuação da FASE no Espírito Santo**

*Clara Junger<sup>1</sup>  
Daniela Meirelles<sup>2</sup>  
Flávia Bernardes<sup>3</sup>  
Marcelo Calazans<sup>4</sup>*

- 1. Equipe técnica da FASE Espírito Santo.*
- 2. Equipe técnica da FASE Espírito Santo.*
- 3. Equipe técnica da FASE Espírito Santo.*
- 4. Equipe técnica da FASE Espírito Santo.*

## *Introdução*

A FASE Espírito Santo constitui-se como organização não governamental da sociedade civil capixaba que, desde o início da década de 1970, atua com base na perspectiva da educação popular, orientando sua intervenção pela defesa intransigente dos direitos humanos e da natureza. Ancorada nessa trajetória histórica e em permanente articulação com diversos movimentos sociais, a instituição, nesta elaboração, publiciza seus posicionamentos como estratégia de incidência política e de disputa da opinião pública.

No âmbito de sua atuação, a FASE realiza o monitoramento sistemático e a denúncia das principais violações socioambientais associadas à indústria do petróleo e gás, bem como ao setor da celulose, com ênfase nos impactos decorrentes da monocultura de eucalipto. Paralelamente, contribui para o fortalecimento de lutas territoriais protagonizadas por povos e comunidades tradicionais, populações camponesas, trabalhadores e trabalhadoras sem terra, bem como por moradores e moradoras de periferias urbanas e regiões industrializadas.

Por meio da articulação de redes e campanhas na sociedade civil, fomenta o debate público em escalas local, nacional e internacional, exercendo pressão política sobre o estado, empresas e investidores implicados nas violações denunciadas. Ademais, promove e acompanha experiências comunitárias voltadas à transição agroecológica e à construção de alternativas orientadas à redução da petrodependência, reafirmando seu compromisso com territórios tradicionais e a justiça socioambiental.

### *Estado-corporação e violações em nome do “desenvolvimento” capixaba*

*Ninguém ouviu, um soluçar de dor, no canto do Brasil  
(Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro)*

Subordinado e dependente de uma mesma lógica corporativa, historicamente exportadora de matéria-prima e de produtos semielaborados (pau-brasil, cana-de-açúcar, café, minério de ferro, celulose, mármore, granito e petróleo), o Estado do Espírito Santo, ao invés de proteger a sociedade, torna-se o principal promotor da exploração do trabalho e da devastação da natureza. Configura-se, assim, como o maior violador de direitos humanos no Espírito Santo.

A lógica de exploração da natureza e de exportação de matéria-prima é a espinha dorsal do modelo econômico desde os tempos coloniais. Nesse aspecto, nada mudou, seja no Império, seja na Velha República. Desde o período da Ditadura Militar (1964-1985), ao longo de toda a Nova República,

até os dias de hoje, a lógica política permanece subordinada à expansão dos grandes projetos<sup>5</sup>.

Nas duas últimas décadas, durante os sucessivos governos federais de Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e novamente Lula<sup>6</sup>, bem como nas alternâncias dos governos estaduais entre Paulo Hartung<sup>7</sup> e Renato Casagrande<sup>8</sup>, os “grandes projetos” foram promovidos em detrimento da economia popular, da proteção social e da soberania territorial e ambiental. Com isso, as violações de direitos humanos se aprofundam *pari passu* à expansão dos megaempreendimentos. O modelo de desenvolvimento manteve-se o mesmo em seus propósitos e efeitos ao longo de todos esses governos, independentemente do partido político ou do espectro ideológico, promovendo maior concentração de renda, de terra e de poder.

No Espírito Santo, a descoberta (2006) e a exploração do pré-sal (2010), bem como as fusões no setor de celulose (Aracruz, Fibria e Suzano), são exemplos do aprofundamento de um modelo de desenvolvimento baseado em *commodities* e na mercantilização de matérias-primas, conforme estabelecido por padrões internacionais, priorizando a exportação e o lucro para alguns.

Anunciado pelos principais meios de comunicação do estado<sup>9</sup> e associado a promessas de “emprego e renda” e “mais segurança”, o desenvolvimento do petróleo e do agronegócio apenas aprofundou a desigualdade social e exacerbou a violência no campo e na cidade. O número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Espírito Santo saltou de 1.838, em 2004, para mais de 5.300, em 2023 (CPT, 2024).

A doutrina do desenvolvimento — do “des-envolver” —, baseada em grandes projetos, foi implementada em detrimento da reforma agrária, da demarcação de territórios indígenas, da titulação de territórios quilombolas,

---

5. No Espírito Santo, a expressão grandes projetos refere-se a um projeto das elites capixabas de industrialização do estado a partir da instalação de algumas indústrias (Cia Vale do Rio Doce, Cia Siderúrgica de Tubarão, Cia Ferro e Aço, Cia Aracruz Celulose). Esses grandes projetos estavam subordinados a um projeto de desenvolvimento nacional que se desenhou desde o governo de Getúlio Vargas, se expandiu na Ditadura Militar e segue ativo com megaempreendimentos que exigem um investimento de capital significativo e são desenvolvidos por uma articulação direta de agentes estatais e agentes corporativos, como os projetos do Estaleiro Jurong, do Porto Central e de exploração de sal-gema.

6. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (2003-2006; 2007-2010; 2023-2026); Dilma Rousseff, do PT (2011-2014; 2015-2016); Michel Temer, do MDB (2016-2018); Jair Bolsonaro, do PSL e depois PL (2019-2022).

7. Paulo Hartung foi governador do Espírito Santo por três mandatos: no primeiro (2003-2006), eleito pelo PSB; no segundo (2007-2010), eleito pelo PMDB (atual MDB); e no terceiro (2015-2018), eleito também pelo PMDB, ficando sem partido posteriormente.

8. Pelo PSB, Renato Casagrande governou por três mandatos: 2011-2014; 2019-2022; e 2023-2026.

9. Como os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*.

da regularização dos “maretórios” – territórios tradicionais de uso e vida dos pescadores artesanais – e da recuperação da Mata Atlântica, bem como em detrimento dos serviços públicos (segurança, saúde, educação e habitação).

O chamado “desenvolvimento” capixaba serve a quem e para quê? Apenas para alavancar o mercado financeiro e o lucro empresarial, beneficiando uma pequena elite corporativa e burocratas do Estado. Para a maior parte da população, restam “pau, pedra e migalhas” compensatórias, que nunca compensam a destruição de seus modos de vida.

Os Planos Estratégicos para o Desenvolvimento do Espírito Santo<sup>10</sup> formalizam um projeto corporativo articulado, desde 2003, pelo grupo Espírito Santo em Ação<sup>11</sup>, que reúne grandes empresas capixabas. Esses planos priorizam investimentos massivos em setores extrativistas e exportadores, como petróleo, mineração, silvicultura e celulose, além de grandes obras portuárias. Ao discurso, incorporam-se termos como “inovação” e “sustentabilidade”, mobilizados para legitimar a continuidade desse modelo. Assim, há maior concentração de poder, direcionamento de recursos e maior capacidade de influência desse grupamento na definição de políticas públicas, resultando na reprodução do racismo ambiental<sup>12</sup>.

A relação direta entre governos e empresas é evidente com o mecanismo da “porta giratória”, em que tecnocratas e burocratas rotacionam seu lugar de representação, ora no governo, ora nas empresas, facilitando o fluxo de influências, recursos e poder. Paulo Hartung, por exemplo, depois de três mandatos como governador, passou a representar nacionalmente o setor da silvicultura de eucalipto, junto à Associação Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Outro exemplo: Sueli Tonini, depois de ser diretora-presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), órgão fiscalizador estadual, passou a ser gestora socioambiental do Porto Central<sup>13</sup>, em Presidente Kennedy/ES.

---

10. *Atualizados periodicamente, como o Plano ES 2025 e o Plano ES 2030, os Planos Estratégicos são elaborados por consultorias contratadas e financiadas pelo próprio grupo Espírito Santo em Ação, que define planos de investimento e políticas públicas estaduais para atender aos interesses do setor industrial.*

11. *Organização empresarial formada no início dos anos 2000 para defender seus interesses em estreita relação com o Poder Executivo estadual, mantida por empresas que contam com benefícios fiscais concedidos pelo Estado e por parcerias com órgãos públicos.*

12. *Racismo ambiental é um conceito que descreve a imposição desproporcional de riscos e danos ambientais (como poluição, degradação ou a instalação de megaempreendimentos) sobre grupos étnica e racialmente marginalizados, como periferias urbanas, povos indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais (Bullard, 1994; Acselrad, 2002).*

13. *O Porto Central é um megaempreendimento logístico-portuário em Presidente Kennedy, município localizado no sul do estado. Anunciado em 2011, apesar das inconsistências no processo de licenciamento e da resistência social, teve sua Licença de Instalação (1436/2023) emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2023; suas obras foram iniciadas em dezembro de 2024.*

O licenciamento ambiental<sup>14</sup>, uma conquista da sociedade civil<sup>15</sup>, foi instituído como um mecanismo legal de participação social, exigindo que atividades com potencial de degradação sejam submetidas à análise técnica e pública dos órgãos ambientais. Em suas etapas – licenças Prévia, de Instalação e de Operação – e em suas exigências, o licenciamento vem sendo desmontado pelos governos Lula e Casagrande, sendo considerado um obstáculo ao desenvolvimento, que deve ser contornado e flexibilizado.

As audiências públicas de licenciamento tornaram-se espaços de promoção dos empreendimentos. Organizadas pelo Estado e pelas empresas, a participação social é manipulada: as perguntas são restritas quanto ao tempo e à forma (muitas vezes, aceitam apenas perguntas por escrito) e as críticas não são respondidas. Desse modo, avançam decisões técnicas e políticas para emissão de licenças, sem considerar os questionamentos da sociedade civil, tampouco os laudos críticos do próprio corpo técnico dos órgãos ambientais. Como exemplo, citamos o caso do Estaleiro Jurong, em Aracruz: a Licença Prévia (LP) foi indeferida pelos técnicos do Iema, em 2010, devido aos impactos do empreendimento na região; porém, a então diretora do órgão, Sueli Tonini, derrubou o laudo técnico, e a licença foi concedida.

Os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e os respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (Rimas), frequentemente falhos e marcados por inconsistências, servem para alimentar as consultorias que os elaboram, nunca para problematizar realmente a viabilidade dos empreendimentos. Como estratégia para agilizar a aprovação das licenças, os projetos são fragmentados em diferentes fases de implementação. Isso permite que o empreendedor avance com a obra na primeira fase licenciada, garantindo recursos e consolidando sua presença, enquanto as etapas mais complexas ou impactantes apenas serão avaliadas em licenciamentos futuros.

No caso do Porto Central, os documentos EIA/Rima foram elaborados em 2013<sup>16</sup> e ignoraram pescadores artesanais e comunidades quilombolas da região, que questionaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e reivindicaram ser considerados. O

---

14. *Instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938/81, torna-se obrigatório pela Constituição Federal de 1988 (art. 225), que estabelece que a construção ou atividade potencialmente degradadora exige Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) prévios.*

15. *Antes da instituição do licenciamento ambiental (1981), o Estado tinha liberdade para realizar obras de infraestrutura e projetos industriais sem considerar os impactos ambientais e sociais. Com o processo de licenciamento, foi criado um mecanismo legal de controle e participação social.*

16. *Nessa época, o Porto de Roterdã, empresa holandesa, era o principal acionista do projeto do Porto Central. Após mobilização da sociedade civil no Brasil e na Holanda, explicitando as violações e inconsistências do projeto, a empresa se retirou do empreendimento em 2019.*

projeto, dividido em cinco fases a serem licenciadas separadamente, teve a Licença de Instalação (LI) da primeira fase aprovada em 2023.

As condicionantes – medidas obrigatórias impostas pelo órgão ambiental para mitigar, compensar ou monitorar os impactos descritos no EIA/RIMA – servem aos interesses das próprias empresas. A Licença de Instalação da Fábrica C da Aracruz Celulose (2001), por exemplo, premiou a empresa ao estabelecer como condicionante a obrigatoriedade de plantio de mais 30 mil hectares de eucalipto, oferecendo justamente as condições necessárias para a empresa abastecer sua terceira fábrica.

As medidas de monitoramento, como os Programas de Educação Ambiental (PEAs) da Petrobras, servem aos interesses das empresas, pois, em vez de monitorar os impactos e respeitar a autonomia das comunidades, fragmentam a organização social local, cooptam lideranças e capturam dados que são utilizados para maquiagem os impactos do empreendimento sobre os modos de vida das comunidades locais e o meio ambiente.

Ao invés de aprimorar os mecanismos de licenciamento ambiental, o Estado representa os interesses das empresas, atacando e flexibilizando o processo de concessão de licenças o quanto pode. O governo Bolsonaro, por exemplo, “passou a boiada”, como explicitado por seu então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ao se referir à oportunidade de alterar normas de proteção ambiental durante a pandemia da covid-19, quando a atenção nacional estava voltada aos cuidados com a saúde.

Outros exemplos são a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no norte do estado Pará, com autorização de funcionamento pelo governo Dilma, em 2015, depois de dez anos de contestação; a liberação do uso de ainda mais agrotóxicos na agricultura pelo governo Lula 3; e a desobrigação do licenciamento ambiental para silvicultura em 2024. Em 2025, foi sancionada a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental pelo governo Lula, com vetos apenas parciais ao chamado PL da devastação<sup>17</sup>. A constitucionalidade dessa lei está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF).

No Espírito Santo, o governo Casagrande atacou o licenciamento ambiental com o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 56/2023<sup>18</sup>, de sua autoria.

---

17. *Este termo se refere à Lei Geral do Licenciamento Ambiental nº 15.190/2025, sancionada por Lula em agosto de 2025, com 63 vetos parciais. A lei é resultado da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2.159/2021, que flexibiliza drasticamente o processo de licenciamento ambiental no Brasil.*

18. *O PLC e a lei resultante dele são criticados por diversos pontos que enfraquecem o rigor técnico e o controle social sobre o licenciamento. A proposta foi aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa em dezembro de 2023 e, posteriormente, sancionada como a Lei Complementar nº 1.073/2023. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questiona a lei no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), sob o argumento de que viola a legislação ambiental federal.*

À medida que a crise ambiental se aprofunda, a expansão dos grandes projetos vai ganhando novas roupagens “verdes”. São, em essência, os mesmos projetos, orientados pela mesma lógica, mas apresentados como “sustentáveis”. A financeirização da natureza, o mercado de carbono e o *greenwashing*<sup>19</sup> são estratégias para dar continuidade à expansão do mesmo modelo de “desenvolvimento”. Celebradas pelo governo do Espírito Santo, a antiga Feira do Verde<sup>20</sup> e a atual Sustentabilidade Brasil<sup>21</sup> são demonstrações públicas do marketing verde patrocinado por grandes empresas. Espaços como esses recebem alunos da rede pública de ensino para serem doutrinados nessa cartilha desenvolvimentista. Esse processo de “lavagem cerebral” contrasta com a realidade dos impactos. Para uma educação em direitos humanos e meio ambiente, as escolas deveriam visitar as periferias urbanas e as áreas de entorno dos grandes projetos, de modo a compreender o quão violador é o chamado “desenvolvimento”.

No plano nacional, o governador Renato Casagrande se empenha em construir liderança entre os 23 governadores do Consórcio Brasil Verde<sup>22</sup>, buscando projeção na cena das COPs<sup>23</sup> do Clima e da Biodiversidade. O “verde” está apenas na propaganda de governo, pois o Espírito Santo já é o segundo maior produtor de petróleo e gás no Brasil (Observatório Findes, 2025; Revista Brasil Energia, 2024). O avanço do setor petrolífero, na lógica do mercado de carbono, é também uma oportunidade para o setor da silvicultura, pois os plantios de árvores são considerados atividades que “sequestram carbono”, ignorando todos os outros danos associados à sua produção em larga escala. O Espírito Santo dobrou sua produção de árvores para a produção de celulose nos últimos 40 anos e conta com mais de 200 mil hectares de terras ocupadas pela monocultura de eucalipto (MapBiomass, 2022)<sup>24</sup>.

---

19. Termo em inglês que se refere à estratégia de comunicação e marketing intencionalmente enganosa adotada por empresas e governos para criar uma falsa imagem de responsabilidade ambiental.

20. Começou a ser realizada em 1990 pela Prefeitura de Vitória/ES, focada em educação ambiental. Sua última edição foi a 25ª, realizada em 2014.

21. Conferência e feira de negócios sediada em Vitória/ES. Evoluiu do evento precursor Sustentabilidade Capixaba (2023) e da própria Feira do Verde supracitada. A partir de 2024, o evento se expandiu e mudou o foco para a agenda ESG (ambiental, social e governança), tecnologia, economia verde e inovação, visando à projeção nacional do Espírito Santo no debate climático e à atração de investimentos.

22. Criado em 2023, o Consórcio Brasil Verde é uma aliança entre governadores de estados brasileiros com o objetivo de coordenar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e o combate à crise climática.

23. Abreviação de Conferência das Partes, sendo as “partes” os países signatários da Convenção-Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, criada em 1992, durante a Rio-92 (Conferência da ONU no Rio de Janeiro).

24. A expansão da área de plantio no estado está alinhada à Política Mais Floresta Produtiva, que busca expandir a área de plantio por meio de parcerias público-privadas (Incapex,

Apesar das promessas de prosperidade, o “desenvolvimento” do Espírito Santo baseia-se em uma lógica de profunda conciliação entre o poder estatal e o grande capital extrativista. Essa aliança não apenas negligencia a proteção social e ambiental, mas a viola ativamente, seja pela flexibilização do licenciamento ambiental, pela porta giratória, ou pela promoção de farsas de *greenwashing*. O resultado histórico direto dessa estrutura é o aprofundamento da desigualdade social e a exacerbação da violência, com o Estado se posicionando como o principal violador dos direitos humanos de povos tradicionais, povos do campo e das águas.

### *Sucessão dos danos e aprofundamento dos conflitos*

*Usando chapéu de palha, procurando minha sorte,  
lutando sempre cantando, pra salvar Sapê do Norte  
(Antônio Sapezeiro)*

O desenvolvimento capixaba manifesta-se no território por meio de uma sucessão de danos que recaem desproporcionalmente sobre as populações historicamente vulnerabilizadas. A invasão contínua de grandes projetos empresariais, especialmente nos setores de celulose e petróleo, materializa a lógica do racismo ambiental e fundiário no Espírito Santo. Com seus territórios sacrificados em nome do lucro corporativo, povos e comunidades tradicionais têm seu direito de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI)<sup>25</sup> violado.

Ao promover a instalação de empresas de celulose, cana-de-açúcar, petróleo e sal-gema justamente sobre territórios tradicionais, o racismo ambiental no estado do Espírito Santo torna-se bastante evidente. É o que acontece no território quilombola do Sapê do Norte, localizado entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, na região do norte capixaba, que compreende dezenas de comunidades quilombolas. Enquanto a Suzano Celulose controla vasto latifúndio, nem uma das 35 comunidades quilombolas do Sapê do Norte possui a titulação das terras. O mesmo racismo se aplica contra pescadores artesanais, com seus rios e lagoas contaminados por rejeitos da mineração e pelo intenso uso de agrotóxicos na região. No mar, loteado para as petroleiras *offshore*, foram criadas “áreas de exclusão” da pesca.

---

2018), mas também aos planos da Suzano para aumentar seus monocultivos (Suzano, 2020).  
25. Como previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil (Decreto nº 5.051/2004, atualmente Decreto nº 10.088/2019), é direito dos povos indígenas e tribais a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) sobre medidas administrativas ou legislativas que os afetem diretamente.

Indígenas das etnias Tupinikins e Guaranis do município de Aracruz também foram expropriados e afetados por monocultivos de eucalipto e pelas fábricas de celulose, sofrendo com o desvio de cursos d'água e a contaminação. Além disso, a região é cortada por dutos de petróleo e gás e foi contaminada por rejeitos da mineração, especialmente a partir do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 2015, crime ambiental que atingiu todo o curso do Rio Doce. A contaminação na foz desse rio, na Praia de Regência, distrito do município de Linhares, região norte do estado, impactou e impacta vasto trecho do litoral capixaba, incluindo as lagoas e a terra, que ainda se apresenta pouco cultivável em seu entorno.

O território capixaba possui uma costa atlântica de pouco mais de 400 km, e os grandes projetos de exportação planejam a instalação de um porto a cada 15 km (FASE, 2018). Essa infraestrutura portuária sobrepõe-se a áreas prioritárias para a pesca artesanal, prejudicando o modo de vida e a segurança alimentar da população, uma vez que cerca de 60% do abastecimento pesqueiro capixaba provém da pesca artesanal (Incaper, 2020).

Diante desse sistema patriarcal, racista, desigual e opressor, as mulheres sofrem exploração e múltiplas formas de violência em um contexto de omissão do poder público e de avanço das atividades industriais. Nos locais onde se instalam os empreendimentos, aumentam os casos de estupro, agressões, alcoolismo e prostituição. As promessas de emprego não se efetivam e, diante dos danos, as mulheres são as últimas a ter acesso às tais “oportunidades”, à proteção jurídica, à proteção social e aos mecanismos de reparação monetária, territorial e ambiental, entre outros aspectos. Com isso, na tentativa de “compensar” os impactos socioeconômicos dos grandes projetos, são oferecidos às mulheres cursos profissionalizantes e de empreendedorismo que ignoram seus modos de vida.

Em todo o metabolismo petrolífero, é possível perceber os impactos sobre a população local: expropriação e contaminação das terras, das águas e do ar; desestruturação da economia e da sociabilidade local; violência contra as mulheres; e exploração do trabalho e da natureza. A exploração dos recursos naturais no norte do estado teve início com as pesquisas sísmicas à procura de petróleo, ainda na década de 1950, quando a Comunidade Quilombola do Degredo, em Linhares, viu as margens do Rio Ipiranga serem explodidas com dinamite, o que destruiu a fauna e alterou o fluxo das águas – uma triste realidade que persiste até hoje, evidenciada por placas anunciando possíveis bombas esquecidas que podem vir a explodir<sup>26</sup>.

Uma vez que as petroleiras encontram petróleo, os proprietários da terra não têm o direito de se opor à exploração, pois são considerados apenas

---

26. Conforme registrado no filme da Campanha Nem Um Poço a Mais (FASE, 2017).

superficiais no título de propriedade, sendo o subsolo patrimônio da União. Assim ocorreu nos municípios do norte do estado, como Linhares e Conceição da Barra, onde ribeirinhos e quilombolas perderam suas terras para a Petrobras, por meio de contratos de servidão.

Com a perfuração e operação dos poços, emerge à superfície um material altamente tóxico, conhecido como água de formação<sup>27</sup>, disposto em piscinas próximas às áreas de perfuração. Comunidade Quilombola Cantagalo, no município de Conceição da Barra, a morte de três mulheres quilombolas, em 2023, recaí sobre essa suspeita de contaminação. Os dutos instalados na região, com pouquíssima manutenção, representam riscos constantes. Em Campo Grande, no município de São Mateus, um duto do Terminal Norte Capixaba (TNC) vazou sobre o manguezal de onde a comunidade retira o caranguejo para sustento e para a celebração do Festival do Caranguejo (FASE, 2017).

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2024 foi o ano com mais registros de acidentes em alto-mar no Brasil (ANP, 2025). Em terra (*onshore*), os riscos se ampliam com a privatização de 120 poços da Petrobras para empresas como Imetame e Seacrest<sup>28</sup>. A Imetame provocou um sério vazamento no Rio Preto, em Linhares, no ano de 2022 (G1, 2022). A Seacrest, em 2023, provocou o vazamento de 1,1 mil litros de petróleo no Polo Cricaré, também em Linhares (G1, 2023), e um novo acidente ocorreu em 2024 no campo de Inhambu, em São Mateus (Seama, 2024). Mesmo notificada pela ANP, a Seacrest segue com a contaminação de uma área de 58 mil metros quadrados (ANP, 2024; G1, 2024). Assim, onde estão os planos de contingência e emergência efetivos? Trata-se de uma responsabilidade negligenciada por órgãos fiscalizadores como o Iema, o Ibama e a ANP.

Na costa norte e sul do Espírito Santo, portos e estaleiros ocupam áreas prioritárias da pesca artesanal. Em Aracruz, o Estaleiro Jurong (Seatrium) alterou o curso do Rio Saí (também conhecido como Córrego Barra do Saí), impedindo o acesso dos indígenas à praia<sup>29</sup>. O Porto Central, em Presidente Kennedy, está destruindo o Morro da Serrinha e planeja ilhar o Santuário Jesuítico de Nossa Senhora das Neves, inviabilizando sua tradicional romaria (Século Diário, 2025). No mar, as petroleiras criam enormes áreas de exclusão da pesca e carregam histórico de desastres, como em 2015, quando

---

27. A água de formação é composta por óleo, gás, metais pesados e material radioativo, conhecida como água produzida ou rejeito de poço, sendo intratável.

28. A venda dos poços insere-se no programa de desinvestimento da Petrobras de campos terrestres maduros. A privatização ocorreu em etapas e polos, como o Polo Lagoa Parda, adquirido pela Imetame Energia em 2020, e os polos Cricaré e Norte Capixaba, adquiridos pela Seacrest em 2021 e 2023 (Poder360, 2023).

29. Conforme registrado no filme da Campanha Nem Um Poço a Mais (FASE, 2017).

uma explosão no navio-plataforma FPSO Cidade de São Mateus<sup>30</sup> matou nove trabalhadores no norte capixaba (Petrobras, 2015).

O monocultivo de eucalipto transformou o norte do estado em um “deserto verde”<sup>31</sup>, diante da perda de biodiversidade e da escassez hídrica associadas a esse modelo, que homogeneiza a paisagem à semelhança de um deserto – apesar da folhagem verde – em uma área de plantio que ocupa mais de 200 mil hectares (Suzano, 2024).

Em Conceição da Barra, a Suzano ocupa 62% do território agricultável (Século Diário, 2020). Com a produção anual de 2,3 mil toneladas de celulose, a empresa consome mais água do que a Região Metropolitana de Vitória para irrigar seus eucaliptais e abastecer suas três fábricas, pagando menos de R\$ 0,50 a cada 10 mil litros de água, conforme outorgas (Couzemenco, 2023).

A Suzano mantém monocultivos sobre territórios quilombolas e em áreas de reforma agrária mesmo diante de evidências de fraudes na aquisição de terras denunciadas na CPI da Aracruz Celulose, em 2002, e em Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, em 2013. O Incra<sup>32</sup>, ao não titular os territórios quilombolas nem desapropriar áreas para a reforma agrária, promove o latifúndio da empresa. Para sustentar sua expansão em meio à desertificação que ela própria provoca, a Suzano realiza experimentos com transgenia (WRM, 2022) e garante umidade para suas mudas aplicando hidrogel<sup>33</sup>, enquanto os rios que abastecem as comunidades quilombolas do Sapê do Norte secam e são contaminados por agrotóxicos.

A tecnologia também serve à repressão: drones são utilizados para aplicar agrotóxicos sobre plantios quilombolas e para a vigilância das comunidades, contando com a atuação da segurança privada do grupo Souza Lima, que aborda quilombolas com violência (Brasil de Fato, 2024; CPT, 2024). Além disso, há violação do direito de ir e vir, com a interrupção dos acessos às comunidades em Conceição da Barra com uso de blocos de concreto (G1, 2023).

O modelo de desenvolvimento capixaba não apenas convive com a violação de direitos humanos e da natureza, ele depende dela para se expandir, forçando a conversão de territórios tradicionais em zonas de sacrifício.

---

30. FPSO é uma sigla para Floating, Production, Storage and Offloading – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência.

31. Termo de referência para a criação da Rede Alerta Contra os Desertos Verdes no Espírito Santo, no início da década de 2000, articulada hoje em nível nacional para resistência contra a implementação e a expansão de projetos de silvicultura.

32. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é a autarquia federal responsável por coordenar o processo de identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas no Brasil, conforme o Decreto nº 4.887/2003.

33. Tecnologia utilizada para envolver as mudas, visando reter água para o plantio mesmo em áreas que já sofrem com a falta de água, contribuindo com o aprofundamento do processo de desertificação.

Aquilo que relatórios empresariais e governamentais celebram como “ativos econômicos”, os povos da terra e das águas vivenciam como desertificação, contaminação e violência. Essa realidade explicita o conflito que o marketing verde tenta, mas não pode, maquiar: a disputa inconciliável entre um projeto desenvolvimentista de morte e as lutas e resistências dos povos em defesa dos seus modos de vida e da permanência em seus territórios.

### *As lutas e as resistências*

*Eu quero é botar meu bloco na rua  
(Sérgio Sampaio)*

A partir das articulações, redes, campanhas e movimentos dos quais a FASE/ES participa, foi possível acompanhar de perto lutas históricas no estado e contribuir para o fortalecimento das organizações de resistência. A luta dos povos indígenas Tupinikim e Guarani pela recuperação de seus territórios constituiu um marco e uma referência para outras lutas no Espírito Santo. Não haveria demarcação e titulação de terras sem a mobilização histórica dos povos indígenas e o apoio expressivo da sociedade civil capixaba e da Rede Alerta contra os Desertos Verdes<sup>34</sup>.

A luta quilombola do Sapê do Norte ganha novos contornos com as Retomadas Quilombolas. Em 2006, o povo quilombola iniciou a retomada do cemitério na comunidade de Linharinho, no município de Conceição da Barra. No ano seguinte, uma nova ação aconteceu em uma área mapeada como terras devolutas. Essa iniciativa contou com ampla participação de parceiros da Rede Alerta Contra os Desertos Verdes que, durante 22 heróicos dias de resistência, organizaram um amplo acampamento em Linharinho e enfrentaram a violência da reintegração de posse<sup>35</sup>.

Nos últimos anos, outras retomadas vêm transformando o cenário de concentração, posse e uso da terra, deslocando-o do monocultivo de eucalipto para a produção comunitária<sup>36</sup>. Embora criminalizadas pelo Estado e pela Suzano Celulose, apenas as Retomadas Quilombolas foram capazes de redistribuir as terras. Nesse sentido, mostram-se mais eficientes do

---

34. *Ampla articulação crítica aos monocultivos de árvores e em defesa dos territórios tradicionais, camponeses e para a reforma agrária. Começa no Espírito Santo, no início da década de 2000, e depois se expande para BA, RJ, RS e MA.*

35. *Retratado no documentário “A Retomada do Linharinho”, de Ricardo Salles de Sá (11min 17s), publicado em 2017, no Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mqM1iKdtmlQ>. Acesso em: 2 dez. 2025.*

36. *O veículo Século Diário (2024) entrevistou Flávia dos Santos, liderança quilombola da região do Sapê do Norte, sobre a luta quilombola e as retomadas.*

que qualquer política pública na defesa dos direitos humanos, garantindo a reconversão territorial com plantios de alimentos agroecológicos e recuperação de nascentes.

Como alternativa às Retomadas Quilombolas, o governo Casagrande e o PT capixaba sustentam a Mesa de Diálogo Quilombola, coordenada pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH). A Secretaria limita-se a endossar acordos favoráveis à empresa Suzano, a geradora dos conflitos. A correlação desigual de forças é reforçada por um termo de cooperação técnica entre a Suzano e a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), que legitima a repressão da polícia e da segurança privada. Além disso, a inatividade do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) evidencia a política de desproteção estatal, apesar do alto número de lideranças ameaçadas no estado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com mais de 40 anos de resistência, pressiona o Incra e o Estado para que as terras griladas pela Suzano sejam destinadas à reforma agrária, como no caso das trinta áreas patrimoniais em Aracruz, sob posse irregular da empresa. Os assentamentos e acampamentos do MST geram trabalho, renda e segurança alimentar em meio ao deserto verde.

Os povos da pesca artesanal, organizados em suas colônias e associações, reivindicam seus territórios tradicionais pesqueiros frente à expansão da indústria petroleira *offshore* e portuária. Sua resistência é essencial para a manutenção do trabalho, da renda, do pescado e, conseqüentemente, da segurança alimentar de toda a sociedade.

Basta de deserto verde! Nem um poço petroleiro a mais! Reforma agrária, titulação dos territórios tradicionais e proteção da Mata Atlântica já! Viva a resistência dos povos, das mulheres e da sociedade civil capixaba!

### *Referências*

ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS). Brasil registra recorde de acidentes na exploração de petróleo em alto-mar. **Tratamento de Água**. [S. l.] [2025]. Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/brasil-recorde-acidentes-exploracao-de-petroleo/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: enfoques e instrumentos de análise**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

ÁREAS LIVRES DE PETRÓLEO. **Seu Corumba o Sheik Pobre**. [Vídeo]. 25 ago. 2016. 1 vídeo (15min30s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=P6ZpPjdK9Tw>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BRASIL DE FATO. Quilombolas de São Mateus denunciam repressão violenta em suas terras. **Brasil de Fato ES**. [S. l.] 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatoes.com.br/2024/01/16/quilombolas-de-sao-mateus-denunciam-repressao-violenta-em-suas-terras>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BULLARD, Robert D. Anatomy of Environmental Racism and the Environmental Justice Movement. In: BULLARD, Robert D. (ed.). **Faces of Environmental Racism: Confronting Issues of Global Justice**. San Francisco: Sierra Club Books, 1994.

CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES); SINDIPETRO-ES. Sindipetro-ES denuncia vazamento de óleo no Polo Cricaré; Seacrest Petróleo alega ação criminosa. **Brasil Energia**. [S.l.] 28 mar. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4uIPxLk>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA). **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2023/04/14/conflitos-no-campo-brasil-2023/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

COUZEMENCO, Fernanda. Suzano é a empresa que mais consome água das bacias de domínio federal. **Século Diário**. [S. l.] 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/suzano-e-a-empresa-que-mais-consome-agua-das-bacias-de-dominio-federal/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

COUZEMENCO, Fernanda. Comunidade empreende primeira retomada quilombola em São Mateus. **Século Diário**. Vitória. 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/comunidade-empreende-primeira-retomada-quilombola-em-sao-mateus/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

EGUES, Ana Luisa. Governo do ES lança programa para ampliar fornecimento e consumo de gás natural e biometano. **Revista Brasil Energia**. [S. l.] 2024. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/brasilenergia/es-oilgas-energy-24/governo-do-espírito-santo-lanca-programa-para-ampliar-fornecimento-e-consumo-de-gas-natural-e-biometano>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FASE. Campanha **Nem Um Poço a Mais** realiza encontro no norte do Espírito Santo. [S. l.] 9 maio. 2017. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/campanha-nem-um-poco-a-mais-realiza-encontro-no-norte-do-espírito-santo/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FASE. **Nem Um Poço a Mais**. [Vídeo]. FASE – Solidariedade e Educação, 21 ago. 2017. 1 vídeo (30min33s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ve88vAWDrPk>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FINDES (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO). Indústria de petróleo e gás no ES vai receber R\$ 37 bi em investimentos até 2028. **Findes**. Vitória. 22 abr. 2024. Disponível em: <https://findes.com.br/industria-de-petroleo-e-gas-no-es-vai-receber-37-bi-em-investimentos-ate-2028/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FUP (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS); SINDIPETRO-NF. Responsáveis pela explosão na plataforma FPSO Cidade São Mateus são acusados de homicídio. **SindipetroNF**. [S. l.] 17 dez. 2015. Disponível em: <https://sindipetronf.org.br/responsaveis-pela-explosao-na-plataforma-fpso-cidade-sao-mateus-acusados-de-homicidio/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

G1. Vazamento de óleo em poço de petróleo no ES atingiu área equivalente a 5 campos de futebol. **G1 Espírito Santo**. [S. l.] 26 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/norte-noroeste-es/noticia/2024/10/26/vazamento-de-oleo-em-poco-de-petroleo-no-es-atingiu-area-equivalente-a-5-campos-de-futebol.ghtml>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (Org.). **Aracruz Credo: 40 anos de violação e resistência no ES**. 1. ed. Vitória: [Rede Alerta contra os Desertos Verdes; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais]. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/47770986/Aracruz-Credo-40anos-de-Violacao-e-Resistencia-no-ES>. Acesso em: 2 dez. 2025.

INCAPER (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL). Pesca. **Incaper**. [S. l.] [2020]. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/pesca-2>. Acesso em: 2 dez. 2025.

\_\_\_\_\_. Política “Mais Floresta Produtiva” incentiva a Cadeia Produtiva de Base Florestal do Espírito Santo. **Incaper**. [S. l.] 20 mar. 2018. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/politica-mais-floresta-produtiva-incentiva-a-cadeia-produtiva-de-base-florestal-do-espírito-santo>. Acesso em: 2 dez. 2025.

LIMA, Edvaldo. **Tupinikim: a memória do território roubado**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. [S.l.] 20 nov. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tupinikim-a-memoria-do-territorio-roubado/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MAPBIOMAS. Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. [S. l.] **Projeto MapBiomias**. 2022. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MAXIMO, Rosely. Vazamento em poço de Inhambu, da Seacrest, é monitorado pelo Iema. **Brasil Energia**. [S.l.] 18 out. 2024. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/petroleoegas/seguranca-operacional/vazamento-em-poco-de-inhambu-da-seacrest-e-monitorado-pelo-iema>. Acesso em: 2 dez. 2025.

OBSERVATÓRIO FINDES. Produção de petróleo e gás no ES deve crescer 11% ao ano até 2027. **Observatório Findes**. [S. l.] 2025. Disponível em: <https://findes.com.br/producao-de-petroleo-e-gas-no-es-deve-crescer-11-ao-ano-ate-2027/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PODER360. Petrobras conclui venda do Polo Norte Capixaba para Seacrest. **Poder360 Brasília**. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/infraestrutura/petrobras-conclui-venda-do-polo-norte-capixaba-para-seacrest/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SÉCULO DIÁRIO. A resistência quilombola e a retomada de territórios ancestrais. [Entrevista com Flávia dos Santos]. *Século Diário*. 12 mar. 2024. 1 vídeo (49 min 59 s). Publicado por Vítor Taveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jbjf69pvxUk>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SÉCULO DIÁRIO. Contra lei, Suzano quer ampliar eucalipto em Conceição da Barra. *Século Diário*. [S.l.]. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/suzano-quer-ampliar-eucalipto-em-conceicao-da-barra/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SÉCULO DIÁRIO. Espírito Santo: um porto a cada 15 km de litoral. *Século Diário*. Vitória. 2018. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/espírito-santo-um-porto-a-cada-15-km-de-litoral/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SÉCULO DIÁRIO. Óleo da Imetame vaza próximo à Reserva de Comboios em Linhares. *Século Diário*. Vitória. 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/imetame-tem-vazamento-de-oleo-proximo-a-rebio-comboios-em-linhares/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SÉCULO DIÁRIO. Pedalada denuncia impactos do Porto Central em Presidente Kennedy. *Século Diário*. [S.l.] 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/pedalada-denuncia-impactos-do-porto-central-em-presidente-kennedy/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SILVA, Juliana. “Área impactada é muito maior do que a anunciada”, diz Crea-ES sobre vazamento em poço de petróleo da Seacrest em São Mateus. *ES Brasil* [S.l.] 28 out. 2024. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/area-impactada-e-muito-maior-do-que-a-anunciada-diz-crea-es-sobre-vazamento-em-poco-de-petroleo-da-seacrest-em-sao-mateus/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SUZANO. Suzano anuncia R\$ 380 milhões em investimentos no Espírito Santo. *Suzano* [S. l.] 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-anuncia-r-380-milhoes-em-investimentos-no-espírito-santo>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SUZANO. Suzano no Espírito Santo. *Suzano* [S.l.] 2024. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/sustentabilidade/pessoas/comunidades-vizinhas/espírito-santo>. Acesso em: 2 dez. 2025.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT (WRM). Carta Pública de Denúncia do Eucalipto Transgênico da Suzano Papel e Celulose. *WRM*. [S.l.: s.n.] 2022. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2022-09/CartaEucaliptoSuzano-09-08-2022-Pt.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

# **Estamos em nosso território: resistimos no direito à existência no Sapê do Norte**

**Domingos Firminiano dos Santos<sup>1</sup>**  
**Josielson Gomes dos Santos<sup>2</sup>**  
**Olindina Cirilo Nascimento Serafim<sup>3</sup>**

1. *Cofundador da Comissão Quilombola do Sapê do Norte; mestre do saber da Comunidade Quilombola Angelim do Meio. E-mail: comissaoquilombola@gmail.com.*

2. *Cofundador da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, do Congo do Ticumbi de São Benedito; mestre do saber da Comunidade Quilombola Morro da Onça. E-mail: comissaoquilombola@gmail.com.*

3. *Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); cofundadora da Comissão Quilombola do Sapê do Norte; membro do Grupo de Etnomatemática da Universidade Federal Fluminense (GET-UFF); coordenadora da Educação Escolar Quilombola da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus; membro da Rede Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Coletivo Nacional e Estadual de Educação Escolar Quilombola (Conaq); pesquisadora das escolas quilombolas capixabas, com atuação na formação de professores e na prática educativa quilombola. E-mail: serafimnago@gmail.com.*

*“Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo.”*  
(José Carlos Limeira)

### *Quilombos no Brasil e a questão quilombola na sociedade brasileira*

O Brasil, como os demais países latino-americanos de tradição escravocrata e colonialista, segue enfrentando as mazelas do racismo estrutural e estruturante de nossa sociedade. Apesar dos frágeis regimes democráticos instaurados no continente americano após o período escravocrata, nunca se assegurou à população negra as condições de igualdade com os não negros, fazendo com que negros continuem lutando há séculos em condições desiguais para sobreviver e conquistar a sua cidadania e autonomia, e isso inclui a luta pela escolarização (Barreto, 2008). Embora existam especificidades vividas pelos negros, o racismo atinge também os povos indígenas, assim como a negação das condições de igualdade não se restringe à população negra, alcançando os brancos pobres.

Neste texto, trataremos da luta dos quilombolas do território do Sapê do Norte, situado entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo, por reconhecimento e respeito à sua história e ao seu território. Trata-se de uma região marcada por invasões, despejos ilegais e estratégias de apropriação por empresas do agronegócio de eucalipto, da cana-de-açúcar e de alimentos, bem como de indústrias de transporte e petróleo. O objetivo é registrar e manter viva a história secular das lutas dos descendentes de escravizados no Espírito Santo e, assim, fortalecer a luta pelo direito à terra, ao seu modo de vida, à dignidade e à construção de sua própria história.

O movimento quilombola no Brasil é de base social e desenvolveu-se afirmando o processo de formação histórica, confirmando o que é direito e foi negado histórica e socialmente ao povo negro – base do movimento quilombola. Os seres humanos dependem uns dos outros para sua própria formação.

De acordo com Ferreira (2018), o território do Sapê do Norte insere-se nessa perspectiva como uma região marcada, desde o período colonial, pela presença de quilombos e por trajetórias de resistência da população negra frente à escravidão e às diversas formas de expropriação. Foi no período colonial que as comunidades negras e rurais do Sapê do Norte construíram modos próprios de organização social e de interação com a natureza. É a partir disso que Barbosa (2017) define o Sapê do Norte como um território vasto, dotado de uma trajetória histórica específica:

*Quando se trata do território do Sapê do Norte é compreendido como uma territorialidade localizada no extremo norte do Estado do Espírito Santo que se estende do vale do rio*

*Cricaré, no município de São Mateus, ao vale do rio Itaúnas, município de Conceição da Barra. Com uma trajetória histórica caracterizada pela forte presença de africanos escravizados na região, em decorrência da expressiva produção farinheira que mobilizava a economia local durante o período colonial e imperial brasileiro, São Mateus chegou a ter, na década de 1820, aproximadamente 82% de sua população composta por não brancos, sendo 67% do total composta por negros e pardos escravizados, 3% por negros e pardos livres e 12% de população indígena. Atualmente, a população preta e parda ultrapassa 71% da população economicamente ativa no município de São Mateus (Barbosa, 2017, p. 63).*

No Sapê do Norte, muitos africanos desembarcaram no Porto de São Mateus<sup>4</sup> para servir como mão de obra nas fazendas produtoras de farinha de mandioca. Segundo Oliveira (2008):

*A origem do nome para os moradores das comunidades quilombolas do termo “Sapê” indica um capim bem profuso da região e sua característica marcante é a persistência com que volta a nascer após sua retirada pelas famílias para realizar os roçados. O Sapê seria uma presença constante na vida das comunidades, e a convivência com o sapê uma arte de driblar a força da natureza. Nas últimas décadas, a ideia do sapê como gramínea inóspita sofreu uma ressemantização, passou a ser politicamente a resistência e o enfretamento a empresas e empreendimentos que invadem o Sapê do Norte (Oliveira, 2008, p. 4).*

De acordo com Ferreira (2018), tais práticas asseguraram a reprodução da vida no território até meados do século XX, quando a expansão do capital agroindustrial passou a redefinir o valor das terras e das florestas da região, convertendo-as em bens voltados à acumulação capitalista.

Portanto, conforme Nascimento (2011), o Sapê do Norte é um território quilombola capixaba, no qual aqueles que ali vivem resistem, pois sobrevivem cercados por interferências externas e pela exploração das empresas do agronegócio de eucalipto, cana-de-açúcar e alimentos, assim como das indústrias de transporte e petróleo e das estatais do governo federal no Espírito Santo.

Os quilombos são uma das primeiras experiências de liberdade nas Américas. “Eles tinham uma estrutura comunitária baseada em valores culturais

---

4. Sítio histórico Porto de São Mateus, lugar que recebia os africanos escravizados.

africanos. Sua organização política era de comunhão e havia a partilha em comum. Seu modelo econômico era outro, diferente do modelo colonial” (Nascimento, 1980, p. 43).

Nascimento (1980) advoga que os quilombos, em vez de produzirem apenas um item para exportação e depender da matriz imperial para os demais produtos necessários à sobrevivência, tinham uma produção agrícola diversificada que provia seu próprio sustento e mantinham relações de troca e intercâmbio com as populações circundantes. De acordo com Nascimento (1980, p. 48), está proposto no quilombismo:

*Ter um legado como referência básica de uma proposta de mobilização política da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural. Vai mais longe ainda, e articula um proposto afro-brasileiro para o Estado Nacional contemporâneo, um Brasil multiétnico e pluricultural.*

Assim, Nascimento (1980) destacou, no 6º Congresso Pan-Africanista<sup>5</sup>, a necessidade de um olhar voltado para a população negra brasileira. Ele apresenta os quilombos como experiências positivas de liberdade e autonomia nas Américas e também descreve o modo de vida e o sistema político dessas comunidades como exemplo nacional a ser seguido.

O pan-africanismo é um movimento que emergiu no final do século XIX para designar a união de africanos e descendentes em torno de ideais comuns de liberdade e solidariedade racial, com ênfase na trajetória intelectual e política de Abdias Nascimento. Compreendido como um movimento político, cultural e social transnacional em prol da autodeterminação e união da diáspora, o pan-africanismo foi objeto de intensos processos de apropriação e ressignificação cultural no cenário nacional (Fonseca e Netto, 2026).

Arruti (2017) corrobora com Nascimento (1980) ao inferir que o Quilombo de Palmares<sup>6</sup> foi tomado como modelo ideal de quilombo, verdadeiro “Estado Africano no Brasil”, composto por milhares de pessoas organizadas em diferentes aldeias, munidas de exército e realizando uma oposição à repressão colonial.

Para Nascimento (1980), os diferentes movimentos sociais de resistência física e cultural da população negra ganharam forma não apenas de grupos

---

5. O 6º Congresso Pan-Africano, realizado em Dar es Salaam, na Tanzânia, realizado em 1974.

6. O Quilombo dos Palmares ficava localizado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, na Região Nordeste do Brasil. Foi fundado no final do século XVI e é considerado o maior e mais duradouro quilombo das Américas, com uma população estimada em 20 mil habitantes.

fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também, em um sentido bastante ampliado, de todo e qualquer grupo apenas tolerado pela ordem. Pensado dessa forma, o quilombo deixa de ser uma formação histórica definida pelos critérios da legislação repressiva colonial e imperial para ser reinterpretado como um precedente da luta social contra o capital e a dominação das elites agrárias.

O autor tem um sentido bastante ampliado de quilombo e o define como todo e qualquer grupo apenas tolerado pela ordem dominante “em função de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas etc., estes grupos deveriam ser percebidos como parte de um mesmo fenômeno social, o quilombismo” (Nascimento, 1980, p. 263).

A partir do anunciado por Nascimento (1980) a respeito do quilombismo, trazemos o cenário dos territórios quilombolas brasileiros na atualidade.

A Constituição Federal brasileira (1988) reconhece as comunidades rurais negras com status de quilombos e as destaca como reservas de patrimônio histórico, sendo, portanto, guardiãs de saberes/fazeres historicamente acumulados. A visibilidade das comunidades negras rurais começou a ganhar maior expressão a partir da Constituição de 1988 que, em seu art. 68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantiu a propriedade dos moradores das áreas supracitadas. Desde então, as comunidades quilombolas lutam mais intensamente pela emissão dos títulos definitivos de suas terras. Desse modo, os quilombolas necessitam forjar a própria existência contra as diferentes forças opressoras dominantes para que seu direito à terra seja reconhecido.

O Brasil, em seu território, tem cerca de 8.441 localidades quilombolas associadas a aproximadamente 7.666 comunidades quilombolas, de acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE. A Região Nordeste concentra a maior parte dessas localidades, com 5.386 (63,81%), e o Maranhão é o estado com o maior número de quilombos, totalizando 2.025 localidades (IBGE, 2022).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela titulação dos territórios tradicionais quilombolas, no início do ano de 2024 existiam, no Brasil, 1.857 comunidades quilombolas com processos de titulação abertos no Incra (Schramm; Borges, 2024). Dessas comunidades, apenas 278 foram contempladas com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma das primeiras e mais importantes etapas do longo processo que, idealmente, leva até a titulação definitiva dos territórios tradicionais dessas comunidades. Até o início de 2024, apenas 24 quilombos receberam o título de toda a área de seu território e 33 receberam o título de parte da área a que têm direito (Schramm; Borges, 2024).

Os procedimentos para a titulação das terras quilombolas são orientados por legislação federal e também por legislações estaduais<sup>7</sup>. As leis estaduais são seguidas quando a titulação é conduzida pelo governo do estado. Atualmente, dez estados contam com normas próprias para a regularização das terras de quilombo: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Na esfera federal, o Incra é o órgão responsável por titular as terras quilombolas seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003<sup>8</sup> e na Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009<sup>9</sup>.

O processo de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas é cheio de dificuldades e demorado. O longo percurso e as iniciativas empresariais e de donos de terra para impedir o reconhecimento e a titulação exigem organização e capacidade de mobilização. A história das comunidades quilombolas do Sapê do Norte não tem sido diferente.

O Espírito Santo é o 15º estado da Federação com o maior percentual de quilombolas, tendo 15.652 pessoas que assim se declaram (IBGE, 2022). Dos 39 grupos já certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>10</sup>, 36 estão localizados no Sapê do Norte. São 24 comunidades com processos abertos no Incra, sendo que dez estão com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)<sup>11</sup> publicados. São elas: São Domingos, Roda

---

7. *Constituição de 1988; o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas; a Lei Estadual nº 9.769/2011, que estabelece as regras para a apuração e legitimação de terras devolutas estaduais. A lei define terras devolutas como as terras públicas que não possuem destinação específica, sendo o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) o órgão responsável por seu reconhecimento.*

8. *Este decreto foi resultado de muitas disputas sobre a regulamentação dos procedimentos para titulação das terras quilombolas desde 1988, envolvendo o Movimento Negro urbano, representantes das comunidades quilombolas e diferentes governos. O decreto estabeleceu a Política Nacional de Atendimento às Comunidades Quilombolas e regulamentou os procedimentos administrativos necessários ao processo de regularização fundiária. Cabe à Fundação Cultural Palmares o Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos e a emissão da Certidão de Registro (certificação), o primeiro passo para a regularização fundiária (Santos, 2014). Segundo a página da Fundação Cultural Palmares, até outubro de 2025, 3.294 comunidades haviam sido certificadas.*

9. *No site da Comissão Pró-Índio de São Paulo é possível conhecer os textos das leis e acompanhar o andamento dos processos: [www.cpisp.org.br](http://www.cpisp.org.br).*

10. *A Fundação Cultural Palmares foi criada em agosto de 1988, no governo José Sarney, com o objetivo de promover e preservar os valores culturais, sociais e econômicos que decorrem da influência negra na formação da sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em jan. 2026.*

11. *O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é o documento fundamental no processo de regularização fundiária de terras quilombolas pelo Incra. Este*

D'Água, Porto Grande, Córrego do Alexandre, Linharinho, Serraria, São Cristóvão, Monte Alegre, Retiro e São Pedro.

A identificação das comunidades quilombolas pela FCP não significa a conquista do título da terra, o que é necessário para que esses territórios sejam mantidos em condições dignas de sobrevivência, com acesso das populações às políticas públicas essenciais e com investimentos em educação, saúde, abastecimento de água potável, transporte digno, segurança, mobilidade viária, iluminação pública, sinal de telefonia, entre outros direitos.

Diante da morosidade e do descaso do poder público, bem como do permanente tensionamento do setor do agronegócio na região, ainda são imensos os desafios vivenciados pelos quilombolas do Espírito Santo, o que exige resistência e organização permanente das comunidades.

### *As comunidades quilombolas do Sapê do Norte*

A região do Sapê do Norte foi uma das áreas com maior concentração de escravizados no Espírito Santo no período colonial, tornando-se um símbolo de resistência do povo negro devido à formação de grandes quilombos. Nessa região, organizados em quilombos, negros que foram escravizados e seus descendentes garantiram, por meio do trabalho na terra, a subsistência de suas comunidades, mesmo sendo excluídos de uma série de direitos.

Até meados do século XIX, os quilombos do Sapê do Norte foram se constituindo em terras devolutas, doadas e/ou concedidas. Na década de 1970, contabilizavam-se mais de 12 mil famílias remanescentes de quilombos que viviam no território e tiravam sua subsistência da produção agrícola familiar, usufruindo da Mata Atlântica — com sua fartura de água, caça, pesca e ervas medicinais — e dela cuidando.

Foi na Ditadura Militar, nos anos 1970, que a empresa Aracruz Celulose (hoje Suzano) invadiu o território com a monocultura do eucalipto em larga escala, expulsando boa parte das famílias e destruindo as riquezas da Mata Atlântica. Ao longo do tempo, outras empresas e monoculturas também foram “prensando” os quilombolas em seu território, como, por exemplo, a Bahia-Sul e a Disa. A monocultura do eucalipto e o avanço das plantações de cana-de-açúcar para a produção de etanol resultaram no isolamento cada vez maior das comunidades quilombolas.

Diante desse quadro, apenas 1.200 famílias conseguiram resistir na região, mesmo ilhadas em meio ao deserto verde (provocado pelo

---

*reúne estudos antropológicos, geográficos e fundiários que definem os limites territoriais, identificam as famílias e comprovam a ligação histórica da comunidade com a área.*

monocultivo de eucalipto). Esse quadro é agravado, mais recentemente, pelas consequências das mudanças climáticas.

O Sapê do Norte segue sendo um polo de resistência da população negra – desde o Império – em suas 36 comunidades. São Mateus é o município com maior número de quilombolas, com 6.920 pessoas. Já Conceição da Barra tem o maior percentual de quilombolas por habitantes, com 14,72%.

A organização das comunidades é fundamental para a sua existência. Criada em 2003 por e para os quilombolas, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte é uma organização coletiva que enfrenta o modelo predatório dos grandes projetos, visando garantir vida digna para as famílias. A participação de todas as comunidades é fundamental para o fortalecimento da luta quilombola no norte do Espírito Santo.

Desde a sua criação, essa Comissão tem trabalhado para articular as comunidades quilombolas em torno das lutas por terra, água, saúde, educação, produção, alimentação, trabalho e cultura, buscando promover a retomada dos territórios tradicionais, fortalecer a resistência do povo, contar a sua história e transmitir às futuras gerações os saberes produzidos.

Sabemos que é por meio de ações coletivas e organizadas que conseguimos enfrentar os projetos que tentam nos excluir e nos privar dos nossos direitos, como faz hoje o agronegócio que ocupou boa parte do nosso território. Para isso, nos organizamos em grupos de trabalho que refletem sobre educação, saúde, cultura, terra e produção. Por meio desses grupos, os temas são amplamente debatidos e as propostas encaminhadas. Além das nossas reuniões mensais, também temos realizado diversas ações de formação, pressão e mobilização, como o Grito Quilombola, o Festival do Beiju e outras manifestações em datas simbólicas, como o dia 13 de maio (data da abolição formal da escravidão no Brasil) e o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra - morte de Zumbi dos Palmares).

### *Os conflitos no Sapê do Norte: luta por direito ao território e por direitos humanos nas retomadas quilombolas*

O conflito de interesses e a burocracia dos órgãos governamentais fazem com que o processo de conquista da titulação seja lento e desgastante, mas não podemos desistir. O direito dos quilombolas à propriedade de suas terras está garantido na Constituição de 1988, que afirma:

*Art. 68: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Constituição Federal. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (CF, 1988).*

A luta pelo reconhecimento do nosso território é essencial para a continuidade das nossas comunidades. É a partir da terra que produzimos e re-produzimos nossa existência, que garantimos a produção de alimentos, seja para consumo próprio ou para comercialização, que colocamos em prática nossas tradições, conservamos nossa cultura, criamos relações com o outro e com o meio em que vivemos.

No Espírito Santo, Linharinho, localizado em Conceição da Barra, foi a primeira comunidade a ter o decreto presidencial de reconhecimento como território quilombola publicado pelo Incra, em 2007, com 9.542,57 hectares; contudo, 82% desse território está ocupado por plantações de eucalipto de terceiros, desde os tempos da Aracruz Celulose e, atualmente, com a Suzano operando na região. Do total da área, mais de dois mil hectares foram identificados, até o momento, pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) como terras devolutas. O processo de titulação dessa comunidade foi interrompido pela empresa, que acionou a Justiça, suspendendo os efeitos da portaria para a definitiva demarcação e titulação pelo governo federal.

As comunidades de Serraria e São Cristóvão, em São Mateus, conquistaram, em dezembro de 2010, o decreto presidencial reconhecendo como seu território 1.219 hectares de terras. As comunidades São Domingos, São Jorge e Bacia do Angelim estão com processos abertos no Incra e aguardam o reconhecimento oficial para regularização dos seus territórios.

A presença da Aracruz Celulose (atualmente Suzano) nos territórios quilombolas perdura há décadas e ainda temos diversos enfrentamentos e batalhas em nossas terras. A monocultura de eucalipto está diretamente ligada ao projeto do agronegócio para o campo brasileiro, que é um modelo de produção que se destina exclusivamente à exportação, ocupa enormes extensões de terra com plantios únicos e utiliza grandes quantidades de venenos agroquímicos, poluindo a água, o ar e o solo. Esse modelo prioriza o lucro em detrimento da vida das populações locais, como os quilombolas, e do meio ambiente.

Em todo o Espírito Santo, as plantações de eucalipto causam diversos e graves impactos socioambientais, como desmatamento e substituição da Mata Atlântica por eucalipto; expulsão das famílias quilombolas de suas terras; aterramento de lagos e nascentes; redução do índice das chuvas e semiaridização do clima; desaparecimento de vários córregos; contaminação da água dos rios e córregos por agrotóxicos; poluição da terra e do ar; concentração fundiária e redução drástica das áreas de cultivo de alimentos. Tudo isso gera grave insegurança alimentar.

Historicamente, nas comunidades quilombolas, o nosso povo vivia bem, comia e bebia com fartura. A vida acontecia a partir da produção de

alimentos, extrativismo e artesanato. Atualmente, precisamos de tudo para viver, mas precisamos, acima de tudo, de respeito aos nossos direitos, ao saber plantar e ao saber alimentar.

Lutamos para que o governo do estado cumpra a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 0000693-61.2013.4.02.5003/ES, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), em 25/10/2021, que determinou ao governo titular as terras devolutas ocupadas tradicionalmente por nós, remanescentes das comunidades de quilombos.

A Comissão Quilombola iniciou, em 2023, gestões junto à Justiça, ao governo do estado, a mandatos de parlamentares estaduais de esquerda progressista e à empresa Suzano, visando à resolução do conflito, de modo a assegurar o direito ao território. Uma mesa de negociação de conflitos fundiários vem sendo mediada pelo governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), e organizada pela Gerência de Direitos Humanos vinculada a essa pasta.

A morosidade do governo e da empresa Suzano em participar das negociações, porém, tem dificultado o avanço dessa iniciativa. A mesa de negociação vem se arrastando sem uma resolução definitiva. A Suzano protela as tratativas e se acomoda diante de decisões judiciais anteriores, certa de que sairá vitoriosa. A empresa não cumpre os acordos firmados na mesa e desconsidera as decisões tomadas pelas instituições, como o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública Estadual e o governo estadual.

Para manter nossa existência e tradições, necessitamos de espaço para plantar e criar nossos filhos e netos, conforme nossos saberes. Trata-se de uma luta que já dura mais de 57 anos nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte.

A Comissão Quilombola vem buscando proteger o território do Sapê do Norte por meio da formação política de seus membros e de toda a comunidade. Essa formação abrange os seguintes eixos: direitos territoriais; Constituição Federal de 1988; legislação que assegura a terra e o modo de vida das comunidades; e convenções e tratados internacionais, como a Convenção nº 169/1989 sobre Povos Indígenas e Tribais e a Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1993.

Outra frente de ação da Comissão Quilombola é a organização de oficinas sobre o processo de criação de associações, conselhos e redes de apoio; o desenvolvimento de técnicas de assembleia (pauta, votação e ata), a fim de que a voz da comunidade seja ouvida nas esferas municipais e estadual; e sobre o uso de meios de comunicação, com destaque para formas alternativas, novas mídias e produção de conteúdos e vídeos sobre os territórios, com o objetivo de divulgar as lutas, celebrar a cultura e pressionar autoridades. Essas oficinas também orientam o uso seguro das redes sociais, bem como

a manutenção do diálogo e da interação com ONGs e movimentos sociais camponeses e urbanos, além de estratégias para a construção de alianças.

A Comissão atua, ainda, incentivando seus membros a se capacitarem para a gestão de projetos, com noções básicas de planejamento (objetivos, metas e orçamento) e de prestação de contas, de modo que as comunidades possam conduzir iniciativas próprias, sem depender de terceiros. A Comissão também fomenta a elaboração de protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) das comunidades quilombolas, mecanismo fundamental de consulta diante de qualquer empreendimento a ser realizado em seus territórios, seja público ou privado. A preservação da história e da memória dos quilombolas é uma ação permanente da Comissão, que organiza ciclos de contação de histórias para resgatar lideranças do passado e incentivar a construção coletiva de um arquivo vivo na comunidade.

A Comissão busca atuar perante os conselhos de direitos na avaliação e no monitoramento de políticas públicas e dos próprios projetos, usando ferramentas simples de acompanhamento, a fim de medir avanços e ajustar rumos, mantendo o diálogo e a interação com movimentos de direitos humanos, a Via Campesina, a FASE e outros movimentos sociais. A ideia é que a inserção nessas ações se reverta em práticas e momentos de atuação no próprio território. Assim, formação e organização se dão simultaneamente, e a comunidade se fortalece para defender seus direitos.

Nós, quilombolas, queremos dizer que estamos na luta e não vamos parar, pois a defesa do nosso território é o que dá sentido à nossa vida. Estamos lutando também pelos que já se foram e pelos que ainda virão. Lutamos por uma vida digna para todas e todos nas comunidades, uma vida que seja mais do que apenas respirar, com garantia de acesso aos serviços de saúde e educação, além de segurança alimentar, lazer, cultura e tantas outras condições importantes para o pleno desenvolvimento de qualquer pessoa.

Nessa direção, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte realiza processos de retomada no território, com o objetivo de fortalecer, entre as famílias, a reprodução dos modos de vida e da tradição ancestral. Essas ações abrangem a promoção da segurança alimentar, a geração de trabalho e renda, bem como o manejo da agricultura tradicional quilombola, além de contribuir para a ampliação do território. As retomadas quilombolas simbolizam, ainda, espaços para o desenvolvimento de diversas iniciativas coletivas, como plantios, recuperação de nascentes, construção de moradias, criação de áreas de lazer e outras ações que a comunidade deseje realizar para afirmar seu pertencimento ao território.

É importante pontuar que reconhecemos a responsabilidade de cada instituição na regularização do nosso território; contudo, o objetivo da Comissão Quilombola do Sapê do Norte com as retomadas é manter o território

livre da especulação do capital sobre a terra, promovida por empresas de eucalipto, de cana-de-açúcar e por grupos imobiliários. Entendemos que o território constitui nossa existência ancestral, anterior aos empreendimentos econômicos. No entanto, após mais de 20 anos de luta, infelizmente, nenhuma comunidade do nosso território foi demarcada e titulada, nem está próxima de concluir esse processo. Nesse sentido, a maneira que o movimento encontrou para manter os quilombolas no território tem sido as retomadas — a única forma de pressionar os órgãos competentes para que, de fato, se efetive a titulação dos territórios.

Por meio das retomadas, atuamos em duas frentes: pressionamos pela aceleração do processo de titulação e reocupamos o território quilombola, uma vez que as comunidades já não dispõem de espaço para lazer, plantio, criação de animais e, muito menos, moradia. As retomadas têm sido a única forma de as comunidades respirarem e começarem a se desenvolver, pois estão cercadas e encurraladas em meio ao “deserto verde”.

A primeira retomada quilombola ocorreu em 2007, em Linharinho. Desde então, as comunidades seguem em busca de espaço e de seu território, com as retomadas de São Domingos (2008 e 2011), Angelim 1 (2021), Angelim 2 (2021), Angelim 3 (2022), Morro da Onça (2022), Córrego do Alexandre (2023) e Nova Vista (2023).

Com as retomadas, os quilombolas seguem lutando e buscando seus direitos de acesso ao território, com o espaço necessário para desenvolver e atender às suas necessidades sociais, educacionais, econômicas e culturais. Forjados na luta pela terra e pelo território, os quilombolas seguem existindo. Após mais de três anos de negociação na mesa de resolução de conflitos com o governo do estado, observamos poucos avanços no atendimento às nossas demandas. Entendemos que os únicos insatisfeitos somos nós, os impactados!

Diante dessa insatisfação e da certeza de que não teremos nosso território de volta por meio dessa negociação, a Comissão Quilombola tem realizado, desde 2007, como ato político, as retomadas. São atos de resistência, mas, sobretudo, de construção autônoma da nossa própria história. Com as retomadas, as comunidades têm experimentado retomar seu modo de vida, olhando para o futuro e buscando manter o território livre de impactos prejudiciais aos quilombolas, ao meio ambiente e à terra, fonte da nossa existência e da nossa ancestralidade.

## *Referências*

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação** 12(23):107. DOI: 10.20500/rce. v12i23.3454. abr. 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cadernos 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- Pronera. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 05 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1. 03 abr. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi). Acesso em: 02 set. 2025.

LIMEIRA, José Carlos. **Insônias. Atabaques**. p. 19-23. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autores/JoseCarlosLimeira-TextosSelecionados.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

FERREIRA, S. R. B. Diálogo e saberes: potencialidades teóricas e metodológicas do conhecimento quilombola para as atividades de ensino no norte do Espírito Santo. **Revista Kiri-kerê: pesquisa em ensino**. Dossiê: Comunidades tradicionais e escola: enlace de aprendizagens e territórios de conhecimentos, 2018. p. 35-60. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/21445/15622>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FONSECA, Daniela Flávia Martins; NETTO, Franciele Machado Lopes. Abdias Nascimento e o pan-africanismo: diálogos entre a diáspora e a construção do movimento negro brasileiro. **Revista Cadernos Cajuína**. v. 11 n. 1, 2026. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1691/1432>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Olindina Serafim; FANTINATO, Maria Cecília. Prática docente quilombola e os impactos da pandemia na Educação. **Revista de Educação do Vale do Arinos (RELVA)**. Juara/MT/Brasil, v. 8, n. 1, p. 78-100. jan. 2021.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Educação Escolar Quilombola: memória, vivência e saberes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge**. CDU: 37 180 f. : il. Orientadora: Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2011.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Porto Alegre: EdiPUCRS, p. 213, 2014.

SCHRAMM, Franciele Petry; BORGES, Lizely. Finalização da titulação de territórios quilombolas pode acontecer apenas no ano de 4.732. Haverá mundo? In: **Terra de Direitos**. 16 maio. 2024. Disponível em [https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/finalizacao-da-titulacao-de-territorios-quilombolas-pode-acontecer-apenas-no-ano-de-4732-havera-mundo/24013?mc\\_cid=63d138f195](https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/finalizacao-da-titulacao-de-territorios-quilombolas-pode-acontecer-apenas-no-ano-de-4732-havera-mundo/24013?mc_cid=63d138f195). Acesso em: 21 de jan. 2026.

# **Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras: protagonistas nas lutas por reparação e bem viver para emancipação do povo preto**

*Nelma Gomes Monteiro<sup>1</sup>*

*Patrícia Gomes Rufino Andrade<sup>2</sup>*

*Joyce Mazzoco do Nascimento<sup>3</sup>*

1. Professora doutora, com a tese: *Afirmar as diferenças étnico-raciais como processo de enunciação para o enfrentamento ao racismo na educação infantil* (2010), pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); liderança do Movimento Negro Capixaba; presidenta do Instituto Elimu Professor Cleber Maciel.

2. Militante negra, doutora em Educação - *Diversidade e Práticas Inclusivas* (Ufes); professora do Departamento de Educação, Política e Sociedade da Ufes, com pós-doutorado pela Universidade de Minnesota em Economia e Políticas para minorias - Roy Wilkins Center, Universidade de Minnesota, EUA.

3. Advogada; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); pesquisadora do Projeto *Africanidades Transatlânticas* (PRPPG/Ufes); professora de Direito da Faculdade Multivix (Serra) e assessora parlamentar na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).

## *Introdução*

A trajetória das lutas por direitos humanos no Brasil e no mundo é indissociável das contribuições intelectuais e políticas das mulheres negras. O presente artigo convida para a reflexão sobre as contribuições dos processos educativos e saberes produzidos nas lutas por emancipação social dos movimentos negros, em especial, do Movimento Negro no Espírito Santo, a partir de uma análise fundamentada na práxis de quatro pensadoras para a compreensão dos saberes e fazeres do povo negro: Nilma Lino Gomes, Angela Davis, Conceição Evaristo e Jurema Werneck. A partir de suas trajetórias de pesquisadoras, intelectuais e lideranças políticas, apresentamos elementos que ilustram como as resistências coletivas do povo negro operam não apenas como reação à opressão, mas como uma potência capaz de reconfigurar as estruturas sociais.

A análise ancora-se, primordialmente, nos ensinamentos de Nilma Lino Gomes, pedagoga, pesquisadora e autora do livro “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”; de Angela Davis, filósofa e ativista socialista estadunidense, que alcançou notoriedade mundial ao afirmar: “Quando a mulher negra se movimenta, toda estrutura da sociedade se movimenta com ela”; de Conceição Evaristo, escritora, poetisa e ensaísta brasileira, que destaca-se na literatura afro-brasileira contemporânea – ela foi empregada doméstica e professora, graduando-se em Letras e tornando-se doutora em Literatura; como pesquisadora, cunhou o conceito de “escrivência”, pelo qual passa o processo educativo; a invisibilidade da mulher negra tem sido denunciada em sua obra –; e de Jurema Werneck, médica e referência no ativismo pelos direitos humanos no Brasil ao reverberar as lutas do povo negro com a expressão: “Nossos passos vêm de longe”. Essas ativistas e pesquisadoras nos indicam a centralidade da resistência negra nos processos de construções identitárias e emancipatórias.

Um dos desdobramentos mais significativos desse processo histórico de lutas e mobilizações do Movimento Negro foi a conquista de marcos legais que expressam, no âmbito institucional, aprendizados coletivos construídos ao longo de décadas. Nesse sentido, destaca-se a promulgação da Lei nº 10.639/2003, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu primeiro mandato, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Essa legislação representa o reconhecimento das contribuições históricas da população negra para a formação da sociedade brasileira. Também constitui-se como um importante instrumento pedagógico para a valorização da diversidade, promovendo práticas educativas comprometidas com a equidade e o respeito às diferenças.

De forma complementar, a Lei nº 12.711/2012 instituiu a política de cotas no ensino superior federal, estabelecendo a reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, em proporção à composição demográfica de cada unidade federativa, conforme dados do IBGE. Essa medida resulta da potência organizativa e dos processos formativos protagonizados pelo Movimento Negro e por outros movimentos sociais, configurando-se como uma ação afirmativa voltada à ampliação do acesso à educação superior. Ao promover a inclusão e a diversidade no ambiente acadêmico, essa política contribui para a construção de novos horizontes de conhecimento, fortalecendo trajetórias educacionais e ampliando as possibilidades de participação social.

Ambas as leis evidenciam como as lutas sociais produzem ensinamentos e caminhos que se traduzem em políticas públicas. Essas potentes lutas e transformadoras conquistas, como diz Nilma Lino, constituem espaços educativos e emancipatórios para o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras.

### *Movimento Negro educador, porque emancipador*

As trajetórias de lideranças negras no Brasil e no mundo têm sido, historicamente, forjadas no interior das lutas coletivas protagonizadas pelos movimentos negros e pelos feminismos negros. Nesse contexto, destacam-se as contribuições intelectuais e políticas de Gomes, Davis, Evaristo e Werneck, cujas reflexões e práticas dialogam profundamente com essas experiências de mobilização e resistência.

Os espaços de mobilização social constituem também espaços de aprendizagem política e construção de projetos emancipatórios. Nesse sentido, a obra “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, de Gomes, mostra como o Movimento Negro brasileiro configura-se não apenas como um agente de reivindicação política, mas também como uma referência em saberes, fazeres e práticas políticas fundamentais para a construção da cidadania negra no Brasil.

Dessa forma, o papel do Movimento como ser político e produtor de saberes enseja reconstruir uma cultura civilizatória de enfrentamento ao racismo para reeducar a sociedade brasileira nas relações étnico-raciais e promover uma educação antirracista. Esses saberes se contrapõem à dinâmica eurocêntrica-colonial-escravocrata e buscam a descolonização do conhecimento.

Nesse sentido, de acordo com Gomes (2017, p. 51):

*A compreensão dos saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras tem a capacidade de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensar a escola, descolonizar os currículos e dar visibilidade às vivências e práticas dos sujeitos. Ela poderá nos levar ao necessário movimento de descolonização do conhecimento. Este trabalho tem como tese principal o papel do Movimento Negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI.*

As origens do Movimento Negro podem ser identificadas nas diversas formas de resistência protagonizadas por africanos e africanas submetidos ao regime de escravização desde o período colonial. Entre essas experiências, destacam-se os quilombos no Brasil<sup>4</sup>, que se constituíram como importantes espaços de refúgio, reorganização comunitária e enfrentamento ao sistema escravista, com práticas concretas de contestação à ordem colonial. Nesse sentido, entendemos que as organizações negras sempre se constituíram em processos educativos, emancipatórios e de “escrivência”, como afirma Evaristo.

O Movimento ganha força e tração na década de 1970, com a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>5</sup>, que pautava as lutas por igualdade racial. Esse movimento aponta caminhos na dimensão de esperar, inspirando até hoje a luta das organizações de negros e negras no país.

---

4. Importante frisar que, conforme os estudos produzidos pela intelectual negra Beatriz do Nascimento (2021), os quilombos não surgem a partir dos processos de escravização no Brasil, mas já existiam anteriormente a este momento histórico conhecido como diáspora africana, enquanto uma instituição em África.

5. O Movimento Negro Unificado (MNU) constitui uma das principais organizações políticas do Movimento Negro no Brasil, sendo a maior entidade negra da América Latina. Fundado em 1978, em meio ao processo de abertura política do regime militar, o MNU emergiu como uma articulação nacional que buscava unificar diferentes grupos e iniciativas de combate ao racismo, denunciando as desigualdades raciais historicamente produzidas na sociedade brasileira e contestando o chamado mito da democracia racial. O MNU desempenhou ainda papel central na construção de uma consciência política negra no país, articulando a crítica ao racismo com debates sobre cultura, identidade, gênero e classe. Essa perspectiva contribuiu para ampliar a compreensão das múltiplas dimensões da opressão racial na sociedade brasileira. Disponível em: <https://mnu.org.br/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

Para esta análise, é importante considerar as tensões entre projetos de regulação social e projetos emancipatórios, a fim de compreender as disputas em torno das políticas de enfrentamento ao racismo estrutural. Enquanto as teses de regulação referem-se às iniciativas institucionais que buscam responder às desigualdades raciais por meio de políticas públicas e marcos legais, as perspectivas emancipatórias enfatizam a necessidade de transformações estruturais capazes de reparar, historicamente, os efeitos do sistema escravista e do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira.

As mobilizações ganharam força no interior do Movimento Negro especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando diferentes organizações passaram a reivindicar não apenas o reconhecimento do racismo, mas também políticas públicas de Estado para reparação histórica.

Um importante avanço, fruto dessas lutas, é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 27/2024, que institui, entre outros itens, o Fundo Nacional de Reparação e Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR), destinado a financiar ações de promoção da igualdade racial e políticas de reparação histórica no país. A aprovação da PEC na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 3 de dezembro de 2025, é um marco relevante nas lutas históricas do Movimento Negro. Se a PEC for aprovada também nos plenários da Câmara e Senado, o FNREPIR será constituído com recursos de indenizações decorrentes de condenações por crimes de racismo, de escravidão contemporânea e de danos morais coletivos<sup>6</sup>, doações e orçamento federal. A PEC acrescenta, também, um capítulo à Constituição, incluindo a promoção da igualdade racial como princípio fundamental, detalhando diretrizes e criando um Conselho Consultivo.

É fundamental destacar o Movimento Negro brasileiro como educador e produtor de conhecimentos e saberes. Isso também nos remete ao legado do Movimento Negro capixaba, historicamente constituído por diferentes organizações, coletivos e lideranças, como o Movimento Negro Unificado (MNU-ES), o Fórum Estadual de Juventude Negra (Fejunes), a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro)<sup>7</sup>, o Instituto Elimu Professor

---

6. Consultar Agência Câmara de Notícias, disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1229415-COMISSAO-APROVA-PROPOSTA-QUE-DEFINE-IGUALDADE-RACIAL-COMO-DIREITO-FUNDAMENTAL-NA-CONSTITUICAO>. Acesso em 13 dez. 2025.

7. *A Unegro foi fundada em Salvador, em 1988, três anos após o fim da Ditadura Militar no Brasil (1964–1985), período em que o país vivenciava um intenso processo de redemocratização, marcado pela mobilização social e pelo fortalecimento das lutas por liberdade e direitos democráticos. Formada inicialmente por militantes negras e negros de orientação marxista, passou a compreender o espaço público e as ruas como principais campos de atuação. A partir dessa perspectiva, desenvolveu ações voltadas à denúncia do extermínio da população negra e à promoção da luta antirracista, articulando também as dimensões de gênero e classe nas reivindicações por justiça social e igualdade (Ribeiro, 2021).*

Cleber Maciel<sup>8</sup> e a Unidade Negra Capixaba<sup>9</sup>, que atuam na luta contra o racismo e na defesa dos direitos da população negra no Espírito Santo. Entre suas principais bandeiras, destacam-se o enfrentamento à violência racial, a promoção da igualdade de oportunidades, a valorização da cultura afro-brasileira, o enfrentamento do extermínio da juventude negra e a incidência em políticas públicas voltadas à justiça social e à equidade racial.

Nesse contexto, destaca-se, entre outras organizações, a Unidade Negra Capixaba, que, ao longo de sua trajetória, tem desenvolvido ações políticas, formativas e de mobilização social na defesa dos direitos da população negra e no enfrentamento ao racismo estrutural no Espírito Santo. Mesmo diante de divergências estratégicas no interior do movimento, a organização construiu importantes experiências de solidariedade, cuidado coletivo e articulação comunitária, como evidenciado nas ações emergenciais e propositivas de apoio e atendimento às vítimas da covid-19 durante a pandemia<sup>10</sup>.

Destaca-se, ainda, o posicionamento político assumido pela Unidade Negra Capixaba ao participar do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Estadual de Promoção da Equidade Racial (Planesper), estruturado em diretrizes e 14 eixos estratégicos, posteriormente instituído pelo Decreto nº 6060-R, de 29 de maio de 2025. Paralelamente, a entidade mantém a atuação na defesa da implementação efetiva da Lei nº 12.990/2014 (atualizada pela Lei nº 15.142/2025)<sup>11</sup>, que estabelece a reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos federais, incluindo os cargos de docência universitária. Entretanto, observa-se que, ainda hoje, em diferentes contextos institucionais, há o descumprimento sistemático dessa legisla-

---

8. A fundação do Instituto Elimu Professor Cleber Maciel ocorreu em 28 de fevereiro de 2024. Com duas décadas de serviços prestados à sociedade capixaba, consagrou-se como uma entidade de defesa dos direitos da população negra capixaba. Muitas dessas atividades foram e são realizadas por meio de parcerias com a Universidade Federal do Espírito Santo e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab/Ufes). Todo esse contexto fez o Instituto Elimu forjar uma trajetória de reconhecimento, valorização e confiança, que o credenciou a solicitar da Câmara Municipal de Vitória o título declaratório de Entidade de Utilidade Pública Municipal.

9. A frente Unidade Negra Capixaba reúne representantes de diferentes áreas, como lideranças de religiões de matriz africana, artistas, pesquisadores, professores universitários, profissionais da saúde, advogados e lideranças comunitárias, configurando-se como um espaço plural de mobilização política e social.

10. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-se-reune-com-representantes-da-unidade-negra-capixaba>. Acesso em 12 mar. 2026.

11. A lei estabelece a reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas de concursos públicos para provimento de cargos efetivos e temporários no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

ção. São processos marcados por práticas de burla e/ou fraude, negligência administrativa e resistência institucional, que fragilizam a efetivação das ações afirmativas. A prática administrativa de não implementação efetiva dessa política pública, muitas vezes associada à cultura de racismo estrutural, tem gerado situações de insegurança, medo e ameaças aos docentes e servidores que ingressam no serviço público por meio das políticas de cotas, inclusive sendo expostos a questionamentos e tentativas de deslegitimação de suas trajetórias acadêmicas.

Nesse cenário, registra-se, também, a mobilização da Unidade Negra Capixaba no enfrentamento ao racismo institucional, promovendo denúncias em espaços educacionais, como no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória<sup>12</sup>.

Ao assumir essas frentes de luta, desde ações de solidariedade durante a pandemia até a defesa das políticas de cotas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), passando pelo combate ao racismo estrutural na sociedade capixaba, a organização reafirma, nos termos de Gomes, a relevância do Movimento Negro como sujeito coletivo educador, produtor de conhecimentos e saberes, e agente emancipador na defesa dos direitos da população negra.

### *Movimento de Mulheres Negras – porque é nas lutas que se conquistam reparação e bem viver*

A trajetória do Movimento de Mulheres Negras evidencia que suas lutas se inscrevem em um processo histórico de longa duração, marcado pela resistência ao racismo, ao sexismo e às múltiplas formas de desigualdade que estruturam as sociedades contemporâneas. Como afirma Werneck (2010), “nossos passos vêm de longe”, expressão que sintetiza a continuidade das experiências de organização, mobilização política e produção de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades de gênero, à misoginia e às violências políticas e sexuais.

Nesse percurso histórico, as mulheres negras têm desempenhado papel central na construção de agendas políticas que articulam a defesa dos direitos humanos e a denúncia das desigualdades raciais e de gênero, bem como a formulação de propostas voltadas à justiça social, à reparação histórica e à construção do bem viver. Ao refletir sobre a historicidade da organização

---

12. Um ato contra o racismo reuniu a comunidade acadêmica, movimentos sociais, entidades sindicais e coletivos negros [...] em frente ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em Vitória. A mobilização foi organizada após a denúncia de falas racistas atribuídas a um docente, durante um conselho de classe, direcionadas a uma estudante negra, finalista do curso técnico integrado em Estradas (Friedrich, 2025).

política das mulheres negras, Werneck destaca que essas formas de atuação possuem raízes muito anteriores à modernidade ocidental e à própria formulação do feminismo. Como afirma a autora:

*Chamar atenção para ialodê, para as divindades [...] e para as diferentes associações de mulheres é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Essas reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o Ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado. (Werneck, 2010, p. 8).*

Assim, as lutas protagonizadas pelas mulheres negras também se expressam na construção de agendas políticas que se articulam em diferentes escalas de atuação internacional, nacional e local, evidenciando a temporalidade, a amplitude e a capilaridade de suas estratégias de mobilização.

No cenário internacional, um marco importante desse processo foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Esse evento representou um momento decisivo de articulação política para os movimentos negros da diáspora africana, especialmente para as organizações de mulheres negras da América Latina e Caribe. A conferência consolidou um espaço de visibilidade internacional para as denúncias de racismo estrutural e para a reivindicação de políticas de reparação histórica relacionadas à escravidão e ao colonialismo. Nesse contexto, as organizações de mulheres negras brasileiras tiveram atuação destacada, contribuindo para a construção de agendas transnacionais de enfrentamento ao racismo e para o fortalecimento de redes políticas comprometidas com a promoção da igualdade racial, de gênero e com a defesa do bem viver das populações negras.

No contexto brasileiro, outro marco significativo das lutas do Movimento de Mulheres Negras ocorreu com a instituição do Dia Nacional de Tereza de Benguela<sup>13</sup> e da Mulher Negra, em 25 de julho; data oficializada pela Lei

13. Tereza de Benguela é uma mulher negra, que marcou a história do Brasil no século XVIII. Estrategista militar e dirigente política, esteve à frente do Quilombo de Quariterê, localizado no território que hoje corresponde ao Vale do Guaporé, no estado de Mato Grosso.

nº 12.987/2014, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, do PT (2011-2014). A data representa o reconhecimento da trajetória histórica de resistência das mulheres negras no país.

Nesse mesmo processo de mobilização, destaca-se a realização, em 2015, da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, em Brasília, que reuniu cerca de 50 mil mulheres de diferentes regiões do Brasil. Na ocasião, foi entregue à presidenta a Carta das Mulheres Negras<sup>14</sup>, documento político que sistematizou as principais reivindicações do Movimento e reafirmou o princípio do “bem viver como uma nova utopia”, orientada pela luta contra o racismo e a violência e pelas condições dignas de vida para a população negra.

No Espírito Santo, as agendas do Movimento de Mulheres Negras também se materializam em iniciativas de mobilização política, social e cultural, como o “Julho das Pretas”, criado em 2013<sup>15</sup>. Inspirada na trajetória de resistência de Tereza de Benguela, símbolo histórico da luta do povo negro por liberdade e autonomia, a iniciativa reafirmou a centralidade da organização política das mulheres negras na defesa de direitos e na construção de processos emancipatórios. Nesse sentido, o “Julho das Pretas” configura-se como uma agenda anual capixaba de resistência, valorização e visibilidade das mulheres negras, reunindo uma ampla programação, ao longo do mês, em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Atualmente, em sua 13ª edição, a iniciativa promove debates, oficinas e manifestações culturais voltadas ao enfrentamento do racismo e do sexismo, contando com o apoio de órgãos do governo estadual e abordando temas como empreendedorismo feminino negro, cultura quilombola e saúde da mulher negra.

Os exemplos apresentados, desde a articulação internacional na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, passando pelas mobilizações nacionais, como a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, até iniciativas locais, como o “Julho das Pretas” no Espírito Santo, evidenciam a capacidade organizativa e política das mulheres negras na construção de agendas de enfrentamento ao racismo e às desigualdades estruturais.

---

*Tereza se tornou a rainha do quilombo e, sob sua liderança, negros e negras resistiram à escravidão por duas décadas. O Quilombo de Quariterê existiu de 1730 a 1795, e a liderança de Benguela vigorou até 1770, quando foi presa e morta pelo Estado.*

14. Carta das Mulheres Negras, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4d71sMR>

15. Perfil oficial do projeto “Julho das Pretas” na rede social Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/julho\\_das\\_pretas/](https://www.instagram.com/julho_das_pretas/). Acesso em 9 mar. 2026.

Tais processos demonstram que as lutas do Movimento de Mulheres Negras não se restringem à reivindicação de direitos, mas também se constituem como espaços de formação política, produção de conhecimento e elaboração de práticas emancipatórias, reafirmando o papel dessas mobilizações na construção de novas possibilidades de justiça social e de bem viver para a população negra.

Nesse sentido, os movimentos que reúnem mulheres negras podem ser compreendidos como espaços de processos formativos, que produzem saberes e fazeres emancipatórios no interior das lutas por direitos. A trajetória desses movimentos tem sido amplamente reconhecida nas formulações teóricas do feminismo negro, cujo objetivo central consiste na construção de um pensamento crítico elaborado a partir das experiências históricas das mulheres negras. Tal perspectiva busca afirmar formas coletivas de ação política capazes de enfrentar a invisibilidade e o apagamento social que, historicamente, marcaram suas trajetórias.

A luta das mulheres negras por participação nos espaços de poder, especialmente no campo da representação política, insere-se nesse horizonte de transformação social e racial. Como afirma Davis, evidenciando o potencial transformador das mobilizações, “quando a mulher negra se movimenta, toda estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Nessa direção, a noção de “escrevivência”, elaborada por Evaristo, escritora negra, contribui para compreender as experiências de organização das mulheres negras como produções coletivas de memória, resistência e elaboração política, voltadas à busca de reparações sociais, econômicas e históricas. Assim, a superação da invisibilidade das mulheres negras deve ocupar lugar central nas diferentes lutas contemporâneas contra o colonialismo, o patriarcado, o racismo e o capitalismo, uma vez que as trajetórias de vida dessas mulheres são profundamente marcadas pelas intersecções de raça, classe e gênero.

A continuidade das mobilizações também se expressa nas agendas recentes do Movimento de Mulheres Negras. Nesse sentido, a organização da II Marcha Nacional de Mulheres Negras<sup>16</sup>, realizada em 25 de novembro de 2025, em Brasília, evidencia os desafios políticos que permanecem centrais para o Movimento, tais como a ampliação da organização coletiva, da mobilização social, da participação política e dos processos de formação política das mulheres negras.

---

16. No dia 25 de novembro de 2025, ocorreu a Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, a segunda marcha nacional, de caráter internacional, das mulheres negras. Disponível em: <https://marchadasmulheresnegras.com.br/evento/marcha-das-mulheres-negras/>. Acesso em 12 mar. 2026.

As pautas apresentadas na marcha evidenciam um amplo campo de reivindicações, que articula diferentes dimensões da luta por justiça racial e de gênero. Entre elas destacam-se: a defesa das práticas religiosas de matriz africana; o enfrentamento ao feminicídio; o respeito às mulheres e meninas negras, incluindo as com deficiência ou neurodivergência; a titulação dos territórios quilombolas; o combate à violência policial contra a juventude negra; e a implementação de políticas públicas voltadas à igualdade racial, à educação antirracista e à justiça social.

Por isso, nos organizamos em marcha. Somos resistência, resiliência e luta nos diferentes movimentos sociais negros contra as desigualdades raciais e sociais e contra quaisquer tipos de preconceitos e discriminações, por isso, nós mulheres negras marchamos!

*Marchamos em defesa das práticas religiosas de matriz africana.  
Marchamos para que mulheres e meninas pretas, neurodivergentes ou com deficiência sejam respeitadas.*

*Marchamos pela construção de uma agenda de enfrentamento ao feminicídio.*

*Marchamos pela titulação dos territórios quilombolas.*

*Marchamos pela presença efetiva do Estado nas periferias, com polícia comunitária.*

*Marchamos por educação antirracista e implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.*

*Marchamos pela implementação das Diretrizes da Educação Escolar Quilombola.*

*Marchamos contra a morte da juventude negra pela polícia militarizada, contra o extermínio da juventude.*

*Marchamos contra a impunidade de policiais, muitos deles negros, que matam jovens negros periféricos.*

*Marchamos contra o machismo, o racismo, a lesbofobia, a transfobia e todas as formas de violência.*

*Marchamos pela implementação da Lei nº 14.611/2023, da igualdade salarial entre homens e mulheres.*

*Marchamos pela preservação ambiental e reconhecimento das mulheres quilombolas e do campo.*

*Marchamos pelo direito à saúde, por direitos sexuais e reprodutivos e pelo fim da violência obstétrica.*

*Marchamos pelo acesso prioritário das mulheres negras aos programas de casas populares.*

*Marchamos pela valorização do trabalho doméstico, com a implementação da Lei da Empregada Doméstica (Lei Complementar nº 150/2015), que assegura direitos como salário mínimo, FGTS, 13º, férias mais 1/3 de férias.*

*Marchamos pela aprovação da PEC do fim da escala 6x1.  
Marchamos pelo empoderamento de mulheres negras na política.  
Marchamos para que os partidos cumpram a Emenda  
Constitucional nº 117/2022, que assegura recursos míni-  
mos destinados às candidaturas femininas.  
Marchamos por uma política de comunicação antirracista.  
Marchamos pela aplicação da Lei nº 14.214/2021, que institui  
o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.*

### *Considerações finais*

As reflexões apresentadas ao longo deste texto evidenciam que as lutas do Movimento Negro e, em especial, do Movimento de Mulheres Negras constituem importantes processos de produção de saberes, formação política e construção de práticas emancipatórias. Conforme aponta Gomes, o Movimento Negro afirma-se como sujeito coletivo educador ao produzir conhecimentos a partir das experiências históricas de resistência e das lutas por direitos. Nesse sentido, as mobilizações nos planos internacional, nacional e local demonstram que tais movimentos não se limitam à reivindicação de políticas públicas, mas também atuam como espaços de formação crítica e de elaboração de projetos de transformação social.

Ao mesmo tempo, como destaca Werneck ao afirmar que “nossos passos vêm de longe”, essas trajetórias políticas se ancoram em uma memória histórica de organização e resistência que atravessa gerações de mulheres negras. Essa continuidade histórica fortalece a construção de agendas políticas voltadas à justiça social, à reparação histórica e à afirmação do bem viver.

Nesse horizonte, Davis reforça a dimensão ética e política dessas lutas ao afirmar que, em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista. Assim, as ações do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras reafirmam seu caráter educador e emancipador, ao produzir conhecimentos, mobilizações e práticas políticas que desafiam as estruturas de desigualdade e apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### *Referências*

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- FRIEDRICH, M. Estudantes e movimentos sociais denunciam racismo em ato no Ifes Vitória. 2025. **Século Diário**. Disponível em: <https://www.>

seculodiario.com.br/direitos/estudantes-e-movimentos-sociais-denunciam-racismo-em-ato-no-ifes-vitoria/. Acesso em: 17 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Belo Horizonte: Mazza, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombolas e movimentos**. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIBEIRO, Dindara. **33 anos de ativismo; conheça a história da Unegro**. 2021. Disponível em: [https://almapreta.com.br/sessao/politica/unegro-comemora-33-anos-de-luta-e-resistencia-conheca-a-historia-da-entidade/?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=22546923003&gbraid=](https://almapreta.com.br/sessao/politica/unegro-comemora-33-anos-de-luta-e-resistencia-conheca-a-historia-da-entidade/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=). Acesso em: 11 mar. 2026.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, p. 07–17. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>.



# **O Fórum de Mulheres do Espírito Santo nas lutas feministas capixabas: articulando resistências e diversidades**

*Ana Clemente Paula*<sup>1</sup>

*Ana Lucia Rocha da Conceição*<sup>2</sup>

*Edna Calabrez Martins*<sup>3</sup>

*Emilly Marques*<sup>4</sup>

*Gilsa Helena Barcellos*<sup>5</sup>

1. *Diretora do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores de Limpeza Pública, Asseio e Conservação (Sindilimpe/ES); militante da AMB, do Fomes, da Associação de Mulheres de Cariacica Unidas pela Libertação (Amucabuli), do Grupo de Mulheres de Castelo Branco (Cariacica) e membra do Cedimes.*

2. *Professora de História; militante da AMB, do Fomes e da Amucabuli; integra o Fórum Nacional de Mulheres Negras - Espírito Santo.*

3. *Educadora popular; militante da AMB e do Fomes; membra do Fórum de Participação Social, do Fórum Nacional contra as Violências à Mulher do Campo, do Conselho Gestor da Casa-Abrigo Estadual Maria Cândida e do Cedimes.*

4. *Assistente social; militante da AMB e do Fomes; compõe a Frente pela Legalização do Aborto no ES e a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto..*

5. *Assistente social, professora da Ufes, militante da AMB e do Fomes; coordena o Núcleo de Estudos sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi/Ufes).*

*Eu antes era uma mulher que sabia distinguir as coisas quando as via. Mas agora cometi o erro grave de pensar*  
(Clarice Lispector)

## *Apresentação*

A proposta deste texto é sistematizar um conjunto de informações acerca da construção e do desenvolvimento do Fórum de Mulheres do Espírito Santo (Fomes) como uma organização feminista, que, ao longo da sua trajetória, consolidou-se como um dos principais espaços de articulação política de movimentos e coletivos de mulheres e feministas do estado. É importante assinalar que a luta feminista capixaba antecede o Fórum de Mulheres/ES; contudo, é a partir de sua existência que um conjunto de organizações de mulheres e feministas capixabas passa a se articular para elaborar estratégias coletivas ao enfrentamento das opressões em todo o território capixaba. A metodologia utilizada para a elaboração do presente texto foi a experiência empírica das cinco autoras: quatro que participaram do processo de criação e uma que passou a integrá-lo posteriormente.

## *Histórias vividas, histórias contadas*

O Fórum de Mulheres do Espírito Santo é uma organização política, feminista e popular constituída em 18 de julho de 1992, inicialmente com o nome de Fórum Estadual de Movimentos Organizados de Mulheres do Espírito Santo. Uma de suas primeiras ações foi a organização de marchas e atos em protesto ao assassinato de Maria Cândida Teixeira, morta pelo marido<sup>6</sup> naquele ano. A partir de então, a temática da violência contra a mulher tornou-se central nos seus primeiros anos de formação. As denúncias de mortes e violências múltiplas contra mulheres foram chegando de todo o estado, exigindo da entidade um posicionamento mais organizado e sistemático. As ações ocorriam nas ruas e junto aos órgãos públicos responsáveis pela segurança pública. Naquele período, as denúncias feitas pelo Fórum eram repercutidas por diversos movimentos

---

6. Maria Cândida foi assassinada com seis tiros, em janeiro de 1992, pelo marido Hebert Bisi Camargo, na porta do prédio onde morava. No momento da morte, ela estava de mãos dadas com a filha do casal de oito anos. Sua tia, integrante da OAB Mulher e ex-integrante do Centro de Integração da Mulher do Espírito Santo (CIM), buscou apoio junto a algumas feministas, que se dispuseram a organizar a primeira reunião com o objetivo de que o assassinato não ficasse impune ou caísse em esquecimento. Membro de família influente e filho de um procurador do Estado, o homem foi internado em uma clínica psiquiátrica, por determinação judicial, por se entender que era um indivíduo inimputável.

sociais, por parlamentares de esquerda em algumas câmaras municipais do estado e pelos principais jornais de grande circulação no Espírito Santo. O tema também reverberava em instituições educacionais e religiosas, partidos políticos de esquerda e organizações sindicais, camponesas e populares. O Fomes era demandado a conceder entrevistas, realizar formações, participar de seminários e conferências, fazer palestras em bairros e nas escolas, entre outras atividades.

O Fórum congregou na sua fundação os movimentos de mulheres que se organizavam nas periferias localizadas no que hoje conhecemos como Região Metropolitana da Grande Vitória. Também contou com a participação de grupos de mulheres de municípios do interior do estado. Importante mencionar que parte expressiva de suas integrantes participava de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tinham como um dos seus focos de luta a busca por melhores condições de vida por meio das políticas públicas. No início dos anos de 1990, alguns desses grupos, em seus municípios, decidiram por se organizar em entidades de mulheres, como a Associação de Mulheres Unidas de Cariacica pela Libertação (Amucabuli) e a Associação de Mulheres Unidas da Serra (Amus). Esta última constou, à época, com 15 grupos de base, organizados nos bairros periféricos serranos.

O Fomes tem o seu funcionamento organizado por uma Carta de Princípios, que afirma o seu compromisso intransigente com a construção de uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e antiLBTfobia; defende o fortalecimento das mulheres e a construção de uma sociedade justa e igualitária, com foco na autonomia, no enfrentamento às diversas formas de violência e ao colonialismo, por justiça socioambiental e pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Também consta da Carta sua metodologia de ação: atuação orientada por princípios ético-políticos e organizativos – unidade na diversidade, na democracia interna e na livre adesão.

A metodologia de ação do Fomes define sua política geral por meio de duas estratégias que guiam a prática política feminista coletiva e cotidiana: realizar ações orientadas à sociedade, com atuação sobre a cultura política, as instituições e as relações sociais, de modo a fazer o enfrentamento da ideologia e das práticas de dominação, exploração e opressão; e buscar incidir sobre a atuação do Estado em suas diversas esferas e níveis de poder. Para tanto, possui uma agenda de disputa de propostas nos espaços de debate, formulação, decisão e controle social de políticas públicas, abrangendo políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento.

O Fórum compõe inúmeras organizações dos movimentos feministas e de mulheres e de movimentos populares no Brasil. É uma das organizações que compõem a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), tendo participado de sua fundação, em 1995. Tem representação no Movimento Nacional de Direitos Humanos do Espírito Santo (MNDH-ES) e na Frente pela

Legalização do Aborto do Espírito Santo (Flaes). Está presente em organismos institucionais representando a sociedade civil, como o Comitê Gestor da Casa-Abrigo Maria Cândida Teixeira; o Fórum de Participação Social/ES; o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher/ES (Cedimes); o Conselho Estadual de Juventude (Cejuve-ES); conselhos municipais e a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto Estadual de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres e a Prevenção de Femicídio.

Assim, o Fomes tem participado de encontros e conferências de caráter internacional como a IV Conferência Mundial de Mulheres da ONU, em Beijing-China, ocorrida em 1995; o Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Eflac) e o Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, que ocorre a cada três anos.

### *A luta do Fomes contra a violência*

O Espírito Santo destacava-se nacionalmente nas estatísticas de violência contra a mulher no período da criação do Fomes. A Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a questão em nível nacional – criada por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 19, de 1992 – constatou que o Espírito Santo estava em segundo lugar no ranking nacional de violência contra a mulher, sendo superado apenas por Pernambuco. Esse dado foi corroborado pela Revista Presença da Mulher, que, em 1991, já identificava o Espírito Santo como o segundo estado brasileiro mais violento em se tratando de mulheres.

No centro do debate realizado pelas mulheres estavam os motes “pessoal é político” – slogan do movimento feminista internacional nos anos de 1970 – e “em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher” – slogan dos movimentos feministas nos anos de 1970 e 1980 no Brasil.

Havia poucas organizações nacionais de mulheres no período. Uma que se destacava, criada no final da década de 1980, era a União Brasileira de Mulheres (UBM), organização feminista ligada ao Partido Comunista do Brasil, que editava a Revista Presença da Mulher, de circulação nacional. O seu conteúdo subsidiava as reflexões políticas do Fórum. Naquele momento, o Fomes priorizou a luta por implementação de serviços que atendessem mulheres em situação de violência, como a reestruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deams) já existentes no estado e criação de outras em municípios onde não existiam; e a implantação de casas-abrigo para mulheres em risco de morte.

O Espírito Santo já contava com algumas delegacias especializadas nos anos 80: Vitória (1985), Vila Velha (1987), Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari e Linhares (1991). Posteriormente, foram implantadas a delegacia de Cariacica (1993) e a da Serra (1994). Os contextos municipais que levaram à criação das Deams foram diversos.

Em Vitória, a organização feminista denominada Centro de Integração da Mulher (CIM), formada por feministas da classe média, acompanhou o debate nacional decorrente da campanha “Quem Ama não Mata”, realizada por organizações feministas e de mulheres no Brasil. A campanha teve êxito em suas reivindicações, entre as quais a criação, em agosto de 1985, da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres em São Paulo. Trata-se da primeira experiência desse tipo de que se tem notícia no mundo.

O CIM, que tinha o enfrentamento à violência contra a mulher como pauta, aproveitou a mobilização das mulheres para também reivindicar a criação de uma delegacia em Vitória. Como resultado, em outubro de 1985, foi implantada a Deam na capital capixaba (a segunda delegacia do Brasil), que passou a atender mulheres de todos os municípios da Grande Vitória (Barcellos, 1998).

Em 1986, a Coordenação de Mulheres de Vila Velha insere na sua pauta de lutas a implantação de uma delegacia especializada no município. A Deam de Vila Velha foi criada em 1987<sup>7</sup> e, alguns meses depois, em março de 1988, começou efetivamente a funcionar. Importante salientar que a luta pela Deam foi uma das molas propulsoras da organização feminista vila-velhense, que conseguiu conquistar, logo em seguida, a segunda casa-abrigo destinada às mulheres em risco de morte no estado.

No caso de Cachoeiro de Itapemirim, a luta pela implantação da Deam partiu de um grupo de mulheres que, posteriormente, organizou a União Cachoeirense de Mulheres (UCM), vinculada à UBM. Como resultado desse trabalho, Cachoeiro foi o primeiro município a ter uma casa-abrigo.

Em Cariacica, a Deam foi implantada em 1993, após mobilização da Comissão da Mulher Advogada da OAB/ES. Naquele período, a organização de mulheres existente no município, a Amucabuli, tinha outras prioridades ligadas à saúde e às condições de vida nos bairros periféricos. No município de Serra, depois de uma longa jornada de luta das mulheres ligadas à Amus, a delegacia especializada foi implantada em 1994 (Barcellos, 1998).

Um fator que impulsionou a criação das delegacias especializadas foi a Lei Complementar nº 4, de 15 de janeiro de 1990, que tratou da estruturação da Polícia Civil no Espírito Santo. A lei estabeleceu a criação das unidades, mas a implantação, na maioria dos casos, só ocorreu depois da mobilização das mulheres em seus municípios.

---

7. A Deam de Vila Velha foi criada por meio do Decreto nº 3627-N, publicado no Diário Oficial do Estado em 8 de outubro de 1987. Ela recebeu inicialmente o nome Delegacia Distrital de Defesa da Mulher, contudo, naquele momento, não dispunha de espaço físico adequado para o seu funcionamento. Somente em 8 de março de 1988, a unidade passou a ter espaço físico próprio, tendo também o seu nome alterado para Delegacia Especial da Mulher de Vila Velha, subordinada à Superintendência Judiciária do estado (Barcellos, 1998).

## *Uma luta que atravessa séculos*

É relevante afirmar que a luta das mulheres no Espírito Santo não se inicia nos anos de 1980; acreditamos que ela remonte aos primórdios da colonização. Quantas mulheres indígenas, negras escravizadas e quilombolas não travaram lutas incansáveis contra a dominação colonial? Quantas, no final do século XIX e durante o século XX, não lutaram pelo reconhecimento da sua humanidade, contra o racismo, pelo acesso à cidadania, pelo reconhecimento dos seus direitos políticos e sociais?

Essas mulheres forjaram os caminhos das lutas feministas no Espírito Santo, mas não são mencionadas nos registros históricos. Como escreve Debord (1997), “refletir sobre a história é necessariamente refletir sobre o poder”. Essas mulheres foram intencionalmente invisibilizadas pela historiografia capixaba. Por isso, ao escrever sobre a história do Fórum, é necessário lembrar do legado deixado por nossas antepassadas, que, durante os últimos 525 anos, travaram lutas incansáveis contra as formas de dominação, opressão e exploração.

Nesse sentido, também precisamos reconhecer que, nos seus anos iniciais, o Fórum de Mulheres não trouxe para a sua pauta o debate racial, apesar de contar com a presença de inúmeras mulheres negras. A inexistência do debate racial no contexto da luta feminista no Espírito Santo era reflexo do que ocorria na luta feminista no Brasil. Naquele período, as feministas que se organizavam em outros coletivos, movimentos e partidos enfrentavam resistências, pois se difundia a ideia de que o feminismo era uma luta anticlassista por “desviar” o foco da luta de classes, sendo essa uma perspectiva comum nos partidos políticos e movimentos sociais de esquerda. Essa tensão exigiu das integrantes do Fórum que se qualificassem para travar o debate no interior de suas organizações (partidos, sindicatos, associações comunitárias etc.). O desafio era possibilitar a compreensão de que a luta das mulheres é uma luta que se inscreve nas lutas mais gerais da classe trabalhadora; que se constitui parte da luta de classes e que, por isso, era também anticapitalista.

Na segunda metade da década de 1990, com o crescimento da luta antirracista no Brasil e com o avanço do movimento negro e dos feminismos negros – que produziam diagnósticos e análises sobre a realidade da mulher negra e identificavam as particularidades que diferenciavam a vida das mulheres negras da vida das não negras –, as feministas negras começaram a solicitar ao Fórum a incorporação de suas lutas à pauta da entidade. As tensões produzidas em decorrência disso foram importantes, porque o Fórum trouxe para o centro do seu debate as implicações do patriarcado sobre as mulheres negras capixabas. Já não era possível discutir o fim do patriarcado sem discutir o fim do racismo.

Ana Lúcia Rocha da Conceição e Ilma Viana, militantes do Fórum de Mulheres à época, participaram ativamente da fundação da primeira organização de mulheres negras do Espírito Santo, a Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu, que foi constituída em 1995. Militantes da luta das mulheres e de outros movimentos estiveram na fundação dessa organização, como Nelma Gomes Monteiro, Edileuza de Souza, Benedita Nascimento e Maria Lígia Rosa, entre outras.

### *Lutas que marcaram nossa trajetória*

Muitas atividades marcam a trajetória do Fomes; contudo, destacaremos algumas que entendemos ter maior relevância. No final dos anos 1990, quando eclodiu no Espírito Santo a luta dos povos indígenas Tupinikim e Guarani, no município de Aracruz, pela demarcação dos seus territórios sob controle da Aracruz Celulose S/A (hoje, Suzano S/A), as mulheres indígenas se organizaram, cumprindo um papel fundamental no processo de organização de suas aldeias. Essa mobilização as conectou ao Fórum de Mulheres, que se tornou um importante apoiador daquele movimento. A luta pela retomada do território indígena foi base para a organização das mulheres, resultando na criação da Associação de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani.

As mulheres quilombolas seguiram esse mesmo caminho, organizando-se no interior da luta pela retomada de seus territórios, também sob posse da então Aracruz Celulose, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Essa luta as aproximou do Fórum de Mulheres, que, por sua vez, tornou-se um dos importantes interlocutores entre mulheres indígenas e quilombolas, com o intuito de aproximá-las e contribuir no processo de organização e fortalecimento de suas lutas. Foram várias as atividades realizadas junto com as mulheres indígenas e quilombolas, destaque para as ações em torno dos atos do 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) dos anos de 2006 e 2007.

Antes, nos anos de 1990, as mulheres camponesas tiveram um papel importante na consolidação do Fórum de Mulheres. O processo de organização das mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, posteriormente, da Via Campesina, resultando na formação de diversos coletivos de mulheres do campo, foi algo fundamental para o fortalecimento da luta feminista capixaba. Esses coletivos trouxeram a pauta das mulheres camponesas para a cidade, possibilitando uma aliança estratégica entre mulheres do campo, da cidade e da floresta.

Em 2006, mulheres camponesas de diferentes lugares do Brasil ocuparam as dependências da Aracruz Celulose para protestar contra o avanço do plantio de eucalipto e exigir a devolução dos territórios aos indígenas e quilombolas. Essa ocupação repercutiu nacional e internacionalmente, contribuindo para o fortalecimento da luta desses povos no Espírito Santo. Outra contribuição do movimento, não menos relevante, é o grande potencial mobilizador das mulheres camponesas para que as marchas do 8 de Março, que ocorrem tradicionalmente em Vitória, sejam numérica e politicamente representativas.

No início da década de 2000, em 18 de março de 2001, três mulheres negras denunciaram a violência sofrida dentro das dependências do Carrefour (Vila Velha) e praticada por seguranças e policiais militares. O fato foi noticiado pelos jornais locais. No jornal A Gazeta, sob o título “Suspeitas denunciam espancamento em Vila Velha”, foram expostos os relatos de tortura psicológica seguida de uma bárbara violência física, que deixou as vítimas com hematomas enormes em seus corpos e, em especial, nas nádegas. As mulheres também denunciaram a violência sexual sofrida: as vítimas foram obrigadas a fazer sexo oral em policiais militares que atenderam à ocorrência. Como se não fosse muito o que passaram as mulheres, suas roupas foram pichadas com a palavra “ladra” e elas foram ameaçadas de morte se denunciassem o ocorrido.

Esses acontecimentos causaram profunda indignação na sociedade capixaba. A resposta pública do Carrefour foi de que as vítimas estavam furtando produtos. Mesmo que tal fato fosse comprovado, nada, absolutamente nada, justificaria a absurda violência e humilhação impostas às vítimas. Em decorrência disso, o Fórum de Mulheres do Espírito Santo emitiu uma nota pública de repúdio, realizou uma manifestação em frente ao Carrefour de Vila Velha e acompanhou a situação das vítimas, por intermédio da Comissão da Mulher Advogada da OAB-ES, que, à época, integrava o Fomes, prestando assistência jurídica às vítimas.

### *Vozes do feminismo popular nas ruas pela vida das mulheres*

A incidência sobre políticas públicas no Espírito Santo e a organização e a formação de movimentos feministas e de mulheres têm sido as principais estratégias de atuação do Fórum nos últimos anos. Neste tópico, evidenciamos, em especial, a ação direta promovida e impulsionada pelo Fomes, tais como atos públicos, protestos e ações de solidariedade.

Amparado na estratégia que guia a prática política feminista coletiva e cotidiana, o Fórum de Mulheres do Espírito Santo tem sido a organização impulsionadora de diversas ações, entre elas, de formação e mobilização em torno de

duas importantes datas que marcam o calendário feminista de luta: o 8 de Março e o 25 de Novembro<sup>8</sup>. O Fomes sempre construiu alianças para a realização de diversos atos relativos à defesa dos direitos das mulheres. Essas alianças, para além das organizações feministas e de mulheres em toda sua pluralidade, se estendem para os movimentos sociais mistos, entre eles as organizações da Via Campesina; alguns sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais; movimento sindical; partidos políticos de esquerda; organizações de classe, de juventude, de estudantes e de idosas; grupos anticapitalistas e antirracistas, entre outros. O objetivo é fortalecer o movimento na totalidade e buscar unidade por meio da construção de uma agenda comum.

Alguns eventos do 8 de Março marcam o dia com temas e lutas específicas que reforçam o objetivo de promover a reflexão sobre as lutas das mulheres por igualdade de direitos, valorizando suas conquistas históricas e fortalecendo o compromisso coletivo com o enfrentamento às diversas opressões e desigualdades que atravessam a vida das mulheres, como as violências de gênero e a discriminação.

Em 2000, o Fórum protagonizou, no Espírito Santo, a mobilização internacional “Duas Mil Razões para Marchar”, desenvolvendo atividades ao longo de todo o ano, iniciadas em 8 de março, quando uma marcha reuniu mais de três mil mulheres. Nos meses seguintes, foram realizados mutirões, em diferentes espaços e territórios do estado, para coleta de assinaturas em um abaixo-assinado com 17 reivindicações à ONU, voltadas ao combate à pobreza e à violência sexista. Mais de 20 mil assinaturas foram reunidas e encaminhadas ao Comitê no Brasil, responsável por levá-las à ONU.

Como parte da programação anual da mobilização, o Fórum, juntamente com o Sindicato dos Bancários/ES, realizava, sempre na última sexta-feira de cada mês, atividades culturais — como teatro, dança, música e outras manifestações artísticas — que deram vida à “Sexta do Prazer”, evento que, a cada edição, destacava um tema relacionado à luta das mulheres.

Em 17 de outubro daquele ano, enquanto mulheres de todo o país entregavam o documento à ONU, realizou-se, no Espírito Santo, um grande ato, encerrado com uma atividade político-cultural no Centro Sindical dos Bancários. Na ocasião, simbolicamente, cartas produzidas por mulheres capixabas no ano 2000 foram depositadas em um baú, dirigidas às mulheres em luta no ano de 2020, ou seja, para serem lidas 20 anos mais tarde. Entretanto, em virtude da pandemia, o baú não foi aberto e permanece sob a guarda do Sindicato dos Bancários.

---

8. Esta data de luta remete ao enfrentamento internacional às violências contra as mulheres, tendo como referência as irmãs Mirabal (*Las mariposas*), que foram torturadas e assassinadas em 1960 na República Dominicana.

No 8 de Março de 2007, as ruas da cidade de Vitória foram ocupadas por aproximadamente três mil mulheres, entre elas, indígenas, quilombolas, camponesas e urbanas, com forte apoio da Associação de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Associação de Mulheres Negras de São Mateus e Sapê do Norte e da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, além de organizações de mulheres urbanas e de parte do movimento sindical urbano (nessa ocasião, as organizações lideradas pela CUT-ES fizeram outro ato).

Nessa marcha, as mulheres buscaram romper o silêncio em relação às violações dos direitos dos povos indígenas e quilombolas sobre seus territórios tradicionais, além de denunciar as violências de gênero (de Estado e doméstica e familiar) e defender uma justiça socioambiental. Desse modo, seguiram entoando palavras de ordem pelas ruas de Vitória até o Palácio da Fonte Grande<sup>9</sup>, onde foi realizada uma vigília que tinha como bandeiras de luta o fim da degradação ambiental e da miséria produzida pela Aracruz Celulose, a devolução dos territórios aos povos indígenas do município de Aracruz e aos quilombolas do Sapê do Norte, o fim das violências contra as mulheres, a reforma agrária e a soberania alimentar.

Durante a vigília, realizada em frente ao Palácio da Fonte Grande até o dia seguinte, 9 de março, aconteceram atividades formativas e momentos de luta. O movimento foi acompanhado, à noite, pela Polícia Militar, que se colocou nos arredores e no teto do prédio da sede governamental. Houve tentativa de negociação com o então governador Paulo Hartung para que recebesse as manifestantes. No entanto, o encontro não aconteceu, porque o governador disse que só receberia uma comissão, o que não foi aceito pelas mulheres.

Na marcha do dia 8 de março em 2016, com o tema “Feministas na Rua contra o Machismo, o Racismo e o Capital”, as mulheres saíram pelas ruas de Vitória e, ao final, ocuparam o Palácio Anchieta<sup>10</sup>. À frente da ocupação, as mulheres do MST e do MPA reivindicavam providências do governo contra o fechamento de escolas estaduais; garantias em relação à pedagogia da alternância adotada nas escolas dos assentamentos; e garantia de recursos públicos para a agricultura familiar. A sede do governo estadual só foi desocupada após as 23 horas daquele dia, diante do compromisso firmado pelo governo assegurando uma reunião presencial com as organizações da Via Campesina. A militância do Fórum de Mulheres permaneceu na ocupação durante todo o tempo, apoiando as reivindicações das mulheres do campo.

---

9. O Palácio da Fonte Grande é uma das sedes oficiais do Governo do Estado do Espírito Santo, localizada no Centro de Vitória.

10. O Palácio Anchieta é a sede histórica do Poder Executivo estadual, localizada no Centro de Vitória.

No 8 de Março de 2024 – cujas manifestações foram realizadas no dia anterior, 7 de março – uma vigília apresentou o alto índice de mortes violentas de mulheres no estado e denunciou a tipificação do crime no caso do assassinato da artista de circo venezuelana Julieta Hernández Martínez<sup>11</sup>, em 23 de dezembro de 2023, em Presidente Figueiredo, cidade do Amazonas.

Desde os anos 90, o Fomes realiza “vigílias feministas”, principalmente no dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, como atos simbólicos e políticos de resistência e denúncia. As vigílias ocorrem em espaços públicos, praças e ruas, locais onde são realizadas performances com uso de velas, cruzeiros e faixas em memória das mulheres assassinadas. Também se configuram como um chamado à sociedade e ao Estado para ações contra a violência de gênero.

Os múltiplos significados, memória e denúncia, chamam a atenção para a impunidade nos casos de assassinatos, um mecanismo de cumplicidade das autoridades às violências e mortes de mulheres no Espírito Santo. Cada vigília trata-se, portanto, de uma ação política para pressionar o Executivo e o Legislativo capixabas por políticas públicas efetivas de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência. São também momentos de acolhimento e solidariedade, pois criam espaços coletivos de apoio entre mulheres e familiares de vítimas. Assim, promovendo a visibilidade pública da luta das mulheres do Espírito Santo, ocupamos praças e ruas, tornando as violências um tema do debate social.

Durante a pandemia da covid-19, o Fórum de Mulheres, com o apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, desenvolveu ações de solidariedade e resistência feminista, reafirmando seu compromisso com a defesa da vida das mulheres. Em um contexto de agravamento das desigualdades e do aumento da violência, o Fórum e a Amucabuli realizaram uma campanha de distribuição de alimentos e materiais de proteção contra o vírus da covid-19 nos bairros Castelo Branco e Vale dos Reis, no município de Cariacica. O Fórum também contribuiu com a construção de um poço comunitário para captação de água na Comunidade Quilombola de São Domingos, em Conceição da Barra.

---

11. O Ministério Público denunciou os réus Thiago Agles da Silva e Deliomara dos Anjos Santos por crimes de latrocínio, estupro e ocultação de cadáver. Artistas, amigos e o movimento feminista defendia que as qualificadoras eram de violência de gênero, porque a artista foi estuprada, torturada, queimada, assassinada e teve o corpo ocultado, atos que reforçam o menosprezo e o ódio à sua condição feminina; além de xenofobia e preconceito por ser estrangeira. Julieta esteve em Vitória por diversas vezes, segundo as amigas circenses. Em 2018, participou do Encontro Internacional de Palhaças, em Vitória. Em 2019, esteve no Encontro Divas – Palhaças na Ilha do Mel e, durante a pandemia da covid-19, ficou na casa de amigas na capital capixaba.

Naquele contexto, os dois movimentos promoveram, ainda, ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, ampliando a divulgação de canais de denúncia, como o atendimento virtual da Defensoria Pública do Espírito Santo. Por meio atividades virtuais, o Fórum manteve viva a formação política feminista e antirracista, como também o cuidado com suas militantes.

O Fórum de Mulheres, junto com outras organizações e coletivos, contribuiu para a fundação da Frente pela Legalização do Aborto no ES (Flaes), em 26 de outubro de 2019, a qual se vincula à Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do aborto (FNPLA). Acerca desta temática, vale destacar que o Fórum atuou ativamente na luta pela garantia do direito ao abortamento legal no caso de uma menina de 10 anos, em 2020. Esse foi um caso emblemático, que ganhou repercussão nacional diante da tentativa de impedimento do abortamento legal por parte da então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

O Fomes mobilizou grupos nacionais que atuam em defesa do abortamento legal, acionou a Secretaria Estadual de Saúde, a Defensoria Pública e a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres para que atuassem junto aos poderes Executivo e Judiciário no caso, reforçando, assim, as articulações com outras instituições para a garantia do deslocamento seguro da vítima para o estado onde seria realizado o procedimento. Também foram mobilizadas integrantes da AMB e de outros movimentos para que acompanhassem a chegada da vítima ao outro estado, bem como o seu retorno para o Espírito Santo. O Fórum articulou, ainda, uma manifestação em frente ao Hospital Cassiano Antonio Moraes (Hucam), onde a vítima foi atendida no Espírito Santo, em protesto à negação do abortamento legal no estado.

Essas iniciativas expressam a força do compromisso feminista e a importância da solidariedade entre mulheres para enfrentar crises e sustentar o direito à vida sem nenhuma forma de violência. Vale destacar que, no Espírito Santo, apenas três hospitais realizam o aborto legal, sendo que nenhum deles realiza o procedimento a partir de 22<sup>a</sup> semana de gestação. Atualmente, via Flaes, articula-se a luta para garantir a qualidade e a ampliação dos serviços de abortamento legal no estado, bem como a realização da assistolia fetal em, ao menos, uma unidade hospitalar.

Em 2023, o Coletivo de Mulheres Dona Astrogilda, organização feminista situada no município de Aracruz, tornou-se uma importante parceira do Fomes. Esse coletivo tem sido protagonista em atividades que denunciam o atentado que ocorreu em 25 de novembro de 2022 em duas escolas no bairro Coqueiral de Aracruz. O atentado resultou na morte de três professoras da Escola Estadual Primo Bitti (Maria da Penha de Melo Banhos, Cybelle Passos Bezerra e Flávia Amboss Merçon Leonardo) e de uma estudante de 12 anos (Selena Sagrillo), da escola particular Centro Educacional Praia de Coqueiral.

O autor desse atentado foi um estudante de 16 anos, que usou duas armas que estavam sob responsabilidade do seu pai, uma delas pertencente à Polícia Militar. No momento do crime, o adolescente usava uma braçadeira com o símbolo da suástica nazista.

Durante o ano de 2023, foram realizados dois atos em Coqueiral de Aracruz. No dia 25 de março daquele ano, uma caminhada com a participação de diversos movimentos de direitos humanos e familiares das vítimas tomou as ruas do bairro, terminando com um ato político em frente à Escola Primo Bitti. Em 25 de novembro, ocorreu outro ato para marcar um ano da tragédia. Mais de 300 pessoas, num movimento organizado pelo Coletivo Dona Astrogilda em parceria com o Fomes e outras entidades, levaram para as ruas o grito “Um ano do massacre de Aracruz: justiça, memória e reparação”. Foram plantadas árvores em homenagem às vítimas, como símbolo de memória viva.

Ainda como ação de denúncia após um ano do atentado, no dia 27 de novembro de 2023 foi realizado um debate, transmitido ao vivo no canal da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) no Youtube, com o tema “Um ano do massacre em Aracruz: fascismo, mapa do ódio e violência contra as mulheres”.

Sabemos que o atentado em Coqueiral de Aracruz não é uma questão isolada. Faz-se urgente uma transformação radical da realidade, principalmente na educação de meninos e jovens, o que vem sendo obstaculizado por leis inconstitucionais como a Lei Estadual nº 12.479, de 17 de julho de 2025, que “assegura aos pais e aos responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou de seus dependentes em atividades pedagógicas de gênero realizadas em instituições de ensino públicas e privadas”. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra essa lei tramita no Supremo Tribunal Federal.

A atuação do Fomes na prevenção e no enfrentamento à violência ganha mais um capítulo em 2024: a entidade passou a compor o grupo Jornadas Populares de Segurança Pública e Direitos Humanos<sup>12</sup>, uma articulação que discute a violência contra as mulheres e sua intersecção com a violência de Estado. Desde então, o Fórum acompanha diversas atividades com as mulheres dos territórios periféricos de Vitória.

---

12. *As Jornadas Populares de Segurança Pública e Direitos Humanos constituem uma articulação de movimentos sociais, militantes de direitos humanos e mandatos parlamentares de esquerda que atuam de forma organizada no enfrentamento à violência, em especial, à violência produzida por agentes de Estado em territórios pauperizados no município de Vitória-ES. O Fomes, que integra as Jornadas, observa que a violência impacta profundamente a vida das mulheres, porque são elas que choram a perda ou têm os seus filhos presos. No mais, têm sido registradas, durante as reuniões das jornadas, denúncias sobre mulheres que sofrem assédio sexual e/ou moral de policiais que fazem as abordagens nos seus locais de moradia.*

## *A luta do Fórum por políticas públicas*

Ao longo desses 33 anos, o Fomes se constituiu como um espaço de articulação política, diálogo e construção coletiva que luta pela garantia dos direitos das mulheres e pela consolidação de políticas públicas de igualdade de gênero no Espírito Santo. Nos diversos espaços institucionais em que atua, o Fórum tem se posicionado como uma organização representativa da sociedade civil, atuando na defesa e no monitoramento de ações governamentais e legislativas voltadas para as mulheres capixabas.

Entre as articulações do Fórum, destaca-se a que resultou na reconstituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Cedimes) em 1997, durante o governo Vitor Buaiz (PT). A reestruturação do Cedimes ocorreu por meio da Lei Estadual nº 5.533, de 15 de dezembro de 1997, que estabeleceu sua primeira gestão. Desde então, o Fomes tem participação ativa nesse conselho. No período em que o Fórum de Mulheres esteve na presidência do Cedimes foi elaborado o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, entre os anos de 2012-2014.

No entanto, o então governador Paulo Hartung (2015-2018), à época filiado ao MDB e atualmente ao PSD, não institucionalizou o plano. Diante disso, o Fórum entregou, em 20 de dezembro de 2018, ao então governador eleito Renato Casagrande (PSB), um documento reivindicando o fortalecimento do Cedimes e a institucionalização do Plano Estadual, como instrumento de planejamento e gestão pública, orientador da implementação, avaliação e monitoramento das ações governamentais voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao enfrentamento das desigualdades. Ao tomar posse, Casagrande determinou a revisão do plano e o institucionalizou em 29 de agosto de 2019.

Nessa trajetória, portanto, o Fórum tem desempenhado um papel fundamental na incidência política junto aos poderes públicos, contribuindo efetivamente para a criação e o fortalecimento de políticas e mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres, como, por exemplo, as políticas de abrigo às vítimas de violência em risco de morte.

O Fomes esteve no grupo de trabalho voltado à institucionalização da Casa-Abrigo Maria Cândida Teixeira e, atualmente, compõe o seu Conselho Gestor; esteve junto a diversas organizações na luta pela efetivação das delegacias especializadas; participou de todo o processo de implementação da Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e, em 2024 e 2025, esteve na comissão organizadora do novo Pacto Estadual pelo Enfrentamento às Violências contra as Mulheres e Prevenção ao Feminicídio, que foi oficializado pelo governo estadual em 2 de junho de 2025.

Além disso, o Fórum tem pautado temas estratégicos para a efetivação dos direitos das mulheres, como a ampliação do acesso à saúde integral, à educação de qualidade, à autonomia econômica e à participação política. Sua atuação cotidiana ocorre por meio da participação em conselhos, conferências, audiências públicas, grupos de trabalho, organização de atos públicos e ações de mobilização social. Assim, o Fomes reafirma seu compromisso estratégico de incidência política sobre o Estado e seus governos, com o objetivo de imprimir uma agenda de disputa de propostas nos espaços institucionais, no que diz respeito à formulação, à tomada de decisão e ao controle social das políticas públicas para as mulheres.

### *Considerações finais*

Nesses anos, o Fomes esteve ocupando ruas, praças, auditórios, salas, redes, territórios urbanos e rurais, sempre em defesa da vida das mulheres. Persistimos e resistimos coletivamente, consolidando conquistas significativas e lutando pela garantia dos direitos e pela promoção de políticas públicas.

Mantemo-nos firmes diante dos desmontes de políticas públicas voltadas às mulheres e à classe trabalhadora, como a retirada de direitos trabalhistas; dos ataques à educação, às políticas sociais, à Previdência Social e ao Conselho Estadual da Mulher; e da crescente criminalização da pobreza em territórios periféricos do estado, onde o racismo e a violência institucional ceifam vidas.

Lutamos contra a privatização e a fragilização dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher no Espírito Santo; fortalecemos a Flaes e a FNPLA na luta pela qualidade, garantia e ampliação de acesso aos serviços de aborto legal no estado, enfrentando um cenário de fundamentalismo e conservadorismo que produz leis inconstitucionais, como a Lei nº 10. 218/2025, que estabelece, no município de Vitória, a obrigatoriedade de afixação de cartazes com frases contrárias ao aborto legal nos equipamentos de saúde da cidade.

Continuamos desafiando as estruturas opressoras, afirmando que nossos corpos não devem ser marcados pela condição de sermos mulheres. Diariamente, nos articulamos para enfrentar desigualdades, nos colocando em diálogo crítico frente às autoridades e políticas autoritárias. Dessa forma, transformamos a indignação em ação política organizada, fortalecendo a autogestão e a mobilização das mulheres, visibilizando contradições e promovendo mudanças sociais.

Nossa trajetória é marcada pela persistência e pelo compromisso com a liberdade, a solidariedade e a justiça. Seguimos revolucionárias, insurgindo contra as estruturas de opressão, enfrentando medos e culpas e construindo esperança por meio da ação coletiva e da luta constante por uma sociedade mais justa e igualitária, sem nenhuma forma de exploração e opressão.

## *Referências*

BARCELLOS, G. H. **Violência física/sexual contra a mulher na relação conjugal**: estudo de casos de violência conjugal denunciados às delegacias da mulher do Estado do Espírito Santo. 1998. 219f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 1998.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

# **O MAB no Espírito Santo: dez anos de organização e luta de atingidas e atingidos por barragens no estado**

*Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens do Espírito Santo*

O dia 5 de novembro de 2025 é um marco na história da população da Bacia do Rio Doce e do litoral capixaba e baiano: há dez anos, teve lugar a chegada de milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos tóxicos, consequência do rompimento de uma barragem de rejeitos da Samarco (Vale/BHP Billiton) em Fundão, Mariana (MG). Em resumo: um dos maiores crimes socioambientais da história do Brasil cometido por duas das maiores empresas mineradoras do mundo.

Desde o início, a população atingida viu sua vida mudar drasticamente, com problemas de abastecimento de água, morte dos peixes, contaminação de terras agricultáveis, perda da fonte de renda, surgimento de diversas doenças e alteração radical dos modos de vida comunitários. Tudo isso em meio a ameaças, desinformação, perseguições e cooptação de lideranças por parte das empresas criminosas.

Não havia outra saída a não ser a luta organizada. Foi assim que, em 2015, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organização nacional<sup>1</sup> nascida em 1991 e presente em 21 estados do Brasil, chegou ao Espírito Santo<sup>2</sup>, com o objetivo de lutar por uma reparação justa e direitos

---

1. Nota das organizadoras: O MAB foi fundado em 1991, no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, ocorrido em Brasília. Tem um processo constitutivo desde os anos 1980, a partir de iniciativas de organização em níveis local e regional, como resposta às ameaças e às violações enfrentadas durante a implementação de projetos hidrelétricos. Posteriormente, consolidou-se como uma entidade de alcance nacional e, atualmente, além de atuar na defesa dos direitos das populações atingidas, propõe a construção de um Projeto Energético Popular, com o objetivo de transformar estruturalmente as desigualdades presentes na sociedade. Caracteriza-se como um movimento nacional, autônomo, de base ampla e voltado à luta social, com expressões regionais diversas, pautado na inclusão e sem discriminação de raça, gênero, orientação sexual, religião, filiação partidária ou nível de escolaridade. Seu propósito central é promover a organização das pessoas atingidas por barragens, seja antes, durante ou após a implementação desses empreendimentos (Movimento dos Atingidos por Barragens, s.d).

2. Nota das organizadoras: O MAB passou a se organizar no Espírito Santo a partir do rompimento de rejeitos de mineração da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, no município de Mariana/MG, um dos maiores desastres socioambientais da história recente do Brasil. De propriedade da Samarco, controlada pelas mineradoras Vale e BHP Billiton, a barragem teve seu colapso marcado por um verdadeiro crime socioambiental, que deixou mortos, milhares de desalojados, com danos ambientais extensos e duradouros (Movimento dos Atingidos por Barragens, s.d). A avalanche de lama tóxica derramada com o rompimento da barragem percorreu mais de 600 quilômetros ao longo do Rio Doce, comprometendo ecossistemas inteiros, provocando grave contaminação do rio, afetando significativamente a biodiversidade, a vida da população ribeirinha, o abastecimento de água desde Minas Gerais até a foz do rio, no distrito de Regência Augusta, no município de Linhares/ES, atingindo, portanto, grande parte da faixa litorânea do Espírito Santo. (Movimento dos Atingidos por Barragens, s.d; Conselho Nacional de Justiça, 2021). Trata-se de um episódio que evidencia, de forma contundente, os riscos associados ao modelo de exploração mineral e seus efeitos sobre territórios, populações e recursos naturais.

para a população atingida pelo crime socioambiental da Samarco (Vale/BHP Billiton). Militantes de outros estados e atingidos capixabas formaram uma brigada de solidariedade e deram início às primeiras lutas. Desde então, o Movimento se organizou e cresceu, enraizando-se nos territórios atingidos e tendo um papel fundamental na luta por direitos na Bacia do Rio Doce e no litoral capixaba.

Os primeiros anos já denotavam o poder das grandes empresas. Em março de 2016, sem a participação dos atingidos, foi feito um acordo – conhecido como “acordo”<sup>3</sup> – entre as empresas mineradoras, o governo federal, os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecendo um modelo de reparação dos danos. Nesse acordo foi criada a Fundação Renova e foram definidos 42 programas de reparação socioambiental e socioeconômica, com base num valor de apenas R\$ 20 bilhões.

Desde então, sob direção das empresas criminosas (Samarco/Vale/BHP), poucas ações de reparação efetiva foram realizadas. Na verdade, houve tentativa de não reconhecimento de grande parte da população atingida. Além disso, foram realizados volumosos gastos com comunicação e poucos com projetos de reparação; prevaleceram a falta de transparência e a tentativa de desgastar as comunidades.

Frente a esse cenário, o MAB foi, aos poucos, se organizando nos territórios da calha do Rio Doce, da foz do rio e do litoral do estado, realizando muitas lutas – marchas, ocupações dos trilhos ferroviários, audiências públicas, reuniões, assembleias, comemorações e encontros –, crescendo e conquistando direitos. Algumas lutas realizadas foram e ainda são muito emblemáticas nas lembranças da população atingida.

O embrião dessa organização foram as ocupações constantes dos trilhos do trem na comunidade de Mascarenhas, em Baixo Guandu (ES), no começo de 2016, antes da criação da Fundação Renova. Essas ocupações garantiram

---

3. Nota das organizadoras: O chamado acordo, firmado após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, consistiu em um pacto judicial celebrado em 2016 entre a Samarco (controlada pela Vale e pela BHP Billiton) e o poder público (União e estados de Minas Gerais e Espírito Santo). Em linhas gerais, sem a devida participação dos atingidos, com insuficientes recursos e pouca transparência, o acordo, formalizado por meio de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), tinha como objetivo estabelecer as bases iniciais para a reparação dos danos socioambientais e econômicos causados pelo desastre. Seus principais elementos foram: 1) previsão de até R\$ 20 bilhões em investimentos para ações de reparação ao longo dos anos; 2) criação da Fundação Renova, entidade responsável por implementar e gerir os programas de reparação e compensação; 3) desenvolvimento de programas de recuperação ambiental, especialmente na Bacia do Rio Doce; 4) execução de medidas socioeconômicas, como indenizações, reassentamento de comunidades e apoio às populações atingidas e 5) estabelecimento de um cronograma de desembolsos (Ministério Público Federal, 2025; Medeiros, 2016).

os primeiros pagamentos do auxílio financeiro emergencial em nosso estado, direito que, até aquele momento, era negado ao povo capixaba pelas empresas. O auxílio garantiu a alguns atingidos, em especial pescadores, apoio financeiro mensal, frente à incapacidade de realização da atividade pesqueira decorrente da contaminação do rio. O auxílio aliviou as difíceis condições materiais desse grupo.

As mobilizações pelo reconhecimento do litoral norte capixaba como território atingido foram o processo de luta mais importante nessa década. Esse processo teve início em 2016, com assembleias e audiências públicas com participação dos atingidos e das instituições do sistema de Justiça, como a Defensoria Pública, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Espírito Santo (MPES).

Em 2017, o povo atingido passou longas horas ocupando os trilhos da linha férrea na comunidade de Maria Ortiz, em Colatina (ES). Essa foi a primeira luta comemorativa do dia 14 de março, data de fundação do MAB, realizada no Espírito Santo. Desde 1991, quando aconteceu a fundação da entidade durante o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, o 14 de Março passou a ser um dia nacional de luta das populações atingidas. A partir de 1997, tornou-se o Dia Internacional de Luta dos Atingidos contra as Barragens, pelos Rios, pelas Águas e pela Vida.

Ainda em março de 2017, de forma pioneira, ocupamos o Comitê Interfederativo (CIF)<sup>4</sup>, recém-criado por meio do “acordão” para fiscalizar a Fundação Renova. No dia 30 daquele mês, na cidade de Belo Horizonte, o CIF emitiu sua deliberação nº 58, reconhecendo todo o litoral norte capixaba como atingido – a partir de Nova Almeida, balneário no município de Serra, até a divisa com a Bahia. Todavia, as empresas nunca aceitaram essa decisão e, na pandemia da covid-19, em 2020, com a nossa capacidade de luta reduzida e aliadas a um Judiciário corrupto durante um governo de corte fascista como o de Jair Bolsonaro (2019-2023), houve muitos retrocessos. Um deles foi a suspensão do reconhecimento do litoral norte capixaba como atingido pelo rompimento da barragem de Mariana.

Em meio à pandemia, no marco dos cinco anos do rompimento da barragem, mais de mil atingidos reuniram-se na foz do Rio Doce, no distrito de Regência, município de Linhares (ES), exigindo o reconhecimento do litoral como área atingida; o fim da cláusula judicial de quitação geral de danos como requisito para o acesso às indenizações; e a suspeição do juiz que

---

4. Nota das organizadoras: O Comitê Interfederativo foi instituído após o rompimento da barragem, com a finalidade de orientar e homologar as ações da Fundação Renova, criada pela Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, responsáveis pela execução das medidas de reparação dos danos. O Comitê é presidido pelo Ibama e reúne representantes da União, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, dos municípios atingidos, das populações impactadas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia do Rio Doce (Brasil, 2024).

havia proferido a decisão (Mário de Paula Franco Júnior, juiz substituto da 12ª Vara Federal Agrária de Belo Horizonte).

No dia 22 de junho de 2022, o juiz Mário de Paula Franco Júnior foi afastado do caso; em abril de 2024, o Tribunal Regional Federal (TRF-6), de Belo Horizonte, reconheceu em definitivo o litoral capixaba como área atingida.

Outro processo prolongado e emblemático da luta dos atingidos, não apenas os do Espírito Santo, mas de toda a bacia, foi a conquista das Assessorias Técnicas Independentes<sup>5</sup>. Essas equipes atuam em favor dos atingidos, contribuindo na organização dessas pessoas junto ao MAB e a outros movimentos, levando informação da reparação e dos direitos, mobilizando e organizando demandas e pautas. Essa luta começou em Minas Gerais, em 2016, tendo a cidade de Mariana (MG) como a pioneira nesse direito, que logo se expandiu como pauta de luta para todos os territórios atingidos.

Muitos outros protestos, como marchas, trancamentos de trilhos ferroviários e fechamento da entrada da Vale, foram realizados. Em 2018, os atingidos, em todos os territórios, votaram e escolheram de forma democrática e direta suas entidades de assessoria, em um processo coordenado pelas instituições de Justiça e custeado pelas empresas criminosas. No entanto, também no período da pandemia, em ação coordenada pelas empresas com o Judiciário, as assessorias eleitas foram criminalizadas, juntamente com a luta do MAB.

No dia 22 de junho de 2022, o MAB ocupou o recém-inaugurado Hub de Inovação da Vale, em Vitória (ES), e a 12ª Vara Federal Agrária de Belo Horizonte (MG). Essa data marca a saída do juiz Mário de Paula Franco Júnior do caso, a volta do pagamento dos auxílios financeiros suspensos pelas empresas durante a pandemia e a contratação das assessorias eleitas em 2018.

As assessorias técnicas foram contratadas em toda a Bacia do Rio Doce e no litoral capixaba. O atendimento às comunidades começou em 2023, trabalho esse que permanece até hoje – conquistamos a prorrogação desse direito, inicialmente previsto para um período de dois anos, em novembro de 2025, em meio às negociações do Novo Acordo do Rio Doce, de forma extrajudicial. As assessorias vão atuar, no mínimo, mais três anos e meio. No Espírito Santo, a assessoria técnica que atua junto aos atingidos é a Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai), presente no território capixaba desde o ano de 2023.

---

5. Nota das organizadoras: Em audiência pública realizada em 15 de setembro de 2019, o juiz Mário de Paula Franco Júnior, da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG), homologou a seleção de cinco entidades de assessoria técnica independente para atender as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. As organizações aprovadas — Adai, Aedas, CAT, Cáritas Itabira e Cáritas Governador Valadares — passaram a atuar em 16 territórios distribuídos ao longo da Bacia do Rio Doce. No Espírito Santo, a entidade responsável pela assessoria técnica é a Adai.

A expansão do direito à assessoria técnica independente deu-se graças à aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), Lei Federal nº 14.755/2023<sup>6</sup>. Resultado da luta histórica de mais de 30 anos do MAB em todo o Brasil, a PNAB foi aprovada em novembro de 2023, contando com o protagonismo das populações atingidas pelos crimes ambientais do Rio Doce e litoral capixaba e de Brumadinho<sup>7</sup> (MG).

Os crimes foram o principal motor da mobilização política que levou à aprovação da referida lei na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A luta popular foi fator fundamental para que, em novembro de 2023, os atingidos de todo o Brasil encerrassem, em Brasília (DF), a Jornada Nacional de Lutas “É Tempo de Avançar” conquistando a aprovação da lei. Esse foi o primeiro marco legal criado no país desde o início da construção de grandes barragens hidrelétricas com o objetivo de garantir os direitos das populações atingidas.

Além dessa conquista, é importante destacar outras que são decorrentes da repactuação do acordo de março de 2016. O “acordão” previa a necessidade de avaliação e revisão após cinco anos. Assim, em 2021, teve início a discussão de um novo acordo. Mais uma vez, as pessoas atingidas não participaram da mesa de repactuação; contudo, a partir de suas lutas e da pressão popular, foi possível fazer chegar a pauta de reivindicações às partes envolvidas (empresas, governos e instituições do sistema de Justiça), em diálogo com o governo federal, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Um importante instrumento institucional da luta por participação social, ainda em tempos de pandemia, foi a criação, a pedido do MAB, da Comissão Externa de Fiscalização da Repactuação na Câmara dos Deputados. À frente dos trabalhos estiveram os deputados federais Rogério Correia (PT/MG), como presidente, e Helder Salomão (PT/ES), como relator. A Comissão promoveu diversas audiências públicas, processos de escuta, organização de pauta e diligência nas comunidades, tudo em conjunto com o MAB.

A primeira proposta de repactuação seria assinada no final de 2023. Os valores para os programas de reparação giravam em torno de R\$ 60 bilhões, uma proposta muito aquém das necessidades da população atingida. O MAB pressionou e conseguiu o adiamento da assinatura, abrindo

---

6. *Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (Brasil, 2023).*

7. *Em 25 de janeiro de 2019, a barragem B1 da Vale, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), colapsou ao não suportar cerca de 12 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos. O desastre resultou em 272 mortes e afetou 26 municípios ao longo do Rio Paraopeba, causando severos danos socioambientais (Conectas, 2024).*

novo debate. Assim, a proposta final, homologada em novembro de 2024, foi fechada em R\$ 170 bilhões, a serem investidos em 20 anos. A repactuação modifica o modelo de reparação, extinguindo a Fundação Renova e passando as ações ao governo federal, aos governos estaduais e, algumas iniciativas, às instituições do sistema de Justiça – sob responsabilidade das empresas ainda ficaram algumas ações na área ambiental e a obrigação de finalizar o processo de indenização dos atingidos.

Apesar da ausência de participação popular organizada na mesa de construção do Novo Acordo do Rio Doce, o documento representa um grande avanço em termos de valores e possibilidades de reparação – agora convertidas em programas dos governos. O MAB tem demandado a participação efetiva nos rumos da execução dos programas. A constituição do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Capixaba, que tem a atribuição de fiscalizar o processo de reparação e deliberação sobre o Fundo Popular (R\$ 5 bilhões), é uma iniciativa importante, porém ainda tímida. É necessária maior participação popular, a partir dos grupos de atingidos organizados pelo Movimento. Por outro lado, a proposta indenizatória (direito individual) apresentada pelas empresas tem valores muito baixos.

Entre os avanços da repactuação, que constituem conquistas importantes e foram pautas apresentadas pelo MAB, citamos os seguintes.

1. A constituição de um Fundo Popular de R\$ 5 bilhões, a ser gerido com participação das atingidas e atingidos e com objetivo de desenhar projetos propostos pela própria população atingida.
2. A garantia de Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) por mais 42 meses (podendo ser prorrogado por mais seis meses), mantidas as mesmas ATIs atuantes nos territórios.
3. A criação do Programa de Transferência de Renda (PTR), com valor mensal de 1,5 salários mínimos por mês, por três anos, e um salário mínimo mensal, no quarto ano, para pescadores e agricultores.
4. A destinação de R\$ 12 bilhões para a construção de um programa especial de saúde dos atingidos, sendo que R\$ 8,4 bilhões desse montante serão destinados a um fundo permanente para sustentação das ações.
5. Programa de Retomada Econômica (PRE), no valor de R\$ 6,5 bilhões, para projetos nas áreas da agricultura familiar, educação, ciência e tecnologia e outras.
6. Programa para Mulheres, no valor de R\$ 1 bilhão, a ser gerido pelas instituições de Justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas).

Cabe dizer que ainda falta muito para a reparação efetiva, portanto o MAB no Espírito Santo segue em luta para ampliar o território reconhecido como atingido, em especial o município de Vitória e o sul da Bahia; estender o Programa de Transferência de Renda a comunidades que ficaram fora da

área de implementação ou fora do prazo de documentação; garantir a participação efetiva das atingidas e atingidos na reparação; garantir um plano de desenvolvimento da Bacia do Rio Doce e litoral capixaba, com projetos construídos pelas próprias comunidades atingidas e com valores justos de indenizações, principal ponto negativo do novo acordo.

Para essas lutas, o MAB conta com alguns instrumentos, como a regulamentação e efetivação da PNAB, no Brasil, e a ação internacional contra a BHP Billiton, que tramita em Londres, no Reino Unido. Essa é a maior ação internacional ambiental da história, que já garantiu a condenação e culpabilização da BHP pelo rompimento (na Justiça brasileira, o processo criminal foi encerrado por falta de provas), em 14 de novembro de 2025, e segue agora para o cálculo do direito individual (indenizações a pessoas, empresas e municípios atingidos).

### *Movimento em luto e luta*

A história do MAB no Espírito Santo contou com um triste episódio: no dia 25 de novembro de 2022, um jovem, filho de policial militar, atacou a escola estadual Primo Bitti, no município de Aracruz, tirando a vida de Flávia Amboss (militante do MAB), Maria da Penha Banhos, Cybelle Bezerra e da estudante Selena Sagrillo.

O jovem utilizou duas armas, uma do pai e outra do Estado, pois o pai é tenente da Polícia Militar. O assassino usava uma braçadeira com símbolo neonazista, e o pai tinha posts de um livro de Adolf Hitler em suas redes sociais.

Desde então, o movimento encampou a luta por justiça para Flávia Amboss e demais vítimas, por reparação efetiva às famílias, pela exoneração do pai do jovem da PM e pelo reconhecimento público da responsabilidade por parte do governo do estado. O dia 25 de novembro tornou-se esse dia de homenagem, memória e luta.

Em 2025, com o apoio da deputada estadual e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Camila Valadão (PSOL/ES), conseguimos batizar uma importante e tradicional escola de Vitória com o nome Professora Flávia Amboss. Antes, essa escola carregava o nome de um ex-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo ligado à Ditadura Militar.

Assim, mantendo a denúncia permanente das empresas criminosas Samarco/Vale/BHP Billiton, nos dez anos do MAB, comemorados em novembro de 2025, celebramos a nossa existência. São dez anos de organização popular, muitas lutas, contratempos, conquistas e de uma fé inabalável na força do povo atingido.

**Do rio ao mar, é tempo de avançar! Dez anos de luta e organização dos atingidos e das atingidas!**

## Referências

BRASIL. Lei Nº 14.755 de 15 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: 2023.

BRASIL. Comitê Interfederativo (CIF). Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif>. Acesso em: 9 abr. 2026.

CONNECTAS. 6 anos do rompimento da barragem em Brumadinho e as dificuldades para reparação e justiça. *Conectas*. 21 jan. 2024. São Paulo, 2024. Disponível em: [https://conectas.org/noticias/cinco-anos-brumadinho/?gad\\_source=1&gad\\_campaignid=19741908434&gbruid=0AAAAADoV4vgyP3XEx-o-695eGfancV-Nn&gclid=CjwKCAjwn-N3OBhA8EiwAfpTYeloZPBy9IdWHIuc-Xi9uBNzUdByPkWSOz\\_c6FDUj-QbqmUsFb3ameORoCrlsQAvD\\_BwE](https://conectas.org/noticias/cinco-anos-brumadinho/?gad_source=1&gad_campaignid=19741908434&gbruid=0AAAAADoV4vgyP3XEx-o-695eGfancV-Nn&gclid=CjwKCAjwn-N3OBhA8EiwAfpTYeloZPBy9IdWHIuc-Xi9uBNzUdByPkWSOz_c6FDUj-QbqmUsFb3ameORoCrlsQAvD_BwE). Acesso em: 09 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ODS 11 Desastre da Barragem de Fundão Caso Mariana. Brasília/DF, 2021. p. 1-40. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/ODS-11-Caso-Mariana-Barragens\\_17\\_06\\_21.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/ODS-11-Caso-Mariana-Barragens_17_06_21.pdf). Acesso em: 9 abr. 2026.

MEDEIROS, E. Longe das vítimas, governo assina acordo sobre desastre de Mariana. *Pública*. 3 mar. 2016. Disponível em: [https://apublica.org/2016/03/longe-das-vitimas-governo-assina-acordo-sobre-desastre-de-mariana/?utm\\_source=chatgpt.com](https://apublica.org/2016/03/longe-das-vitimas-governo-assina-acordo-sobre-desastre-de-mariana/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 9 abr. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. COP30: MPF segue na linha de frente em uma década de luta por justiça e reparação do desastre de Mariana (MG). 05 nov. 2025. Brasília/DF. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noticias/desastre-de-mariana-mpf-segue-na-linha-de-frente-em-uma-decada-de-luta-por-justica-e-reparacao?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noticias/desastre-de-mariana-mpf-segue-na-linha-de-frente-em-uma-decada-de-luta-por-justica-e-reparacao?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 9 abr. 2026.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Quem somos. MAB s.d. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos>. Acesso em: 09 abr. 2026.



# Luta por moradia e ocupações: a experiência de parcerias em torno da existência da Vila Esperança

*Ione Duarte Pereira*<sup>1</sup>

*Lara Brum de Calais*<sup>2</sup>

*Lucas Damm Cuzzuol*<sup>3</sup>

*Guilherme Corrêa Miranda*<sup>4</sup>

*Diogo Batista Chagas*<sup>5</sup>

1. Educadora popular, idealizadora do *Quintal Quilombo*.

2. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); coordenadora do grupo de extensão e pesquisa *Esteticidades*.

3. Arquiteto e urbanista; mestre em Arquitetura e Urbanismo (Ufes); membro da Associação *Onze8*.

4. Psicólogo, mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); membro do grupo de extensão e pesquisa *Esteticidades*.

5. Arquiteto e urbanista; mestrando em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha (UVV); membro da Associação *Onze8*.

## *Introdução*

O presente texto, ao mesmo tempo que se pretende um registro, faz-se também um manifesto. É registro, pois se caracteriza como a tentativa, ainda que breve, de sistematizar alguns elementos relevantes acerca da luta por moradia no Espírito Santo, especialmente a partir da resistência da Ocupação Vila Esperança, no município de Vila Velha, e das suas parcerias. É manifesto, pois é escrito – a muitas mãos – durante um violento processo de despejo que abala as prerrogativas de direitos humanos, tão precarizadas pelas lógicas capitalista e racista que estruturam o Brasil.

Essas lógicas – colonial, capitalista e racista –, que ensejam um projeto de cidade que reifica exclusões e desigualdades, podem ser compreendidas nas formas de pensar as cidades brasileiras, com suas características hegemônicas e mercadológicas, que impactam negativamente a vida de milhares de pessoas, sobretudo aquelas que resistem e lutam constantemente pelo acesso à moradia digna, como é o caso da Vila Esperança.

A Ocupação surge em meados de 2017, poucos anos antes de a desigualdade socioeconômica no Brasil ser potencializada pela pandemia da covid-19, e ganha contornos de habitações autoconstruídas, com insumos diversos adquiridos por moradores e moradoras, na Região 5 do município de Vila Velha, com localização singular que envolve aspectos rurais em meio ao perímetro urbano.

As famílias que ocuparam a área vieram de diferentes lugares e com demandas diversas, associadas às fragilidades de moradia, trabalho, renda e outros contextos de vulnerabilidade. Localizada em um aglomerado de terrenos de propriedade privada que se encontrava em estado de abandono – não exercendo a função social da propriedade, ou seja, não cumprindo os critérios relativos ao uso da propriedade em conformidade com os interesses sociais, como qualidade de vida e justiça social, e o Plano de Desenvolvimento Urbano, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) –, a área tornou-se local de moradia de pessoas que estavam em busca do que nomeiam “um pedaço de terra”. A referida área teve o decreto que a declarou como Zona de Interesse Social revogado<sup>6</sup>.

Nesse lugar, permeado por jogos de interesses, especulação imobiliária e ameaças constantes, as famílias, em número crescente, construíram

---

6. Decreto nº 209/2020, publicado em 17 de agosto de 2020 no Diário Oficial do Município de Vila Velha-ES (Edição nº 1004), sancionado na gestão do então prefeito Max Filho (PSDB), declarou a área de interesse social para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, objetivando implantação de loteamento social. Esse decreto foi revogado pelo Decreto Nº 71/2022, publicado em 10 de março de 2022, na gestão do prefeito Arnaldo Borgo Filho (sem partido).

relações afetivas, de vizinhança, de trabalho e de solidariedade. Tais relações compõem um contexto de fortalecimento comunitário que perdurou por aproximadamente oito anos, até o momento em que – após muitas lutas e conquistas em termos de visibilidade da Ocupação e do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), de extrema relevância para o estado — a população foi, por ordem judicial, violentamente despejada de suas moradias em 9 de setembro de 2025. O despejo aconteceu sem um plano de remoção que efetivamente garantisse os direitos das famílias à assistência social, à saúde e à habitação, entre outros.

Ao todo, aproximadamente 900 famílias, mapeadas por meio de censo próprio, autoconstruíram seus espaços, casas, sonhos e quintais, buscando acesso a políticas públicas e possibilidades de vida. Dentre as tantas vivências desse território, destacamos aqui duas facetas que nos parecem relevantes para o diálogo e o registro histórico: as atuações em rede na Vila Esperança – entre a técnica e a política — e a potência das relações de pertencimento.

### *As atuações em rede: entre a técnica e a política*

Diversos foram os grupos que diante da organização da Vila Esperança e das necessidades dos seus moradores buscaram se aproximar, desenvolver projetos e ações sociais, assim como trabalhos de assessoria técnico-política em articulação com os grupos já organizados no território, como o Quintal Quilombo<sup>7</sup>, a Associação de Moradores da Vila Esperança e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). As redes de solidariedade, o trabalho técnico e a ação social e política se misturaram à atuação dos moradores da Vila.

Como efeito desse movimento de aproximação e construção de relações de confiança pautadas na luta pela garantia de direitos, duas parcerias que caracterizam um trabalho interdisciplinar emergiram como dispositivos relevantes para as transformações circunscritas nesse contexto. Estamos falando de um grupo de pesquisa e extensão em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Esteticidades, e de uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo social, a Associação Onze<sup>8</sup>.

Em movimento contínuo junto à Vila Esperança, especialmente entre os anos de 2023 e 2025, o grupo Esteticidades, constituído como um espaço de estudos e práticas em estética e subjetividades, atuou em frentes de trabalho relacionadas às demandas subjetivas que sustentam as lutas

---

7. O *Quintal Quilombo* caracterizou-se como um espaço de acolhida, cultura, agricultura, bioconstrução, entre outros fazeres coordenados pela educadora social Ione Duarte e sua família. Localizado em um terreno na Vila Esperança, o *Quintal Quilombo* foi uma das casas destruídas em meio à desocupação forçada ocorrida em setembro de 2025.

por direitos, especialmente ações coletivas de enfrentamento às vulnerabilidades. Já a Associação Onze8, uma organização da sociedade civil formada por arquitetos e urbanistas, atuou na assessoria técnica para subsidiar discussões sobre habitação social e atender a outras demandas dos moradores da Vila Esperança. O grupo Esteticidades e a Associação Onze8 apostaram na aliança entre Psicologia e Arquitetura e Urbanismo para pensar outros modos de vida possíveis em contextos de ameaça de reintegração de posse.

Tal relação somente se fez possível por encontrar no território da Vila Esperança uma abertura radical e propícia à construção e à movimentação de redes. Ou seja, as conexões que ensejaram ações propositivas de fortalecimento da Ocupação encontraram terreno fértil junto às lideranças comunitárias, aos moradores e às moradoras, que abriram espaço de suas vidas para o diálogo e o trabalho coletivo. Em especial, destacamos a figura de Baiana, liderança que mediou processos participativos dos grupos parceiros durante todo o tempo, e a família Quintal Quilombo, especialmente na figura de Ione, que tanto entrega de seus saberes para quem se propõe a caminhar junto.

Como resultado desse tempo de trabalho e articulação, inúmeras ações foram desenvolvidas, tais como: acompanhamento das questões relativas aos processos de reintegração de posse (como a visita técnica da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Espírito Santo – TJES); elaboração e realização de mapeamento e levantamento psicossocial das condições de vida da população; elaboração e implementação de um plano de bairro popular junto à comunidade; realização de endereçamento e emplacamento de lotes no terreno da Ocupação; formação de grupos com moradores – com públicos variados e adesão mais continuada de mulheres e crianças; organização de reuniões com instâncias governamentais para articulações em prol da defesa do direito à moradia; participação em audiências públicas e articulações junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (CDDH/Ales); articulações junto ao Movimento Nacional de Luta por Moradia do Espírito Santo (MNLN/ES); construção de horta comunitária e mutirão de plantio, entre outras tantas atividades vivenciadas coletivamente.

A articulação realizada coloca em movimento, portanto, as dimensões do trabalho técnico, acionado, nesse caso, pelos saberes da Arquitetura, da Psicologia e dos saberes comunitários, e do trabalho político, acionado pelo posicionamento dos grupos parceiros – especialmente da academia, das instituições políticas e da sociedade civil organizada – atuantes nas esferas políticas em um sentido amplo. Assim, além da dimensão da auto-organização e reconhecimento da comunidade, os trabalhos realizados funcionaram como subsídios técnicos para a reivindicação de ações políticas e sociais.

A iminência da reintegração de posse se colocava como um desafio, fazendo com que os esforços das ações técnicas e políticas em rede se voltassem para contribuir com o processo de resistência. Nesse sentido, as produções advindas dos trabalhos realizados por essas parcerias desdobraram-se em diferentes resultados. Dentre eles, relatórios técnicos com informações psicossociais e socioespaciais relativas à comunidade e ao território, que contribuíram para a sistematização da realidade vivenciada pelas famílias que ocupavam a área. As ações demonstraram ora a possibilidade da regularização fundiária e urbanização plena do bairro, ora as condições socioeconômicas e psicossociais que afetavam as famílias moradoras daquele território.

A situação conflituosa colocada entre construir o bairro, conforme o desejo dos moradores, e, ao mesmo tempo, ter que manter a organização e a luta para barrar o despejo e defender a Ocupação das ameaças, negligências e violências institucionais levou à articulação dos moradores da Vila Esperança com o MNLM, o grupo Esteticidades e a Associação Onze8. O objetivo era iniciar um plano de bairro, com protagonismo dos moradores, para apresentar um projeto definitivo. Esse processo, construído a várias mãos, foi estruturado em cinco pilares: engajamento, leitura do território, formação, construção coletiva e perspectivas futuras — cada etapa nascida do diálogo entre o saber técnico e o saber popular.

A ideia era consolidar um plano construído com a comunidade, que fosse capaz de apontar caminhos para resolver questões imediatas, mas também refletir seus desejos, suas práticas e sua visão de futuro. Um processo que partia da ideia de fortalecimento do movimento comunitário, com seus processos participativos, e objetivava a construção de um instrumento de luta contra o despejo, demonstrando a viabilidade da permanência e as premissas de autogestão e organização da Vila Esperança.

Entretanto, a implementação do plano de bairro foi interrompida pelo avanço do processo de reintegração de posse e pelo próprio despejo. Em cada episódio, a atenção e os esforços dos moradores, das lideranças e da rede de apoio foram mobilizados para a garantia da permanência das famílias na Vila Esperança.

Dos principais avanços nesse processo de articulação em rede e construção coletiva, registramos o endereçamento de vias e lotes, a definição de espaços públicos livres e de áreas de preservação, além da realização do cadastramento socioeconômico dos moradores.

Em 2024, o trabalho conquistou reconhecimento nacional, sendo um dos vencedores do Prêmio Periferia Viva, promovido pela Secretaria Nacional das Periferias do Governo Federal. No momento da escrita deste capítulo, o projeto tem suas ações presentes no rol da Secretaria, sendo classificado pelo segundo ano consecutivo.

## *A potência das relações de pertencimento*

Considerando o cenário apresentado, pensar as relações que se estabelecem em meio à complexa realidade dos movimentos de luta por moradia no Brasil, mais especificamente no Espírito Santo, torna-se pilar fundamental para uma compreensão aprofundada das forças que regem a distribuição desigual de terras e negam o direito fundamental à moradia. É necessário rejeitar entendimentos superficializados que direcionam juízo de valor sem uma imprescindível análise crítica das históricas conjunturas que forjam as condições precárias de vida. Nesse sentido, pretendemos aqui apontar para a relevância das relações de pertencimento que se estabelecem no âmbito das lutas por direitos humanos, sobretudo quando tratamos da luta por moradia.

O foco, portanto, localiza-se na afirmação de uma política de pertencimento e na análise das dimensões objetivas e subjetivas que envolvem as relações estabelecidas em contextos de moradia em situação de ocupação em contraponto à engrenagem de poder que sustenta a sobreposição da propriedade privada individual em detrimento da função social da terra. Nesse sentido, os trabalhos realizados junto aos moradores da Vila Esperança perseguem um horizonte ético de cultivo de políticas de pertencimento, fortalecimento comunitário e fomento de ações coletivas que potencializem os debates sobre direito à moradia, direito à cidade e direitos humanos.

Enquanto desenho, uma ocupação que luta por moradia é um espaço que se abre para abrigar e acolher aqueles e aquelas atingidos por muitas violações e violências, pessoas que chegam às ocupações como excedentes do alarmante déficit habitacional brasileiro – são 5,9 milhões de déficit habitacional conforme pesquisa recente da Fundação João Pinheiro (2025)<sup>8</sup>. Tal déficit ganha contornos ainda mais graves quando pensamos na interseccionalidade, compreendendo as condições de classe, gênero e raça. À Vila Esperança chegaram pessoas negras, mulheres, mães solo, idosos, crianças e pessoas com deficiência em busca de acesso a um “pedaço de chão”.

A experiência da Vila Esperança torna-se, então, um projeto de bairro que abriga, além de pessoas em busca de moradia, muitas outras lutas por direitos humanos — a luta antirracista e feminista, a luta pelos direitos das pessoas idosas, das crianças e das pessoas com deficiência, entre outras. Afirmamos, portanto, que a problematização acerca das políticas habitacionais precisa, necessariamente, envolver os tantos afetos que se entrecruzam nessa caminhada de luta, em especial, o pertencimento.

---

8. A publicação não está disponível no ato da escrita do capítulo, mas as informações podem ser obtidas em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202509/brasil-registra-omenor-deficit-habitacional-da-historia>

O geógrafo Milton Santos (2007) aponta que o território deve ser entendido como território de uso, e não apenas como a delimitação de um espaçamento físico e geográfico. Ou seja, para uma compreensão sensível do território, é preciso um olhar que se volte para as relações que se estabelecem entre sujeitos e espaço. Desse modo, Santos (2007, p.14) afirma que “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Como argumenta Bell Hooks (2022), o sentido de pertencimento se faz ao longo da história, do tempo e do espaço e encontra íntima relação com o modo como nos relacionamos com o lugar de onde viemos, no qual nos construímos e tomamos como nosso a partir das relações políticas e afetivas. Nesse sentido, pensar políticas de pertencimento associadas aos territórios de ocupação aponta para um horizonte que aposta em formas de subjetivação que se fortalecem em meio às práticas comunitárias, às relações de vizinhança, às amizades políticas, aos passos conjuntos em direção a horizontes éticos semelhantes, em detrimento das políticas de propriedade que ensejam modos de asfixia às populações historicamente mais vulnerabilizadas em nossa sociedade.

Por meio das políticas de pertencimento, as famílias da Vila Esperança traçam caminhos de enfrentamento às consecutivas violações de direitos a que são submetidas; criam e multiplicam formas inventivas de cultivar seus planos e sonhos de cidade; refinam suas tecnologias de agricultura, bioconstrução e ocupação de espaços; sustentam redes de solidariedade, amizade e colaboração que garantem seguranças negligenciadas pelas políticas públicas; constroem e mantêm parcerias que – tal como as anunciadas ao longo deste capítulo —, para além de um trabalho técnico, afirmam e posicionam-se ao lado da luta por direitos.

### *A história que continua...*

A história que se encontra neste capítulo a cada dia ganha outros movimentos, contornos e desafios. A história da Vila Esperança também é a história de tantas e tantos que cotidianamente lutam por moradia digna no Brasil e convocam diferentes atores a pensar políticas habitacionais e o direito à cidade por meio da existência e resistência das e nas ocupações.

Como registro histórico e político, a existência da Vila Esperança – seja no território sonhado, seja em lugares transitórios que ensejam territórios de luta – ocasiona uma fissura radical no sentido de abrir espaços de diálogo, construção e luta por direitos, a partir da qual não é mais possível não enxergar a falência de um Estado que não garante a proteção de seus cidadãos, mas que se coloca a movimentar as engrenagens que insistem em

empurrar para as margens parcela significativa da população. Essa população – marcadamente composta por pessoas negras, em grande parte mulheres, idosos e crianças – anuncia e denuncia cotidianamente as precarizações que constroem diferentes condições de vida e sustentam desigualdades pautadas em questões de classe, raça, gênero e território.

Em nossas andanças pela Vila Esperança, como parceiros de seus enfrentamentos, fomos sempre recebidos por lideranças acolhedoras, famílias generosas, quintais produtivos, ideias coletivas de bairro, conversas sonhadoras e afirmações de esperança. Apesar da violência histórica à qual as famílias foram e continuam sendo submetidas pela negativa de seus direitos e tentativa de criminalização de suas lutas, a Vila Esperança segue pautando sua existência e, parafraseando Dona Maria Clara<sup>9</sup> – liderança que sempre deve ser lembrada nas discussões sobre moradia no ES –, afirmamos: “Nosso direito vem! Se não vêm nossos direitos, o Brasil perde também!”.

Com isso, concluímos este capítulo com as importantes palavras de Ione Duarte, educadora popular, idealizadora do Quintal Quilombo e representante das tantas famílias que seguem na luta por moradia e na afirmação do movimento de ocupação como um direito diante das desigualdades sociais. As palavras de Ione ecoam como mais uma forma de manifesto.

*Acreditamos, acreditamos numa política que falhou, acreditamos no “poder” público que falhou em garantir que seu Luiz, dona Eva, Zé do Mel e outros tantos mantivessem seus quintais produtivos. Tudo que estava ao nosso alcance, com nossas forças e com os apoiadores civis, fizemos, até o limite de tudo. Mas, quando a decisão sobre nossas vidas passa pela justiça injusta, pela política pública inexistente e pela falta de vontade política em garantir direitos básicos, nós, o elo mais fraco de todas essas forças, sucumbimos. Mas não desistiremos! Seguimos firmes, sendo nós por nós e exigindo uma reparação e justiça para as mais de 800 famílias da Vila Esperança.*

## Referências

- HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

---

9. Dona Maria Clara é referência histórica no Movimento de Luta por Moradia do Espírito Santo, sendo uma das fundadoras no MNLM/ES. Atuou como defensora de direitos em momentos históricos relevantes para a discussão das políticas habitacionais no estado.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton et al. (org). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 13-21, 2007.

VILA VELHA (ES). **Decreto nº 209**. 14 ago. 2020. Declara área parcial do terreno de interesse social para fins de desapropriação por via amigável ou judicial. Vila Velha, 2020. Disponível em: <https://legislacao.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/D2092020.html>.

VILA VELHA (ES). **Decreto nº 71**. 10 mar. 2022. Revoga o Decreto 209/2020. Vila Velha, 2022. Disponível em: <https://legislacao.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/D712022.html#a1>



# Mães Eficientes Somos Nós: uma história de luta pelos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias no Espírito Santo

*Célia Barbosa da Silva Pereira<sup>1</sup>*  
*Lucia Mara Martins<sup>2</sup>*

*1. Mãe atípica. Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pós-doutoranda em Política Social também pela Ufes – bolsista Capes; assistente social e professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF).*

*2. Mãe atípica. Fundadora e coordenadora-geral do coletivo Mães Eficientes Somos Nós; cientista política e social e graduanda em Pedagogia pela Ufes.*

## *Introdução*

Este texto objetiva apresentar, a partir de um relato de experiência, a trajetória de luta do coletivo Mães Eficientes Somos Nós em prol dos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias no Espírito Santo. Aborda aspectos do surgimento do coletivo, dos objetivos propostos, da organização interna, das formas de mobilização e divulgação utilizadas, da relação com outros sujeitos coletivos e com governos. Indica que, apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e suas cuidadoras, de forma a amenizar as desigualdades sociais vividas pelo segmento, essas políticas são limitadas, e a inclusão social se configura como um horizonte ainda distante de ser alcançado em sua plenitude.

O Mães Eficientes Somos Nós é um coletivo formado majoritariamente por mulheres em maternidade atípica, ou seja, por mães de pessoas com deficiência, síndromes raras e autismo. Ele é constituído, em sua maioria, por mães solo, residentes em diversas periferias capixabas – na Grande Vitória e em cidades do interior do estado. O município de Serra apresenta o maior número de participantes. Trata-se de um reconhecido movimento social, que recebeu premiações em Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e do governo estadual, devido à sua trajetória de luta no estado.

O nome do coletivo surge para rebater o olhar capacitista que a sociedade lança às pessoas com deficiência, reduzidas a “deficientes”. A partir da discussão coletiva, as mulheres pioneiras que construíram o grupo decidiram denominá-lo Mães Eficientes Somos Nós, de forma a afirmar que elas estão na luta pela eficiência na garantia dos direitos de seus filhos e filhas com deficiência.

O mote “Quando as mães especiais vão à luta, todas as portas se abrem!”, adotado pelo coletivo, surgiu a partir da fala de um apresentador que, ao exibir em seu programa jornalístico uma reportagem sobre um direito violado, referiu-se às mães dessa forma. O termo “especial” não foi problematizado a partir do estigma que carrega, sendo tomado pelas mulheres para indicar que, quando lutam por algo, não desistem. A frase até hoje é usada pelo coletivo de mães, uma vez que a maioria delas ainda não tem um olhar crítico sobre alguns termos capacitistas, tais como “especiais” e “guerreiras”.

A identidade visual do coletivo está estampada em bandeiras e camisas de cor laranja, com um logotipo que apresenta a imagem de duas mãos e, entre elas, os símbolos das deficiências física, visual, auditiva e intelectual, além do autismo. Essa identidade visual tornou-se tão conhecida no estado que, em eventos, reuniões e outros espaços, as integrantes do Mães Eficientes Somos Nós são reconhecidas como as mães laranjinhas, por estarem sempre vestidas com a camisa do coletivo.

## *Breve trajetória da luta política das pessoas com deficiência no Brasil*

Em um passado não tão distante, pessoas com deficiência no Brasil eram mantidas confinadas em casa e, em muitos casos, encaminhadas a hospitais chamados de hospícios. Medidas pontuais voltadas para cegos e surdos, sobretudo no campo da educação, só começaram a ser implementadas pelo governo brasileiro no século XIX. Essas ações, que deixavam de fora as outras deficiências, foram as únicas implementadas até a primeira metade do século XX. Diante das parcas ações do Estado, a sociedade civil passou a se organizar e criou instituições tais como a Associação Pestalozzi, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e os centros de reabilitação. Essas eram organizações voltadas para as pessoas com deficiência, mas não criadas por elas (Lanna Júnior, 2010).

O movimento político das pessoas com deficiência no Brasil surgiu no final da década de 1970, ao lado de outros movimentos sociais que despontavam no país naquele período em prol da luta por direitos e pela democracia. Nesse contexto, as pessoas com deficiência tornaram-se protagonistas da sua luta, cujo escopo era superar uma visão assistencialista e caritativa e avançar para uma perspectiva inclusiva, de cidadania e de direitos humanos. Esse movimento não estava alheio à grande movimentação política internacional do final da década de 1970. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) (Lanna Júnior, 2010).

Outro marco importante para o movimento político das pessoas com deficiência no Brasil foi a sua ativa participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. As principais pautas versavam sobre o teor do texto da Constituição Federal, de modo a garantir a autonomia, e não a tutela, das pessoas com deficiência, bem como a inclusão dos temas relativos a esse segmento em todos os capítulos da Carta Magna, e não em um capítulo à parte (Lanna Júnior, 2010).

Da constituinte para cá, o Brasil obteve muitos avanços no âmbito da legislação. Em 2009, o país ratificou as diretrizes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2008, pela ONU, o que significou um grande avanço na luta pelos direitos humanos no país. O documento construído apresenta conceituações e diretrizes importantes, que incorporam reivindicações históricas do movimento político das pessoas com deficiência em âmbito internacional. O lema “*Nada sobre nós sem nós!*” sintetiza o salto qualitativo na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, superando um passado em que as ações voltadas a esse público eram pensadas sem sua participação, sob a tutela de terceiros.

Um dos avanços conceituais incorporados na convenção e ratificados pelo Brasil é a concepção de deficiência a partir do modelo biopsicossocial. Nesse sentido,

*Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009, art. 1º do Decreto nº. 6.949).*

Essa concepção também foi incorporada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Além dela, o Brasil conta com outros avanços no campo normativo, tais como: a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991); a lei que estabelece a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de automóveis (Lei nº 8.989/1995); a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000); a Lei da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Lei nº 10.436/2002); a Lei de Cotas para Ingresso nas Universidades (Lei nº 12.711/2012); a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012); e a lei que trata da pessoa com deficiência auditiva (Lei nº 14.768/2023), entre outras.

Mesmo com os avanços teórico-conceituais na legislação e na implementação de políticas públicas, o Brasil ainda é um país extremamente excludente, e o Espírito Santo reproduz esse quadro<sup>3</sup>. Por essa razão, os movimentos sociais das pessoas com deficiência e suas famílias têm papel fundamental na ampliação e consolidação dos direitos e na construção de políticas públicas inclusivas. O coletivo Mães Eficientes Somos Nós tem demonstrado ser um instrumento importante nessa direção.

---

3. No Brasil, as pessoas com deficiência totalizam 14,4 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade, o que equivale a 7,3% da população brasileira, além de 1,2% de pessoas autistas (IJSN, 2025). No total nacional, o percentual de mulheres é maior do que o de homens: elas representam 61,2% das pessoas com deficiência e eles 38,8% (IBGE, 2025). Já no Espírito Santo, as pessoas com deficiência representam 7,2% da população, e as pessoas com autismo somam 1,3% (IJSN, 2025). Apenas a título de exemplificação, conforme dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022), as pessoas com deficiência no Brasil apresentavam uma taxa de desocupação de 9,1% em 2022, percentual superior à média nacional, de 8,7%. No mesmo ano, o nível de ocupação das pessoas com deficiência era 26,6%, muito abaixo do registrado entre as pessoas sem deficiência (60,7%), ou seja, uma diferença de 34,1 pontos percentuais. O rendimento médio real do trabalho das pessoas com deficiência era de R\$ 1.860,00, enquanto entre as pessoas sem deficiência era de R\$ 2.690,00. No que se refere à participação na força de trabalho, as pessoas com deficiência apresentaram taxa de 29,2%, muito inferior à taxa das pessoas sem deficiência, de 66,4%. Isso em um país cuja taxa de participação já é extremamente baixa, de 62,7%. Ainda no que se refere ao mercado de trabalho, é preciso destacar que “pessoas com deficiência pardas ou pretas apresentaram elevada taxa de informalidade, com 59,8% e 54,8%, respectivamente” (IBGE, 2022, p. 11).

### *A trajetória do coletivo Mães Eficientes Somos Nós na luta pelos direitos humanos das pessoas com deficiência no Espírito Santo*

O coletivo Mães Eficientes Somos Nós surgiu entre 2011 e 2012<sup>4</sup>, a partir da interação de Lucia Mara Martins com outras mães na APAE de Serra. Elas começaram a pensar em maneiras de pressionar a Prefeitura Municipal em relação à política educacional, a qual demarcava um processo de extrema exclusão das crianças com deficiência, uma vez que não havia acompanhantes profissionais (cuidadoras) suficientes para todas que necessitavam desse apoio. O lema defendido naquele contexto era “Inclusão real já!”, mantendo-se como horizonte almejado. O objetivo central era garantir a inclusão escolar das crianças com deficiência, sendo a contratação de cuidadoras a principal reivindicação naquele momento.

O Mães Eficientes Somos Nós é uma organização coletiva, sem vinculação partidária e totalmente autônoma política e economicamente, embora sua orientação e visão de realidade sejam de esquerda, na medida em que defende os direitos humanos e sociais, as lutas da classe trabalhadora e a equidade como valor de justiça social. Esse coletivo, que teve início a partir de pautas na educação do município de Serra, ampliou a abrangência das suas ações para todo o Espírito Santo, sendo bastante atuante nos municípios da Grande Vitória. As bandeiras de luta também foram ampliadas para além do campo da educação, incluindo as áreas de saúde, assistência social, habitação e transporte, entre outras.

Os princípios defendidos pelo Mães Eficientes Somos Nós são: a equidade, a não discriminação, a inclusão social, a autonomia, a independência e a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade. O principal objetivo atual é lutar pela ampliação e consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão em todos os espaços e ao cuidado das mulheres em maternidade atípica. Reivindica-se educação inclusiva, acesso à saúde e a serviços e benefícios socioassistenciais, transporte acessível, entre outras políticas.

O coletivo tem desenvolvido várias atividades ao longo dos anos, tais como: formação política; palestras com foco na saúde reprodutiva e mental das mulheres; grupos de apoio psicológico às cuidadoras; ações voltadas à saúde bucal das crianças; ações de confraternização das mães atípicas, como piqueniques e almoços coletivos; atividades em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, o Dia das Mães, o Dia das Crianças e o Natal; campanhas pontuais de apoio às mulheres em situação de violência doméstica; doação de cestas básicas, roupas e outros itens; organização de atos políticos próprios; participação em atos políticos de diferentes

---

4. Não há uma precisão exata da data da criação.

movimentos sociais; além de ações conjuntas com a Prefeitura de Serra, como a ação voltada à saúde reprodutiva das cuidadoras, com realização de exames de mamografia e Papanicolau.

Uma das ações que merece destaque foi a parceria para a realização de atendimentos no ambulatório de ginecologia do Hospital Universitário Casiano Antonio Moraes (Hucam). A partir dessa cooperação, inúmeras cuidadoras de pessoas com deficiência puderam cuidar de sua saúde reprodutiva.

### *Ações junto aos governos estadual e municipais*

O Mães Eficientes Somos Nós tem, atualmente, agenda bimestral com o governo do estado, contando com a participação de representantes de todas as pastas, e reuniões mensais específicas com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Estado da Educação. O coletivo também tem dialogado com a Prefeitura de Serra, tendo participado, no ano de 2023, de um grupo intersetorial responsável pela elaboração da Lei Gustavo Soares (Lei nº 5.698/2023), que criou um cartão para uso da pessoa com deficiência e da sua cuidadora, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços oferecidos pelo município, garantindo atendimento preferencial a ambos, ainda que a cuidadora esteja desacompanhada da pessoa com deficiência.

Para conquistar o canal aberto com a atual gestão do governo estadual, o coletivo realizou um acampamento em frente ao Palácio Anchieta, sede oficial do governo, de 14 a 18 de fevereiro de 2022.

Ações semelhantes já haviam sido realizadas no município de Serra, com duas ocupações da Prefeitura: a primeira ocorreu de 2 a 6 de outubro de 2018; a segunda, de 8 de agosto a 9 de setembro de 2021.

Em 24 de julho de 2025, o Mães Eficientes Somos Nós e outros coletivos realizaram passeata com um simbólico ato fúnebre da educação no município de Vila Velha. Um ato similar já havia sido realizado em Serra, em 4 de março de 2022.

### *Organização interna do coletivo*

A organização interna do coletivo é centrada na figura da coordenadora-geral, Lucia Mara Martins. Há, no entanto, uma busca constante em formar comissões para atuar em diferentes áreas, tais como saúde, educação, recepção de novos integrantes e formação. Contudo, as integrantes encontram dificuldades, pois cuidadoras de pessoas com deficiência ficam no cuidado integral de seus filhos e filhas, muitas vezes não tendo condições de locomoção e de tempo, além das dificuldades financeiras.

O Mães Eficientes Somos Nós também esbarra em dificuldades econômicas. No entanto, o coletivo conta constantemente com a solidariedade das participantes e de pessoas que apoiam suas ações, com doações em dinheiro e em produtos, como brinquedos, cestas básicas, roupas e fraldas, entre outros. Essas doações, em geral, são para cobrir ações sociais realizadas junto às famílias de pessoas com deficiência integrantes do coletivo e fora dele.

O coletivo realiza reuniões mensais, de forma on-line ou presencial, abertas a todas as integrantes e, quando necessário, também realiza reuniões fechadas com mulheres que se disponham a participar de ações específicas. Mas o movimento enfrenta dificuldades para reunir as cuidadoras. Apesar de ter um cadastro com mais de duzentas integrantes, a média de participantes nas reuniões não ultrapassa dez pessoas. Isso se deve, segundo as mulheres, às condições próprias do cuidado atípico, que toma todo o tempo delas. As reuniões são lideradas e direcionadas pela coordenadora-geral, que, após ouvir as demandas, sistematiza tudo para levar às reuniões com órgãos governamentais.

O Mães Eficientes Somos Nós tem presença nas redes sociais Instagram, Facebook, YouTube e Twitter/X, por meio das quais busca interagir com a sociedade e alcançar mais famílias de pessoas com deficiência para trazê-las ao coletivo.

Os saldos da luta realizada pelo Mães Eficientes Somos Nós são muitos, sobretudo no município de Serra. Os mais importantes são o Termo de Ajustamento de Conduta<sup>5</sup> e a Lei Gustavo Soares, em Serra, e o Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (Cetea)<sup>6</sup>, de abrangência estadual. Soma-se a isso o aumento no número de atendimentos em saúde, especialmente em neurologia, bem como a disponibilidade de medicamentos e fraldas descartáveis nas unidades da Farmácia Cidadã.

O coletivo tem sido incansável na luta pelos direitos humanos das pessoas com deficiência e de suas famílias no Espírito Santo. Sua atuação é reconhecida pela sociedade capixaba, que vê o grupo e a figura de Lucia Mara Martins como instrumentos na luta pela efetivação de direitos e políticas públicas inclusivas.

### *A luta pela educação inclusiva*

Uma das principais frentes de luta do Mães Eficientes Somos Nós é a educação inclusiva. Além das barreiras arquitetônicas que dificultam a acessibilidade das pessoas com deficiência em quase todos os espaços das cidades, inclusive em muitas escolas, são notórias as barreiras de outros ordens,

---

5. Garante um número mínimo de cuidadoras para as crianças com deficiência nas escolas municipais e a mudança na resolução da educação especial deste município.

6. Garante atendimento especializado a esse público e está situado em Vila Velha.

que, igualmente, dificultam a chegada, a permanência e a participação plena desse segmento no ensino básico e no superior. Entre essas barreiras, destacamos as atitudinais e comunicacionais e as de informação.

As barreiras atitudinais são expressões do capacitismo, demarcando preconceitos e discriminações que acabam por fortalecer a exclusão social das pessoas com deficiência pelo simples motivo de terem deficiência. Essas barreiras podem estar presentes em falas e atitudes desvalorizadoras, no desrespeito e no *bullying* por parte de professores e alunos, seja de forma consciente ou não. Já no que se refere às barreiras comunicacionais e de informação, damos ênfase à falta de acessibilidade pedagógica, destacando a ausência de adaptação curricular e de elaboração de materiais apropriados às necessidades singulares dos estudantes público-alvo da educação especial.

Com o foco na participação plena das pessoas com deficiência, o coletivo tem realizado reuniões mensais com a Secretaria de Estado da Educação, assim como reuniões pontuais com algumas secretarias municipais, com destaque para a de Serra, além de ações em escolas direcionadas à conscientização de professores e reuniões com o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Essa luta tem como objetivo principal pressionar o Estado para a concretização de um direito inscrito em diversas normativas.

Na Constituição de 1988, o art. 208 indica o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece os parâmetros para a educação especial, considerando que deverão ser garantidos às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), no art. 27, assegura às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino (Brasil, 2015), o que abrange o ensino superior.

Entretanto, mesmo com avanços legais significativos nos últimos anos, a escolaridade das pessoas com deficiência continua preocupante, uma vez que, no Brasil, 2,9 milhões de pessoas com deficiência de 15 anos ou mais de idade eram analfabetas em 2022. “Isso corresponde a uma taxa de analfabetismo de 21,3%, ou quatro vezes a taxa de analfabetismo das pessoas sem deficiência (5,2%)” (IBGE, 2025). No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência é alta (19,4%) em comparação à das pessoas sem deficiência (4,05%) (IJSN, 2025).

O percentual de pessoas com deficiência de 25 anos ou mais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era 63,1% no Brasil em 2022,

quase o dobro comparado ao percentual das pessoas sem deficiência nessa situação (32,3%). O dado é ainda mais alarmante quando considerado o ensino superior, já que apenas 7,4% das pessoas com deficiência concluíram esse nível, ao passo que entre as pessoas sem deficiência esse percentual era de 19,5% (IBGE, 2025). As pessoas com deficiência apresentaram maior evasão escolar a partir dos 15 anos, quando se observa uma queda na frequência à escola. “Na faixa de 15 a 17 anos, 85,5% das pessoas sem deficiência estavam na escola, frente a 79,4% das com deficiência” (IBGE, 2025).

Nesse sentido, a luta do coletivo Mães Eficientes Somos Nós com foco na educação inclusiva contribui para a construção de uma cultura anticapacitista, tendo como horizonte uma escola pautada na diversidade humana e na participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

### *A invisibilidade das mães atípicas e o caráter educativo da luta*

A discussão sobre políticas de direitos humanos precisa trazer à tona a invisibilidade da maternidade atípica. Sabe-se que a maternidade, em si, traz desafios para todas as mulheres; no entanto, quando se trata de maternidade atípica, esses desafios são ainda maiores e geram sofrimento.

É importante destacar que não são os filhos e as filhas com deficiência que causam sofrimento às suas mães em razão da deficiência; ao contrário, passada a fase de impacto do diagnóstico, cada conquista, cada gesto, cada olhar e cada avanço alcançado por filhos e filhas com deficiência são comemorados com orgulho e gratidão por suas mães. O sofrimento pontuado aqui vem da invisibilidade e do abandono social, da falta de políticas públicas de cuidados, da discriminação e do capacitismo que essas mães enfrentam diariamente junto com seus filhos.

Dizemos mães, pois a realidade mostra que muitas mulheres em maternidade atípica são abandonadas pelos companheiros quando estes descobrem a deficiência de um filho ou uma filha. O abandono, por vezes, ocorre mesmo quando esse homem não sai de casa. Por isso, falaremos sempre das mães e da invisibilidade da maternidade atípica.

As políticas públicas não são pensadas para acolher e atender às mães atípicas. Muitas dessas mulheres estão cercadas por equipamentos públicos, como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), as unidades básicas de saúde e as escolas, mesmo nas periferias. No entanto, muitas ainda são acometidas por doenças que poderiam ser evitadas ou minimizadas com o acesso aos serviços.

Em outras palavras, para além da existência de equipamentos públicos, é preciso garantir o acesso, por meio de políticas focadas no cuidado das mães atípicas. Tais políticas devem considerar a sobrecarga de cuidados

vivenciada por essas mulheres, bem como o fato de que priorizam o cuidado de seus filhos e filhas e, muitas vezes, negligenciam a si próprias.

Ao oferecer um exame preventivo, por exemplo, é fundamental garantir, no local de atendimento, alguém responsável pelo cuidado da pessoa com deficiência enquanto a mãe é atendida. Ou seja, é preciso que todas as políticas públicas considerem as especificidades das cuidadoras.

Nesse sentido, o foco da liderança do coletivo é contribuir para o fortalecimento das mães cuidadoras, para que consigam seguir na luta pela efetivação de direitos. Trata-se de um trabalho árduo e penoso, mas que tem proporcionado transformações sociais e conquistas que dificilmente ocorreriam não fosse a luta coletiva. Mesmo diante dos desafios da maternidade atípica, estar nos espaços de discussão já constitui um ato de resistência e uma forma de transgressão, uma vez que esses espaços não são pensados para as especificidades dessas mulheres.

No início das ações do coletivo, foi muito desafiador para o poder público participar de reuniões com mães acompanhadas de seus filhos e filhas. Era nítido que os gestores não estavam acostumados a receber e dialogar na presença de pessoas cujas manifestações comportamentais diferem do padrão de desenvolvimento típico, seja na comunicação, na interação social, no comportamento motor ou no processamento sensorial. No entanto, essa é a realidade das mães atípicas que, em sua maioria, só conseguem estar nesses espaços acompanhadas de seus filhos e filhas por não terem rede de apoio.

É comum que mães cheguem ao coletivo sem reconhecer o poder de suas vozes. Por isso, estar em um movimento como o Mães Eficientes Somos Nós representa, para muitas, a oportunidade de perceber que podem e devem ser ouvidas, o que é uma forma de transgressão e de enfrentamento ao sistema patriarcal, que busca manter as mulheres silenciadas. Trata-se de um espaço de educação não formal voltado à formação para a cidadania. À medida que participam do coletivo, as mulheres passam a se sentir mais empoderadas para lutar por direitos e por políticas públicas inclusivas e orientadas ao cuidado.

Dessa forma, compreender a realidade das mulheres em maternidade atípica que vivem em territórios periféricos é extremamente importante, pois ela difere, em muitos aspectos, da realidade vivida em territórios mais elitizados. As mães atípicas que residem nas periferias, em geral, não têm acesso a direitos básicos. Por isso, ouvir suas vozes é também uma forma de lutar pela garantia dos direitos humanos.

Para muitas mulheres do coletivo Mães Eficientes Somos Nós, ir à luta pela efetivação e garantia dos direitos de seus filhos e filhas com deficiência não é uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência. Elas sabem, por

experiência de vida, que, sem luta, não é possível alcançar seus direitos nem os de seus filhos e filhas, e que é por meio da luta que se pode pressionar e tensionar o poder público para que cumpra sua obrigação de efetivar as conquistas. Muitas mães do coletivo já aprenderam que direito não é favor!

### *Conclusão*

O Brasil e o Espírito Santo apresentam conquistas significativas na implementação de políticas públicas, em diversas áreas, voltadas às pessoas com deficiência. No entanto, a efetivação de direitos ainda enfrenta obstáculos persistentes, sendo a luta dos movimentos sociais fundamental para pressionar o poder público no sentido de reduzir as desigualdades sociais que afetam esse segmento populacional.

O capacitismo, a discriminação e a falta de acessibilidade constituem obstáculos à efetivação da inclusão; superá-los requer mudanças nas estruturas da sociedade brasileira, e não apenas na cultura. Avançar na conscientização sobre essa pauta é urgente no Brasil e no Espírito Santo. O movimento das pessoas com deficiência é fundamental nesse processo, assim como os demais movimentos que se somam a essa luta, como é o caso do coletivo Mães Eficientes Somos Nós.

Além disso, a proposição de políticas públicas voltadas às mães atípicas é urgente, uma vez que elas desempenham papel crucial no suporte e no bem-estar das pessoas com deficiência, sendo responsáveis por atender às necessidades da vida diária e por promover a autonomia e a inclusão social dessas pessoas. Essas mulheres enfrentam sobrecarga no trabalho de cuidado, isolamento e invisibilidade social, o que acarreta comprometimentos físicos e emocionais significativos. É essencial oferecer apoio, recursos e reconhecimento às mães atípicas, garantindo que tenham condições adequadas para cuidar de si e, conseqüentemente, das pessoas que delas dependem.

Por fim, é importante salientar que a inclusão social, pautada na equidade e na autonomia das pessoas com deficiência, não pode ser plenamente alcançada no sistema capitalista. Ainda que haja avanços significativos nessa pauta, esse sistema é atravessado pelo capacitismo, assim como pelo machismo, pelo racismo e pela LGBTQIAPN+fobia. Por isso, romper com as desigualdades sociais e avançar na luta pela inclusão social requer não apenas a defesa de avanços nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e suas famílias, mas também a construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário, totalmente antagônico ao que está em curso — sendo esse o horizonte do coletivo Mães Eficientes Somos Nós.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [2016] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

IBGE. **Pessoas com deficiência 2022**: PNAD Contínua. IBGE, 2022. ISBN 978-85-240-4573-8.

\_\_\_\_\_. Notícias. Censo 2022: **Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência**. IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 7 ago. 2025.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Pessoas com Deficiência e Pessoas Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista**. Censo Demográfico 2022: Resultados preliminares da amostra. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/IJSN%20no%20Censo%202022%20-%20Autismo.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LANNA JÚNIOR, M.C.M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf). Acesso em: 17 jun. 2025.

# **A luta antimanicomial no estado do Espírito Santo: na trama do afeto**

*Fabiola Xavier Leal<sup>1</sup>*

*Maria das Graças Loureiro<sup>2</sup>*

*Nicéia Maria Malheiros Castelo Branco<sup>3</sup>*

*1. Assistente social, docente na Ufes, militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do ES.*

*2. Mãe de Genilson Loureiro da Silva, usuário de um Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do ES.*

*3. Assistente social, militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do ES.*

## Introdução

Este capítulo ousa apresentar o Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial no estado do Espírito Santo (NLA/ES), sem perder de vista que essa trajetória está localizada no debate sobre as lutas da classe trabalhadora a partir da dinâmica das determinações histórico-sociais na sociedade capixaba.

Esta breve introdução situa o contexto nacional em que se insere essa luta e, na sequência, alguns destaques sobre o NLA/ES e sua trajetória de militância em prol do cuidado em liberdade para pessoas em sofrimento psicossocial. Como considerações finais, pincelamos alguns desafios impostos para o movimento e para os e as ativistas nesse campo, incluindo os desafios para a Luta Antiproibicionista<sup>4</sup> no campo das drogas.

Começamos por demarcar o Movimento pela Reforma Psiquiátrica (MRP) no Brasil, que é uma denominação mais genérica acerca de um processo que envolve diferentes segmentos na luta em defesa da melhoria das condições dos sujeitos em sofrimento psicossocial (Pitta, 2011; Vasconcelos, 2010). Compõem esse movimento diferentes sujeitos políticos, com destaque para as pessoas e entidades que organizam o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), que teve início na década de 1970, a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). Esse movimento por uma reforma nas concepções e práticas em saúde mental, como qualquer movimento social, vai ser compreendido em um campo de muitas disputas e contradições. Essas disputas perpassam a compreensão conceitual do que deve ser o cuidado em saúde mental, a concepção do que é o consumo de drogas na sociedade, a visão sobre a destinação dos recursos (se para serviços de cunho asilar ou ambulatorial), o debate sobre a medicalização e foco em diagnósticos, entre vários outros aspectos. Ou seja, é uma disputa pelo cuidado em liberdade e no território versus medidas restritivas e institucionalizantes. Para que esse tipo de reforma no campo psiquiátrico seja implementada enquanto um processo social complexo, há algumas dimensões a serem consideradas, como destacou Amarante (1995) – as dimensões técnico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e socio-cultural. Nesse processo, já são longos anos de luta para essa consolidação, passando pelas conquistas normativas e legais, pelo financiamento de serviços não manicomiais substitutivos aos manicômios tradicionais e históricos, pela consolidação conjunta do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos princípios da reforma sanitária, pelas mudanças nas concepções teóricas que trouxeram uma

---

4. *A luta antiproibicionista se insere no enfrentamento ao paradigma proibicionista com foco na guerra às drogas que é o modelo hegemônico, vigente há mais de 50 anos, para enfrentamento dos problemas decorrentes do consumo, produção e comércio de drogas por meio, principalmente, da abordagem das drogas como um grande mal para a sociedade e da proibição de qualquer tipo de consumo como a única resposta.*

radicalidade nos princípios e diretrizes nos moldes da Reforma Psiquiátrica Italiana, entre outros aspectos. Ou seja, mudanças paradigmáticas nas práticas de modo a inscrever novas formas de promover e produzir saúde mental (Amarante, 2007; Merhy; Amaral, 2007).

Esse movimento instaura uma instância política inscrita em um processo mais amplo de transformações sociais, cujo objetivo é o enfrentamento às formas de exclusão que tomam a loucura como objeto ou, ainda, o consumo de drogas como centro do debate. A radicalidade consiste em compreender que as formas de exclusão da loucura resumem formas muito mais complexas e contraditórias de exclusão operantes em nossa cultura (Lobosque, 2001; Vasconcelos, 2010). Assim, o MNLA vem agregando usuários e usuárias, familiares e profissionais atuantes sobretudo na Política Nacional de Saúde Mental.

Cabe destacar que isso ocorre permeado de contradições e tensões, mas, sobretudo, com engajamentos, coragens, articulações, lutas nas ruas e nas praças país afora e na defesa de que outra sociedade é possível – uma sociedade que conviva com pessoas em sofrimento psicossocial e/ou em uso de drogas em suas diversidades e diferenças sem exclusão, confinamentos e violências. Assim, retomamos aqui a trama do afeto, como bem ressaltado por Nise da Silveira<sup>5</sup>, como central para a produção de saúde mental e de uma outra cultura, que considere os sujeitos e que a vida seja a centralidade (Magaldi, 2020). Essa psiquiatra, importante referência para a trajetória do pensamento e da ação na saúde mental brasileira, nos ensinou que o afeto é catalisador (Silveira, 1995).

O NLA/ES e todo seu legado nos mostra cotidianamente que é pelo afeto e pelo cuidado em liberdade que podemos alcançar e reestabelecer dignidades para aqueles e aquelas dilacerados pela brutalidade cotidiana do isolamento e exclusão, ainda que não estejam confinados. Qualquer movimento social no campo da saúde mental, sob a perspectiva antimanicomial, deve ter o direcionamento para a defesa de políticas públicas capazes de garantir que os sujeitos sejam considerados dignos de viver em liberdade e habitando os diferentes territórios, de modo que os traga para a inteligibilidade, para a condição de cidadãos em oposição à produção de estigma e de exclusão. E assim vamos tramando as lutas pelo cuidado em liberdade e semeando uma outra cultura em solo capixaba, já que esse solo é terra fértil para plantar, como na língua tupi.

---

5. Nise da Silveira (1905-1999), alagoana, é uma das importantes referências para o campo da saúde mental brasileira. Médica psiquiatra, revolucionou a forma de cuidado por meio da arte, da livre expressão e do afeto. Atuou no Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, no Rio de Janeiro, onde colocou em prática medidas contrárias à internação, aos eletrochoques, à insulinoterapia e à lobotomia. Seu legado é lembrado e reproduzido mundialmente. O Museu de Imagens do Inconsciente origina-se desse legado. Ver <https://museuimagensdoinconsciente.org.br/nise-da-silveira/>.

## *Reestabelecendo os afetos: o legado do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial*

A história manicomial no Espírito Santo não é diferente de outras localidades no país, pois carrega os mesmos elementos da segregação, da institucionalidade, do hospício, do enclausuramento, das prisões e das violências geradas pelo Estado. Desde o Hospital Colônia Aduauto Botelho<sup>6</sup> até os dias atuais, temos um chão marcado pela fissura entre a tentativa de garantir o SUS e a sua Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, do outro lado, o investimento em uma política proibicionista<sup>7</sup>, segregadora e voltada para os interesses privados e, mais contemporaneamente, religiosos também.

Em meio a esse caos, a emergência da coletividade no campo da saúde mental é restauradora, provocadora de vida, potencializadora de bons afetos que sustentam o cotidiano e semeiam possibilidades do vir a ser, tanto para usuários e usuárias e familiares estigmatizados quanto para trabalhadores e trabalhadoras envolvidos numa ética da vida exigida para atuar nas políticas de saúde mental e sobre drogas.

Acreditamos que já podemos denominar de legado uma trajetória que tem em torno de 30 anos intensos de provocações para as mudanças e conquistas alcançadas na política de saúde mental capixaba. Se conquistamos algum redirecionamento nessa política, voltada para os princípios da Reforma Psiquiátrica, é porque tivemos o ativismo desse movimento no estado. Sem dúvida, foi por meio de muita luta que algumas estruturas hegemônicas foram e vêm sendo abaladas, tais como a derrubada dos manicômios e o que eles representam em termos de concepção de atendimento às pessoas em sofrimento psicossocial; a crítica ao excesso de diagnósticos e medicalização; e a superioridade da concepção biomédica em dar respostas aos sofrimentos e adoecimentos mentais, entre outras estruturas.

---

6. Inaugurado em 1954, este hospital hoje é denominado Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC). Localiza-se em Cariacica – município da Região Metropolitana da Grande Vitória – e sua criação foi por iniciativa do médico psiquiatra Aduauto Botelho, na época, diretor do Serviço Nacional de Saúde Mental. No contexto da criação de outros hospitais-colônias e demais instituições psiquiátricas, esse hospital é considerado o maior manicômio do Espírito Santo e estima-se que mais de mil pessoas estiveram internadas no auge do hospital.

7. A política proibicionista é a concepção hegemônica vigente imposta pelo capitalismo no que diz respeito às concepções e enfrentamentos dos problemas oriundos do consumo, comércio e produção das drogas. O termo proibição refere-se à lógica do “Diga não às drogas” e de que as drogas são o mal da sociedade. Portanto, precisam ser combatidas. Nesse sentido, cunha-se o termo guerra às drogas, com enfoque em medidas de segurança, coercitivas, de controle e com características racistas e xenofóbicas, entre outros aspectos.

O NLA/ES, portanto, está presente de alguma forma na trajetória da construção dessa política estadual e das políticas municipais desde a década de 1970. Ainda que não estivesse organizado como tal, já nessa década influenciou, através dos e das militantes, as ações do Centro de Psiquiatria Comunitária, que funcionou dentro do Hospital Adauto Botelho (com uma média de trinta leitos em um hospital que abrigava em torno de 1.200 pessoas), para uma outra compreensão sobre o fenômeno dos adoecimentos mentais, sendo um importante espaço de resistência naquela instituição. Isso foi considerado subversivo, pois buscava romper com o instituído e provocar uma mudança no paradigma de cuidado. Essa iniciativa, ainda que pontual, possibilitou que outro discurso sobre a loucura fosse reverberado no âmbito do poder público e proporcionou a organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, constituindo o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental no estado e iniciando a luta antimanicomial de forma mais organizada (Carrion, 2011), entre os anos de 1980 e 1990. Cabe lembrar que era uma época na qual efervesciam no país muitos movimentos de resistência, tanto pela abertura política e redemocratização, quanto em torno da saúde pelo Movimento da Reforma Sanitária.

Na década de 1980, temos episódios de destaque, como o I Encontro Nacional dos Coordenadores de Saúde Mental da Região Sudeste, ocorrido em Vitória/ES. Nesse evento, foi produzido um documento com diretrizes para a Política de Saúde Mental no Brasil. A Carta de Vitória foi um marco importante para o contexto nacional, sendo o I Encontro um evento precursor da I Conferência Nacional de Saúde Mental (Oliveira, 2009).

Nos anos de 1990, um marco importante foi o fechamento da Clínica Santa Angélica, espaço que ficou conhecido por abrigar “as loucas” do Parque Moscoso e os “loucos” da Rua Sete<sup>8</sup>. O fechamento contou com esse ativismo como fundamental para o impulsionamento dos enfrentamentos da época. Na mesma década, profissionais engajados na luta antimanicomial elaboraram uma proposta para uma Política de Saúde Mental do Espírito Santo, tendo como meta a criação de serviços extra-hospitalares de base comunitária, no governo de Vitor Buaiz<sup>9</sup> (Oliveira, 2009). Porém, foi só ao final dessa década que dois serviços importantes voltados à atenção extra-hospitalar e à substituição dos manicômios foram criados: o Ambulatório de Referência em Saúde Mental, serviço estadual que organizava oficinas, grupos e atendimentos, se constituindo como um Centro de Atenção

---

8. *Localidades do Centro da capital, Vitória, que se tornaram espaços habitados por pessoas em situação de rua, profissionais do sexo e com outros estigmas, como as pessoas com “transtornos mentais”.*

9. *Médico e professor, foi governador do estado do Espírito Santo de 1995 a 1999, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).*

Psicossocial, atualmente denominado CAPS Cidade; e o CAPS da Ilha de Santa Maria, serviço da rede municipal de Vitória. Foram os e as profissionais oriundos desses serviços que mantiveram as chamas da luta antimanicomial acesas no ES, com a realização de reuniões mensais que também contavam com a participação de usuários e usuárias e suas famílias. Eram pessoas, em sua grande maioria, oriundas de internações no Hospital Aduato Botelho (Cariacica) e na Clínica Santa Isabel (Cachoeiro de Itapemirim), que passaram a experimentar o exercício da cidadania.

Esse movimento foi crescendo e o grupo passou a constituir de fato um Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial, assim denominado e tendo como referência o MNLA. Desde então, o Núcleo organiza as comemorações do dia 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial – e do dia 10 de outubro – Dia Mundial da Saúde Mental –, com eventos e atividades, objetivando fomentar uma cultura antimanicomial e antiproibicionista. Esses encontros são potentes e ocupam diversos espaços da capital do Espírito Santo, como a Escola Técnica de Teatro, Dança e Música (Fafi), o Teatro Carlos Gomes, a Assembleia Legislativa, a Universidade Federal do Espírito Santo, as diversas praças, como a Costa Pereira, os diversos parques, como o Moscoso e a Pedra da Cebola, as diversas praias, entre outros lugares.

Em 2001, o Núcleo, articulado com a Coordenação Estadual de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), realizou a Pré-Conferência Estadual de Saúde Mental, como preparação para a III Conferência Nacional de Saúde Mental (2001), um grande marco para a Reforma Psiquiátrica brasileira, momento em que se instituiu o lema “Cuidar Sim! Excluir, Não!”. O Núcleo participou ativamente com delegados e delegadas representando usuários e usuárias, familiares e profissionais. Em 2007, organizou em Vitória o VII Encontro Nacional da Luta Antimanicomial e o VIII Encontro de Familiares e Usuários, no Teatro Carmélia Maria de Oliveira, um momento histórico de comemoração dos 20 anos de luta antimanicomial no Brasil com o tema Lutando pela emancipação: praticando a liberdade. A presença do então coordenador nacional de Saúde Mental, o médico Pedro Gabriel Coutinho Delgado, figura importante para a luta no país, marcou o evento, assim como a participação de outros sujeitos renomados na área. O evento também realizou uma feira de economia solidária, com participação de vários empreendimentos solidários do estado e muita arte e cultura local.

Na segunda década dos anos 2000, outra fundamental intervenção ocorreu, em 2015, após longo processo de enfrentamentos: o fechamento da maior clínica psiquiátrica privada existente no ES, a Clínica de Repouso Santa Isabel, que chegou a ter em torno de 400 leitos conveniados ao SUS. Foram muitas incidências do Núcleo, como atos, documentos,

inúmeras reuniões de articulações e cobranças, participação em sessões na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, organização de um censo sobre as pessoas internadas – que visou compreender quem eram essas pessoas, e como poderiam ser encaminhadas suas saídas de maneira digna e com garantia de direitos – e tantas outras articulações. Aqui temos um marco para a luta, pois foi por meio desse ativismo rebelde e insistente que a realidade foi modificada, juntamente com outras parcerias importantes com os conselhos profissionais de Serviço Social e de Psicologia, o Sindicato de Psicologia, o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública, a Defensoria Pública, o Ministério Público e outros movimentos defensores dos direitos humanos.

Essas incidências são a marca dessa militância, tendo sido reproduzidas inúmeras vezes ao longo dessas décadas, denunciando os casos de violações de direitos, maus-tratos, condições insalubres nas instituições, ausências de projetos terapêuticos nos serviços, desfinanciamento da RAPS, financiamento de comunidades terapêuticas e ausência de controle social, entre tantas outras problemáticas. O NLA/ES ocupou e vem ocupando assentos em conselhos de direitos, em frentes parlamentares, em representações de delegações em conferências de saúde e de saúde mental, em conselhos locais e tantos outros espaços em que as questões sobre a saúde mental da população vêm sendo discutidas. No que se refere aos serviços da RAPS, as ações do Núcleo são importantes para buscar a sua ampliação e fortalecimento. Várias foram as incidências políticas junto às gestões estaduais e municipais da Saúde e também junto a parlamentares, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Espírito Santo.

Nesse contexto, há inúmeros desafios, como a garantia da participação de todos os segmentos – trabalhadores e trabalhadoras, usuários e usuárias, familiares e estudantes universitários – nas ações e reuniões do NLA. Porém, apesar de todas as dificuldades de mobilização, participação e organização, o Núcleo é um espaço legítimo e potente de resistência, sendo considerado o movimento social de referência em todo o estado. Dessa forma, atuou e integrou outros movimentos como o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde, o Fórum Metropolitano sobre Drogas, o Movimento Cidadão em Defesa das Políticas Públicas e Direitos Humanos, entre outros.

Nesse legado, portanto, temos inúmeros documentos, cartas e recomendações redigidas por muitas mentes e corações, os quais pulsam pela possibilidade de pessoas com experiências de sofrimento psicossocial viverem em liberdade e (re)inseridas nos territórios, nos espaços de trabalho, lazer e cultura. E para preencher esse legado com mais afeto, compõe essa trajetória, desde 2014, uma pulsante bateria carnavalesca do Bloco Que

Loucura!<sup>10</sup>, que leva para as ruas e avenidas “o som da liberdade; e a nossa voz ecoa nessa cidade”. Convidamos você a conhecer de perto esse legado tramado pelo afeto e juntos e juntas

*Vamos incendiar  
O mundo com a nossa loucura  
Nosso jeito de ser  
Não é doença, não tem cura!*  
(Música – Incendiar. Autoria: Bloco Que Loucura!, 2014)

### *Considerações finais: até o presente, o que temos são os bons afetos*

Entre moquecas, congos, casacas e colibris, as terras capixabas são permeadas por essas riquezas culturais, artísticas e ambientais, ao mesmo tempo em que convivem com contradições nos campos econômico, político e social. A luta, considerada antimanicomial, reclama por financiamento, políticas públicas, serviços, profissionais e controle social. Só é possível sustentar alguma perspectiva anti no campo da saúde mental se considerarmos alguns pressupostos que radicalizam o cuidado em liberdade nos territórios de vida, defesa tão cara à essa militância.

Retomando, então, é nessa terra capixaba cheia de fertilidade, que o NLA/ES se mantém vivo, distribuindo sementes para germinarem em uma RAPS consolidada, financiada, universalizada, pública, acessível em todos os municípios, com trabalhadores e trabalhadoras concursados e com direitos garantidos, com possibilidades de arte e cultura, assim como geração de renda por meio da economia solidária, entre tantas possibilidades de efetivação de seus princípios e diretrizes, conforme preveem as reformas Psiquiátrica e Sanitária brasileiras.

Articular ativistas, garantir a participação, realizar reuniões e encontros deliberativos, pleitear assentos nas instâncias de controle social e produzir propostas para os espaços das conferências e fóruns compõem a lista ampla dos inúmeros desafios do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial.

---

10. O Bloco Que Loucura! existe desde 2014 e foi criado a partir das articulações do movimento social Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública. É um espaço coletivo, autônomo e organizado por militantes do NLA, usuários e usuárias dos serviços do SUS e seus familiares, docentes e discentes de diversas faculdades e interessados em contribuir com essa expressão cultural. Tem como objetivo fomentar as estratégias de arte, cultura e economia solidária no campo da saúde mental, sendo uma estratégia de reabilitação psicossocial, conforme prevista na Política de Saúde Mental brasileira. E, como um bloco carnavalesco, se propõe a realizar intervenções nesse sentido. Desde 2023 passou a integrar o Carnaval Oficial de Vitória, em parceria com a Liga das Escolas de Samba, abrindo o primeiro dia dos desfiles na capital.

Para enfrentá-los, o fio condutor do NLA/ES está sendo tecido diariamente por meio de uma militância desejosa e crente numa outra sociedade, que considere a loucura e o consumo de drogas formas de estar no mundo e, portanto, passíveis de serem consideradas como diferentes e não excludentes. E que o cuidado aconteça sob as perspectivas dos direitos humanos, da ética e da vida.

Este texto, obviamente, não pretende abranger a complexidade das lutas antimanicomial e antiproibicionista, pois, como disse Nise, “o louco extrapola os livros” (Silveira, 2009, p. 46). Nesse sentido, resistimos sob os bons afetos que somente a luta coletiva é capaz de nos proporcionar. Somente nos encontros com os outros, sobretudo, com os considerados “diferentes” é que potencializamos nossas vivências e nos (re)conhecemos como humanos.

A tarefa é, portanto, engajar-se nesse cenário assumindo uma postura libertária que se distancie das falácias da repressão e violências, recuse a banalização dos lugares comuns considerados “normais” e nos instigue a desconfiar sempre do que está instituído como hegemônico. Somente a partir de uma atitude crítica sistemática é que desmontamos e desmontaremos conceitos aparentemente consensuais, naturalizados e “normalizados” no campo da saúde mental. Ah, e com muito afeto!

*Povo, se você soubesse o poder que você tem,  
Cê vinha pro “Que loucura!”  
Pra tocar tambor também!  
Pra garantir mais verba pra saúde,  
Sem violência na obstetria,  
Bloco Que Loucura!,  
Porque nossa luta  
Se faz todo diaaaa!  
(Música – Que bloco é esse? Autoria: Bloco Que Loucura!, 2014)*

### *Referências*

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CARRION, C. T. P. **Desalinhados: uma história do Hospital Adauto Botelho e das memórias que ali habitam**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

LOBOSQUE, A. M. **Experiências da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MAGALDI, F. **Mania de Liberdade**: Nise da Silveira e a humanização da saúde mental no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

MERHY, E.; AMARAL, H. **A reforma psiquiátrica no cotidiano II**. São Paulo: Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, E. F. dos A. **A Política de saúde mental em municípios de pequeno porte**: entre mínimas equipes e múltiplos projetos. (Dissertação de Mestrado). Ufes, 2009.

PITTA, A. **Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira**: Instituições, Atores e Políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(12):4579-4589, 2011.

SILVEIRA, N. **Cartas a Spinoza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SILVEIRA, N. Nise da Silveira, Antonin Artaud e Carl Gustav Jung: entrevista concedida a Rádice, 1976-1977. In: Mello, L. C (org). **Nise da Silveira – Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

VASCONCELOS, E. M. (org). **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. São Paulo, Hucitec, 2010.

# Juventude e violência letal no Espírito Santo: desafios para a efetivação dos direitos humanos

*Hingridy Fassarella Caliarí<sup>1</sup>*

*Robson Malacarne<sup>2</sup>*

*Aline Passos<sup>3</sup>*

*Camila Lopes Taquetti<sup>4</sup>*

*1. Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); estudiosa das gerações e das idades; cofundadora do Observatório Capixaba de Juventude; trabalhadora e membro do CADH - hingridyfassarella@gmail.com.*

*2. Doutor em Administração; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes/Campus Viana); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) do Ifes/Campus Vitória; cofundador do Observatório Capixaba de Juventude. robson.malacarne@ifes.edu.br.*

*3. Assistente social; servidora pública do estado do Espírito Santo; cofundadora do Observatório Capixaba de Juventude.*

*4. Assistente social; doutora em Política Social; cofundadora do Observatório Capixaba de Juventude. ctaquetti2@gmail.com.*

## *Introdução*

O estado do Espírito Santo, em sua trajetória histórica, carrega a marca de elevados índices de mortes violentas de adolescentes e jovens. Pesquisas produzidas e analisadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>5</sup>, em especial o Atlas da Violência<sup>6</sup>, evidenciam esses dados. O Instituto Sou da Paz<sup>7</sup>, em estudos voltados à relação entre armamento e violência, também apresenta indicadores alarmantes referentes ao estado.

Diante desse quadro de violências, o Espírito Santo tem sido provocado a dar respostas diante dos questionamentos e da resistência dos movimentos sociais organizados. Entre eles, merecem destaque especial, a juventude negra organizada e os diversos coletivos que se fortalecem mutuamente na luta por direitos.

Como resposta aos altos índices de morte de jovens pela ação do crime organizado e da polícia que projetaram o estado no cenário nacional, bem como à pressão de diversas organizações coletivas, os movimentos sociais contribuíram para a formulação de iniciativas públicas, como a criação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), com vistas ao enfrentamento dessa realidade. Ainda que essas iniciativas sejam insuficientes, elas têm ganhado fôlego, visibilidade e capilaridade em todo o estado.

Se, em períodos anteriores, as mortes violentas eram associadas, equivocadamente, ao tráfico de drogas e à ausência de oportunidades, na atualidade as ações violentas passam a envolver, de modo mais evidente, a atuação estatal sob a lógica do enfrentamento ao tráfico, criminalizando as comunidades periféricas. Nas páginas que seguem, apresentaremos, de

---

5. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, cujo objetivo é construir um ambiente de referência na área da segurança. Página do Fórum: <https://forumseguranca.org.br/>.

6. O Atlas da Violência é uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Busca-se retratar a violência no Brasil, principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. São informações sobre homicídios analisadas à luz das perspectivas de gênero, raça e faixa etária, entre outras. Acesso a todas as versões do Atlas da Violência, desde a primeira edição, em 2016: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>.

7. O Instituto Sou da Paz foi criado em 1999; é fruto de uma campanha pelo desarmamento, lançada em 1997, por um grupo de estudantes, para lançar luz sobre um tema até então desconsiderado no debate sobre segurança pública. A campanha recebeu o apoio de organizações da sociedade civil (OAB, Ilanud, Comissão de Justiça e Paz, entre outras) e personalidades dos meios jornalístico, publicitário, artístico e esportivo. Após o êxito da mobilização realizada, que culminou com a destruição pública das armas entregues, o coletivo decidiu ampliar a atuação e fundou o Instituto Sou da Paz. Disponível em: <https://soudapaz.org/quem-somos/historial/>.

forma breve, alguns dados sobre a letalidade de jovens no Espírito Santo, destacando a organização das juventudes na denúncia desse quadro de violência e insuficiência de atenção estatal. Serão evidenciados, também, o processo de mobilização e as iniciativas de movimentos e coletivos de jovens enquanto forças de resistência, bem como serão analisadas algumas respostas formuladas pelo poder público diante da realidade posta. Uma das entidades que se destacam nesse processo é o Observatório Capixaba das Juventudes, instituição que se dedica à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos com os jovens.

### *A juventude capixaba na luta por direitos humanos e políticas públicas*

A emergência da construção de uma agenda pública voltada às juventudes no Brasil já atravessa três décadas, sob relativo consenso em torno da tematização de suas condições de vida marcadas pela violência, seja na condição de algozes ou na de vítimas. A partir dos anos 1990, também sob influência dos organismos multilaterais, essa tematização ganha novos contornos, tendo como base a defesa do que ficou conhecido como protagonismo juvenil, ou seja, do envolvimento das juventudes na solução das questões que as atravessam, assim como no reconhecimento das experiências vividas, para o desvendamento das suas necessidades e anseios por meio de diferentes formas de mobilização e participação social e cultural (Diógenes e Sá, 2011).

Nessa lógica, é como se o Estado devesse contar com a participação dos próprios jovens para indicar os caminhos para a formulação de políticas públicas afirmativas, com vistas ao enfrentamento dos diversos desafios vivenciados por esse segmento (Diógenes e Sá, 2011), em especial no que diz respeito à violência, à educação e ao desemprego. Tal premissa, em certa medida, foi apreendida e diversas têm sido as experiências de interação da juventude organizada com o Estado, por meio da participação em fóruns, conselhos de direitos e conferências de juventude, bem como por meio das lutas e resistências e da organização em coletivos – o que não quer dizer que os anseios da juventude foram devidamente respondidos.

Resgatando, em específico, a realidade do estado do Espírito Santo – que segue uma tendência nacional –, desde meados dos anos 2000, merece destaque o início das mobilizações das juventudes de diferentes segmentos, entre partidos políticos e movimentos estudantis, ganhando a cena o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); os grêmios estudantis, como o Rui Barbosa, do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus Vitória; movimentos sociais e culturais, como o Hip Hop; grupos de estudos, como o Núcleo de Estudos da Juventude

e Protagonismo (Nejup), e pesquisas desenvolvidas na Ufes, assim como políticas sociais e culturais<sup>8</sup>.

Como um dos primeiros espaços registrados de aglutinação das ideias em torno dos direitos das juventudes, destaca-se a Etapa Estadual da 1ª Conferência Nacional da Juventude, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2004, no então Centro de Ensino Federal Tecnológico do Espírito Santo (Cefetes), atual Ifes (Silva; Caliarí; Taquetti, 2014). A organização dessa conferência foi iniciativa de uma Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude (Cejuvent), constituída por parlamentares na Câmara Federal. A partir desse espaço, começaram as articulações estaduais que levaram pautas locais ao âmbito nacional, fortalecendo ideias, relações, lutas e importantes marcos normativos, como o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 2013, que estabeleceu a formulação do Plano Nacional de Políticas de Juventude.

Em meio às possibilidades de efetivação de políticas públicas para as juventudes, impulsionadas pela necessidade de enfrentar os altos índices de violência, desemprego e evasão escolar, as conferências passaram a cumprir papel fundamental na organização e reunião de sujeitos políticos que partilhavam o compromisso com a ampliação dos direitos das juventudes, apontando caminhos para a superação desses desafios.

As articulações da sociedade e do poder público continuaram após a realização da conferência de 2004, organizada pelo Legislativo federal. Assim, surgiram o Fórum Nacional de Gestores Estaduais e Municipais de Juventude e os coletivos da sociedade civil, como o Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes). O governo federal, no entanto, não deu continuidade às conferências nacionais. Tal fato evidenciou a dificuldade de seguir nacionalmente com a pauta dos direitos e das políticas públicas de juventude a partir do Executivo.

Em nosso entendimento, a compreensão rasa, tendenciosa e marcada por um viés de classe, segundo a qual jovens são vistos como pessoas adultas que devem resolver individualmente os problemas que os afetam, pode estar na raiz da deslegitimação da pauta dos direitos das juventudes. Com isso, a sociedade acaba por requerer e reforçar o individualismo em detrimento da construção da autonomia das juventudes, o que pode ter contribuído para que essa pauta não ganhasse fôlego naquele momento no Executivo.

---

8. *Entre essas iniciativas, destacamos: o Núcleo Afro Odomodê (Prefeitura Municipal de Vitória), o Centro de Referência da Juventude (Prefeitura Municipal de Vitória), o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, uma iniciativa do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e, mais adiante, o Rede Cultura Jovem (programa estadual).*

Quando nós — sociedade civil, movimentos sociais e coletivos de juventude — pautamos a agenda de direitos das juventudes, buscamos reivindicar políticas públicas para esse segmento, evidenciar a necessidade de equipamentos públicos voltados aos jovens e garantir direitos que contribuam para seu amadurecimento e desenvolvimento social, possibilitando uma vivência digna desse período intenso da vida, que pode ser marcado pela experimentação em diferentes dimensões — como arte, cultura, lazer e aprendizagem.

O acesso a serviços diversos e a uma vida digna de experimentação, no entanto, permanece como privilégio de poucos. O amadurecimento social é reconhecido, em outras frações de classe, como uma demanda que requer atenção e investimento; contudo, essa prerrogativa não é assegurada à juventude da classe trabalhadora, frequentemente compelida a ingressar precocemente no trabalho produtivo para garantir o próprio sustento. Com isso, outras dimensões da vida — incluindo a possibilidade de experimentação e de vivência plena — acabam sendo suspensas. É como se houvesse uma cisão entre desenvolvimento biológico e desenvolvimento social, sendo este último reservado apenas a uma parcela da população que, evidentemente, não corresponde às juventudes da classe trabalhadora, cujo acesso a tais condições, nesta sociedade, precisa ser garantido por meio de políticas públicas.

Por essa razão, a defesa dos direitos das juventudes constitui uma bandeira permanente de luta e resistência dos movimentos sociais e populares. A vida digna e a possibilidade de experimentação são direitos humanos fundamentais, que devem ser garantidos a todas, todos e todes. Portanto, a luta por uma vida digna para as juventudes, em sua diversidade, permanece viva e necessária, mas ainda se mostra incipiente, muitas vezes restrita à dimensão mais elementar: a garantia do direito de viver e existir diante dos persistentes e elevados índices de violência letal, que permanecem alarmantes, como será apresentado adiante.

A retomada das conferências nacionais de juventude, enquanto espaços de luta e de controle social, ocorre em meio ao reconhecimento dos altos índices de violência, desemprego e evasão escolar e da necessidade de intervenção pública junto à população jovem. Foi nesse contexto que, entre 2007 e 2008, ocorreram as etapas municipais e estaduais, culminando com a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, convocada então pelo Poder Executivo federal, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, em Brasília. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), teve como tema “Levante sua bandeira”. Ao longo de todo o processo, houve a participação de cerca de 400 mil pessoas, considerando as etapas preparatórias – conferências municipais, estaduais e livres – e a própria etapa nacional, que reuniu aproximadamente 2.500 participantes.

A Conferência de 2008 foi um marco por recolocar, no cenário nacional, o debate acerca da construção de políticas públicas e da garantia dos direitos das juventudes. O estado do Espírito Santo atuou de forma articulada na organização dos eventos municipais e estadual, o que possibilitou a constituição de uma delegação diversa para a etapa nacional, composta por jovens de diferentes movimentos.

Entre uma conferência e outra, foram desenvolvidas iniciativas estaduais pelo poder público e pela sociedade civil, como o projeto Rede Cultura Jovem, que mobilizou e articulou diversos grupos e coletivos de juventude em diferentes territórios, inclusive no interior do estado. Isso também contribuiu para o surgimento de coletivos e projetos de iniciativas populares, como o Olho da Rua, os Reis do Palco, o Sou do Som e o Agito Cultural<sup>9</sup>.

Em 2011, ocorreu, em Brasília, a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que teve como tema “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos – conquistar direitos, desenvolver o Brasil”. O evento reuniu cerca de dois mil delegados das diferentes regiões do país para avaliar os avanços da 1ª Conferência (2008) e discutir políticas públicas voltadas a jovens de 15 a 29 anos<sup>10</sup>.

A 3ª Conferência Nacional de Juventude aconteceu entre 16 e 19 de dezembro de 2015, com o tema “As várias formas de mudar o Brasil”. Em âmbito nacional, as etapas preparatórias das conferências, mesmo com diversas questões que envolviam as dimensões financeira e política, foram garantidas.

Como resultado desse processo contínuo de organização e de avanço das articulações, incentivadas pelas conferências, a mobilização no Espírito Santo manteve-se ativa. Foi nesse contexto que ocorreu o 1º Encontro Estadual de Juventude, promovido pelo Observatório Capixaba de Juventude<sup>11</sup> no Cine Metrôpolis, na Ufes, no dia 19 de julho de 2013. O evento contou com a participação de Severine Macedo, então secretária Nacional de Juventude; Alessandro Melchior, à época presidente do Conselho Nacional de Juventude;

---

9. Os projetos foram mobilizados pelo Rede Cultura Jovem logo no início de sua implementação. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/rede-cultura-jovem-apresenta-resultados-de-tr>.  
10. Informações disponíveis no site do Ministério dos Direitos Humanos: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1400#:~:text=Apresenta%20documentos%20e%20legisla%C3%A7%C3%B5es%20da%20C2%AA%20Confer%C3%A7%C3%B5es%20por%20e%20Dmail%20de%20cada%20item%20inserido>. Acesso em 21 fev. 2026.

11. O Observatório Capixaba de Juventude é uma organização não governamental, mas, sobretudo, um coletivo composto por militantes, trabalhadores e pesquisadores com atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude. Seus componentes, a partir de 2012, desenvolveram diversas atividades formativas, consultorias, eventos e atos políticos, bem como compuseram espaços de controle social representando o segmento juvenil capixaba. Para mais informações, acesse a página da entidade no Facebook: <https://www.facebook.com/ObservatorioCapixabaDeJuventude/>.

de Gustavo Badaró, então gerente de Juventude do governo do estado; e Diego Artur, representando o Observatório Capixaba de Juventude.

Além de promover o encontro, o Observatório cumpriu papel relevante como articulador e mobilizador das juventudes, inclusive do interior do estado, por meio de iniciativas como o grupo de estudos “Diálogos”, realizado em diversos espaços, como na Casa dos Direitos e instituições de ensino superior.<sup>12</sup>

Em meio aos processos de organização das juventudes, vale o registro da luta pela criação do Conselho Estadual da Juventude (Cejuve), previsto na Lei 8.594/2007, que estabelece a Política Estadual de Juventude – regulamentada pelo Decreto nº 3101-R/2012. A posse da primeira gestão do Cejuve<sup>13</sup> aconteceu no dia 25 de abril de 2013.

Além de mobilizações, projetos sociais, iniciativas legislativas e articulações institucionais, outra ação importante foi a produção de pesquisas sobre juventudes. Destaca-se a “Pesquisa Nacional sobre Vitimização nas Escolas”, realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), que analisou dados do Espírito Santo com a participação do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)<sup>14</sup> e do Observatório Capixaba de Juventude. O estudo contou com a análise da pesquisadora Miriam Abramovay, importante estudiosa brasileira sobre o tema, e evidenciou como as escolas também se constituem como espaços violadores para os estudantes<sup>15</sup>. Merece registro, também, o Curso de Formação em Políticas Públicas de Juventude, promovido pelo Observatório Capixaba de Juventude, em 2013, com financiamento da Coordenadoria Ecumênica e Serviço (Cese).

Em 2015, foi realizado o II Encontro Estadual da Juventude, entre os dias 12 e 14 de novembro, na Ufes, com a participação e colaboração de diversas organizações, como o Conselho Nacional de Juventude, o Coletivo Negra da Juventude e o Observatório Capixaba de Juventude. O evento teve o objetivo de discutir as condições de acesso e permanência de jovens cotistas no ensino superior, bem como a Política Pública de Juventude (PPJ) no estado e a produção sociocultural dos coletivos juvenis capixabas.

---

12. Entre as edições do “Diálogos”, a primeira ganha destaque com o tema “Conceito de juventude”; a segunda edição teve como tema “Juventude e participação” e a terceira teve o tema “Juventude negra feminista: um diálogo necessário”.

13. O Cejuve foi regulamentado pelo decreto nº 3101/2012, cuja composição observa superar a paridade, sendo integrado por vinte representantes da sociedade civil e dez representantes do poder público.

14. Órgão público de pesquisas do estado, que tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.

15. Disponível em: [https://flacso.org.br/files/2016/03/Diagn%C3%B3stico-participativo-das-viol%C3%A2ncias-nas-escolas\\_COMPLETO\\_rev01.pdf](https://flacso.org.br/files/2016/03/Diagn%C3%B3stico-participativo-das-viol%C3%A2ncias-nas-escolas_COMPLETO_rev01.pdf).

O II Encontro aconteceu conjuntamente ao I Fórum de Ações Afirmativas do Estado do Espírito Santo, em uma iniciativa da Flacso em parceria com o Observatório, o Fejunes, o Coletivo Negra da, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/Ufes), o Observatório de Ações Afirmativas (Ufes), o Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Cidadania da Ufes – atual Pró-Reitoria de Políticas de Assistência Estudantil (Propaes) –, a Irmandade Azkari Bantu, o Núcleo de Juventude e Protagonismo (Nejup/Ufes) e o Conselho Municipal de Juventude de Vitória.

Guardadas as contradições do processo de fomento à participação juvenil e de tensionamento das organizações da sociedade diante dos agravos sociais vivenciados por esse segmento desde o início dos anos 2000, é possível inferir que as lições resultantes dos processos de organização das juventudes foram assimiladas e incorporadas pelo poder público, contribuindo para a proposição de políticas públicas locais, a exemplo das experiências de construção dos CRJs e da efetivação de conselhos e planos de ação. Essas ações, no entanto, permanecem centradas em uma questão que já deveria ter sido superada: a necessidade de garantir a vida da juventude negra, que continua figurando como principal vítima nos indicadores de violência letal.

Portanto, décadas depois, tratar de juventude, de políticas públicas e de direitos humanos sem abordar a violência e o extermínio da juventude negra — como grita o Fejunes — é ocultar os dados, abafar o pranto das mães negras e silenciar o grito que ecoa das ruas, das escolas ocupadas, dos guetos, das batalhas de rima e do *slam*.

### *Entre direitos humanos, juventudes e violência: perspectivas de intervenção*

Ao refletir sobre a violência e sua letalidade sobre as juventudes – sobretudo sobre a juventude negra no estado –, não buscamos reforçar o binômio “juventude-problema”, ideia ultrapassada e limitadora para o debate sobre políticas públicas de juventude, amplamente difundida, por décadas, nos estudos sobre infância e juventude no país. Nesta elaboração, partimos do reconhecimento da juventude como sujeito que se constitui em sociedade, como ser social de múltiplas determinações e inserções no mundo, cujas existências são marcadas por dimensões sócio-históricas profundamente desiguais, que dilapidam e dilaceram a vida social em suas condições objetivas e subjetivas, afetando as possibilidades de acesso a bens, serviços e afetos fundamentais ao desenvolvimento da infância, da adolescência e da juventude (Caliari, 2023).

Portanto, a violência de Estado contra a juventude negra e periférica, como fenômeno marcado pelo racismo estrutural, é expressão de um passado colonial

escravista que continua presente, expresso pela não construção de devida justiça e reparação. Tal fato segue enraizado na política de segurança pública e reforça a crise civilizatória generalizada que enfrentamos na contemporaneidade.

A expressão “extermínio da juventude” nomeia uma das facetas da política de segurança pública que tem, nas últimas décadas, usado a violência letal como estratégia de enfrentamento ao tráfico de drogas e de quem se encontra na sua linha de frente: a juventude negra e periférica. Tal medida denuncia o consentimento político e social e a trágica estratégia de promoção da violência letal contra parte da juventude da classe trabalhadora. Portanto, a superação dessa lógica precisa ter como fio condutor a defesa da vida – de uma vida em abundância, em sua diversidade.

Não há como falar da realidade da juventude no Espírito Santo sem lançar luz sobre esse triste e desafiador contexto que vem se modificando, mas que carrega em si ainda uma lógica destrutiva, a violência letal contra a juventude, apontada como principal estratégia para conter o avanço do tráfico de drogas, fazendo avançar com ostensividade as ações das forças de segurança nas periferias do estado.

Desse modo, não há diálogo consistente sobre direitos humanos que se sustente sob a primazia de uma política de morte. Essa constatação interpela tanto a atuação dos poderes públicos – em âmbitos estadual e federal – quanto a parcela da sociedade que legitima e endossa determinadas práticas. A defesa da vida constitui o princípio para a efetivação dos direitos humanos. Contudo, nesta segunda década do século XXI, o país – e de modo particular o Espírito Santo – já vivencia os agravamentos decorrentes da ampliação do acesso à compra e ao porte de armas de fogo, intensificada durante o governo de extrema direita e orientação neofascista de Jair Bolsonaro (2019-2022), por meio de atos simbólicos e normativos como a aprovação do Decreto nº 11.615/2023<sup>16</sup>, que flexibilizou a política de controle de armas.

De acordo com pesquisa sobre armas de fogo publicada pelo Instituto Sou da Paz, com dados referentes ao período de 2019 a 2023, o estado com maior número de apreensão de armamento pesado é o Rio de Janeiro, seguido por Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, sendo que o crescimento de 467% no número de apreensões de armas de alto calibre

---

16. O Decreto nº 11.615/2023 regulamenta a Lei nº 10.826/2003, estabelecendo regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinando as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, e dispondo sobre o funcionamento das entidades de tiro desportivo e sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

tem o Espírito Santo como protagonista em relação aos demais estados da Região Sudeste. Esse dado chama muito a atenção, considerando a destacada posição do estado no cenário nacional em relação ao armamentismo.

A pesquisa analisou o tipo de armamento mais apreendido. Três de quatro armas apreendidas são dos calibres mais utilizados pelas polícias e pelas forças armadas, em armas como fuzis de estilo militar, metralhadora e submetralhadora<sup>17</sup> – mesmos modelos disponibilizados para comercialização para civis nos últimos anos. Ou seja, a liberação de armas de fogo para civis aumentou a disponibilidade de armamento no mercado local doméstico, o que ampliou a possibilidade de desvio de armas para uso criminoso e irresponsável e, como consequência, aumentou em 467% a apreensão de armas no Espírito Santo.

Falar em política de morte, portanto, implica compreender que, para além de omissões estruturais, há estratégias estatais que acabam por produzir e legitimar a letalidade das juventudes. Trata-se de um modelo de segurança pública que incide sobre as periferias por meio do confronto armado, resultando no derramamento de sangue da população, em vez de priorizar a formulação de ações baseadas em inteligência, planejamento estratégico e investigação qualificada para o enfrentamento das facções, do crime organizado e do tráfico de drogas e de armas.

São os moradores das periferias que se tornam vítimas das chamadas “balas perdidas”, disparadas em contextos de confronto associados ao tráfico de drogas, mas que atingem vidas, destroem sonhos e desestruturam famílias e comunidades inteiras. É o que se observa, por exemplo, no bairro Itararé, em Vitória, e no seu entorno – região reconhecida como Território do Bem –, cujos moradores têm vivenciado há anos uma intervenção estatal marcada pelo medo e pela violência.

Segundo o Atlas da Violência de 2025 (Ipea, 2025), o Brasil registrou, em 2023, a menor taxa de homicídios dos últimos 11 anos, sendo 45.747 mortes que, ao todo, somam o equivalente a 21,2 casos por 100 mil habitantes. De forma geral, esses dados representam uma redução de 2,3% dos homicídios totais. No ano de 2023, entre os homicídios totais, foram registrados 34% de mortes de adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, correspondendo a 60 jovens mortos de forma violenta no país por dia. Entre

---

17. Conforme a pesquisa do Instituto Sou da Paz: “Para fuzis, o calibre 5.56x45mm predomina, seguido pelo 7.62x51mm, que juntos respondem por três de cada quatro FEMs [fuzis de estilo militar] apreendidos. Isso não é surpreendente, dado que tanto o calibre 5.56x45mm quanto o 7.62x51mm, amplamente utilizados pela polícia e forças armadas e vendidos a civis nos últimos cinco anos, são prevalentes no mercado legal doméstico, aumentando assim as oportunidades de desvio para uso criminoso. Santos (2024, 22) mostrou que esses foram os calibres mais populares entre civis durante o governo Bolsonaro (2019–2022), com 22.467 e 8.428 armas registradas, respectivamente, reforçando sua conexão com os mercados legais locais” (Sou da Paz, p.13, s.d).

as crianças, somam-se 2.124 assassinadas entre zero e quatro anos; entre cinco e 14 anos, são 6.480 vítimas; e outras 90.399 eram adolescentes entre 15 e 19 anos. Entre os homicídios de crianças, adolescentes e jovens, a arma de fogo foi o principal meio utilizado para produzir a violência letal.

Em relação aos homicídios totais, o Atlas da Violência 2025 informa que o Espírito Santo apresenta uma redução da taxa de homicídio por 100 mil habitantes de menos 36,2% entre 2013 e 2023, e de menos 5,8% entre 2018 e 2023. No que se refere aos números registrados, a redução percentual é de 28,4% entre os anos de 2013 a 2023 e de 0,3% entre 2018 e 2023, chegando ao ano de 2023 com registro de 1.161 mortes violentas. Um outro dado que merece destaque é relativo ao número de homicídios ocultos, que teve redução de 94,7% no estado, entre 2018 e 2023, ou seja, aparentemente as mortes violentas estão sendo registradas.

No que diz respeito aos dados com recorte de idade, o Espírito Santo apresentou taxa de 65,3 homicídios por 100 mil adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos em 2023. Entre 2022 e 2023, o estado teve redução de 2,5% na taxa de homicídio. Mesmo diante da redução das taxas de homicídio, o Espírito Santo permanece entre as 17 unidades federativas que apresentaram taxas superiores à média nacional, que é de 45,1 mortes por 100 mil jovens. Esse dado localiza o estado no cenário nacional abaixo somente do Amapá, da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, do Amazonas e de Sergipe<sup>18</sup>. Ou seja, a melhora progressiva dos índices de mortes violentas de jovens observada nos últimos anos não coloca o Espírito Santo em um cenário efetivo de respeito à vida das juventudes. Ao contrário, reforça a necessidade de aprofundar o debate sobre as formas de intervenção pública e sobre as estratégias de enfrentamento da violência.

O número de homicídios de jovens caiu 40,3% de 2013 a 2023, e 4,9% de 2018 a 2023 e somente 1,4% de 2022 para 2023. Esses dados podem ser reflexo de ações interventivas que começaram a ser implantadas em 2011 no estado, como o programa de segurança pública Estado Presente em Defesa da Vida<sup>19</sup>, mas que ainda precisam de atenção, pois os índices ainda são alarmantes. No Espírito Santo, o número de homicídios de adolescentes entre 15 e 19 anos, de 2018 para 2023, caiu 12,7%; no entanto, subiu 12,8% entre 2022 e 2023. Já a taxa de suicídio entre 10 e 19 anos subiu 47,8% de 2018 para 2023.

---

18. Fonte: Atlas da Violência 2025. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

19. O programa chama-se “Estado Presente em Defesa da Vida” e o eixo que trabalha as políticas de juventude, como os CRJs, chama-se “Estado Presente: Segurança Cidadã no ES”, conforme pode ser identificado no texto informativo disponível em [https://sedh.es.gov.br/estado\\_presente](https://sedh.es.gov.br/estado_presente). Acesso em: 8 mar. de 2026.

No contexto de violência letal contra crianças, adolescentes e jovens, ficam evidentes a privação da experimentação da vida e a usurpação do direito de ser. Importa registrar que essas mortes têm marcadores de gênero, raça e classe social. Quando a taxa de mortes violentas é calculada levando em consideração o sexo masculino, ela sobe para 123,9 mortes por 100 mil adolescentes e jovens. De acordo com o Atlas da Violência 2025, as mortes de homens jovens registraram uma redução de apenas 0,2% em 2023, evidenciando a persistência desse grave quadro de violência.

Um capítulo à parte na história da violência que atinge as juventudes é o programa do governo estadual Estado Presente. Ele merece destaque nessa breve reflexão sobre direitos humanos, políticas públicas e juventude porque se constitui como a grande aposta governamental para enfrentar o crime organizado na sua vertente tráfico de drogas (Governo ES, 2019). Criado em 2011, seu objetivo, conforme descrito nos documentos oficiais, é reduzir os índices de violência e aumentar a segurança da população capixaba. O programa é baseado em quatro eixos principais: prevenção social, repressão qualificada, gestão integrada e modernização institucional<sup>20</sup>.

O programa Estado Presente surge, assim, como um marco na tentativa de reconfigurar a política de segurança pública sob uma perspectiva ampliada, que integra prevenção social, repressão qualificada e modernização institucional. Ao incorporar iniciativas como os CRJs, o programa amplia a compreensão acerca do papel do Estado, reconhecendo o protagonismo juvenil e os territórios como espaços de criação, convivência e pertencimento. A partir de 2019, o governo estadual iniciou a implantação de 14 CRJs em dez municípios localizados nos territórios contemplados pelo programa Estado Presente, o maior investimento dessa natureza em todo o país. Esses centros resultam de uma parceria entre o governo estadual e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com execução indireta, via organizações da sociedade civil.

Em seu escopo, o CRJ constitui-se como uma política pública que busca superar a lógica punitiva, cuja perspectiva é investir na potencialidade dos sujeitos e na construção coletiva de novas formas de sociabilidade e de economia local. É fundamental destacar que o CRJ representa uma grande conquista da juventude capixaba, resultado da mobilização e pressão dos movimentos e coletivos de juventudes por uma política pública capaz de responder às necessidades dos territórios periféricos, considerando suas singularidades.

No entanto, os CRJs convivem com diversas contradições, especialmente no que se refere ao seu financiamento por meio de empréstimo junto ao BID, além da frágil e, por vezes, conflituosa execução indireta realizada por organizações da sociedade civil, sem um acompanhamento efetivo da Secretaria

---

20. *idem*.

de Estado de Direitos Humanos, o que demandaria investimento, metodologia, disponibilização de servidores públicos e, portanto, fortalecimento institucional da pasta responsável pela gestão da política em âmbito estadual.

Essa contradição também se manifesta por ser uma ação integrante da política de segurança pública que enfrenta reações de outros órgãos do próprio governo. Assim, esses órgãos limitam as suas iniciativas e os projetos desenvolvidos, fragilizando tanto as juventudes atendidas quanto a equipe técnica que atua na linha de frente desses espaços.

Um aspecto central que provoca preocupação entre os defensores de direitos humanos e as organizações da juventude é que os CRJs tenham seu ciclo de existência condicionado a mandatos governamentais, caso não se estabeleça um debate consistente e estruturado sobre a sustentabilidade de seu financiamento, o que acarretaria a sua descontinuidade e uma derrota a essa política conquistada pela juventude lutadora capixaba.

A organização das juventudes passa por ações contrassistêmicas, de resistência, de coletividade, de sobrevivência e de promoção da vida, e não da letalidade. A participação social da juventude no início dos anos 2000 foi marcada pela diversificação das formas de inserção e participação social, que contou com a interação com os movimentos sociais tradicionais (partidos políticos e fóruns) e seus pleitos históricos por direitos. Assim, foram constituídos coletivos juvenis, espaços alternativos de participação e de organização sociopolítica e sociocultural, que expressam não apenas posicionamentos ideológicos, mas também reivindicações diante das realidades sociais e territoriais (Taqueti, 2021).

O conceito de coletivo é atravessado por histórias singulares, criadoras de outras dinâmicas culturais e econômicas (Malacarne; Albertino; Oliveira, 2025), indo além do circuito de consumo reprodutor, demonstrando tendência de ruptura e disrupção do modelo convencional de produção e de transgressão do pensamento relativo à propriedade individualizada (Derrida; Dufourmantelle, 2003). Para o entendimento dos coletivos no território, não há modelo prévio a seguir, embora seja necessário estabelecer alguns protocolos de abordagem e relacionamento (Hammersley; Atkinson, 2022). As histórias singularizadas abrem caminho para a leitura do processo criativo como uma questão coletiva. Esses rastros e essas histórias deslocam a racionalidade neoliberal constituída por normas de conduta e sistemas de coerções excessivamente institucionalizados.

Como desafio para o desenvolvimento de políticas públicas de juventudes, portanto, propõe-se a acolhida das singularidades e das economias traçadas localmente em cada rap cantado, em cada cineclube realizado e em cada documentário produzido. Além disso, fica evidente que os coletivos desenvolvem estratégias próprias de mobilização comunitária ao acolher

sonhos e projetos das juventudes em suas práticas e reconhecer a representação de suas histórias em várias linguagens (podcasts, webséries, literatura, teatro, batalhas de rima, capoeira, forró entre outras).

Essas são premissas que inspiraram a elaboração conceitual e formulação dos CRJs no Espírito Santo, fruto do acúmulo de lutas e reivindicações da juventude capixaba, trabalhadores e pesquisadores locais. No entanto, esse gueto de sonhos que as ações coletivas e comunitárias simbolizam só pode se concretizar em possibilidade de vida real para as juventudes se cessar a política de letalidade contra jovens, promovida pela segurança pública. As duas estratégias (políticas de segurança pública e de juventudes) não devem e não podem caminhar juntas, são incompatíveis, mas hoje fazem parte de um mesmo programa – vide os dados do Atlas da Violência e da pesquisa do “Instituto Sou da Paz” apresentados ao longo do texto –, deixando evidente a necessidade de ajuste de caminho e estabelecimento de uma estratégia governamental de outra ordem.

### *Considerações finais*

A análise dos dados evidencia que, apesar das reduções pontuais das taxas de homicídios no Espírito Santo, a violência letal contra adolescentes e jovens ainda constitui um desafio persistente. A dimensão estrutural dessa violência, marcada por desigualdades de classe, raça e gênero, demonstra que não se trata apenas de uma questão de segurança pública, mas de uma problemática social que atinge diretamente o direito à vida e à dignidade. A cada indicador, revela-se a urgência de políticas públicas que enfrentem as raízes da violência, das expressões da questão social que atingem especialmente as juventudes negras e periféricas.

Nesse contexto, a resposta capixaba, construída ao longo das últimas décadas, reflete tanto o esforço estatal quanto a mobilização social diante de uma realidade que insiste em se reproduzir. A sociedade civil organizada, os movimentos sociais e as instituições públicas vêm somando forças para denunciar e enfrentar esse grave quadro de violência, apontando para a necessária atuação conjunta e contínua, aliada a uma mudança de rota na estratégia governamental. Essa construção histórica de resistência e luta por direitos, nos marcos do capitalismo contemporâneo, apesar de insuficiente, reforça que a superação da violência juvenil (dos jovens e contra os jovens) exige mais do que ações pontuais ou potencialmente descontínuas, requer uma transformação profunda das condições de vida nas comunidades.

Portanto, é fundamental apostar em um modelo de política pública que reconheça a complexidade da violência e as múltiplas dimensões que atravessam a sociedade, as comunidades e as juventudes, assim como entender

que o próprio Estado é muitas vezes um grande violador da vida. O enfrentamento à violência letal de jovens no Espírito Santo e no Brasil depende da consolidação de práticas intersetoriais, que respeitem as diversidades e os territórios e que articulem Estado e sociedade. Somente assim será possível avançar na construção real de direitos humanos, de uma cultura de paz, de justiça social e de reconhecimento das juventudes como sujeitos plenos de direitos, de presente e do futuro.

### *Referências*

CALIARI, H. F. A diversidade, as idades, as gerações: das especializações medíocres aos estudos necessários para a Sociologia da Juventude. **Serviço Social & Sociedade**, 146 (1), 284–304. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.314>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2025: retrato dos municípios brasileiros e dinâmica regional do crime organizado: ano base dos dados: 2023**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>.

DERRIDA, J., & DUFOURMANTELLE, A. **Da hospitalidade**: Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade (A. Romane, Trad.) São Paulo: Escuta, 2003.

DIÓGENES, G.; SÁ, L. **Juventude e Segurança pública: dissonâncias e ressonâncias**. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. p. 139-161. São Paulo: Petrópolis, 2011.

GOVERNO DO ES. **Eixo Proteção Social**. Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Disponível em: [https://sedh.es.gov.br/estado\\_presente](https://sedh.es.gov.br/estado_presente). Acesso em: 8 mar. 2026.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografia: princípios em prática**. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis: Vozes, 2022.

IBGE. Atlas da Violência 2025: apud, IBGE – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNADc) e MS/SVSA/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. 2025.

MALACARNE, R; ALBERTINO, O.L; OLIVEIRA, L.L. (2025) **Traduções da Economia Criativa em Coletivos Culturais**. *Trab. linguist. apl.* 64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031813v6420258669294>.

SILVA, J. M.; CALIARI, H. F. ; TAQUETTI, C. L. **Juventude e Participação: a construção das Políticas Públicas de Juventude em Terras Capixabas**. In: *Jornada de Iniciação Científica*, 2014, Vitória. *Jornada de Iniciação Científica*, 2014.

TAQUETTI, C. L. **Das jornadas de junho às ocupações das escolas (2013-2016): revoltas da juventude brasileira em tempos de crise.** 2021. 283f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

# O ativismo do Movimento Policiais Antifascismo no Espírito Santo a partir dos princípios da educação popular e da educação em direitos humanos

*Maria Helena Cota Vasconcelos<sup>1</sup>*

*Paola Ruzzene<sup>2</sup>*

*Vinicius Querzone de Oliveira Sousa<sup>3</sup>*

*1. Policial civil, formadora sindical e popular.*

*2. Oficial investigadora de polícia, psicanalista com especialização em Direitos Humanos pela Ufes, diretora do Sindipol, conselheira no Conselho Estadual de Direitos Humanos (2023-2025) e coordenadora estadual do Movimento Policiais Antifascismo.*

*3. Educador popular, policial militar, coordenador nacional do Movimento Policiais Antifascismo e mestre em Política Social.*

## *Um movimento em prol dos direitos humanos: breve histórico*

O Movimento Policiais Antifascismo (MPAF) nasceu em 2015, como um campo de atuação política, não institucionalizado, suprapartidário e suprassindical, aberto a trabalhadores e trabalhadoras do sistema de segurança pública com disposição para se contrapor ao fascismo institucional e sistêmico. Para o MPAF, a segurança pública precisa passar por uma reestruturação profunda. O Movimento entende que essa reestruturação passa pelo avanço na discussão de pautas como a desmilitarização, a carreira única, o ciclo completo de polícia, a regulamentação do uso medicinal e recreativo de substâncias psicoativas e de sua comercialização, bem como pela construção política de policiais como trabalhadores e trabalhadoras. Neste manuscrito, não será possível desenvolver cada uma dessas pautas; contudo, adiantamos que a reestruturação defendida pelo MPAF é um dos pressupostos para o combate ao fascismo institucional e suas expressões contemporâneas.

O MPAF nasceu da necessidade de policiais que já pensavam em uma política de segurança pública democrática e popular, na qual a atuação policial se orientasse pela garantia de direitos e houvesse o reconhecimento dos e das policiais como trabalhadores e trabalhadoras. Desde sua origem, quando ainda em estágio embrionário, formado por um grupo de cinco policiais advindos de movimentos antiproibicionistas<sup>4</sup>, sindicatos e coletivos como o Sankofa<sup>5</sup>, o MPAF se desenvolveu em articulação, interlocução e diálogo transversal junto a essas organizações e aos trabalhadores e trabalhadoras das diversas instituições de segurança pública.

O diálogo para a construção do Movimento começou no estado da Bahia, em 2015, durante um encontro do coletivo sindical Sankofa, e se concretizou no I Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2017. A conjuntura nacional evidenciava o vigor da ascensão e do espalhamento do fascismo no interior das instituições policiais. Observava-se a ocorrência de declarações públicas de policiais em apoio às políticas da extrema direita que, naquele momento, já disputavam os espaços públicos. As práticas cotidianas de agentes ligados a personagens da extrema direita, como Jair Bolsonaro, também apontavam

---

4. Um desses movimentos é a *Law Enforcement Against Prohibition (LEAP)* – coletivo que nasce nos Estados Unidos, com programas de legalização e descriminalização das drogas. A LEAP Brasil integra a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, e os membros fundadores do MPAF, à época, compunham as fileiras do coletivo na condição de liderança da fração brasileira da LEAP.

5. Organização sindical criada em 2010, em Salvador (BA), pelo investigador de polícia Kleber Rosa e outros trabalhadores da segurança pública (Sansão, 2016).

para a negação dos direitos humanos, ampliando as ações violentas direcionadas às camadas mais pobres da população que vivem nas periferias.

Aqueles cinco precursores do MPAF sonhavam em construir um movimento de trabalhadores e trabalhadoras policiais, baseado no diálogo e na manifestação coletiva. Buscavam se unir a tantos outros e outras no país que compartilhavam críticas à visível escalada autoritária e, coetaneamente, fascista, que se manifestava na conjuntura de ascensão do bolsonarismo. Essa ofensiva teve e tem forte expressão nas instituições de segurança, seja nas declarações explícitas de policiais, seja na ação ostensiva cotidiana de forças alinhadas ao discurso e às políticas da extrema direita, que, naquele momento, já não se envergonhava de disputar os espaços públicos.

O desconforto dos cinco policiais materializava-se na busca por semelhantes e, nesse processo, um arcabouço político e estratégico foi sendo delineado com o objetivo de fortalecer vínculos, agregar forças e construir um propósito existencial antifascista. Assim, militantes policiais de alguns estados brasileiros, como Ceará, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro — com destaque para Fabrício Rosa, Orlando Zaccone, Anderson Duarte, Bruna Helena e Hildebrando Saraiva — tomaram conhecimento de um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras policiais existente na Bahia. Chamado Sankofa e composto majoritariamente por policiais civis — entre eles Kleber Rosa, Denilson Neves e Misael Sousa —, o coletivo debatia pautas do *Law Enforcement Against Prohibition* (LEAP). A partir desse encontro, decidiram criar um espaço coletivo de articulação nacional, não federativo, que dialogasse com os e as policiais e com a sociedade sobre uma outra política de segurança pública, as polícias, a democracia e o antifascismo. Desse modo, o Movimento foi ganhando contornos, estruturando-se, expandindo-se e consolidando-se no Brasil.

No Espírito Santo, o MPAF foi inicialmente organizado por um trabalhador da base da Polícia Militar, o educador popular Vinicius Querzone. Essa mobilização em solo capixaba começou em meados de 2018, com a identificação, por Querzone, de pessoas aliadas e alinhadas a uma perspectiva de esquerda e antifascista em diversas forças de segurança. Para ele, não havia dúvida de que o MPAF era o instrumento mais adequado para mediar as relações entre trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública e o campo das esquerdas. Além disso, o MPAF congregava e defendia as principais pautas que tinham como horizonte a transformação estrutural da política de segurança pública. Desse modo, em setembro de 2018, o MPAF deu seus primeiros passos como coletivo organizado. Participaram desse núcleo inicial as policiais civis Maria Helena Cota Vasconcelos e Clertes Alves Bayer e os policiais militares Vinicius Querzone, Sebastião Fernando Machado, Alex Tomé e Enio Chaves.

Desde os primeiros encontros, a seção Espírito Santo do Movimento Policiais Antifascismo tem colocado os direitos humanos como questão central no debate sobre segurança pública. Para o MPAF, o imbricamento entre segurança pública e direitos humanos não é apenas possível, mas é a conjugação necessária para assegurar o Estado Democrático de Direito. Assim, o MPAF tem combatido o mito de que existe uma oposição entre segurança pública e direitos humanos. Esses postulados não configuram antinomias nem são inconciliáveis. Ao contrário, afirmamos e reafirmamos que trata-se de uma falsa dicotomia, pois os direitos e as garantias fundamentais devem ser assegurados pelo Estado, e as forças de segurança têm o dever de atuar em sua promoção e na proteção da sociedade. Ademais, os próprios operadores e operadoras da segurança pública devem ter seus direitos resguardados enquanto trabalhadores e trabalhadoras, não podendo sofrer violações *interna corporis*.

Em relação às violações de direitos sofridas por operadores e operadoras da segurança pública, consideramos que uma das razões está relacionada ao *ethos* ideológico construído institucionalmente, tornando essas pessoas “heróis e heroínas protetores da sociedade”. Esse *ethos* nega a condição de trabalhadores e trabalhadoras ao colocar essas pessoas em uma posição sobre-humana. A título de exemplo, um herói não padece de doenças ocupacionais nem estaria sujeito a moléstias ou sofrimento psíquico. Nesse sentido, em última instância, a figura do herói produz um ser desumanizado e desumanizante, que não tem direitos garantidos e que, por conseguinte, torna-se insensível aos direitos alheios.

Por isso, nós, do MPAF, buscamos desmistificar a imagem calcificada desses heróis e heroínas desumanizados e construir uma nova identidade: a de trabalhadores e trabalhadoras que são sujeitos de direitos. Trata-se de restaurar a dignidade humana em cada operador e operadora das polícias para que, a partir desse autorreconhecimento, passem também a reconhecer seus concidadãos como sujeitos de direitos e a tratá-los com o máximo de dignidade. É o que se espera de trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública comprometidos com a defesa dos direitos humanos.

### ***O Movimento Policiais Antifascismo como instrumento de organização de trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública***

O Movimento Policiais Antifascismo, enquanto coletivo organizado, traz à tona a seguinte reflexão: o que significa sermos sujeitos históricos e transformadores ou sujeitos sociopolíticos nos processos de mudança da realidade sociocultural, política e econômica brasileira? Estamos situando o Brasil – e mais adiante falaremos especificamente do Espírito Santo de

maneira aprofundada – apenas como recorte de análise, visto que essa reflexão deve sempre transcender nossas fronteiras, pois o internacionalismo é um princípio cultivado por lutadores e lutadoras sociais, e a luta internacionalista e anti-imperialista<sup>6</sup> fundamenta-se na defesa da vida digna e da paz com voz ativa.

Analisando a conjuntura das duas primeiras décadas do século XXI, o MPAF, na condição de movimento social, busca identificar as tarefas do nosso tempo e da atual quadra histórica. Embora haja uma miríade delas, todas com algum grau de importância, existem aquelas que são centrais e inadiáveis. Avaliamos que o desenvolvimento da consciência social e política em sujeitos coletivos — a própria base do MPAF — e também em grupos sociais não organizados — trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública desvinculados de militância e ativismo — permanece como uma tarefa essencial para educadores e educadoras populares em nosso país.

Sob os auspícios de Paulo Freire é que buscamos desenvolver uma consciência crítica e superar a consciência ingênua da realidade, para que trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública despertem para realizar uma leitura crítica e classista do mundo. O legado freiriano aponta duas tarefas básicas: a indignação diante da barbárie e a necessidade contínua de lutar contra as injustiças.

Neste trabalho, adotamos o paradigma de educação popular, calcado na valorização da cultura popular e em princípios éticos com vistas à construção da democracia popular e de relações sociais mais justas; na centralidade do diálogo na interlocução com a realidade da vida de educandos e educandas e na forma como encaram essa realidade; na relação entre conhecimento e politização; e no estímulo à participação de educandos e educandas em todo o processo educativo e emancipatório.

Em nosso entendimento, a obra de Paulo Freire sintetiza esses elementos, razão pela qual nos ancoramos na compreensão freiriana de educação popular nas ações de aproximação dialógica com trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública, enquanto sujeitos políticos nesse processo de intervenção.

Compreendemos a categoria sujeito como agente histórico de processos revolucionários, abrangendo sujeitos históricos e transformadores. Sabemos que sujeitos políticos são parte do processo de constituição das classes

---

6. O internacionalismo, como um valor militante, tem como premissa a prática de solidariedade real entre os povos que lutam para superar as diferentes opressões que se articulam entre as questões nacionais e o sistema-mundo. Portanto, a luta internacionalista possui caráter anticapitalista/anti-imperialista. Podemos considerar que a primeira palavra de ordem internacionalista foi o lema: “proletários de todos os países, uni-vos!” (Pires, 2020; Marx e Engels, 2011, p. 106).

sociais; e que nem todos aspiram à mudança na direção da superação da exploração e das opressões. Daí a importância do sentido emancipatório nesse processo dialogal.

Preocupamo-nos com essa questão, pois é da constituição de sujeitos políticos que advêm as transformações sociais e os processos de mudança.

Portanto, em nosso entender, o sujeito é uma categoria imprescindível, e é a partir desse lócus que os indivíduos se constituem e se posicionam na história dos processos sociais. Concordamos com Gohn (2009, p. 18,) quando afirma que:

*A categoria sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais, em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social; o sujeito é reconhecido objetivamente, e reconhece-se subjetivamente, como membro de uma classe, de uma etnia, parte de um gênero, uma nacionalidade, e muitas vezes de uma religião, culto ou crença. Os sujeitos se constituem no processo de interação com outros sujeitos, em instituições, privadas e públicas, estatais ou não (Gohn 2009, p. 18).*

Isso posto, o Movimento Policiais Antifascismo, como instrumento de organização de trabalhadores e trabalhadoras, parte de formulações como essa para pensar sujeitos políticos no interior da segurança pública brasileira, bem como aqueles e aquelas que compõem as forças de segurança capixabas – recorte de nossa análise.

Partimos dessa conceituação para analisar operadores e operadoras da segurança pública e seu papel nos processos de mudança e transformação no Brasil e no Espírito Santo. É preciso, portanto, afirmar a segurança pública como garantidora de direitos e tornar as polícias guardiãs da Constituição Federal. Mais do que defender os direitos humanos, é necessário desenvolver um ativismo em prol da sua garantia. Isso nos parece óbvio, não é mesmo? Contudo, ainda vivemos em um tempo em que precisamos gritar obviedades!

### *A importância da solidariedade de classe no enfrentamento ao fascismo*

As ações do Movimento Policiais Antifascismo junto às forças de segurança têm como intuito prepará-las para uma transformação estrutural e profunda da realidade. O MPAF optou por adotar um processo de educação emancipador e insurgente; logo, dependendo do contexto político, pode haver, sim, represálias.

A educação popular de caráter freiriano carrega um sentido político e, dado o seu desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo e do Ocidente, adquiriu uma dimensão anticapitalista e anticolonialista. Essa perspectiva se apresenta como uma alternativa emancipatória e transformadora do *status quo*. Isso nos ajuda a compreender as razões pelas quais educadores e educadoras populares que adotam essa concepção foram e ainda são perseguidos. Não tem sido diferente com a militância do Movimento Policiais Antifascismo, sobretudo no Espírito Santo.

Desde sua fundação, em 2015, integrantes do MPAF têm sido punidos por combater o fascismo contemporâneo e suas diferentes formas de expressão. Lembramos que, quando falamos de fascismo, estamos alinhados à assertiva gramsciana que o define como “a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros” (Gramsci, 2004, p. 46). Portanto, não é exagero da nossa parte afirmar o caráter marcadamente fascista das instituições de segurança pública que, por meio da violência policial, da guerra às drogas e de toda a política endereçada às periferias das cidades contra pobres, pretos e favelados, têm operado o fascismo à brasileira.

Nesse cenário, o MPAF tem se posicionado contra todas as formas de expressão do fascismo contemporâneo. Em todos os estados onde o Movimento se organizou, há uma história de punição a seus e suas integrantes por defenderem uma segurança pública democrática, popular e garantidora de direitos. No Espírito Santo também tem sido assim; companheiros e companheiras sofrem diversas punições arbitrárias e perseguições, que são mais duras na Polícia Militar, devido ao Regime Disciplinar Militar. Com isso, cresce a ofensiva das corporações sobre trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública que questionam as medidas arbitrárias, especialmente por meio de processos administrativos disciplinares e abertura de inquéritos para justificar persecuções, em especial na Polícia Militar.

Desde a fundação do MPAF, foram registradas perseguições à nossa militância em São Paulo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Em alguns casos, houve determinação de penalidade máxima de exclusão de policiais das corporações. Mesmo quando há a reintegração e a absolvição, os danos à saúde mental, à vida pessoal e à vida funcional são, muitas vezes, irreversíveis. Diante desse quadro, contamos com a parceria de muitos e muitas para reverter as injustiças.

No Espírito Santo, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (CDDH/Ales), presidida à época pela deputada Iriny Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT), realizou uma audiência pública em 15 de março de 2022 com a finalidade de provocar a discussão acerca das perseguições a trabalhadores e trabalhadoras do MPAF no estado. Na ocasião,

estiveram presentes o coordenador nacional do Movimento, Orlando Zaccone, e a advogada Juliana Vieira dos Santos, da Rede Liberdade<sup>7</sup>. Essa rede e a Frente Cala a Boca já Morreu<sup>8</sup> têm oferecido suporte jurídico a policiais.

Se, de um lado, foram registradas várias perseguições por parte das corporações, por outro lado, tais ocorrências impulsionaram a constituição de uma espécie de aliança antifascismo, por meio da solidariedade de classe cultivada como princípio histórico das organizações advindas do campo democrático-popular. É importante destacar que um conjunto de entidades e organizações fora do âmbito da segurança pública, a exemplo de sindicatos e partidos, se posicionaram publicamente em favor do MPAF e de sua militância, somando forças a essa construção.

Assim, apesar de todas as perseguições, o MPAF, tanto no Espírito Santo quanto nos demais estados, a despeito de ter sido afetado, segue firme na luta e na organização dos e das policiais. Com o apoio solidário de lutadores e lutadoras sociais, bem como de entidades e categorias que ultrapassam o contexto da segurança pública, o MPAF segue mostrando que o fio da história do país traz golpes, mas também traz resistências coletivas.

Sabemos que a democracia é uma construção cotidiana, e a segurança pública é parte integrante desse fazer democrático. Na contramão da construção democrática, avança a visão de mundo da extrema direita, alicerçada no militarismo, na guerra às drogas e em uma política de segurança pública que tem como consequências o extermínio da juventude negra e periférica, a perseguição aos defensores e às defensoras dos direitos humanos e o recrudescimento do autoritarismo. A ascensão da extrema direita perpassa também as pautas econômicas, que privilegiam o topo da pirâmide e sucateiam o trabalho humano do grupo que compõe a sua base. As pautas conservadoras favorecem o patriarcado, a misoginia, o racismo e o encarceramento em massa.

---

7. É uma rede de articulação formada por advogadas e advogados e representantes de entidades da sociedade civil para a atuação jurídica em casos de violação de direitos e liberdades individuais. A Rede Liberdade mobiliza uma coalizão, atualmente composta por mais de 170 entidades da sociedade civil, para monitorar e identificar violações de direitos humanos e atuar a rede para promoção da defesa legal necessária. Disponível em <<https://redeliberdade.org.br/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

8. A Frente Cala a Boca Já Morreu é um grupo da sociedade civil preocupado com o avanço do autoritarismo e movido pelo seguinte princípio: quando um cidadão é calado no exercício do seu legítimo direito de expressão, a voz da democracia se enfraquece. Trata-se de uma iniciativa criada pelo youtuber Felipe Neto juntamente com escritórios de advocacia comprometidos com o Estado de Direito. A frente tem por objetivo defender gratuitamente pessoas que estejam sendo investigadas ou processadas por expressarem suas críticas a figuras públicas. Disponível em <<https://www.calabocajamorreu.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

Faz-se urgente que os campos progressista e de esquerda debatam a temática da segurança pública, pois, ao nos referirmos a esse espectro, temos clareza de que há uma miríade de matizes. Estamos falando de campos plurais, com posicionamentos que se estendem da perspectiva comunista e anarquista, passando pela social-democracia, até o social-liberalismo. Consideramos que as pautas defendidas pelo MPAF dialogam com as diferentes nuances desse espectro.

O MPAF tem buscado aprofundar o debate sobre segurança pública e criar estratégias de diálogo interno, com trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública, e externo, com a sociedade. Sua convicção é a de que, para acabar com as mazelas no país e reestruturar a segurança pública brasileira, é preciso apoio mútuo com vistas a fortalecer o que nos une enquanto trabalhadores e trabalhadoras que pertencem a uma mesma classe.

Com intuito de reivindicar uma política de segurança pública garantidora de direitos, mais humana e mais democrática, a seção espírito-santense do MPAF tem construído um conjunto de ações para desmistificar a falsa dicotomia entre segurança pública e direitos humanos. Entre essas ações estão palestras, rodas de conversa, seminários, minicursos, cursos de formação política e tantas outras atividades. As iniciativas estão alicerçadas nos princípios da educação popular e, portanto, pautam-se na dialogicidade como pilar fundamental desse processo. Além do trabalho de base cotidiano realizado no ambiente laboral, feito por toda militância do MPAF, temos adotado uma forma de luta criativa, que vai da solidariedade de classe, colocando-nos concretamente ao lado de trabalhadores e trabalhadoras em suas demandas mais imediatas, até a realização de encontros estaduais, seminários e congressos.

Vale ressaltar o caráter biófilo da dialogicidade. Logo, a militância do MPAF possui, antes de tudo, um compromisso amoroso com a causa antifascista, com a defesa dos direitos humanos e com a transformação da realidade. Como demarcou rigorosamente Freire (2016, p. 111), “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo”. Portanto, desde que consigamos manter nossa humanidade em ambos os polos dialógicos, apostamos no diálogo como encontro possível entre pessoas diferentes para enfrentar o desafio comum de saber agir e se posicionar frente às diversas opressões. Além disso, como sentenciou Che Guevara, inspirado em José Martí, estamos convencidos de que “a melhor forma de dizer é fazer” e, como salientou o grande educador popular Raulo Peloso, “a melhor formação é a pedagogia do exemplo” (Guevara, 2004, p. 126, tradução nossa; Peloso, 2012, p. 100).

## *Considerações finais*

A partir dos elementos apresentados neste ensaio, podemos depreender que nenhum indivíduo é a-histórico e, por isso, suas ações ou inações incidem sobre a realidade em um contínuo recíproco e dialético. Assim, o papel do MPAF – enquanto movimento que atua a partir da perspectiva da educação popular freiriana e em direitos humanos – é, no encontro com sujeitos históricos, sensibilizá-los, por meio da dialogicidade, a engendrar processos históricos transformadores. Portanto, mantendo a humanidade em ambos os polos do diálogo, abre-se a possibilidade de que sujeitos históricos se constituam como agentes históricos transformadores.

Em nossa avaliação, a transformação estrutural e profunda da segurança pública passa pela construção de policiais como trabalhadores e trabalhadoras que são sujeitos de direitos; como pessoas que reivindicam os direitos humanos para si e para outrem e que militam em prol desses direitos e contra as diferentes expressões do fascismo contemporâneo. Construir policiais como trabalhadores e trabalhadoras é uma tarefa que envolve não apenas o MPAF, mas a sociedade civil como um todo.

Entre as diversas tarefas a serem cumpridas pelo Movimento Policiais Antifascismo, inferimos que o desenvolvimento de uma consciência crítica em sujeitos coletivos, em grupos sociais não organizados e no interior das instituições de segurança pública é condição fundamental para tornar os e as policiais, além de garantidores de direitos e defensores dos direitos humanos, agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade e de seu papel como seres humanos, políticos e sociais.

## *Referências*

BIANCHINI, Lia. Polícia Militar no Paraná expulsa policial que fez críticas a Bolsonaro e à corporação. **Brasil de Fato**, Curitiba, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/25/policia-militar-no-parana-expulsa-policial-que-fez-criticas-a-bolsonaro-e-a-corporacao/>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUEVARA, Ernesto “Che”. **Che Guevara Presente**: Una antología mínima. Editado por Mariadel Carmen Ariet García e David Deutschmann. OceanSur, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos**. **CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL**, v. 4, n. 8, p. 25, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/1887>. Acesso em: out. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 62. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIMA JÚNIOR, José César Naves de. O pseudo antagonismo do controle social: segurança pública versus direitos fundamentais na visão iluminista. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Brasília, Brasil, v. 13, n. 7, p. 81–109, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/892>. Acesso em: 8 out. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 2. Ed. 2. Tir. São Paulo: Edipro, 2011.

NUNES, Kleber. “Esse gesto diz muito não só contra mim, mas contra o sindicalismo”, diz Áureo Cisneros. *Marcozero*. 6 jan. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/esse-gesto-diz-muito-nao-so-contramim-mas-contrao-sindicalismo-diz-aureo-cisneiros/>. Acesso em: 10 out. 2025.

PELOSO, Ranulfo (org). *Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PIRES, Olivia Carolino. Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina. *Revista Estudos do Sul Global*. 1. Ed. mar. 2021. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/5>. Acesso em: out. 2025.

RAMOS, Beatriz Drague. PM do ES abre processo administrativo contra policial que se opõe a Bolsonaro. *Ponte Jornalismo*. 1 nov. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/pm-do-es-abre-processo-administrativo-contra-policial-que-se-opoe-a-bolsonaro/>. Acesso em: 10 out. 2025.

\_\_\_\_\_. PM ameaça punir capitão que criticou Bolsonaro. *Ponte Jornalismo*. 19 ago. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/pm-antifascista-e-processado-pela-corporacao-por-participar-de-atos-contra-bolsonaro/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANSÃO, Luiza. Eles querem uma nova polícia. *Ponte Jornalismo*. 11 jan. 2016. Disponível em: <https://ponte.org/eles-querem-uma-nova-policia/>. Acesso em: 22 out. 2025.

TOMAZ, Kleber. Após veto da PM na Parada LGBT, soldado fardado pede namorado em casamento em SP. *G1 SP*. 24 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/apos-veto-da-pm-na-parada-lgbt-soldado-fardado-pede-namorado-em-casamento-em-sp-veja-video.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

VALENTE, Rubens. Justiça arquiva investigação contra policiais antifascismo do RN. *UOL*. 24. set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/09/24/policia-arquivamento-policiais-antifascistas-dossie-rio-grande-do-norte.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.



# Sobre caminhos e escutas pela cidade: contribuições às lutas pelo desejo de vida a partir da Ufes

*Luizane Guedes Mateus<sup>1</sup>  
Fábio Santos Bispo<sup>2</sup>  
Laís Andrade Vitório<sup>3</sup>*

*1. Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); professora do Departamento de Psicologia da Ufes e coordenadora da Escola de Conselhos do Espírito Santo.*

*2. Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes e coordenador do Coletivo Ocupação Psicanalítica/ES.*

*3. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes) e integrante do Coletivo Ocupação Psicanalítica/ES.*

*De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Quais são essas vidas que, se perdidas, não serão consideradas em absoluto uma perda? É possível que algumas de nossas vidas sejam consideradas choráveis e outras não? Faço essas perguntas difíceis e perturbadoras porque eu, como vocês, me oponho à morte violenta; à morte por meio da violência humana; à morte resultante de ações humanas institucionais ou políticas; à morte provocada por uma negligência sistêmica por parte dos estados ou por modos de governança internacionais (Butler, 2019).*

**Cena 1** - Quatro e quarenta e oito da tarde. O sol está escaldante e as crianças começam a sair da única escola de educação infantil do território. O suor escorre no rosto das inúmeras mães que se aglomeram em frente ao portão empenado pelo tempo, pelos usos e desusos da parte alta da cidade. Em questão de segundos, a paisagem de aparente calma muda com o início de uma troca de tiros entre uma guarnição da polícia e um carro vermelho, em fuga. Por alguns minutos, gritos e correria tomam conta da calçada, do parquinho com dois brinquedos enferrujados e solitários, das mães e de seus pequenos. O tempo para, fica em suspenso e os relógios só voltam a contar as horas quando o carro vermelho se destroça no muro da escola, com seu integrante ferido mortalmente na têmpora. Era só mais um Silva, cuja estrela não brilha...

**Cena 2** - O jornal da noite anuncia a morte de um homem supostamente envolvido com grupos armados em um dos bairros ditos mais violentos da cidade. Rememoro uma escuta clínica feita pela manhã, relacionada aos conflitos territoriais e à forma como esses afetam as rotinas do paciente, sua percepção do mundo e de si. A corporificação da violência ganha formas na clínica, não nos permitindo pensar uma psique que não seja atravessada pelas opressões de classe, raça e gênero; transpassada, feito tiro, pela sociabilidade violenta produzida nos bairros periféricos. “Morte em decorrência de intervenção policial, após revide a injusta agressão”. Ao final da matéria jornalística, a repórter complementa os fatos, trazendo sua preocupação com o crescente número de atos violentos, causados por “essa juventude”. Mesmo que atento ao relato na TV, meu corpo, naquele momento, só consegue se apropriar do sofrimento do paciente, ao dizer do quanto é difícil continuar a viver, mesmo com uma ideia de que a morte lhe é inerente.

As informações da cena 1 são atravessadas ora pelos chamados “coletivos de confiança” – espaços seguros, construídos em comunidades com mães e familiares de vítimas de violência na cidade de Vitória (ES) –, ora por pesquisas realizadas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) acerca da produção de subjetividades e a construção midiática da violência

urbana<sup>4</sup>. Os fragmentos da cena 2 são garimpos de experiências de escutas clínicas construídas nas andanças de psicólogas e psicólogos, professores e alunos da mesma universidade, participantes do Projeto de Extensão Ocupação Psicanalítica<sup>5</sup>.

Andanças e escutas que vão sendo constituídas pelo fazer de uma psicologia que se propõe a ouvir narrativas de pessoas atingidas pela violência no estado do Espírito Santo, mas também de pessoas que são atravessadas diariamente por um quadro de desigualdade racial e buscam o atendimento em práticas clínicas antirracistas. Uma psicologia que, por meio de experiências em ações coordenadas de acolhimento ao sofrimento da população negra, se propõe a construir com os territórios espaços seguros de escuta, possibilitando cuidado em saúde mental, promovendo e transmitindo práticas clínicas antirracistas. Experiências que buscam nas narrativas e na escuta clínica a possibilidade de produzir visibilidade às vivências de resistência fragmentadas e, por vezes, abafadas pelo cotidiano violento. Fragmentos que acabam invisibilizados quando são ditadas formas “certas” de viver, existir, lutar, resistir e, por vezes, morrer. Buscamos nos ater aos discursos e práticas de pessoas que romperam com o lugar de algozes que lhes foi imputado, simplesmente por pertencerem aos territórios criminalizados pelas estatísticas de violência e pela perda.

### *A reinvenção da vida nasce nas esquinas*

A escuta clínica acontece enquanto se caminha pelos territórios da Grande Vitória. Os espaços seguros são inventados no cotidiano, na medida em que se anda pelas ruas, esquinas e pracinhas e experiencia-se o duplo: deixar-se conhecer por quem ali reside e também conhecer as histórias de fundação dos territórios junto aos nomes de quem, sob situações de miséria, violência e tantas outras desigualdades sociais, cria formas de resistência a cada tempo.

---

4. Pesquisa realizada em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PRPPG/Ufes) intitulada “Narrativas e saberes de quebrada: análises sobre territórios, conflitos e existências nas periferias da cidade”. Esta tem como objetivo analisar a produção de subjetividades acerca do sujeito perigoso – aquele que habita as periferias das cidades e tem sempre um suposto envolvimento com a criminalidade e com os conflitos territoriais.

5. O “Coletivo Ocupação Psicanalítica - por uma clínica antirracista” corresponde a um projeto de extensão vinculado à Ufes e tem como objetivos: ocupar política, teórica e clinicamente o espaço psicanalítico a fim de produzir novos conceitos e práticas orientados à formação antirracista de psicanalistas e interessados em psicanálise, assim como promover acolhimento e atendimento do sofrimento mental à população negra e intervir no pacto narcísico e hierárquico branco.

Pelas ruas, no ritmo e na complexidade próprios de cada comunidade, escutamos os nomes e as memórias daqueles silenciados pelas violências e por suas reverberações. As psicólogas e psicólogos, num passo — ou numa escuta — de cada vez, vislumbram moradores despedindo-se das desconfianças em direção à “redescoberta de suas palavras” (Japiassu, 1975, p. 156), isto é, arriscando-se a narrar suas histórias como sujeitos, com todas as suas contradições, sofrimentos, prazeres, lutas, resistências e sonhos. Muitos sonhos!

Exercer o direito de contar as pequenas e grandes histórias como sujeitos pode parecer algo ordinário no primeiro momento. No entanto, quando recordamos das violências coloniais desse país e da invenção da imagem do ser humano como branco, cis, hetero, rico e, logo, digno de seus direitos fundamentais perante o Estado e a sociedade civil, compreendemos que aqueles que não correspondem ou se aproximam de tal imagem são tidos, por consequência, como não humanos e indignos de direitos.

Se estamos em territórios compostos majoritariamente por pessoas negras (pretas e pardas) e pobres, estamos escutando e reconhecendo aqueles que, em nosso país, são historicamente tidos como não humanos. Pessoas que, entre desconfianças, sorrisos, vivências frente ao horror da violência e criação de resistências, por muitas vezes nos revelam posições subjetivas próximas ao que escreve Conceição Evaristo em um dos seus contos:

*Mas Ayoluwa, alegria de nosso povo, e sua mãe, Bamidele, a esperança, continuam fermentando o pão nosso de cada dia. E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução (Evaristo, 2016, p. 71).*

Gente que chora e espia soluções para a dor que encosta no presente-passado-futuro de cada um que se arrisca a dizer sua história. Escutamos as famílias quilombolas que abriram as primeiras ruas do bairro e guardam o saber sobre a potência do coletivo; as mães-lideranças que transformam o luto em luta como forma de vida e pelo direito à memória de seus filhos; os jovens negros que sonham em ser reconhecidos por suas artes e pela capacidade de criação; as crianças que dançam pelas ruas, de manhã, e sentem o terror de escutar o som dos tiros ao dormir, à noite; as mulheres negras idosas que cozinham em latinhas de goiabada contra a fome e as mulheres negras que se formam na universidade e retornam para seus bairros com projetos de cuidado para as crianças e juventudes<sup>6</sup>.

---

6. Neste parágrafo apresentamos brevemente algumas cenas e temas que vimos e escutamos ao longo de nossas andanças pelos bairros da Grande Vitória. Essa decisão tem como fundamentação e posição ético-política o cuidado para com os sujeitos e sigilo profissional, como

O desafio é escutar, reafirmar tais histórias e abrir espaço no cotidiano para a reinvenção de outros discursos-práticas contra as práticas coloniais e violentas que buscam reduzir tais pessoas a não humanos, a coisas. Recordemos que o campo da Psicologia e, logo, a teoria-prática de psicólogas e psicólogos possuem como posição ético-política: a responsabilidade social de analisar de forma crítica e histórica a realidade política, econômica, social e cultural; a defesa da dignidade, igualdade e integridade do ser humano e a busca em contribuir para a eliminação de discriminações, violências, crueldades e opressões (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Nas esquinas da Grande Vitória, resta a psicólogas e psicólogos comprometerem-se com o reconhecimento e a defesa das diferentes formas de vida e de viver, frente a práticas coloniais que buscam criar condições para o morrer – autorizando a morte de vários em favor de outros – e para a ausência de direitos e cuidados durante toda uma vida. Como recorda o professor Forde (2023) no capítulo “Humanismo europeu e racismo brasileiro: 'doutrinas’ de interdição à saúde mental da população negra’:

*[...] o combate ao racismo se traduz em luta por um outro modo de vida societária orientada por outro humanismo: um humanismo comprometido com as múltiplas vidas e múltiplas formas de viver. Um humanismo oposto ao humanismo europeu, responsável por reduzir criminalmente o conceito de humanidade ao conceito de europeidade. Um novo humanismo, responsável por produzir vida e paz social e, em especial, responsável por produzir processos curativos dessa patologia social brasileira (p. 90, grifos nossos).*

Estamos com a gente que chora e busca soluções a cada tempo, junto de gente que sonha com outras formas de viver e com a paz social.

### *Lutas pela vida, pela memória e pelo direito de desejar*

Nessas andanças e escutas, recolhemos um feixe de história das lutas capixabas periféricas pelos direitos humanos: direito de ser, direito de não ser “des-humanizado” e direito de ter direitos. Se são múltiplos os espaços de violência, também precisamos fazer múltiplos os espaços de enfrentamento, subversão e resgate das memórias.

---

*afirmado no art. 9º do Código de Ética do Psicólogo (2022): “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional, a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade de pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional”.*

A função política da memória não se esgota na importância que cada história tem para o luto dos familiares daqueles que foram mortos. O direito ao luto é de cada uma das mães, irmãs, filhas e demais familiares, e ganha força e repercussão capazes de desafiar a naturalização da morte quando se converte em mobilização coletiva.

Mbembe (2018) destaca que há múltiplos processos de mortificação simbólica que ganham eficácia com a face colonial da razão negra. Nossa luta, como pessoas, psicólogas, professoras, pesquisadoras e militantes negras, é fazer prevalecer um outro lado da razão negra. Trata-se de outro texto, que busca recompor a história mobilizando os fragmentos das experiências que foram silenciadas. “Essa escrita”, diz Mbembe (2018, p. 63), “se esforça, aliás, por fazer surgir uma comunidade que precisa ser forjada a partir de restos dispersos por todos os cantos do mundo”.

As nossas pesquisas acadêmicas têm sido um desses lugares de resgate dessas memórias. Os títulos já contam um pouco dessa história: “Tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente ou foi o mundo então que cresceu: memórias e histórias de familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo” (Mateus, 2012); “Narrativas sobre a morte violenta: análises teóricas e clínicas de abordagem psicanalítica” (Bispo, 2018)<sup>7</sup>; e “‘Ninguém escuta a gente’: quando a psicanálise escuta trabalhadoras domésticas de Vitória?” (Vitório, 2025). Essas pesquisas marcam tempos distintos dessa escuta, todos atravessados por desafios de violência ainda não superados. As pesquisas são também atravessadas pela escuta de histórias que têm importância política para a nossa própria formação e para a transmissão dos saberes implicados nas lutas cotidianas.

As andanças e as escutas são os fundamentos dos nossos projetos de extensão. O Coletivo Ocupação Psicanalítica surge no Espírito Santo a partir do convite da psicanalista Sônia Rodrigues da Penha para construirmos, coletivamente, um espaço de escuta em parceria com lideranças comunitárias do Território do Bem. Durante a pandemia, as dificuldades se intensificaram, assim como as mobilizações das juventudes. Buscamos, dentro das possibilidades do momento, articular rodas de conversa on-line e, posteriormente, presenciais, convidando à construção de espaços em que o cuidado com a saúde mental também pudesse ser contemplado.

---

7. Projeto de pesquisa coordenado por Fábio Santos Bispo, vinculado ao Grupo de Pesquisa Psicanálise: Clínica e Laço Social, do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) da Ufes, financiado por meio do Edital CNPq/Fapes nº 22/2018 – Programa Primeiros Projetos. Os resultados foram publicados em um e-book de acesso gratuito pelo repositório da Ufes, com o título: “Narrativas sobre a morte violenta: costuras e amarrações” (Bispo; Mollica, 2025).

Nos primeiros meses de atendimento, a maior parte dos casos envolvia quadros graves de depressão, histórico de tentativa ou ideação suicida, vivências de violência sexual e doméstica, situações de racismo no trabalho, entre outras formas de sofrimento. Alguns jovens chegaram a procurar um analista, mas titubeavam para dar continuidade ou expressavam diretamente o estranhamento diante do convite para falar sobre a própria vida. Mais tarde, muitos desses dilemas se atualizavam, e a violência de Estado persistia como um dos grandes impactos na saúde mental, o que nos convocava a buscar novas parcerias e novos modos de cuidado. Uma dessas parcerias foi com o Centro de Referência da Juventude (CRJ), que chegou ao território.

Nas reflexões realizadas nas supervisões, tomávamos o cuidado de escutar cada pessoa para além da violência e do sofrimento, buscando, em cada história, pontos que pudessem conectá-la a um desejo de vida. Apesar dos limites, sustentamos a aposta de que o espaço de uma psicoterapia ou de uma análise não é exclusivo para tratar as dores e sofrimentos, mas, sobretudo, “para a emergência do desejo, definido por Lacan (1960/1998) como a defasagem entre a demanda e a necessidade” (Vitório; Bispo; Santos; Penha, 2022). Trocando em miúdos, mesmo nas situações de muita urgência (necessidade), era importante encontrar o ponto em que a própria vida estaria em pauta, para além da mera sobrevivência. Para além da demanda do outro, indicada na insistência para que os jovens buscassem cuidar da saúde mental – ou para que buscassem se virar na vida com trabalho e estudo –, como provocar a constituição de um lugar em que o desejo pela vida pudesse ser sustentado? Para além da necessidade, o que eu quero da vida? Essa é a questão que cada escuta se esforçava para fazer emergir.

Essa aposta está em consonância com uma campanha realizada pela Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras (ANPSINEP), cujo título foi “A juventude negra quer viver”, incentivando que esse viver fosse desdobrado para além da sobrevivência. É esse espaço vazio do desejo que precisa ser sustentado, para que cada comunidade e cada pessoa negra periférica, cada mãe, cada jovem e cada criança atingida pelo racismo e pelas violências de Estado possa “escrever” as próprias narrativas e compor outras memórias.

### *Encerramento*

Encerramos nossa parte nesse resgate das histórias de lutas pelos direitos humanos no Espírito Santo apontando que nossas trajetórias são coletivas. Nosso desejo era nomear cada uma e cada um que contribui cotidianamente para a sustentação desses espaços. Na impossibilidade de trazer todos os nomes, destacamos os espaços públicos construídos em torno dessas trajetórias de lutas: a própria Universidade pública, cuja ampliação da presença

de professoras negras pode também ampliar a presença de jovens negras estudantes, pesquisadoras e construtoras de políticas públicas; os espaços de pesquisa e extensão, que podem se ocupar da vida e dos dilemas da população negra capixaba e servir de ponto de encontro de outros movimentos por políticas públicas e dos movimentos sociais; e por último, não menos importante, agradecemos a parceria política e parabenizamos a iniciativa das lideranças políticas negras, especialmente a deputada Camila Valadão, que sempre apoiou as diversas frentes de luta negra pelo desejo de vida.

### *Referências*

BISPO, Fábio Santos. **Narrativas sobre a morte violenta: análises teóricas e clínicas de abordagem psicanalítica**. Projeto de Pesquisa. Ufes, 2018.

BISPO, F. S.; MOLLICA, M. (Org.). **Narrativas sobre a morte violenta: costuras e amarrações**. Vitória: Edufes, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/48Rr3qE>. Acesso em 7 out. 2025.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FORDE, Gustavo. **Humanismo europeu e racismo brasileiro: “doutrinas” de interdição à saúde mental da população negra**. In: GUERRA, Andrea; BISPO, Fábio. **Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial**. Ilustrado por Thiago Balbino. São Paulo: n-1 edições, 2023.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à epistemologia da psicologia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

MATEUS, L.G. **Tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente ou foi o mundo então que cresceu: memórias e histórias de familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VITÓRIO, Laís Andrade. **“Ninguém escuta a gente”**: quando a psicanálise escuta trabalhadoras domésticas de Vitória? Projeto de pesquisa de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Ufes, 2025.

VITÓRIO, Laís A.; BISPO, Fábio S.; SANTOS, Júlia C. G.; PENHA, Sônia R. **Território do Bem, Território de Afetos e Território de Apostas: inserção e efeitos da atuação do Coletivo Ocupação Psicanalítica nos bairros de Vitória**. In: Anais do XII Congresso de Pesquisadores/as Negros - XII COPENE, Recife, 2022. p. 473-474. Disponível em: <https://bit.ly/3R18Vo7>. Acesso em: 07 out. 2025.

# A atuação da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo na proteção a direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

**Adriana Peres Marques dos Santos<sup>1</sup>**

**Camila Dória Ferreira<sup>2</sup>**

**Edmundo Anderi Neto<sup>3</sup>**

**Renzo Gama Soares<sup>4</sup>**

**Thaiz Rodrigues Onofre<sup>5</sup>**

1. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Civil Constitucional pela Uerj; defensora pública; coordenadora da Infância e Juventude; integrante da Coalização Nacional pela Socioeducação.

2. Formada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); pós-graduada em Direito Eleitoral pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul); defensora pública do estado do Espírito Santo; membra e ex-coordenadora da Comissão de Infância e Juventude da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep); membra do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo; integrante da Coalização Nacional pela Socioeducação.

3. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); defensor público do estado do Espírito Santo; membro do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

4. Formado pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV); pós-graduado em Direito Empresarial pela FDV; mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP; professor universitário e de cursos preparatórios; atual presidente do Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte no Espírito Santo (PPCAAM/ES); defensor público no estado do Espírito Santo, atualmente integrando o Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública.

5. Formada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); pós-graduada em Direito Público e Privado pela Escola de Direito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; defensora pública; integrante do Núcleo da Infância e Juventude desde 2016.

A proteção e a defesa dos direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes são primordiais na atuação da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), assim como a garantia dos direitos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O presente artigo tem como escopo apresentar um breve relato das ações e medidas desenvolvidas pela Defensoria Pública que resultaram em significativas mudanças no sistema socioeducativo capixaba, a partir de 2018, com repercussões no sistema socioeducativo nacional e impactos na promoção da defesa e da garantia dos direitos fundamentais de adolescentes e jovens.

Sabe-se que a Defensoria Pública, à luz do que dispõe o art. 134 da Constituição da República de 1988 – que completou 37 anos em 5 de outubro de 2025 –, é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado”, detendo a incumbência essencial de servir como “expressão e instrumento do regime democrático” e atuando, dentre outras relevantes atribuições, na “promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados”.

Diante disso, a Lei Complementar nº 80/1994, conhecida como Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, estabeleceu, como uma de suas funções institucionais, em seu art. 4º, inciso XI, a de “exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente”.

A DPES, preocupada com a tutela integral de direitos e interesses individuais e coletivos de crianças e adolescentes, instituiu, além de diversas Defensorias Públicas da Infância e Juventude em municípios do Espírito Santo, o Núcleo Especializado da Infância e Juventude (Nudin), no ano de 2015<sup>6</sup>, com atuação em todo o estado e foco primordial na garantia, na defesa e na promoção de direitos fundamentais e humanos de crianças, adolescentes e jovens.

Desde a sua implementação, o Nudin tem desempenhado suas atribuições atuando em relevantes demandas, podendo-se apontar, dentre outras, as incidências relacionadas à socioeducação, à saúde de crianças e adolescentes, ao acesso e à qualidade da educação, à proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, à defesa de adolescentes a quem se atribui a prática de atos infracionais, à proteção de direitos de crianças e adolescentes com deficiência e à promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. As infâncias e adolescências adiadas, ou que nunca chegaram, sempre foram um desafio para o Nudin.

Adolescentes e crianças já são, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos vulnerabilizados, demandando atenção e cuidado

---

6. O Núcleo teve sua regulamentação e criação no Ato Normativo nº 450, de 16 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial de 17 de junho de 2015.

prioritários da família, da sociedade e do Estado. Contudo, há aqueles a quem a própria infância é negada, para os quais o Estatuto da Criança e do Adolescente – legislação vanguardista e uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção dos direitos humanos –, apesar de seus 35 anos, ainda não se efetivou plenamente e, talvez, apenas venha a se concretizar em certa medida. São considerados não meninos ou meninas, mas “menores”, de “adultização” não só tolerada, como exigida; que não “merecem proteção”, somente punição; de quem este país, de mil e tantas misérias, nada espera, além do “brio e sacrifício mudo”.

A garantia, a promoção e a defesa dos direitos fundamentais desses adolescentes e dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas de liberdade são um enorme desafio.

O Sistema Socioeducativo do Estado do Espírito Santo sempre apresentou especificidades e problemas estruturais complexos, retratados a partir de inspeções e relatos de violações graves de direitos humanos que, infelizmente, não representavam fatos isolados ou episódicos. Desde 2011, existem, contra o Brasil, medidas provisórias deferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) relacionadas à Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória.

As medidas provisórias determinadas pela Corte IDH continuam sendo renovadas<sup>7</sup>, indicando que ainda persistem violações graves a direitos fundamentais de meninos e meninas em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade. Necessário observar, ainda, que as violações não se restringem à Unis, ocorrendo em todas as 13 unidades socioeducativas do estado.

De fato, até 2018, verificava-se superlotação extrema nessas unidades; estrutura arquitetônica similar a de unidades prisionais, com alojamentos extremamente pequenos, quentes, pouco arejados e iluminados; relatos de presença de insetos e ratos; problemas graves relacionados à alimentação e ao fornecimento de água potável; e falta de acesso a direitos fundamentais relacionados à saúde, à educação, à cultura, à comunicação, à profissionalização e à aprendizagem.

Ao lado desses graves problemas, repetiam-se relatos de torturas, maus-tratos e tratamentos desumanos e degradantes. Agressões físicas e psicológicas eram constantemente relatadas. Mortes e lesões foram registradas no Sistema Socioeducativo capixaba, evidenciando a gravidade do cenário fático da socioeducação no estado.

---

7. Para conferir todas as resoluções exaradas pela Corte IDH no caso da Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) x Brasil, vale consultar as informações disponibilizadas pela Justiça Global em: <https://www.global.org.br/blog/caso/unidade-de-internacao-socioeducativa-unis/>. Acesso em: 29 set. 2025

Além da Unis, a Unidade de Internação Socioeducativa Regional Norte (Unis-Norte), localizada no município de Linhares, causava à DPES extrema preocupação, pois apresentava toda sorte de violações a direitos humanos e fundamentais, com a especificidade de apresentar um quadro gravíssimo de superlotação<sup>8</sup>, constantes rebeliões e até morte de adolescentes. Esses fatos eram acompanhados com cuidado pela Defensoria Pública, que, desde 2013, registrava e adotava medidas relacionadas aos diversos relatos de violações trazidos pelos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação na citada unidade.

A Defensoria fazia-se presente, realizando atendimentos, visitas, estudos de caso, defesas de adolescentes e jovens em sessões de Comissões de Avaliação Disciplinar (CAD) e reuniões com as equipes, colhendo relevantes informações para instruir procedimento administrativo que, posteriormente, permitiria a adoção de medidas judiciais relacionadas à superlotação e a outras violações presentes naquela unidade. A gravidade da situação se intensificava ano a ano, quando, em abril de 2015, após mais uma grave rebelião ocorrida na Unis-Norte, o Nudin, de forma articulada, começou a atuar de maneira mais concentrada no local, realizando a revisão das guias de execução de todos os adolescentes internados e diversos atendimentos individuais.

O Núcleo entendeu, à época, que a situação demandava uma atuação coletiva, dada a magnitude das violações constatadas e a verificação de que recursos e medidas judiciais individuais já haviam sido tentadas sem êxito para solucionar os problemas. O Nudin criou, então, a partir da perspectiva de uma atuação coletiva na defesa e na garantia de direitos fundamentais, um projeto chamado “Apoyo à Unis-Norte”, que garantia a presença constante da Defensoria Pública na Unidade, realizando atendimentos individuais, reuniões com equipes técnicas e gerência e inspeções. Todos os dados, informações, imagens e relatos coletados instruíram o procedimento administrativo instaurado, garantindo a formação de acervo probatório robusto para a adoção de medidas judiciais de cunho coletivo. A Defensoria passou a contar com dados seguros sobre a situação da Unis-Norte, que eram catalogados e monitorados pelo Nudin continuamente.

Além dessas ações, a DPES iniciou uma constante articulação e integração com comitês, conselhos de direitos, fóruns<sup>9</sup> e diversas entidades da sociedade

---

8. Segundo dados apurados pela DPES, entre os anos de 2013 a 2018, a Unidade chegou a apresentar lotação superior a 300% de sua capacidade, abrigando mais de 300 adolescentes quando sua capacidade máxima era de 90 meninos. Além disso, constatou-se que alojamentos projetados para acautelar um único adolescente tinham ocupação de 16, 17 e até 18 socioeducandos, compelindo-os a se revezarem para dormir e a improvisar, com lençóis, redes para dormir.

9. Importante citar, dentre outros, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conse-

civil, atuando de forma conjunta no acompanhamento das violações a direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade.

Em 2015, foi impetrado um *habeas corpus* (HC) coletivo perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES) descrevendo, de forma pormenorizada, todas as graves violações de direitos verificadas na Unis-Norte e pedindo, de modo inovador, a aplicação do princípio do *numerus clausus* à socioeducação – com o objetivo de criar um limite ao ingresso de adolescentes e jovens na Unidade, a partir da adoção de medidas efetivas de fluxo de entrada caso se aproximasse do limite de capacidade. Outro pedido foi a adoção, na Unis-Norte, da média nacional de ocupação das unidades (à época, a média nacional era de 119%), de acordo com publicação elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2015, a partir de dados do ano de 2013<sup>10</sup>.

Em que pese a robustez dos dados e das provas colacionadas ao HC coletivo, a ordem foi denegada no TJ-ES e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), impondo ao Nudin a interposição de recursos e novo HC coletivo, o que fez com que a questão chegasse à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF).

No dia 16 de agosto de 2018, em decisão de reconsideração do ministro relator, foi deferida a liminar pleiteada no HC para acolher a aplicação do princípio do *numerus clausus*, fixando o limite de ocupação de 119% na Unis-Norte. Nessa mesma decisão, foram admitidos, como *amici curiae*, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Instituto Alana e Conectas, importantes parceiros nessa atuação na Corte Suprema.

A decisão exarada possibilitou significativa alteração do quadro de violações que imperava na Unis-Norte. Num prazo de 30 dias, foram liberados, por extinção ou progressão de medida socioeducativa de internação para medidas em meio aberto, 260 adolescentes e jovens que cumpriam medida na Unis-Norte e na Unidade de Internação Provisória Norte.

Além da redução da lotação das duas unidades, houve um esforço concomitante do governo estadual, por meio da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), voltado à capacitação e à ampliação do financiamento das medidas em meio aberto nos municípios do norte do estado, aos quais retornaram adolescentes e jovens que tiveram suas medidas extintas ou progredidas.

---

*lho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes, o Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação da Tortura, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra.*

10. Disponível em : [https://www.cnmp.mp.br/portall/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio\\_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF](https://www.cnmp.mp.br/portall/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF). Acesso em: 29 set. 2025.

Outro ponto relevante foi a extensão, a todas as demais unidades socioeducativas do Espírito Santo, do limite de ocupação de 119%, conforme determinado pelo STF para a Unis-Norte. O Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) também passou a garantir, de forma mais adequada, o acesso à educação, à saúde e à profissionalização. Além disso, foram melhoradas as condições de habitabilidade e acomodação nas unidades, com reformas iniciadas no final de 2018. Houve, ainda, melhora na relação entre adolescentes e agentes socioeducativos, com a diminuição de ocorrências e relatos de tortura, bem como de tratamentos desumanos e degradantes.

A decisão do Supremo Tribunal Federal no recurso interposto pela DPES foi tão significativa que, em 2018, um grupo de defensorias públicas ingressou no processo na condição de *amici curiae*. A liminar concedida no caso do Espírito Santo teve seus efeitos estendidos à Bahia, ao Ceará, ao Rio de Janeiro e a Pernambuco, alcançando, em 2020, também o estado de Sergipe.

No julgamento de mérito do *habeas corpus* coletivo, ocorrido em 21 de agosto de 2020, o STF atendeu ao pedido da DPES, entendendo que as unidades socioeducativas não poderiam ter lotação acima de 100% de sua capacidade.

A decisão do STF mostrou-se vanguardista e relevante ao adotar, no sistema socioeducativo, o princípio do *numerus clausus* e ao determinar uma série de medidas destinadas a fazer cessar e a evitar a superlotação nas unidades. Dentre essas medidas, destaca-se a possibilidade de internação domiciliar. A ordem do STF foi ampliada para todo o país, passando a constituir precedente de alcance nacional.

Assim, a atuação da DPES promoveu mudanças significativas no sistema socioeducativo do Espírito Santo e no sistema socioeducativo brasileiro, que passaram a seguir parâmetros inovadores fixados no HC nº 143.988/ES, calcados na garantia da dignidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e na proteção de seus direitos fundamentais e humanos.

É fundamental ressaltar os importantes avanços obtidos, mas ainda há muito o que progredir na garantia de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, especialmente de adolescentes e jovens negros, pobres e de comunidades periféricas. Em que pese não termos mais a superlotação, persistem antigos e graves problemas nas estruturas das unidades, e novas e sofisticadas formas de violências são observadas, assim como a militarização do sistema socioeducativo.

A adoção de fardamento semelhante ao das polícias para uso por agentes socioeducativos; a aquisição de carros com giroflex para transporte de adolescentes e jovens; a utilização de sprays e gás para contenção de socioeducandos; as tentativas de permissão de porte de armas para agentes socioeducativos em âmbito estadual; a propositura de projetos de lei de aumento do tempo de internação e o ingresso de agentes socioeducativos no

Sistema Único de Segurança Pública, entre outros aspectos, são iniciativas que não só desvirtuam, como tendem a acabar com o sistema socioeducativo brasileiro, contando com apoio de partidos de vários espectros políticos.

Por deboche ou acaso do destino, o estado que mantém o Brasil sob medidas cautelares da Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde 2011, por acusação de graves violações de direitos de crianças e adolescentes internados, é o mesmo que apresentou ao Legislativo o Projeto de Lei nº 1.473/2025, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT/ES). O projeto contém graves retrocessos na política da socioeducação, mais que dobrando o tempo máximo de internação de adolescentes e jovens, entre outras medidas que apenas aproximam a socioeducação do sistema penal, abandonando a esperança nas futuras gerações.

Imperioso que se reconheça, ainda, o grave risco de extermínio das adolescências e juventudes negras, com mortes violentas<sup>11</sup>, demonstrando quão longe ainda estamos da garantia da proteção efetiva de adolescentes e jovens no Brasil. O Estado, ausente e ineficiente na efetivação das políticas públicas de saúde, educação, empregabilidade, cultura, esporte e apoio às famílias, segue presente como agente punitivo de nossas juventudes periféricas.

A trajetória da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo na defesa dos direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas demonstra que avanços institucionais são possíveis, mesmo em contextos marcados por resistências históricas ligadas, sobretudo, à marginalização da pobreza e ao racismo estrutural, que persistem em uma conjuntura neomenorista, na qual os adolescentes e jovens que cumprem as medidas socioeducativas ainda são vistos como números, e a punição acaba se sobressaindo sobre qualquer tipo de pedagogia ou proteção.

Afinal, o sistema socioeducativo persiste refletindo o caráter estrutural das punições, como se observa na atual onda de militarização, nas novas formas de violência observadas nas unidades e nos projetos de lei que buscam retrocessos, aproximando-o perigosamente do sistema penal adulto. Definitivamente, como disse Carlos Drummond de Andrade, “os lírios não nascem das leis”.

---

11. Segundo dados do Atlas de Violência de 2025, o Espírito Santo apresentou taxa de homicídios de pessoas negras acima da média nacional. Vale observar: “Nessa direção, conforme pode ser observado no Gráfico 6.5, a análise da taxa de homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes, por UF, no ano de 2023, revela que dentre as 16 UFs que apresentaram taxa superior à nacional, apenas duas – Rio de Janeiro (33,5) e Espírito Santo (34,6) – não estão localizadas nas regiões Norte ou Nordeste.” In: BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2025 - p. 82. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 29 set. 2025.

É imperativo, contudo, reconhecer que as vitórias conquistadas pela Defensoria Pública até o presente momento não são apenas da instituição, mas sim a materialização da luta incessante dos seus principais agentes: as juventudes, especialmente negras e periféricas, suas famílias, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Foram suas denúncias, seus corpos e suas vidas que, ao longo de décadas, impulsionaram o enfrentamento ao superencarceramento e às violações sistemáticas de direitos.

A Defensoria Pública do Espírito Santo, ao canalizar essa energia e atuar de forma articulada, cumpre sua missão essencial de ser instrumento do regime democrático e defensora dos direitos humanos, amplificando a voz e representando quem está na linha de frente do combate às resistências históricas aos avanços civilizatórios.

O enfrentamento das novas formas de violência institucional requer o fortalecimento das políticas públicas de base, como educação, cultura, saúde e trabalho, e a retomada do sentido da socioeducação. É preciso reafirmar que a efetivação dos direitos humanos de todas as infâncias e juventudes, especialmente das pobres e negras, ou a permanência em sua negativa, passa, indispensavelmente, pela consolidação de um Estado comprometido com a justiça social.

Garantir que os direitos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) cheguem a todos os meninos e a todas as meninas que vivem no Brasil é escolha do Estado, de governos e da sociedade. Até aqui, 35 anos após a publicação do Estatuto, estamos optando por deixar parte das crianças e dos adolescentes à margem, sem direitos e completamente desprotegidos.

### *Referências*

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Atlas da Violência 2025**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Justiça Global. **Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) de Cariacica-ES (Medidas Provisórias)**. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/caso/unidade-de-internacao-socioeducativa-unis/>. Acesso em: 29 set. 2025

# Entrevistas\*



*\* Por decisão editorial, foram mantidas, na medida do possível, as marcas de oralidade, as construções coloquiais e as variações linguísticas presentes nas entrevistas, em respeito aos modos próprios de expressão de cada entrevistado e entrevistada.*

# Memórias, histórias e perspectivas futuras da luta indígena no Espírito Santo: entrevista com lideranças indígenas Tupiniquim e Guarani<sup>1</sup>

*Camila Lopes Taquetti<sup>2</sup>  
Joyce Mazzoco do Nascimento<sup>3</sup>*

*1. Entrevistas realizadas em 23 e 24 de outubro de 2025, na Aldeia Nova Esperança e na Aldeia Caieiras Velha, respectivamente, ambas localizadas no município de Aracruz (ES). Por decisão editorial, foram mantidas, na medida do possível, as marcas de oralidade, as construções coloquiais e as variações linguísticas presentes nas entrevistas, em respeito aos modos próprios de expressão de cada entrevistado.*

*2. Assistente social; doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e supervisora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).*

*3. Advogada; mestre em Ciências Sociais pela Ufes; professora de Direito da Faculdade MultiVix (Serra/ES) e assessora parlamentar na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).*

## *Entrevistados:*

**Paulo Henrique Vicente Oliveira (Pyatã)**, mais conhecido como Paulo Tupiniquim: Liderança Tupiniquim da Aldeia Caieiras Velha, localizada no município de Aracruz/ES; coordenador-geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne).

**Marcelo Oliveira da Silva (Wera Djekupe)**, mais conhecido como Marcelo Guarani: Liderança indígena Guarani da Aldeia Nova Esperança (Ka'agwy porã), localizada no município de Aracruz/ES.

---

### *1. Com a palavra, as lideranças indígenas Pyatã e Wera Djekupe*

**Camila Taquetti:** Poderia se apresentar e destacar o papel exercido dentro de seu povo e nos movimentos indígenas?

**Paulo Tupiniquim (Pyatã):** Meu nome de registro é Paulo Henrique, sou mais conhecido como Paulo Tupiniquim, e nome indígena é Pyatã. Hoje eu atuo como uma liderança aqui na comunidade, na verdade já tem cerca de 28 anos, quase 30 anos que estou atuando como liderança aqui na comunidade e represento uma organização indígena chamada Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo (Apoimne). Hoje, cada comunidade tem a sua associação. São 12 aldeias que nós temos aqui em Aracruz, aldeias que estão demarcadas, homologadas. Porém, duas dessas aldeias, que são Comboios e Córrego D'ouros, estão em outro território, que é o território Comboios. E, do lado de cá, que é composta pelos Tupiniquim e Guarani, nós temos dez comunidades, sendo que são cinco comunidades Tupiniquim, quatro comunidades Guarani e uma comunidade mista, formada por Tupiniquim e Guarani. Então, cada uma delas tem a sua associação e cada comunidade tem o seu cacique, que é a pessoa que faz a parte política do território. E, junto com os caciques, têm as lideranças que trabalham com o cacique para poder auxiliar. Eu comecei a ingressar aqui na luta no ano de 1998, quando a gente estava no calor da segunda luta pela demarcação do território. Nós entramos juntos com os caciques da época, e nós fizemos um acordo com a Aracruz Celulose<sup>4</sup>, diminuindo a quantidade de terra que estava sendo pleiteada, e foi

---

4. A empresa Aracruz Celulose foi fundada em 1978 e, posteriormente, foi unificada ao grupo Votorantim Celulose e Papel para formar a Fibria, hoje Suzano S/A. A empresa tem forte presença no Espírito Santo, sendo a unidade em Aracruz uma das maiores produtoras de celulose do mundo. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/>. Acesso em 1 abr. 2026.

firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde a Aracruz Celulose repassava alguns valores para a comunidade para poder ter subsistência e, nisso, surge a [...] primeira associação aqui do território, a Associação Indígena Tupiniquim-Guarani, em junho de 1998. Na composição da associação, eles me colocaram como conselheiro fiscal e, a partir dali, comecei a fazer o papel de conselheiro e de liderança. O cacique era o José Sezenando, que me fez um convite para poder trabalhar na liderança com ele e lá eu fiquei. Já em 2000, José Sezenando pega e me indica para representar as comunidades na Apoinme, e eu fui para uma reunião. Na época, quem era representante na Apoinme, acho que era o Alcísio, que era aqui de Caieiras Velha; mas ele não participava das reuniões, então, comecei a acompanhar e, em 2005, fui eleito coordenador executivo dessa organização, de 2005 até 2009. Desde então, eu comecei a atuar como liderança, e depois volto em 2014, com mandato até o final deste ano [2026]. Desde então, eu comecei a atuar como liderança aqui na comunidade, representando também para fora, fazendo viagens também a nível nacional e internacional [...] representando a comunidade aqui [e] também o movimento indígena nacional; e tô aí nessa luta até hoje.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** Então, meu nome popular entre as pessoas que me conhecem e sabem que eu sou da etnia do povo Guarani [...] me chamam de Marcelo Guarani, mas eu tenho o nome de batismo que é o que eu fui batizado pela minha bisavó, Tatatxi Ywarete [...], quando eu tive o primeiro passo na terra, que é o momento, dentro da cultura, sagrado, que é o nome Wera Djekupe; ela me batizou com esse nome que veio da luz. Esse nome, Wera, significa relâmpago, trovão, e Djekupe significa guardião e guardador de memória. Não é à toa também que o estado do Espírito Santo, a Secretaria da Cultura, me considerou como mestre da cultura, eu recebi esse título num prêmio aí que aconteceu [...]. Minha bisavó e meu bisavô me ensinaram muitas coisas da tradição da nossa cultura, então eu tenho essa memória guardada comigo. Eu me tornei cacique e hoje eu dei uma parada, mas eu continuo orientando. Quem é o cacique hoje aqui nessa última aldeia, Aldeia Ka'agwy porã, onde a gente está, é meu filho mais velho; e eu me tornei representante, continuei representando, dando orientação ao meu filho, orientação à liderança e tudo mais. Eu sou o fundador dessa aldeia, Aldeia Nova Esperança, com muita dificuldade, mas a gente fomos pioneiros em florestar, houve queimada e eu salvei os pedacinhos da floresta que existem aqui e depois a gente conseguimos um projeto, aos poucos, e fazendo reflorestamento.

## *2. Memória e história da resistência no Espírito Santo*

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Quais são as principais histórias que vocês herdaram dos mais velhos sobre a luta de seus povos?

**Paulo Tupiniquim (Pyatã):** É importante lembrar esses momentos, [...] dos nossos anciãos que participaram dos momentos de luta, de construção dessa organização, dessa comunidade; hoje, muitos já se foram. São poucos os que estão aí, que conhecem de fato a história. E os jovens, eles poucos sabem dessa história que nós passamos. Um momento muito importante, inclusive, ficou gravado na parede da associação, eles fizeram um quadro, foi quando o nosso pajé, inclusive era meu tio, o Alexandre Sezenando, ele se reúne com o Seu João dos Santos, que era um [cacique] Guarani – porque os Guaranis vieram lá do Rio Grande do Sul para cá –, na beira do rio, ali. O tio Alexandre e o João do Santos, eles sentaram e [ficaram] conversando sobre a importância de lutar para poder reconquistar esse território. Aquilo ali foi um momento, assim, marcante. Muitos não conhecem essa história que, na verdade, é uma história real; tão logo, os caciques [tupiniquins] se reúnem todos com os guaranis que estavam aqui e partem para a primeira luta do território, que foi em 1978, quando inicia a luta aqui pelo território. Até então, eram os tupiniquins, eles tinham medo de falar que eram tupiniquins, eles tinham medo por conta da perseguição, os massacres que sofreram e sempre falaram para a gente a forma como a empresa Aracruz Celulose chegou aqui no território e expulsou as famílias que tinham aqui dentro do território, cerca de 42 aldeias que tinha aqui, e da forma que ela chega [Aracruz Celulose], com o tratores e os correntões derrubando toda a mata e as casas que tinham. Então, são momentos, assim, que ficam gravados na memória, que eles contavam para gente [...]. Então, muitas pessoas não conhecem essa história, essa luta, no entanto, o nosso processo de luta foram em três momentos: em 1978, 1998 e 2005.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** A minha bisavó e meu bisavô me ensinaram muitas coisas da tradição da nossa cultura, então eu tenho essa memória guardada comigo, [...] através do conhecimento que meus [bisavós] me passaram. Hoje, o povo Guarani, que é da minha etnia, vive juntamente com o povo Tupiniquim, porque uma vez começaram a lutar junto para reconquistar as terras que os tupiniquins haviam perdido e que para eles foram negados os seus direitos, inclusive tentaram abafar e sumir e esquecer que os indígenas existia aqui. Então, quando os guaranis chegaram aqui e que o SPI [Serviço de Proteção aos Índios]<sup>5</sup> da época souberam que os indígenas estavam aqui e, algum tipo de governo da época, eles então queriam desapropriar os indígenas dos seus lugares e levar para um lugar mais distante, onde eles mantinham como presídio, que é um lugar que, na época da Ditadura Militar, eles juntavam todos os índios e jogavam lá nesse presídio, e lá eu nasci fazendo parte da história.

---

5. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que continua em atuação. Desde 2023 a Funai passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Minha bisavó [...], através da revelação, que veio chegar aqui no Espírito Santo, através de anos de caminhada, andando a pé, ao chegar aqui, no município de Aracruz, os tupiniquins já estavam perdendo suas terras. [...] Quando a minha bisavó percebeu que ali não era o lugar revelado, a minha bisavó teve estratégia de mandar pouco a pouco as pessoas que saíam na rua para vender artesanato [...] voltarem. Mas o lugar [...] revelado era aqui no Espírito Santo, exatamente a primeira aldeia que foi criada logo depois da demarcação, que houve a retomada junto com os tupiniquins. Aí então, foi revelado para ela exatamente o local, onde é a Aldeia Boa Esperança, hoje, a primeira aldeia Guarani. [...] Claro que houve muitas coisas ruins contra o nosso povo, porque os mais velhos sabiam exatamente onde viviam nesse território, só que [...] foram negados a eles e foram ameaçados até mesmo de falar suas próprias línguas do Tupiniquim e tiveram que inventar uma outra história como estratégia para eles não morrerem.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Quais momentos decisivos ou marcos históricos importantes nas lutas indígenas gostaria de destacar?

**Paulo Tupiniquim (Pyatã):** O nosso processo de luta foi em três momentos: 1978, 1998 e 2005, quando nós finalizamos o processo de luta. Importante destacar ainda na última luta pela demarcação, que foi em 2005, a forma que o estado do Espírito Santo e o município de Aracruz se mobilizou para tentar apagar a nossa imagem [...]. A empresa colocou outdoors no município com frases muito discriminatórias e preconceituosas contra nós, falando assim: “A Aracruz trouxe o progresso, a Funai trouxe os índios”, “Falsos índios”, “Já basta de índio em Aracruz!”. E teve uma mobilização na Câmara de Vereadores, na época, isso em 2005 já, hein! Eles coletaram cerca de 70 mil assinaturas e encaminharam para o ministro da Justiça [...] para não assinar a demarcação do território. E outro fator importante, foi em 2006, em 20 de janeiro de 2006, no processo de reintegração de posse que teve aqui no território [...] [quando] utilizaram a força de 120 policiais para poder tirar o pessoal de dentro dessa comunidade [Aldeia de Olho D’água] e aí se dividiram, uma parte foi para Córrego de Ouro que também estava sendo construído e outra parte ficou em Olho D’água. E teve um conflito muito violento, eu, por exemplo, fui preso, e acho que isso deu muita força para poder me destacar na luta nacional. Então, eu fui preso e tive um braço quebrado pela polícia, e mesmo com o braço quebrado botaram meu braço para trás para ser algemado e me deixaram no sol de meio-dia até duas horas da tarde, ajoelhado! E o cacique Vilmar tomou um tiro no queixo [...], teve várias pessoas feridas. Isso foi um momento muito forte.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Tem algo a mais que gostaria de destacar em relação aos momentos históricos?

**Paulo Tupiniquim (Pyatã):** Tem, mesmo depois da terra demarcada, a homologação saiu em 2010 e o registro em cartório. E, para poder a terra ficar de fato como posse dos indígenas, tinha que fazer a desintrusão e os posseiros que tinham dentro do território não aceitavam a desintrusão, a maioria dos posseiros não queria receber a indenização e, na época, pagava só a benfeitoria que tinha e que era de boa-fé e muitos não queriam receber. Mas, mesmo assim, depois, a maioria recebeu essa indenização e saíram de dentro do território e ficou, acho, uns quatro ou cinco posseiros, que são os que tinham as maiores partes dentro do território. Inclusive, um desses posseiros, é dono [de um shopping], que tem uma área de aproximadamente 65 hectares dentro do território. [Ele] entra com ação na Justiça e, como a tese do marco temporal estava em processo de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz da Justiça Federal de Linhares dá uma decisão favorável ao posseiro, com base na tese do marco temporal, considerando que nós não estávamos ali ocupando aquele território na data da promulgação da Constituição Federal, 1988, porque a demarcação foi após a Constituição Federal e aí ele [o juiz] dá a decisão favorável e pedindo para anular a portaria da demarcação e o decreto de homologação. O juiz pede para suspender daquele espaço de 65 hectares, ou seja, tem uma terra inteira de 18 mil hectares pertencente aos indígenas, mas 65 hectares não, porque o cara entrou na Justiça e o juiz deu a decisão favorável. Só que aí, quando nós soubemos disso, nós fomos para poder ocupar, falar que nós não íamos sair! Então, teve um outro conflito que, por pouco, não teve morte, foi um conflito armado mesmo onde os “capangas” desse posseiro atiraram contra nós nesse espaço, mas somos guerreiros, entramos lá e expulsando eles, dizendo: vocês não vão ficar aqui! E expulsamos! Eles saíram! Hoje ainda continua na Justiça [...], mas a área está em posse dos indígenas [...]. Se a gente pegar a Carta Régia do Imperador Dom Pedro II, ele faz uma doação de seis sesmarias de terra para os indígenas [...] que estavam aqui nessa região. O território demarcado não é nem a metade daquilo que foi doado pela Coroa Portuguesa [...]. Mas o território que está demarcado hoje, que é 18.570 hectares, demorou 40 anos para demarcação final [...]. E, inclusive hoje, onde está a empresa Aracruz [Suzano], era uma aldeia indígena chamada Macacos, que era uma comunidade Tupiniquim!

### *3. A luta pelo território e lutas atuais*

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Quais são os maiores desafios enfrentados em relação à terra e ao meio ambiente?

**Paulo Tupiniquim (Pyatã):** Já citei um, na questão da lei de demarcação das terras indígenas e outro é esse pedaço dos 65 hectares de terras que

está na Justiça [...]. Se aplicar a tese do marco temporal, corre o risco muito grande de perdemos essa terra! Um outro problema que observo – tá sempre colocado em discussões em Brasília que a gente conquista a terra, que é importante conquistar a terra, ter nosso espaço sagrado; a nossa relação com o território não é como o não-índio que é uma relação comercial, nós temos uma relação familiar, com o território, com a natureza, com os bichos – então, uma coisa que tem preocupado muito é: demarcou a terra, mas, quando o indígena está de posse da terra, ele não tem condições para fazer com que aquele território garanta ali a sobrevivência [...]. Esse é um desafio muito grande, demarcar, proteger e ter incentivo para que os povos indígenas possam também fazer com que a terra produza, fazer com que a terra possa recuperar sua natureza, possa recuperar os seus mananciais de água, isso é muito importante. Não adianta apenas você demarcar se você não oferece as condições. Hoje, se você for olhar nas pesquisas que tem, com essa crise climática que acontece desenfreadamente, os territórios indígenas são os territórios que mais preservam o meio ambiente, que mais preservam a natureza. Então, se nós que preservamos e somos os guardiões, por que não podemos receber por isso também?!

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** [...] Hoje está sendo reflorestado tudo, 100%, [...] os animais estão voltando, sabe? A gente consegue ver, as crianças conseguem observar os pássaros, os bichos da floresta e a água está voltando, o ar puro está voltando, mas nós estamos pensando não só em nós e não só nos animais, estamos pensando no mundo, nas pessoas, nos filhos daqueles que ainda não querem entender o que que é vida, o que que é seguir ... e trabalhamos.

**Camila Taquetti:** Quais são as principais dificuldades em relação aos impactos da mineradora e da estrada férrea? E quanto a outros impactos ambientais que afetam diretamente a vida, a subsistência e a convivência de vocês?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** São vários, né?! Porque... é, no Brasil, das terras indígenas que existem, eu não vou lembrar aqui de cabeça, mas, aqui no Espírito Santo, é o território mais impactado por empreendimentos. São cerca de 38 empreendimentos que têm dentro e no entorno [dessa região]; de qualquer empreendimento que você imaginar, desde tratamento de esgoto a aterro sanitário tem aqui dentro do território, e causa impacto e não há uma reparação sobre isso do território<sup>6</sup>. O rompimento da barragem de Mariana,

---

6. Conforme destacado pelo entrevistado, o território indígena no Espírito Santo concentra dezenas de empreendimentos, desde estações de tratamento de esgoto até aterros sanitários que geram impactos ambientais contínuos, agravados por eventos como o rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana/MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015. Apesar disso, não há mecanismos efetivos de compensação pelos

ele contribuiu para que esses impactos, esses danos ambientais que já existem e [estão aumentando] [...]. Nós temos aqui a Suzano, que ninguém precisa falar: monocultura de eucalipto! Mesmo que dentro do território não tenha o eucalipto, mas no entorno tem, ele continua impactando do mesmo jeito, jogando veneno, secando o rio, vai para os cursos d'água e acaba impactando o nosso território do mesmo jeito. Temos um porto que está sendo construído, da Imetame, e o local onde eles estão construindo esse porto era uma aldeia também, porém, não estava demarcada. Mas, principalmente, o pessoal da aldeia Pau Brasil, eles usavam muito esse lugar onde está sendo construído o porto para poder pescar, para poder catar os mariscos, pegava muitos ouriços, que faz parte da nossa dieta, né?! Hoje não, hoje esse lugar acabou! A praia que chamava “Água Boa” acabou, porque um porto está sendo construído em cima desse espaço, e, com isso, os navios que vêm chegando com os óleos que jogam ali no litoral, acabam entrando dentro do [rio] Piraque-açu e no manguezal deste rio que está contaminado. Hoje não é mais o espaço onde nós utilizamos para poder garantir também a nossa subsistência, sustentar nossa família e o lazer também. Só que hoje ele [o rio Piraque-açu] está insustentável por conta do rompimento da barragem de Fundão em Mariana e por conta desses outros impactos. Tem um tratamento de esgoto no Piraque-açu, dentro do Piraque-açu. [...] Esse tratamento de esgoto começou em 1973, quando começou o bairro Coqueiral [de Aracruz] e hoje o bairro cresceu tanto e ele não suporta que hoje o município joga o esgoto *in natura* dentro do rio [...]. Então, assim, nós estamos cercados e rodeados por empreendimentos que impactam direto nosso território, e não há nenhuma reparação. E são danos muito graves, já estamos sentindo a consequência disso. Por exemplo, a própria saúde mesmo, nós não tínhamos casos de câncer de forma grandiosa dentro das nossas comunidades; hoje nós temos praticamente pessoas que todo ano chegam a óbito, vão a óbito por conta de problema de câncer [...]. Por fim, no ano passado, isso foi no ano passado, Geraldo Alckmin veio aqui para assinar uma ZPE<sup>7</sup>, que é uma zona de produção para exportação, que vai ser toda aqui nessa faixa litorânea [de Aracruz], que vai acabar afetando

---

*danos sofridos. A ausência de reparação ou indenização aos povos indígenas afetados por empreendimentos em seus territórios evidencia uma lacuna histórica no cumprimento de direitos constitucionais. Disponível em: <https://anaind.org.br/noticias/stf-manda-congresso-regulamentar-reparacao-a-indigenas-por-empresendimentos/>, <https://cimi.org.br/2017/11/empresendimentos-que-impactam-terras-indigenas/>*

*<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/12167>. Acesso em 31 mar. 2026.*

*7. O entrevistado refere-se à visita realizada pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), ao Espírito Santo, quando assinou a resolução que aprova a criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Aracruz/ES. Disponível em: <https://findes.com.br/alckmin-assina-autorizacao-da-zpe-de-aracruz-em-evento-da-fines/>. Acesso em 14 abr. 2026.*

nosso território, ou seja, não somos contra o progresso, o progresso, ele deve existir [...], mas e as consequências disso? Acaba ficando para nós, para as comunidades tradicionais, os quilombolas, os assentamentos [...] e não há uma reparação, não há um diálogo, não há um momento de escuta [...].

### 3. Organização política

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Como os povos indígenas da região têm se organizado coletivamente na atualidade?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** São as associações e os caciques com as comissões de caciques. A Comissão de Caciques teve várias conquistas, uma das principais foi a conquista da terra; essa comissão que articulou e lutou para podermos ter essa conquista [...]. Até o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que foi a divisão sociopolítica do território anterior, nós tínhamos apenas a Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani, que era onde a gente reunia todas as aldeias aqui para a gente tomar uma decisão. Com o rompimento da barragem, um acordo de 2021 foi feito e isso gerou uma divisão. Algumas comunidades deixaram de estar na Comissão de Caciques e então foi criado o Conselho Territorial de Caciques Tupi-Guarani, que é composto pelas três maiores aldeias: Caieiras Velha, Pau Brasil e Irajá, ou seja, ficou a Comissão de Caciques e o Conselho Territorial de Caciques, fragilizando a organização no território. E [a aldeia] Comboios, que estava dentro da Comissão de Caciques, se separou. Então, assim, isso foi um dano muito irreparável, porque quando estava junto, a força era uma e, quando separou, se fragilizou muito a organização aqui dentro do território.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** Então, nós temos a Comissão dos Caciques, eles trabalham muito, [...], mas a primeira era a comissão inteira, [composta por] 12 aldeias, daí começou a ter uma pequena divisão. Quando falava sobre essa questão do dinheiro, por exemplo, esse negócio de negociação, esse negócio de [auxílio] emergencial, essas coisas têm trazido conflito entre o povo indígena<sup>8</sup>. Mas o que é conflito? Não conflito de violência física, porém conflito de desunião, por exemplo. E aí nós temos três aldeias indígenas que saíram da Comissão dos Caciques [...]. Nós temos também, dentro das comunidades, grupos das mulheres que têm a sua participação nas reuniões comunitárias, inclusive, até mesmo, com os caciques, em suas aldeias, para ajudar a organizar sobre a questão do direito da mulher, direito

---

8. Neste momento, o entrevistado refere-se ao auxílio financeiro emergencial previsto no acordo firmado após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que afetou o Rio Doce e o litoral do ES. Esse acordo consistiu em um pacto judicial celebrado em 2016 entre a Samarco (controlada pela Vale e pela BHP Billiton) e o poder público (União e estados de Minas Gerais e Espírito Santo) que previu alguns mecanismos de reparação dos danos socioambientais e econômicos causados pelo desastre.

que as mulheres também têm. Tem também o grupo de jovens que também se movimentam também junto com os caciques e que são representados também e que são movidos também pelos caciques. [...] E aí, nós temos também uma associação que cuida dessa questão do território, que é a Associação Tupiniquim- Guarani, que é uma associação que representa as duas etnias no território.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Como os jovens estão se envolvendo na luta indígena?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** São os jovens que estão puxando esse ato, são eles que estão lá [...] [em ato político sobre os trilhos da Vale do Rio Doce]<sup>9</sup>. Nós temos também os nossos jovens que procuram se organizar e hoje eles estão organizados como um Coletivo de Juventude Indígena, que pega aí todas as comunidades, Tupiniquim e Guarani. Eles se organizam para poder fazer projeto, inclusive a organização que eu represento, nós apoiamos uma primeira oficina de gestão e elaboração de projetos [...]; e eles já saíram dessa oficina já com três projetos aprovados. Então, assim, eles são muito inteligentes e hoje eles buscam fazer esse trabalho, são os jogos indígenas que acontecem, são [...] oficinas de cerâmica que eles fazem nas comunidades, são as noites culturais, são os grupos de dança que eles se organizam para poder fazer as apresentações culturais. Então, assim, eles têm se envolvido, têm participado e é legal e é satisfatório a gente ver quando a gurizada começa a ter o interesse por fazer as coisas, porque a gente sabe que a gente vai passar, mas aquilo que a gente vem sempre lutando não vai parar, eles vão dar continuidade para que a nossa cultura, a nossa força não se perca aí pelo meio do caminho.

**Joyce Mazzoco:** Como você entende essa garantia da continuidade? Seria por meio da oralidade e mais especificamente com o Coletivo de Juventude Indígena? Como está sendo essa transição?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Então, esse grupo já existia, mas era especificamente para fazer apresentações, não tinha aquela visão, aquele olhar para outros horizontes [...]. Hoje não, ah, é importante ressaltar, o Wilson Jagareté<sup>10</sup>, que é o vereador, ainda jovem, ele foi cacique, acho que com

---

9. O entrevistado refere-se à ocupação do ramal Piraquê-Açu, entre as aldeias Córrego e Vila, no território indígena de Aracruz/ES, como forma de protesto contra as violações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão (Mariana/MG), atribuídas às mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, bem como à ausência de reparação integral. A mobilização também reivindicou a resolução imediata de pendências relativas à assistência e ao auxílio emergencial, antes de qualquer deliberação sobre o Novo Acordo do Rio Doce (NARD), firmado em 2024, sem a participação dos atingidos. Informações obtidas em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/nova-desobstrucao-da-ferrovia-da-vale-em-aracruz-e-marcada-para-quarta-feira/>. Acesso em 14 abr. 2026.

10. Wilson Benedito de Oliveira, conhecido como Wilson Jagareté, é indígena da etnia

18 para 19 anos. Então, assim, a importância de estar inserindo o jovem sempre nesses espaços, de estar acompanhando, eu acho que a oralidade é importante, porque somos um povo da oralidade [...]. Então, esse processo de engajamento da juventude acaba se dando de forma automática, orgânica. Mas o assento nas escolas, nas universidades e nas escolas técnicas<sup>11</sup> têm sido muito importante [para a juventude indígena]. Hoje nós temos mais de 100 mil indígenas que estão nas universidades [...], hoje nós conseguimos fazer um debate tanto político, quanto técnico.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Qual é o papel das lideranças femininas?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Das mulheres, é quase igual [ao papel] da juventude, elas já se organizavam anteriormente, porém, com o passar do tempo, elas acabaram se separando, se dividindo e agora elas voltam de novo a se organizar. Só que agora também de uma forma mais qualificada. Elas começam a se organizar buscando mais... e aí é importante dizer que eu acho, é uma opinião minha, o que motivou a mulherada querer se organizar mais, eu acho que foi depois que viram Sônia Guajajara<sup>12</sup> ocupar o espaço lá no ministério, viram a Célia Xakriabá<sup>13</sup> se eleger como a primeira deputada federal e outras mulheres também que foram destaque aí nos movimentos, nas lutas. E isso acaba incentivando as mulheres, e hoje elas estão organizadas, participando dos espaços, participando de movimentos, participando de projetos. Então, tem também o Coletivo de Mulheres Tupiniquim Guarani [...] que estão acompanhando as discussões também [...]. Fizemos em 2021 ou 2022, se não estou enganado, o primeiro Fórum de Mulheres Indígenas, que foi onde elas buscaram se organizar mais e estar mais presente dentro dos espaços.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Como os povos indígenas do Espírito Santo estão comunicando suas formas de vida e luta com a sociedade? Considera isso importante?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** É, hoje ninguém vive mais sem rede social, né?! Inclusive, a qualificação no audiovisual com a juventude, a gente busca para que eles possam se qualificar. Então, assim, a internet, ela tem favore-

---

*Tupiniquim, oriundo da aldeia Caieiras Velhas, situada no município de Aracruz/ES. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Aracruz pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a 26ª legislatura (2021–2024) e reeleito para a 27ª legislatura (2025–2028).*

*11. O entrevistado refere-se aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculado ao Ministério da Educação.*

*12. Sônia Guajajara, indígena do povo Guajajara/Tentehar, foi eleita deputada federal por São Paulo nas eleições de 2022, pelo PSOL, e, atualmente, é a ministra dos Povos Indígenas do governo Lula da Silva (2022–2026).*

*13. Célia Xakriabá, indígena do povo Xakriabá, foi eleita deputada federal por Minas Gerais nas eleições de 2022, pelo PSOL.*

cido muito para que possa ter essa conexão também entre as comunidades aqui, como também fora daqui do estado. Mas, por rede social, não temos ainda. Nós temos tentado organizar uma rádio comunitária, mas a internet, as redes sociais, todas elas têm sido um fator assim muito importante para essa conexão entre os povos. Então, eu vejo também como um espaço assim muito importante, inclusive também como um espaço de luta. [...] Eu sempre falo com os meninos, a internet ela tem dois vieses, ela tem viés que ela vai ser favorável a você, mas também tem um viés que ela pode te levar para o outro lado. Então, a gente sempre tá orientando que utilize a internet para poder fortalecer ainda mais o nosso movimento, fortalecer ainda mais a nossa luta, divulgar e armazenar ainda mais a nossa história [...], mostrar que nós estamos aqui, que nós somos resistentes, que nós estamos na luta e que não vamos nos calar.

#### *4. Alianças e conflitos com o Estado e a sociedade*

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Como tem sido o diálogo (ou a ausência dele) com o Estado (governos municipal, estadual, federal)?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Hoje nós estamos tendo [diálogo], mas passamos um período muito grande sem ter esse diálogo, tanto com o estado quanto como o município, bem como com o próprio governo federal. Com o governo federal hoje é ainda mais forte, devido à criação do Ministério dos Povos Indígenas. Mas, com o estado aqui, nós passamos um período, assim, invisível mesmo, sem ter contato nenhum. De 2013 para cá, nós começamos a ter mais visibilidade dentro do estado, até menos, acho que em 2009, acho que com o primeiro mandato do [governador Renato] Casagrande<sup>14</sup> se não estou enganado. Aí quando ele saía e entrava o [ex-governador] Paulo Hartung, a gente dava uma esfriada, a gente já não tinha mais tanto esse contato, aí quando Casagrande volta, a gente retoma de novo esse diálogo, né?!<sup>15</sup> Perpassa muito por quem está ali na gestão, tanto do estado quanto do município [...]. Hoje aqui com o Dr. Coutinho na Prefeitura, e como nós temos um vereador [indígena], nós conseguimos fazer esse diálogo muito forte aqui com o município. Inclusive, o município tem apoiado

---

14. O entrevistado refere-se ao governador do estado do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

15. Acerca da alternância de poder entre os ex-governadores Paulo Hartung e Renato Casagrande, elucidamos: Paulo Hartung foi governador do estado do Espírito Santo por três mandatos, sendo o primeiro (2003-2006), eleito pelo PSB; o segundo (2007-2010), eleito pelo PMDB (hoje, MDB) e o terceiro (2015-2018), eleito pelo PMDB – depois ficou sem partido. Renato Casagrande foi governador do estado também por três mandatos, todos pelo PSB: de 2011 a 2014, de 2019 a 2022, de 2023 a 2026, tendo renunciado em 2026 para concorrer ao cargo de senador.

as nossas comunidades em muita coisa na saúde, na educação [...]. Deve a gente? Deve! Eu falei dos impactos que o próprio município [gerou], o que ele faz não repara uma terça parte do dano que ele causa aqui no território. Mas o diálogo com o município e o estado hoje está bem melhor.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** No estado, nós temos a deputada Iriny Lopes, que é muito também voltada a essa questão de direitos humanos, como a deputada Camila Valadão também. A gente tem acompanhado muito o trabalho dos políticos hoje, representando na Câmara dos Deputados, [os deputados] do estado do Espírito Santo, que a gente acredita muito. Tem aí o Helder Salomão também, [...] a gente acredita muito na luta verdadeira dessas pessoas que representam lá na Câmara dos Deputados. O estado, a partir do governo Casagrande, ele tem ouvido também, ele tem recebido também os representantes indígenas, os originários, tanto os guaranis, quanto os tupiniquins, como outros caciques. Ele tem se adentrado também na aldeia, tem vindo falar um pouco também[...]. E, assim, falando no geral também, [...] o [presidente] Lula vem abrindo as portas, tem dado oportunidade, o único presidente do Brasil, na história da humanidade, a dar oportunidade, abre o Ministério dos Povos Indígenas, representado pela Sônia Guajajara. E aí temos também a representativa do Congresso, da Câmara dos Deputados de Brasília, que é a Célia Xakriabá, que está atuando muito bem. São muitas coisas, o trabalho é árduo, trabalhar no meio de muita gente que é contrário à vida, esses deputados que hoje lutam para derrubar os direitos indígenas, os direitos humanos, o direito das pessoas. Então, tem muitos deputados que são honestos nessa caminhada e que estão nos ajudando, ajudando a minoria, ajudando as pessoas que precisam de seus direitos assistidos pela lei.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** E a relação com a sociedade, como é?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Ainda temos um meio gato pingado que não sabe lidar, principalmente quando a gente faz uma manifestação, porque a gente só consegue as coisas se a gente se manifestar. Às vezes, a gente fecha uma estrada aqui, às vezes faz outra coisa ali e o pessoal fica “pê da vida”, xinga e fala um monte de coisa, mas hoje o diálogo está melhor com a sociedade. Há uns 15 anos não era bom não.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Como vocês avaliam o papel de outros movimentos sociais na luta indígena? Existe um diálogo com outros movimentos?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Na nossa luta pela demarcação do território, a participação tanto do MST como da Via Campesina e dos quilombolas foi

muito importante. Porque eles lutaram com nós aqui, tanto eles vieram para cá para poder fazer a luta com nós, tanto nós fomos para Itaúnas, na época, para poder fazer a luta da demarcação lá do território do povo quilombola. Então, isso fortaleceu a nossa luta. Só que com o passar do tempo, a aliança deixou de se fazer movimentos juntos. Só que agora com a conjuntura política que estamos vivendo, principalmente com a nacional, os movimentos estão começando a se juntar de novo [...]. Vamos ter a COP 30<sup>16</sup> lá no estado do Pará e já está sendo organizada uma manifestação em conjunto com os indígenas e outros movimentos.

### *5. Identidade, cultura e educação*

**Camila e Joyce:** Como vocês preservam e fortalecem a cultura (língua, espiritualidade, rituais, conhecimentos tradicionais)? Tem um trabalho de fortalecimento?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Os tupiniquins não são falantes da sua língua originária, hoje ainda está em um processo de resgate e recuperação. Então, a questão linguística é ensinada na escola [...]. A língua tupi, que é a língua do povo Tupiniquim, ela entra na escola como uma disciplina e acaba que os alunos, as crianças aprendem algumas falas e algumas músicas, reproduzindo isso dentro de casa [...]. Nós temos falantes, mas são poucos, então não consideramos que falamos a língua materna. A nossa parte cultural, conforme eu falei, tem um processo de fortalecimento para juventude se manter dentro dessa cultura, tentando criar outras formas de incentivo para poder estar levando isso adiante. Por exemplo, os “Jogos Indígenas” que não tinha aqui no Espírito Santo, nós já vamos fazer a quarta edição, que são modalidades tradicionais como arremesso de lança, arco e flecha, canoa. Isso tudo incentiva tanto o jovem quanto a criança a querer estar ali presente, participando disso. As “Noites Culturais” que nós fazemos também é a mesma coisa, já tem quatro anos que fazemos e acaba agregando tanto o público mais jovem quanto o público mais idoso, e não é apenas um processo de apresentação cultural, mas é um processo de escuta, onde o jovem vai estar ouvindo as histórias dos mais velhos, histórias de luta. Então, isso tudo acaba fortalecendo. E temos também a nossa dança tradicional que é o congo, que se preserva, e a gente nem sabe de quanto tempo se preserva, desde quando não me lembro, porque tem...

---

16. A COP 30 refere-se à 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em novembro de 2025, na cidade de Belém. O encontro reuniu representantes de países, organizações internacionais e sociedade civil para negociar e avaliar compromissos globais de enfrentamento às mudanças climáticas, com destaque para temas como redução de emissões de gases de efeito estufa, financiamento climático e proteção de biomas estratégicos, como a Amazônia.

desde quando “eu me entendo por gente”, a dança do congo aqui dentro da aldeia. E, quanto à espiritualidade, nós não temos, porque nosso pajé já faleceu já tem uns 20 anos e ninguém se preparou para poder assumir o papel que ele fazia. E hoje nós temos uma interferência muito grande das igrejas evangélicas aqui dentro do território, dentro da comunidade, que acaba prejudicando a participação, a disseminação dessa parte mais religiosa e espiritual.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** Então, eu sou um professor formado. Eu fiz o magistério, o projeto era formação de professores Guarani do Sul e Sudeste. Estudei seis anos da minha vida para me formar, porque, dentro da cultura do não indígena, você só pode provar que você é um professor, que você é o lecionador dentro de uma sala de aula, se você tiver um diploma [...]. Para começar, dentro das nossas aldeias, as Casas de Rezas funcionam como se fossem uma faculdade da vida, ali a gente aprende como viver nesse mundo, a gente aprende o conselho dos mais velhos de como que é viver em conexão espiritual e como respeitar a natureza e como respeitar a vida, através dos instrumentos sagrados, através dos cânticos sagrados, através das curas, das práticas que existem dentro da Casa de Reza. E aquilo ali é tratado com muito respeito, porque é uma conexão espiritual com Deus, com o Criador de todas as coisas. Então, a gente não tem Bíblia, não tem crucifixo, a gente não tem esse costume, essa cultura, a nossa cultura é conexão direta com Deus, com o Criador.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Qual a importância da educação indígena e da produção de conhecimento a partir da perspectiva indígena?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** As escolas de ensino fundamental são todas indígenas em algumas aldeias. Aqui em Caieiras Velha, nós temos tanto a escola de ensino fundamental, que é indígena, e temos também a de ensino médio, que é indígena também. E, acho importante acrescentar, o conhecimento científico que se aprende na escola, ele acaba trazendo essa importância e essa força para a luta, porque a gente consegue entender e enxergar as coisas com um olhar mais técnico e científico [...]. A escola hoje consegue ser 100% indígena na gestão e nos professores, e não é uma escola que vai prender o aluno dentro de quatro paredes, tem as aulas na sala de aula, mas também saem com os alunos para poder conhecer e ir a outros espaços dentro da aldeia. Nós estamos trabalhando para que a escola seja de tempo integral, para que ela não fique só na parte da educação, mas se agregar a outros projetos dentro da escola para que a criança possa estar fazendo outras atividades, para além daquilo que ela aprende dentro da sala de aula. E aí podemos pensar em outras oficinas, como a de artesanato, pensar em oficinas de grafismo e dança.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Qual a importância do território (terra, rios, matas) para a sua vida e para a sobrevivência cultural do seu povo?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** A importância para nós, da terra, não é como o não-índio tem, é uma relação matriarcal. Hoje, [...] infelizmente, nós temos uma terra totalmente desmatada, destruída. Mas, felizmente, nós estamos recuperando; hoje temos áreas recuperadas, hoje nós temos uma área de 75 hectares que virou floresta, hoje temos rios que tinham secado e voltaram a jorrar água, tudo isso para nós é bem gratificante [...].

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** A gente acredita que uma floresta tem os seus guardiões que cuidam e que merece ter o respeito. Por isso que quando a gente entra dentro da floresta para a gente caçar, a gente, primeiro, pede permissão [...]. Nós estamos fazendo, como por exemplo, esse reflorestamento, depois de destruído o que já existia foi trocado por uma monocultura de eucalipto, [...], que é uma tristeza. A construção da vida, nós pegamos todo esse território, pegamos de volta e a gente começa a reflorestar tudo de novo. Nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos vão ter oportunidade de usufruir disso e não só os nossos netos, os bisnetos de vocês, das pessoas da cidade, das pessoas que estão lá, entendeu? Enquanto as pessoas estão nos criticando, nós estamos trabalhando para a vida de todo mundo. Eu gostaria que a sociedade tivesse consciência disso e nos ajudasse, ao invés de nos atacar. Porque eles não conhecem, eles precisam se livrar da ignorância, porque, se eles não procurarem conhecer o desconhecido, ele vai viver na ignorância sempre. Então, ele está desconectado enquanto ele acredita em uma coisa que ele ainda não conhece [...]. Então, eu convido a todos, se isso for parar num livro da deputada, com esse projeto, que as pessoas consigam ouvir isso, consigam entender isso, que o leitor consiga ler isso e entender o que eu estou falando. Não digo isso de que só os guaranis estão conectados, tem muitos indígenas originários que são conectores da espiritualidade. Os parentes Tupiniquim também, tem muitos velhinhos que ainda estão ali, naquela esperança de que os jovens ainda vão procurar eles.

**Camila Taquetti e Joyce Mazzoco:** Que futuro vocês sonham para seus povos e territórios?

**Paulo Tupinikim (Pyatã):** Um dos maiores sonhos é que aquela Lei 14.701/2023<sup>17</sup>, deixasse de existir e caísse por terra e pudesse garantir a demarcação de todos os territórios indígenas no Brasil. É muito sofrimento, esses dias eu passei mal, fiquei duas semanas doente, porque eu fui para

---

17. A lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023) estabelece que povos indígenas só têm direito à demarcação de terras que ocupavam ou disputavam em 5 de outubro de 1988. Embora aprovada pelo Congresso, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a tese inconstitucional em 2023, gerando um impasse jurídico com tentativas legislativas de reverter a decisão.

Machacalis, em Minas Gerais, e as crianças estavam morrendo de fome; eu vi aquilo e mexeu tanto comigo que minha pressão começou a subir e eu fiquei duas semanas passando mal, por ver e não poder fazer nada. Então, eu penso assim, a demarcação dos territórios é o principal fator para que os povos indígenas possam garantir a sua sobrevivência, garantir a sua vida, [...] porque, no Mato Grosso do Sul, no sul da Bahia, em outros lugares aí, a gente vê tantos indígenas que são assassinados. Essa semana mesmo, no começo da semana, lá no Mato Grosso do Sul, nos Guarani Kaiowá, mataram lá um jovem, porque todos estavam lutando lá pela demarcação do território. Então, um sonho seria a demarcação! Mas podem falar “ah Paulo, você já tem o seu território demarcado”? Mas eu sei qual foi a dor que eu passei para poder garantir que tivesse o território demarcado, e é o que eles estão passando lá agora e [ainda] pior do que nós passamos aqui. Então, eu acho que acabar com essa violência, acabar com essa fome, acabar com essa destruição, eu acho que esse seria o sonho de todos nós para garantir o nosso bem viver aqui neste espaço.

**Marcelo Guarani (Wera Djekupe):** [...] Eu quero que as pessoas aprendam a viver como eu estou aprendendo a viver. Eu não estou na bagunça, eu não estou na festa, não estou nem aí, sabe? Eu quero viver a minha vida, mas eu quero viver uma vida digna. Eu mereço isso, sabe? Eu mereço que o governo recolha as coisas que fizeram contra nós. Nós precisamos, pelo menos, da dignidade. Nós merecemos, pelo menos um pouco.



# O movimento LGBTQIAPN+ no Espírito Santo: memórias, lutas e trajetórias de resistência<sup>1</sup>

*Marcelly Campos<sup>2</sup>*

*1. Por decisão editorial, foram mantidas, na medida do possível, as marcas de oralidade, as construções coloquiais e as variações linguísticas presentes nas entrevistas, em respeito aos modos próprios de expressão de cada entrevistado e entrevistada.*

*2. Pedagoga (Ufes); mestranda em Educação (PPGE/Ufes); coordenadora da Rede Emancipa; militante do Coletivo Juntas; assessora parlamentar no mandato da deputada Camila Valadão (PSOL) e na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).*

### *Entrevistados:*

**Alexsandro Rodrigues:** Integrante do Fórum Municipal LGBT de Vitória; doutor e mestre em Educação, com pós-doutorado em Psicologia; graduado em Pedagogia; professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes); coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisas em Sexualidades (Geps/Ufes) e do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade (Neps/Ufes).

**Déborah Sabará:** Coordenadora de Ações e Projetos da Associação Gold (Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade)<sup>3</sup>; referência na militância por direitos humanos no Espírito Santo; ocupa cargos de liderança em entidades nacionais como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, tendo atuado também como presidenta do Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT+) no Espírito Santo.

---

**Marcelly Campos:** Quem é Alexsandro Rodrigues? Como se reconhece e se apresenta?

**Alexsandro Rodrigues:** Meu nome é Alexsandro Rodrigues, sou mineiro, natural de Divinópolis, Minas Gerais. E é só Rodrigues; é só [sobrenome] de mãe, marcado por uma lógica de abandono parental, [...] o que marca a presença de uma mulher preta em minha vida. [...] É desse lugar que eu me constituo nas Minas Gerais, e é pelas Minas Gerais que eu vou me entendendo também enquanto dissidente.

**Marcelly Campos:** Quais foram os principais desafios e motivações que marcaram seu engajamento político no movimento LGBT? Como você chegou a esse lugar de luta?

---

3. A Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold) é uma organização da sociedade civil que, desde 2005, atua no Estado do Espírito Santo. Foi criada com a missão de promover e defender os direitos humanos, contribuindo para uma democracia sem discriminação, levando informação sobre saúde e cidadania às populações mais vulneráveis.

**Alexsandro Rodrigues:** Então, eu vou entendendo [ao longo da vida] que os corpos LGBTs são convocados desde as suas primeiras experimentações, não passa primeiramente por um movimento, passa por um existir. Na condição de um corpo que borra, você vai negociando a sua caminhada, vai andando e vendo os perigos, e alguns deles moram em nossas casas, entre os que nos amam. [...] A minha infância vai se dando nesses exercícios de experimentação.

Eu tive o privilégio de ser educado por uma mulher e, conseqüentemente, um monte de coisa está dada como prática de vida. [Nessa história] tem uma mãe que vai criando condições para que eu possa me expandir nesse universo, nesse mundinho. Eu nasci em 1970, no auge da Ditadura Militar, então, na adolescência, conseqüentemente, havia um projeto civilizatório incidindo sobre o corpo; uma certa masculinidade e um corpo de soldado eram convocados. Eu vivi até os meus 12/13 anos entendendo que as “bichinhas” corriam risco. A gente sabia endurecer os corpos diante de toda a estrutura que controla o corpo, [...] uma estrutura que dá sustentação a um projeto. [...] Flertando com o desejo de democracia, eu vou me tornando adolescente ao mesmo tempo em que havia o desejo dos aguerridos. [...] Aí eu vou encontrar com meu pai, que me ensina a sobreviver à Ditadura Militar e à polícia.

Esse corpo de menino, Marcelly, chega à década de 80, especificamente 84/85, sonhando com a democracia e sonhando que a democracia iria criar as condições [de vida plena] para a população GLS – naquele momento a gente falava gays, lésbicas e simpatizantes. [...] Então, entre [as décadas de] 70 e 80, há uma convocação enorme para “sair do armário”. [...] O armário era perigoso para nós. Os anos 80 foram vividos com muito desejo de democracia, acreditando que a gente iria poder beijar na boca, namorar e andar de mãos dadas; nem passava pelo desejo, ainda, de constituição de família. Achávamos, como adolescentes, que iríamos namorar na praça. [...] De repente, fomos produzindo o movimento, na cidade pequena, das “bichinhas escandalosas”. [...] Não chamávamos aquilo de movimento social, mas nós produzíamos encontros e muito barulho. A gente entendia que as nossas gargalhadas e os nossos deboches compunham um campo de luta daquelas “bichinhas” da pequena cidade de Carangola. Aquilo não era um movimento social, era o corpo na praça e na rua que causava ruídos e bafões. As mães proibiam [seus filhos] de chegar perto da gente. E, assim, íamos entendendo que aquilo constituía alguma coisa. [Junto com essa sensação], a gente estava vivendo algumas expressões artísticas, um certo ativismo estava se dando [...]. As transformistas estavam produzindo shows e encantando as cidades com suas presenças. À medida que a gente começa a ocupar a rua para rir, andar e se divertir, nos deparamos com a aids. Então é uma geração de meninos e meninas que, sonhando com a democracia, recebem a aids, e ela nos devolve para dentro do armário.

Nessa época, já havia grupos organizados e se organizando, muito no eixo São Paulo/Rio. Eu não tinha acesso em Minas, mas a gente sabia da existência dos grupos “Somos” e “Lampião da Esquina”. Havia coisas acontecendo, flertando com a liberdade sexual e contra a Ditadura Militar. E a gente se depara com a aids, que vai, mais uma vez, produzir limites para o nosso desejo, para a performance de gênero e para os nossos amores.

O Brasil estava vivendo a democracia, mas uma democracia que não passava pela população LGBT. A democracia colava em outros corpos, porque a ciência foi colar na população LGBT, especificamente nas gays, a responsabilidade pela epidemia da aids. Então, precisamos localizar uma ciência extremamente masculinista, machista e heteronormativa, que vai definir que gay é o grupo de risco responsável pela morte.

Eu chego ao movimento social justamente neste momento. As nossas companheiras lésbicas acolhiam as pessoas que estavam morrendo, tinham esse papel muito forte diante da aids. Naquele momento, elas eram as pessoas que não nos deixavam morrer. [...] Então, as lésbicas tiveram uma importância enorme, de recolher e cuidar desses corpos. Acho que a gente precisa trazer essas histórias da importância da manutenção da vida a partir da existência lésbica e das alianças lésbicas diante do HIV e da aids.

A minha relação com o movimento social vai se dar justamente em função do HIV. Fomos convocados a um certo ativismo organizado. A minha geração vai pensar o ativismo organizado à medida que vai vendo “os nossos” morrendo em função da epidemia. Isso vai marcar uma geração, os que não morreram – e morreram muitos. Aí a gente entra no campo da disputa de fármaco, em brigas para quebrar patentes, para que os primeiros remédios sejam [oferecidos no] SUS (Sistema Único de Saúde). [...] A minha geração vai se aproximar do movimento social a partir da aids. É a aids que nos convoca a convocar o Estado a se responsabilizar por essas vidas. É quando a gente transforma a nossa existência e compromete o Estado a garantir que essas vidas podem continuar existindo. Ali a gente consegue fazer isso. Patentes são quebradas e o remédio chega – hoje o remédio continua chegando, não mais aqueles.

Estamos nos anos 90 [...]. Esses diferentes movimentos vão compor espaços de conselhos e incidir [sobre as] políticas públicas. Eu me localizo, especificamente, no campo da educação e da saúde. A educação cria, a partir das condições colocadas naquele momento, uma política para pensar a diversidade e a orientação sexual nas escolas. Na década de 90, qualquer professor ou professora estava autorizado a assumir o debate como pauta curricular. Eu chego então ao movimento social ainda na condição de estudante. Aquilo que nos assombrava era, ao mesmo tempo, o que nos fazia lutar contra tudo o que tentava nos impedir [de viver].

**Marcelly Campos:** Como inicia sua inserção e militância no movimento LGBT no Espírito Santo?

**Alexsandro Rodrigues:** Eu chego ao Espírito Santo em 2006, para fazer o doutorado. Eu trago para a Ufes a primeira pesquisa no eixo da diversidade sexual – foi a primeira tese defendida na Ufes abordando o campo da diversidade sexual [...]. Aqui eu me deparo com o Coletivo Plural, formado por estudantes da Ufes, meninos e meninas da graduação – naquele momento, apenas gays e lésbicas. Foi um movimento social organizado dentro da Ufes para fazer frente à formação heterocentrada que eles e elas vinham tendo. Luiz Cláudio Klein, Paulo Góis, Chander Ryan e uma galera de meninos e meninas que [hoje] estão espalhados pela cidade estavam aqui na universidade movimentando o Plural. Eles compreendiam, naquele momento, que só era possível produzir enfrentamento ao patriarcado, ao machismo e à heteronormatividade a partir da formação intelectual. Não era um ativismo simplesmente de close e de palavras de efeito. Não! Aqueles meninos e meninas, todos acadêmicos, compreendiam que [o conjunto] luta e formação intelectual era o que iria garantir a eles ocupar a cena pública e a cena política.

O Plural estava flertando com um projeto institucional, o Escola Sem Homofobia. Esses meninos conseguem produzir, se eu não me engano, o 2º Encontro Nacional de Estudantes da Diversidade Sexual. Eu, chegando para o doutorado, observei que havia um movimento estudantil muito forte com esse recorte. Em 2006, esses meninos, juntamente com a Semicid<sup>4</sup>, colocaram na rua a 1º Parada LGBT de Vitória. Então, quando eu chego ao estado, encontro um bom momento entre governo municipal e governo federal – e aquilo inibia os terroristas do sistema cisgênero. Eles queriam dizer tudo o que dizem pra gente hoje, mas tinham vergonha de ser feio naquele momento.

Ao terminar minha tese, em 2009, eu presto concurso para a Ufes e retorno, em 2010, já como professor na instituição. Quando eu retorno, os meninos voltam para dizer: “E aí, a gente precisa institucionalizar isso, não mais a partir do movimento estudantil, mas a partir dos professores”. O projeto Escola sem Homofobia era do eixo educação e saúde, um atravessamento na formação dos meninos e meninas do Ensino Médio – foi onde, em 2010, apareceu a “mamadeira de piroca”. Em função do projeto Escola sem Homofobia é que esses caras vão dizer que a gente buscava, então, com autorização da Dilma [Rousseff, presidenta da República], transformar meninos e meninas em outras coisas. [...] Era um projeto que buscava realmente incidir sobre a produção da masculinidade e da violência que é inventar um corpo de menino [...].

---

4. O entrevistado refere-se à então Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, durante a gestão do ex-prefeito João Coser (PT), à frente do município entre 2005 e 2012.

**Marcelly Campos:** Nesses últimos 20 anos, quais foram os marcos históricos ou episódios de resistência que você considera mais importantes na trajetória do movimento LGBT capixaba?

**Alexsandro Rodrigues:** [...] A criação do Fórum Municipal LGBT<sup>5</sup>, se eu não me engano lá nos idos de 2010, e, logo em seguida, a criação do Conselho [Estadual LGBT]. Isso foi resultado do movimento social. [...] Acho que são marcos importantes, mas percebo, também, que muitas coisas que aconteceram no Espírito Santo, não aconteceram por ação local, mas sim pelas políticas federais que incidiram no estado [...]. Então, o que tem aí do movimento social? Eu vou te dizer: nada! O movimento social tem feito enfrentamentos, tem convocado as instituições para que elas se responsabilizem e criem as condições. Mas, para mim, aqui no estado, o que se deu ou o que se dá não é pelo estado, mas sim porque a gente aproveita aquilo que o movimento LGBT nacionalmente tem conseguido junto ao Executivo. Vamos lembrar de coisas do tipo união estável, casamento, direito à adoção, direito de família, direito à doação de sangue, [...] direito a nome social, direito à identidade de gênero e direito à troca de documento. Pra mim, vem tudo na esteira daquilo que é colocado pelo governo federal e pelo Judiciário. [...] Aqui na Ufes, o nome social só rolou porque tinha uma portaria do governo federal que nos garantia a mudança de gênero, não é porque o movimento LGBT do Espírito Santo [conquistou], é porque temos uma legislação. Então, o Judiciário tem garantido a essa população acreditar que ainda é possível seguir respirando. Mas é tudo muito frágil e odioso. Quanto mais avançamos nessas migalhas, mais me parece que as pessoas perdem a vergonha de desferir tanto ódio sobre essa população.

**Marcelly Campos:** Então, na sua avaliação, o movimento LGBT tem atuado para segurar a rédea, para não permitir que a extrema direita, nesse momento histórico, avance nos retrocessos, como se fosse uma barreira de proteção para assegurar o que foi conquistado ao longo desses últimos anos?

**Alexsandro Rodrigues:** Até hoje a gente criminaliza a LGBTfobia por meio do crime de racismo. Não demos conta de bancar a especificidade da homofobia, da lesbofobia e da transfobia. Na década de 90, o movimento social deu conta de despatologizar o homossexualismo (estou usando a palavra desse tempo). Em 1999, o movimento social conseguiu parar a “cura gay”, mas a “cura gay” está aqui, o tempo todo soprando no cangote. Então, é o movimento social que vai incidir sobre o Conselho Federal de Medicina, sobre o Conselho Federal de Psicologia, mas, o tempo todo, meu olho está aberto. Eu sigo a minha vida olhando para a frente, mas

---

5. O entrevistado refere-se ao Fórum Municipal LGBT da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

sabendo que essas coisas não criam e não garantem também um monte de coisas. Eu sei que a gente não retrocede, mas a gente não tem lei. Eu vejo a importância do movimento social nesse protagonismo de incomodar, de ir lá pra porta da Câmara e da Assembleia. A gente vira trincheira; na hora da luta, somos os primeiros corpos a chegar; são as LGBTQs e os pretos, né?! O movimento social faz isso, a nossa função é incomodar quem nos representa para que criem políticas [públicas]. Eu esqueci de falar, mas aqui no estado, a gente tem a experiência do primeiro presídio LGBT, também uma deixa do governo federal [...].

**Marcelly Campos:** Como você entende o papel da Universidade dentro dessa luta?

**Alexsandro Rodrigues:** Eu entendo que a Universidade é uma instituição pública que precisa se comprometer com os grupos minorizados e devolver ao público o que o público faz aqui. É uma universidade forçada pelo povo. Entendo que, assim como os currículos precisam enegrecer, também precisam “envidecer”, para que possam contar outras histórias, fora do heterossexismo e da heteronorma. Nossos médicos não podem sair das universidades sem compreender que a saúde de uma mulher lésbica não pode ser entendida como a saúde de uma mulher não lésbica. É preciso estar sensível a isso, e não tem que ser só o médico gay nem a médica “sapatão”. Então, a formação que nós damos na universidade precisa se comprometer com toda a forma de vida. Não pode [essa discussão] ficar aqui nos cursos de pobre, como licenciaturas, alguns bacharelados, os cursos do [campus de] Goiabeiras [da Ufes]. A gente precisa que os cursos de medicina, enfermagem e direito também se responsabilizem e se comprometam; é preciso que a Universidade [como instituição] tensione isso, que os estudantes e os professores tensionem, e que a população também tensione. Mas, quanto mais essa universidade se pinta de povo, mais o povo a odeia. [...] A Universidade, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, precisa criar condições, editais específicos. A gente esteve, recentemente, com nosso primeiro edital de iniciação científica garantindo bolsas para a população TT [trans e travestis]; a nossa extensão tem cota específica para a população TT. A Ufes, neste momento, tem um projeto, que é o Trans Encruzilhada, coordenado pela professora Jeffa, juntamente com os corpos e com as “corpas” trans-travestis. Isso foi provocado por dentro do Núcleo<sup>6</sup>. É aqui que elas se reúnem. É preciso que a Universidade também se comprometa com esses corpos desde a entrada na instituição e durante a permanência. Os nossos editais de mestrado e doutorado têm garantido [o acesso], mas isso não significa que esses corpos tenham [de fato] chegado aqui, e aí é muito assustador. [...] Mas,

---

6. O entrevistado está se referindo ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Sexualidades (Neps) criado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em 2013.

essa política da Universidade não é porque ela é boazinha não, tá? É de 2010 o meu primeiro artigo denunciando que, aqui, um homem trans teve infecção urinária porque ele fazia xixi em casa, vinha pra universidade e só fazia xixi de novo quando voltava pra casa. Esse artigo incidiu em políticas públicas na Uerj e na UFRJ. Aqui [na Ufes], só bem recentemente a gente conseguiu alterar a paisagem do Centro de Educação e, depois, toda a paisagem da universidade e, conseqüentemente, do Ifes<sup>7</sup>. Mas nas escolas estaduais, não sabemos o que está rolando; nas escolas municipais a gente sabe o que tá rolando por lá, né?. Então temos muita coisa pra fazer [...].

**Marcelly Campos:** Hoje, qual o principal desafio da população LGBT no Espírito Santo?

**Alexsandro Rodrigues:** O envelhecer! Porque é isso... a gente está chegando na terceira idade. As “bichas” velhas, as “sapatonas” velhas estão por aí. Então, pra mim, hoje, o maior desafio para as políticas públicas e para o movimento social é garantir que os nossos velhos e velhas possam envelhecer e morrer com dignidade. De vez em quando a gente fica sabendo de corpos LGBTs que morrem e desaparecem. Há pouco tempo, morreu uma figura importantíssima para o município de Vitória, para a história do movimento LGBT, que foi a Gabi Monteiro, que dá nome ao Fórum LGBT de Vitória. Passaram alguns dias, uma certa noite, a Edna Mara e a Tânia Alves, que são “bichas” velhas, chegaram trazendo uma frasqueira e dizem: “Professor, mandaram entregar essa *nécessaire* para o Núcleo, porque é o único lugar para guardar o que sobrou de uma vida”. Aqui nessa bolsinha (disse ele abrindo a bolsinha) está o que sobrou da Gabi, uma vida coube em uma *nécessaire* que ninguém quis, nem a família.

Esta é uma questão: o que faremos com os corpos, com essas vidas que vão envelhecendo sem direito à família, em solidão e abandono? Eu vou entendendo, hoje, à medida que estou envelhecendo, que esta é uma questão, porque a gente vai se tornando invisível, Marcelly. Chega um momento em que você vai se tornando invisível, um tempo em que memórias importam muito pouco, que a caminhada que foi feita para garantir algumas coisas não está importando. Então, acho que esta é uma questão: o envelhecimento e o direito de memória. Não deixar que os mais novos não se impliquem em continuar criando as condições para que possam continuar chegando. Essa população envelheceu, e a Gabi morreu quase como uma indigente, se não foi como indigente... porque esse corpo não é digno de viver, é deixado à morte.

Então, acho que nós, enquanto movimento, enquanto instituições públicas, precisamos prestar atenção nisso, porque eu não estou falando de uma

---

7. O entrevistado está se referindo ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

lógica familiar, mas de casas de repouso. Não dá pra levar um corpo de travesti, raspar sua cabeça e colocar numa casa de idosos para homens. A área da saúde precisa acolher esse corpo envelhecido com dignidade. Eu estou olhando agora pra essa galera que está aqui, as sobreviventes da aids, e que estão hoje com seus 70 anos. Para mim, essa é uma questão pra gente pensar. Edna Mara está com quase 70 anos, Tânia Alves e Mel estão com mais de 60 – e a Gabi morreu recentemente. Assim como os velhos heterossexuais ficam precários, vivem a precariedade, eu entendo que com a população LGBT isso acontece de forma muito [mais dura].

**Marcelly Campos:** Como que você vê a articulação do movimento LGBT com outros movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento feminista, o movimento indígena, de direitos humanos e, eu destacaria também, o movimento de luta das crianças e adolescentes?

**Alexsandro Rodrigues:** Eu sigo acreditando na importância das políticas de alianças. Nós ocupamos todas as conferências [...] da mulher, de direitos humanos, fomos ocupando para garantir a pauta LGBT em todos esses espaços. No Fórum Municipal, a gente foi mandando os nossos representantes para garantir as pautas da população LGBT. Se a gente não consegue garantir nesse lugar [em que estamos], vamos garantir por meio dos direitos humanos – só que direitos humanos é um grande guarda-chuva que cabe todo mundo e não cabe ninguém. [...] A Conferência das Mulheres<sup>8</sup> foi um horror de transfobia, mas a gente estava lá. Então, é preciso ocupar esses lugares estrategicamente. [...] Não sei [como é isso] nos movimentos. O movimento negro, por exemplo, se tiver de [lutar para] garantir a sua vida porque você é uma mulher preta, ele vai fazer; mas se for pela sua lesbianidade, eu não sei se isso importa.

Mais uma vez, o eixo raça/classe continua prevalecendo, mas eu acho que a aposta para o enfrentamento à barbárie só pode se dar se a gente produzir pautas comuns, talvez esteja nos faltando garantir isso. Eu não sei se é via partido, se é via educação, mas é preciso entender que o eixo da interseccionalidade atravessa todos nós. Matou uma “sapatão” é: se prepare, a próxima é você. Então, acho que a gente precisa entender isto: o que nos une é a vulnerabilidade, é a precariedade. Ainda que eu não esteja conseguindo ver a produção desse comum, pra mim é só por esse lugar que é possível a gente criar coalizão, criar realmente um paredão que nos una. [...] Acredito que é pela política de alianças sim, mas o que falta, parece, é a gente realmente sustentar isso. [...] Eu adoro quando conseguimos mobilizar desejos comuns, sabe? Como aconteceu no

---

8. O entrevistado refere-se à VI Conferência Estadual das Mulheres, realizada em 2025.

penúltimo ato na Assembleia<sup>9</sup>. Naquele dia, você não conseguia andar de tanta gente, porque ali estava todo mundo: os pretos, os brancos, os indígenas, as LGBTs, todas compreendendo que a água ia bater na bunda de todo mundo.

**Marcelly Campos:** Quais experiências de solidariedade e enfrentamento coletivo você considera muito marcantes na sua trajetória no movimento LGBT no Espírito Santo?

**Alexsandro Rodrigues:** Eu vou sempre tomar as paradas e os manifestos como marcos de enfrentamento, de alegria, porque a luta pode ser feita com alegria. O [Michel] Foucault [...] vai dizer pra gente: “Eu não preciso ser triste pra ser militante”. Então as paradas e os manifestos, que têm um tanto de alegria e de exercício de coragem, para mim são marcos [...], momentos de força, de multidão. A existência LGBT por si só já é manifesto. Acredito que os manifestos e o carnaval são lugares possíveis para fazer a revolução, sabe? O carnaval é sempre esse momento em que as gays e as travestis, principalmente, ocupam e produzem entradas. Então, a festa tem sido o lugar que nos permite escancarar outras coisas para o mundo. E entendo a festa como direito. Você garantir o carnaval do Centro de Vitória é compreender que a festa é produção política. A alegria é revolucionária, Marcelly. Então, a gente precisa criar condições para que as pessoas sejam alegres. Celebrar a vida.

**Marcelly Campos:** Que legado você acredita que o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e sua trajetória pessoal deixam para o Espírito Santo?

**Alexsandro Rodrigues:** O legado são as pessoas, cada pessoa que foi afetada por algo que se passou aqui [...]. Tem um monte de gente trabalhando nos espaços da saúde, da educação, nos espaços de gestão; já conseguimos formar professores universitários que estão em outras universidades e seguem afirmando os estudos de gênero e de sexualidade. Não resta dúvida de que há uma produção acadêmica, este Núcleo produziu um trabalho gigantesco de formação engajada e comprometida com o campo de gênero e sexualidade. Então, acho que o legado é este: saber que seguimos fazendo futuro porque a gente não desistiu da gente. Hoje, o núcleo tem três professores e professoras mais jovens, a Jeffa com 40 [anos], o Jésio com 40, a Eliana com 40. Eu estarei me aposentando daqui a pouco, mas a gente continua

---

9. O entrevistado está se referindo à manifestação que ocorreu em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 21 de setembro de 2025, que mobilizou milhares de pessoas, partidos e movimentos sociais contra a PEC da Blindagem, popularmente conhecida como PEC da Bandidagem, medida que visava favorecer ainda mais os políticos brasileiros, e contra a PEC da Anistia para os golpistas que invadiram a Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

formando doutores e mestres que ocuparão os espaços, principalmente na escola básica. Nós queremos o mundo ideal para que esses trabalhadores possam ter paz; estamos entendendo que meninos e meninas não serão mais expulsos das escolas por serem LGBTs. Isso pra mim é legado, legado de muitos outros que me antecederam, construindo essa história. A formação de pessoas é o legado. Plantar ideias, plantar coragem. Dizer para esses meninos e meninas, muitos deles heterossexuais – porque o Núcleo não forma só LGBTs – que na nossa vida só tem um verbo que é “seguir”. Não volte, siga! Vá, vá e vá! Então esse é o legado. Ao sair de cena, eu vou dizer que a minha passagem pela universidade e pelas pessoas que me tocaram minimamente alterou a paisagem no que diz respeito à diversidade sexual.

**Marcelly Campos:** Que futuro você deseja para o movimento LGBT no Espírito Santo e no país?

**Alexsandro Rodrigues:** Que ele continue sendo plural, mas que seja menos egóico, menos pessoalizado, buscando garantir direitos para a vida coletiva. Que a gente possa se encontrar nas políticas de amizades; que a gente possa sonhar com outros futuros e outros modos de pensar a democracia; que a gente possa querer adotar os nossos velhos e não somente bebezinhos; que a gente possa acolher os corpos velhos como corpos que importam, como corpos que têm o que dizer, o que ensinar. Acho que isso vai ser bacana.

**Marcelly Campos:** Qual mensagem você gostaria de deixar para as próximas gerações de militantes e defensores dos direitos humanos?

**Alexsandro Rodrigues:** Só vai... [...] ainda que com medo, siga! Não olhe pra trás – só olhe para [o passado] para te fortalecer e saber que você não está inventando a roda. No mais, só vai. As crianças, elas só vão, né? De repente, elas param porque são domesticadas. E pra mim, as LGBTs, como elas são erva daninha, elas brotam e proliferam. Então pra mim, a ordem é seguir semeando vida, sabe? E seguir. Vai, com medo, mas vai!

---

**Marcelly Campos:** Quem é Déborah Sabará? Como se reconhece? Como se apresenta?

**Déborah Sabará:** Sou Déborah Sabará, coordenadora de Ações e Projetos da Gold. Eu sou mãe, tenho um filho de 25 anos, que mora sozinho em Portugal; tenho minha mãe, por quem tenho a maior paixão. Ela tem 83 anos. Enfim, essa é Déborah. A minha história começa com as

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>10</sup>. Meus pais eram protestantes, mas eles tinham uma cabeça assim: deixar a pessoa seguir o caminho que quer [...]. Eu sempre me incomodei com alguns formatos, desde criança, sem falar das violências que eu sofria. Eu me senti mais acolhida nesse espaço das CEBs, tinha tudo a ver comigo [...]. Então, foi ali [nas CEBs], que aprendi toda a minha luta [...], a defesa do meio ambiente, das questões raciais, do povo da terra, da moradia.

**Marcelly Campos:** Você já se reconhecia enquanto uma pessoa trans naquela época em que atuava na Igreja Católica?

**Déborah Sabará:** Eu não sabia nem o que eu era, eu só lembro das agressões físicas e verbais: “O que é? Você é isso? Você é viado? Você é baitola?”. Era uma enxurrada de violência. E o que que eu era? Nem eu sabia! Eu fui praticamente descobrir o que eu era, ou como eu era, por meio dos meus desejos. O desejo de botar um sapato alto, um vestido... era isso que eu sentia; assim que fui me descobrindo. Lógico que eu não podia, pois estou falando desses desejos desde muito criança, vinham comigo. [...] Eu descobri que eu queria ser algo; eu não entendia que eu não era, mas eu entendia que tomava muito tapa [...] e diziam: “Se impõe, se impõe!”. Então, eu me perguntava: “Estou fazendo alguma coisa errada? Sou diferente? Eu nasci errada, no corpo errado? Por que tantas críticas?”. [...] Mesmo eu sendo da pastoral, mesmo eu sendo das CEBs, [...] tendo uma cabeça política avançadíssima, não aceitava a questão da sexualidade. [Aquele espaço era] só para quem era muito cis, para homens gays, para mulheres, mas a trans naquele pedaço era impossível. Então, quando descobriram que eu comecei a fazer a transição e continuava na pastoral, me tiraram dos espaços da Igreja. A Igreja também não deu conta, né?! Enquanto eu estava de vestidinho, mesmo que a gente chamasse, na nossa linguagem, de “pintosa”, era uma coisa. Agora se travestiu, se vestiu, saiu à noite como qualquer outra pessoa, isso extrapola os limites daquela instituição. [...] Então é isso. Toda essa infância me prejudicou muito.

**Marcelly Campos:** Algum fato político te mobilizou naquele momento? Aquele contexto em que você estava, a sua família?

---

10. A entrevistada refere-se às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, que são pequenas comunidades cristãs, formadas sobretudo por pessoas de um mesmo território, que se reúnem para celebrar a fé, ler e refletir a Bíblia à luz da realidade vivida e atuar coletivamente na transformação social. Surgidas no Brasil a partir da década de 1960, em diálogo com o Concílio Vaticano II e com o contexto sociopolítico latino-americano, as CEBs constituem um “novo modo de ser Igreja”, marcado pela participação dos leigos, pela vida comunitária e pelo compromisso com os pobres e excluídos. Disponível em: <https://portaldascebs.org.br/historia-das-cebs/>. Acesso em 14 abr. 2026.

**Déborah Sabará:** O meu fato foi o seguinte: aconteceu uma chuva muito intensa na comunidade e muitas pessoas do bairro Nova Carapina [município de Serra] tiveram as casas invadidas pela água. Nesse dia, aconteceu uma visita de Dom Silvestre Luís Scandian, que era o arcebispo. Ele desceu o barranco para visitar essas famílias; eu vi e aquilo me chamou atenção, aí eu pensei: “Poxa, uma pessoa tão importante está descendo, então eu gostaria de fazer isso também, ajudar essas pessoas; então vou embarcar nessa”. E aí embarquei. Como eu tinha uma tia muito católica, ela queria eu ali ao lado dela; então, rapidamente, eu comecei a participar de tudo. Isso foi muito marcante para mim, nesse momento eu aprendi tudo e, hoje, eu faço na Gold. Quando assumo a Gold e as pessoas vão conhecendo a minha história, elas dizem: “Ah, então isso você já faz há muito tempo”. Enfim, a gente vai aprendendo e, assim, eu aprendi sobre os direitos humanos na Igreja [...]. A partir daí tem um conflito: “O que sou eu? Para onde eu vou? Como que eu vou?”. Porque dentro de casa eu sou “fulano”, na escola eu quero ser menina – e é proibido ser menina, é proibido ir ao banheiro [das meninas]; na escola é proibido fazer educação física, os professores não apoiam. Então tem a rua, mas a rua é violenta. Olha o tamanho do conflito! Sair de casa e trabalhar muito cedo [era a opção]. Eu saí de casa. Sempre falo que eu era uma pessoa da rua, não de morar na rua, [...] mas aquela pessoa que saía e passava o final de semana fora. Minha mãe não tinha controle porque eram muitos filhos, era muito trabalho pra fazer dentro de casa, coitada! Vivos, nós somos oito irmãos. [...] E então não dava conta né? Então meu processo se dá ao sair nos finais de semana. Aí tinha que pedir a roupa da amiga, e tinha que ser vestido [...]; a amiga levava uma sacola, eu me vestia no ponto de ônibus pra sair; passava batom, botava brinco, tudo era na rua ou na casa das pessoas. Aí, quando o pai daquela menina descobria que a roupa era dela, dizia que eu tinha doença e proibia a filha de andar comigo. Era uma confusão, um processo muito difícil. E para estudar? Eu não consegui concluir... [...] Aí eu saio de casa, vou trabalhar, e eu sempre me destaquei. Eu sou da primeira turma de adolescentes aprendizes; logo que surgiu [o programa] eu fui adolescente aprendiz na CST<sup>11</sup>, que atualmente é ArcelorMittal.

**Marcelly Campos:** E neste momento você já tinha transicionado?

**Déborah Sabará:** Eu trabalhava de um jeito. Após sair do trabalho, eu transicionava. Então, eu vivia quatro personalidades: no trabalho era uma, na rua outra, em casa outra e na igreja outra. Era muito difí-

---

11. A entrevistada refere-se à antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), hoje, ArcelorMittal Tubarão, localizada no Espírito Santo.

cil... muito, muito, muito! Eu chegava ao trabalho e ouvia: “É verdade que você estava lá em Ibirapu, na festa da cidade, vestido de mulher?”. Só que eu sempre fui muito política, então, eu chamo o chefe e falo assim: “Olha, eu não aceito isso, eu não estou gostando dessa forma!”. Nisso, o chefe chama uma reunião dentro da CST e fala assim: “Não vamos mais tocar nesse assunto”. A partir disso, acabou. Para além dessa questão de ter que viver com múltiplas identidades, tinha a questão do enfrentamento, que eu tinha que fazer. Por exemplo: entrava uma pessoa na minha sala e roubava uma coisa para botar a culpa em mim; quando eu entrava no restaurante, o pessoal gritava “ô viado” e todo mundo ria. Eu tinha que pegar o crachá, levar para o chefe e o chefe dar um balão na pessoa. Quando deu o primeiro balão, nunca mais aconteceu. Aí fui pra rua. Na rua achava que era muito fácil, né? Eu estava trabalhando, mas ia para a rua. Eu não conhecia uma travesti que estava trabalhando no [mercado] formal que dizia: “Não vá para a prostituição”. Eu achava que travesti só servia para a prostituição [...]. A rua foi um espaço que me trouxe experiências incríveis, mas também muita tristeza. Você faz coisas que não quer; a relação sexual sem vontade é uma coisa horrorosa.

**Marcelly Campos:** E como você chegou à Gold?

**Déborah Sabará:** Um dia o pessoal me chama e fala bem assim: “Vamos para a conferência?”. Aí eu: “O que é isso?”. Responderam: “A Conferência Estadual LGBT”. Eu falei: “Não vou pra isso não!”. O Kleber Teixeira e o Carlos de Cabral, que eram ativistas criadores do Fórum Estadual LGBT, que me chamaram. [...] Eles eram um casal que ia para as ruas chamar as pessoas trans falando: “Vocês têm que participar, vocês têm que estar lá, vocês têm que lutar pelos direitos de vocês”. Aí uma travesti chamada Edna Mara Edson, do movimento negro e da escola de samba, falou o seguinte pra mim: “Você já é ativista, você saiu no jornal, saiu na rádio, saiu nisso e naquilo”. Eu falei pra ela: “Mas isso não é ativismo, isso é meu papel, é o que eu faço no carnaval”. E ela diz: “Não, você é uma travesti que saiu no jornal porque ganhou um prêmio no carnaval, você fez comissão de frente, você já é ativista!”. [...] Então vou pra esse evento e lá participo [da discussão] do eixo de cultura. Havia um monte de gente. Eu pergunto pra mulher que foi escolhida para falar sobre o eixo de cultura LGBT [...] bem assim: “Eu amo carnaval e amo cultura, o que você acha de uma porta-bandeira travesti?”. Ela disse que não podia, que pra ser porta-bandeira tinha que ser mulher. Eu nunca tinha ido naquele evento, aí eu questiono e falo bem assim: “Você veio aqui fazer essa fala, para nos ensinar a cultura LGBT e você me proíbe de ser o que eu quero?”. Aí ela disse: “Ah, é porque a porta-bandeira segura um mastro, o pavilhão é como se fosse uma religião que

ali está nas nossas mãos, não pode uma travesti”. Eu falei: “Gente, vocês estão ouvindo isso?”. Aí uma travesti levanta a mão e fala assim: “Discordo de você, qualquer pessoa que tenha respeito e que esteja dentro dos critérios deveria poder ser porta-bandeira”. Então eu faço o questionamento e vira um debate. Aquela travesti concorda comigo e outros questionam. Na hora do almoço, ela vem falar comigo, pergunta meu nome e a gente começa a conversar, até que ela me diz: “Deixa eu te falar uma coisa, você tem um caminho pra ser uma grande ativista e eu preciso de você na Associação Gold”. [...] A Gold é de 2005, essa conferência foi em 2008. Essa travesti estava lá e me fala “eu preciso de você na Associação Gold”. [...] Ela começa a ligar pra mim [...] e me chama para representar a Gold. [...] Eu lembro que eu viajava sem celular, ia só com o papel na mão. Fui parar em Fortaleza, Aracaju, Brasília, sempre representando a Gold. E vieram as eleições na Gold e ela falou assim: “Olha, não dá mais para Gold estar aqui e você precisa e está preparada”. Aí eu fui participar das eleições, ganhei e ela me deu um pendrive – virou uma brincadeira aqui na Gold, um pendrive e uma pasta azul que eu tenho até hoje.

**Marcelly Campos:** A Gold já tinha sede e todas essas coisas? Ou era somente um coletivo?

**Déborah Sabará:** Teve uma sede em Colatina. Há uma diferença muito grande dos movimentos sociais de antigamente para os de hoje. Antigamente, às vezes, o movimento estava atrelado até ao governo, com sala dentro dos espaços do governo, igual aconteceu com a Gold. A Associação tinha uma sala pequenininha dentro da Secretaria de Assistência em Colatina, onde as pessoas LGBT eram atendidas. E aí a gente descobre a emenda parlamentar. Claudio Vereza, ex-deputado estadual do PT, faz uma emenda para a Gold de R\$10 mil. Foi como compramos a sala ali do lado<sup>12</sup>, depois de muita luta, muita luta para conseguir essa emenda. Então eu começo a representar a Gold até que chego nesse momento, neste espaço aqui. As pessoas do Espírito Santo não reconhecem a Gold ou me reconhecem como vocês estão reconhecendo, vindo aqui fazer uma entrevista comigo. Mas vocês sabiam que nós somos uma das únicas instituições de porta aberta das 9 horas da manhã às 19 horas no Brasil? Quantas instituições não têm sede? O que eu posso dizer é que a Gold tem sede. Nem a ABGLT<sup>13</sup> nem a Antra<sup>14</sup> e as redes nacionais têm conhecimento, expertise, documentos que provem

---

12. A entrevistada refere-se à atual sede administrativa da Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold), localizada no Centro de Vitória (ES).

13. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

14. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

sua atuação nos direitos humanos. A Gold faz parte do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil, eu sou a titular. A Gold foi convidada, e eu fui escolhida, para ser a conselheira nacional representando a ABGLT na volta do Conselho, depois do golpe de Bolsonaro<sup>15</sup> contra aquele espaço. Foi um convite, eu nunca disputei isso.

**Marcelly Campos:** Como surgiu a Gold? Você tem conhecimento dessa história? O que era a Gold antes da Déborah?

**Déborah Sabará:** Sim, a Gold nasce como várias outras instituições mais antigas do Brasil, tem a mesma idade, entre 20 e 30 anos. Nasceu no mesmo período em que se entende que a política para a população LGBT não está vinculada somente à pauta do HIV e da aids, do adoecimento e da prevenção – depois eu posso voltar à questão da prostituição, porque mesmo eu sendo uma pessoa que não havia terminado a escola, eu sabia ler e, quando estávamos na mira da aids, não se falava nem HIV, só existia um lugar que entregava preservativo, que era no Centro de Vitória. Todas as pessoas que trabalhavam na prostituição tinham que vir ao mesmo lugar, porém era briga, porrada, facada, canivete e tudo. Por isso, foi separado, o pessoal de Cariacica pega tal dia, os homens tal dia, as mulheres tal dia, as travestis de Vitória tal dia, para evitar a carnificina. E aí a estratégia era: Déborah vai, e todos os preservativos que sobram ela passa pra gente. Preservativo era algo assim, caro, no posto as pessoas cobravam o dobro para vender para travestis. Como muitas delas eram analfabetas, eu lia as linhas dos ônibus, tinha que sair com elas. Com essas estratégias, eu não fiz por maldade, gostava de fazer, mas eu fui entendendo também que elas me protegiam. [...] Então sai dessa linha de combate ao HIV e à aids para atuar no direito das pessoas LGBTs de forma plena, em 2005. A gente entende que a vida da população LGBT está atrelada às conquistas políticas – besta são eles de achar que isso é protagonismo ou meritocracia, né? Muitos gostam de falar: “Ah, eu consegui pelo meu esforço”. Como assim? Foi uma luta, foi uma formação política. Eu lembro de alguém ter me mostrado uma fala do Lula em relação à população LGBT. Hoje nós temos uma outra fala. Enfim, foi um processo amargurante. Então a Gold nasce em 2005, no meio disso; várias instituições nascem nesse contexto, só que outras se desfizeram pelo meio do caminho. E a Gold está aqui hoje, estruturada – e estruturada por uma travesti! Enfim, a Gold nasceu nesse contexto, em Colatina. Aí, em 2008,

---

15. A entrevistada refere-se ao ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro (2019-2022), eleito pelo PSL e, posteriormente, filiado ao PL que, por meio do Decreto 9.759/2019, extinguiu diversos conselhos, entre eles o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (CNCD/LGBT) criado em 2001.

na Conferência Estadual LGBT, a Vanile Borgh me chama e eu começo a representar a Gold. De 2009 pra cá eu estou no movimento LGBT.

**Marcelly Campos:** No decorrer desses anos, o que você acha que o movimento LGBT conquistou no Espírito Santo? O que você acha que avançou? O que melhorou no item qualidade de vida da população LGBT?

**Déborah Sabará:** A gente decidiu no movimento ter como pilares o Conselho, o Plano e a Gerência LGBT<sup>16</sup>; eu ajudei a construir os três. Nós temos o plano, nós temos um projeto do Instituto Jones dos Santos Neves<sup>17</sup>, que fez a pesquisa sobre as pessoas trans, algo inédito feito pelo governo. Esses foram os três pilares que a gente pediu.

**Marcelly Campos:** Quais avanços em direitos e políticas públicas você destacaria no Espírito Santo e no Brasil?

**Déborah Sabará:** Destacaria todas as conquistas por meio do Supremo [Tribunal Federal] e da Secretaria Nacional de Políticas LGBT<sup>18</sup>. Acho que foi um ganho [essa Secretaria], temos a maior política [LGBT] do mundo; na Secretaria são 65 pessoas, todas LGBTs. Nós temos lá a ministra, que eu acabei de conhecer; fiquei toda orgulhosa de conhecê-la, ela que é a primeira travesti ministra no mundo.

**Marcelly Campos:** E quais políticas você acha que ainda devem ser implementadas e fortalecidas?

**Déborah Sabará:** Tudo. Porque nós temos a Secretaria, mas o corte [nos recursos] é lá, é na raça, é nos povos indígenas, é na pauta dos direitos humanos. Ou seja, na hora que tem que fazer corte no recurso é feito lá; então falta financiamento.

**Marcelly Campos:** O que você acha que hoje está entre os principais desafios enfrentados pela população trans, travesti e negra LGBT no Espírito Santo?

**Déborah Sabará:** [...] Eu falo que todas as pessoas precisam buscar ser antirracistas, pois é a maior estrutura para derrubar no sistema. Se a gente derruba o racismo, a gente derruba todas as estruturas, nenhuma fica de pé.

---

16. Neste trecho, a entrevistada refere-se ao Conselho Estadual LGBT, um conselho de direitos, ao Plano Estadual LGBTI+ do Espírito Santo e à Gerência de Políticas de Diversidade Sexual, vinculada à Secretaria de Estados de Direitos Humanos.

17. Órgão público voltado à produção de conhecimento e ao fornecimento de subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.

18. A entrevistada refere-se à Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), instituída pelo Decreto nº 11.341/2023, no governo Lula (2023-2026).

Se a gente derruba o racismo, a gente derruba até o capitalismo; com todo mundo formado, todo mundo consciente, nós derrubamos. Eu escolhi pra mim um mantra, pois a gente precisa de três palavrinhas: política, estratégia e coletivo. Pode trocar a ordem que vai dar na mesma coisa. Se a gente adotar uma estratégia que seja política e coletiva, a gente resolve muita coisa. Estratégia é pensar em votar em alguém que nos representa, numa pessoa que pense na política para todo mundo. Se a gente pensar coletivamente numa estratégia, ela se transforma em uma política. Se a gente faz uma política que venha da estratégia, ela vai ser coletiva. Então, assim, são essas três palavras que eu peguei como meu mantra: estratégia, política, coletiva.

**Marcelly Campos:** Como você acha que a educação pode transformar as pessoas em pessoas menos homofóbicas, menos transfóbicas e menos racistas?

**Déborah Sabará:** Eu decidi diminuir [o peso] dessas questões. Eu gosto da população em situação de rua, do sistema prisional e da socioeducação. Eu só tive essa percepção quando uma defensora falou comigo, em uma mesa em Vila Velha, porque eu ficava falando “ah, eu não fiz muita coisa, quero fazer mais coisas”. Ela falou comigo: “Como assim? Você dá formação todos os dias quando entra na unidade, quando chega como presidente do Conselho de Direitos Humanos junto com a equipe da inspeção... imagine a formação que você dá para eles”. Eu nunca tinha olhado para esse lado. Eu era a travesti, aquela que a outra pessoa discrimina, que estava lá para ouvi-la e tentar preservar seus direitos de alguma forma.

**Marcelly Campos:** Qual legado você acredita que a Associação Gold e a sua trajetória pessoal deixam para o Espírito Santo e que futuro que você sonha para o movimento LGBT?

**Déborah Sabará:** Primeiro quero deixar um patrimônio, quero deixar pessoas que saibam cuidar, quero deixar pessoas que tenham compromisso político, que não peguem dinheiro de projeto, que gastem o dinheiro com muita responsabilidade. [...]. Porque eu acho que eu fui um “babado”; sou mesmo um pouco atrevida por causa disso, sabe? Preciso muito da ajuda da Camila, da Iriny, do João, do Helder que é um parceirão, né?<sup>19</sup> As pessoas têm me cobrado muito um posicionamento político. Eu acho que não tenho voto, [...], nunca tive interesse [...]. Eu sempre falo “gente, não mexe com isso”, eu acho que tudo meu vai cair por terra, tudo que eu sonhei pra fazer. Eu preciso de pessoas lá que sejam sensíveis, entendeu? Mas, as pessoas

---

19. A entrevistada refere-se a políticos do estado: Camila Valadão (PSOL), Iriny Lopes (PT), João Coser (PT) e Helder Salomão (PT).

estão cobrando, principalmente o movimento trans, porque a gente descobre que dentro dos partidos, por mais que tenham pessoas que pautem as questões LGBTs, tem uma transfobia que tira as pessoas trans desses espaços. Então, tem um grupo que está se organizando para tentar fazer a banca trans no Brasil. E estão me cobrando muito; eu vim de Brasília com isso na cabeça. Acho que o legado é esse: eu quero ser a Débora do movimento, eu quero ser a Débora do carnaval. Tenho outros projetos, vou te contar: eu quero abrir a primeira lanchonete Gold; eu estou com a cozinha solidária com tudo tá? Por que não botar as pessoas para fazer lanche e dar um emprego?

**Marcelly Campos:** Déborah, que futuro você sonha para o movimento LGBT no Brasil e no Espírito Santo?

**Déborah Sabará:** Eu espero que a gente consiga conquistar os direitos das pessoas LGBT, mas eu quero muito que o movimento LGBT tenha essa transversalidade nas pautas e que cresça junto com todos os outros movimentos. Cresça defendendo o meio ambiente, cresça defendendo os territórios dos povos indígenas, cresça defendendo o povo em situação de rua, cresça defendendo um povo que está em privação de liberdade. Eu acho que é isso que eu quero, esse compromisso com a transversalidade, porque eu vejo que as pessoas não têm interesse, elas falam o que é conveniente. Eu quero que elas façam realmente de coração.



# “Enquanto houver racismo, continuaremos em marcha”: Fejunes e a luta da juventude negra no Espírito Santo<sup>1</sup>

*Camila Lopes Taquetti<sup>2</sup>  
Letícia Rodrigues de Sá<sup>3</sup>*

1. Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2026, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Por decisão editorial, foram mantidas, na medida do possível, as marcas de oralidade, as construções coloquiais e as variações linguísticas presentes nas entrevistas, em respeito aos modos próprios de expressão de cada entrevistado e entrevistada.

2. Assistente social; doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e supervisora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027). E-mail: ctaquetti2@gmail.com.

3. Estudante de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, atriz, educadora popular de teatro e assessora parlamentar do mandato da deputada Camila Valadão durante a 20ª Legislatura (2023-2027). E-mail: leticiadesadh@gmail.com.

### *Entrevistados:*

**Emanuella Gonçalo do Nascimento:** Presidenta do Fejunes (2025-2026), mateense, 26 anos, psicóloga, mestranda em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Integrante do Fórum desde 2022.

**Filipe Gutemberg Costa Lima:** Secretário-executivo do Fejunes, 26 anos, cientista social, professor e mestrando em Política Social pela Ufes.

---

**Camila Taquetti:** Como se deu o processo de formação do Fejunes e como ele reflete a situação da juventude negra daquela época?

**Emanuella Nascimento:** Quando o Fejunes começou, nós éramos bem novos; mas, através dos documentos históricos, identificamos que o Fejunes se deu a partir do Encontro Nacional da Juventude (Enjunes), [...] em junho de 2007, em Lauro de Freitas, na Bahia. Porque se viu a necessidade, dentro do próprio movimento negro, de um movimento feito para a juventude negra. A gente entende [...] que as especificidades da juventude partem de um outro ponto. Então, o Fejunes surge dessa ramificação do movimento negro, para poder pensar ali especificidades da juventude negra. Aí começa esse debate do extermínio da juventude negra. Em 2007, isso obviamente já existia, mas tinha uma limitação no uso desses termos, extermínio da juventude negra, genocídio da juventude negra; já se falava do extermínio da população negra, mas pôde-se verificar que a população negra que estava morrendo pela violência policial e por outras violências era a juventude negra.

Então, o Fejunes surge muito dessa movimentação, no sentido de entender as pautas da juventude negra daquela época e colocar a juventude negra à frente dessa luta, que é muito específica. Acho que sobre os personagens, o que a gente tem, enquanto memória, são nomes muito simbólicos à frente do Fejunes: o Lula Rocha<sup>4</sup>, a gente sempre percebe a dimensão do legado que ele deixou. Eu não conheci o Lula Rocha pessoalmente, mas, desde

---

4. *Lula Rocha (1985-2021) foi uma incansável e dedicada liderança jovem negra no estado, cujo histórico de militância remonta ao movimento secundarista, mas, também, ao movimento negro e ao movimento em defesa dos direitos humanos local e nacional. Lula atuou na organização e liderança da juventude negra, fundou e coordenou o Fejunes. Foi um dos mentores da Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra e impulsionador da marcha no estado. Sua trajetória é tão importante para o movimento social capixaba que, em 2021, foi publicado um livro em sua memória, denominado Lula Rocha, salve, salve: políticas de luta e amizade. Disponível em: file:///C:/Users/211154/Downloads/Lula-Rocha-versao-final-LUTAS-ANTICAPITAL-1.pdf. Acesso em 25 mar. 2026.*

que eu entrei no Fejunes, é um nome muito presente; ele e muitos outros fizeram o primeiro enfrentamento, porque foi preciso fazer a defesa dessa especificidade da juventude dentro do próprio movimento negro. Até hoje a gente percebe uma escuta diferente. A juventude, muitas vezes, tem até uma música, não é “levada a sério” [...].

**Filipe Lima:** Tem a Ana Paula Rocha, a Dandara, também tem o Feijão, tem o Moacir, que era um parceiro muito importante na época dessa articulação. As primeiras reuniões do Fejunes, muitas delas aconteceram na casa da Dona Rosa, que é mãe do Feijão, lá em Jacaraípe, que acolheu bastante o Fejunes. Então, assim, foi um movimento de muitas mãos e também de uma galera que se formou no Fejunes e continuou em vários outros espaços militantes ou no poder público institucional. A gente pode dizer que o Fejunes foi uma grande escola para uma nova geração de militantes do movimento negro, e hoje [essas pessoas] estão aí encampando a luta em todo o Espírito Santo, alguns até fora do estado.

**Letícia de Sá:** Como os passos que formaram o Fejunes, os passos de Lula Rocha, da Ana Paula, da Dandara, lá em 2007, refletem a continuidade das ações do Fórum hoje em dia?

**Emanuella Nascimento:** É o que o Filipe trouxe: eu vejo o Fejunes muito como um espaço de formação, assim como foi para eles. Por causa dessa construção, hoje, a gente tem grandes nomes na militância que foram formados pelo Fejunes, que passaram pelo Fejunes [...]. Então, o espaço, para mim, é um espaço formativo, mesmo eu estando dentro da militância antes do Fórum. Como eu sou de São Mateus, já estava em contexto de militância lá. E aí, quando eu me aproximei daqui, – porque acaba que é isso, o Fórum se concentra ainda muito na metrópole – eu pude adentrar em outras instâncias.

O que a gente percebe de continuidade é a defesa dessa pauta contra o extermínio da juventude negra. [...]. Porque entendemos que o extermínio ainda existe, o extermínio pela bala policial, mas, também, por falta de educação, por falta de acesso à saúde. São vários pilares do extermínio que nos encurralam num lugar de morte mesmo. Então, acho que esse legado continua no enfrentamento de uma forma coesa, porque, em certas instâncias, a gente precisa fazer uma defesa, às vezes muito pautada, por ser juventude. Acho que [...] vem muito também desse lugar... porque a gente entende que, para estar e construir políticas públicas, precisamos desse letramento, dessa bagagem, para conseguir de fato fazer uma defesa assertiva. Então, eu percebo que esse percurso também foi dado por essas outras pessoas, pela Ana Paula, pelo Lula Rocha, pela Dandara, que ainda militam, ainda estão organizados; acho isso muito importante, porque o Fórum é de juventude, e a gente vai continuar militando após a juventude, pois ainda precisamos fazer a defesa da nossa vida.

Acho que um dos principais lemas que carregamos é a pauta do extermínio, da defesa da vida da juventude negra. Isso ainda é muito presente, as atividades e a própria Marcha [contra o Extermínio da Juventude Negra, realizada anualmente] continuam nessa mesma vertente, com esse mesmo legado.

**Filipe Lima:** O Fórum surge no intuito de dar visibilidade para as pautas específicas da juventude, para que a juventude tivesse um espaço onde pudesse não só se expressar, não só se articular entre si, mas também ser um sujeito político, ativo, coisa que, à época, pelos relatos que a gente tem de todas essas pessoas, era algo bem complexo. Essa relação com a juventude não era uma relação sem tensionamentos, não era uma relação 100% tranquila, e, muitas vezes, a juventude acabava sendo invisibilizada nas suas lutas, como a Emanuella também já bem trouxe. Então, acho que um dos legados também é que o Fejunes ocupa um lugar, muito nesse intuito de formação, de potencialização dessas juventudes, porque o Fejunes, como um fórum, tem uma característica de agregar pessoas que são de diferentes organizações. Em geral, são organizações da esquerda, mas são vinculadas a partidos e a movimentos que são muito diferentes entre si.

O Fejunes tem esse papel aglutinador e formativo. Eu acho que também tem um papel de fortalecer o diálogo entre essa juventude naquilo que são suas pautas comuns. Hoje a gente fala muito, em nível nacional, numa dificuldade de articulação da esquerda em torno de uma pauta comum. Eu acredito que aqui no estado do Espírito Santo, em alguma medida, o Fejunes cumpre esse papel, porque a juventude negra tem um diálogo muito forte com esse espaço comum. Mesmo quem não é diretamente do Fejunes participa dos eventos que a gente realiza, como parceiros, e, muitas vezes, das nossas formações, dos nossos encontros estaduais; são vários militantes de outras organizações, militantes negros que não são do Fejunes, que vêm participar com a gente. Eu acho que essa é uma característica bem única do Fejunes, e que vem desde lá do início. O início também já era bem plural, de organizações e de participantes.

**Letícia de Sá:** Emanuella, você sendo de São de Mateus, como é a relação do Fejunes com as diferentes regiões do estado? Você conheceu o movimento negro lá? É algo que vem da sua família?

**Emanuella Nascimento:** [...] quando eu me aproximei da metrópole, eu percebi que muito é falado, entre muitas aspas, sobre São Mateus. Mas a galera tem uma visão de um São Mateus muito diferente; muito pesquisador vai lá colher dados, escreve aqui bonitinho e a população, às vezes, nem tem acesso a isso. Então, a gente está falando de uma cidade que tem um contingente de pessoas negras muito grande. Mas, a incidência do racismo lá, a meu ver, ainda é maior que aqui. Algumas situações que eu passei lá

são coisas que eu passo aqui, mas de outro modo, em outra escala. Lá é uma parada mesmo de você, se quiser comprar uma roupa em uma loja X, se você estiver de chinelo, você não vai conseguir comprar roupa lá, você não vai ser atendida na loja. Então, é uma dificuldade, são muitas barreiras mesmo; e sendo [o município com] um potencial histórico, a gente percebe também a falta de investimento para o porto, por exemplo. [...] É uma falta de investimento histórica para tudo que é relacionado à população negra, à cultura negra. É um movimento de apagamento mesmo. Hoje eu percebo que a minha militância surgiu através das forças das mulheres da minha família. Porque minha tia-avó ainda hoje trabalha com beiju<sup>5</sup>, então eu tinha essa percepção na infância; meu avô fazia Folia de Reis<sup>6</sup>, e tudo isso eu observava, mas não dava nome àquilo.

E aí, acaba que é um pouco contraditório, mas dentro da igreja eu começo com essa visão um pouco mais social das coisas. Eu cresci dentro de uma igreja evangélica e ali eu fazia parte, ficava à frente da parte jovem da igreja, das ações com pessoas em situação de rua, das visitas a abrigos, por exemplo. Mas quando se tocava na pauta racial, isso ainda era muito oculto dentro da igreja. Então, tive essa dificuldade muito grande, e foi o que me tirou da igreja, o racismo institucional também dentro da igreja. E aí, depois que eu me aproximei do Fórum, eu consegui ver a importância dessas movimentações históricas dentro da minha família, dentro do meu próprio núcleo, de como eles já estavam se organizando de alguma forma, sem nomear isso, por exemplo, enquanto militância. E hoje, eu vejo o quanto que a minha família me formou também, principalmente as mulheres, essa ousadia de chegar e colocar as coisas e fazer acontecer. Acho que é muito da própria cidade, o pouco ali que você fica sabendo, dentro da própria escola, mas de uma formação que foi orgânica, familiar.

**Camila Taquetti:** Gostaria de destacar outras lutas, organizações e vivências nos quais o Fejunes teve importante protagonismo nesses quase 20 anos de história?

**Filipe Lima:** Acho que, principalmente, no que diz respeito às políticas públicas de juventude que foram sendo desenvolvidas aqui no estado nes-

---

5. O beiju é um alimento de origem indígena e parte da tradição das comunidades quilombolas. Feito à base de mandioca, é fabricado desde o século XIX, uma tradição passada de geração para geração. É um símbolo de resistência da memória e saber quilombola.

6. A Folia de Reis, também conhecida como Festa dos Santos Reis, é uma festa da cultura popular brasileira, com origem europeia e ligada aos festejos natalinos. Ganhou força no Brasil no século XIX, tornando-se um auto que reúne diversas tradições culturais e etnias. No Espírito Santo, essas festividades são mais presentes na região norte, como nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

ses últimos 20 anos, o Fejunes teve participação direta. A gente pode citar, desde lá atrás, o surgimento do Conselho Estadual de Juventude, com atuação direta do Lula Rocha e do Moacir. E agora, mais recentemente, a implementação de um fundo que prevê recursos financeiros para serem geridos também pelo Conselho Estadual de Juventude. Isso também foi conseguido com participação direta do Fejunes, na gestão do presidente Ramon Matheus. Os conselhos municipais de juventude também tiveram forte atuação de conselheiros do Fejunes, como também o Conselho de Equidade Racial, tanto em nível estadual quanto municipal. E a principal, talvez, uma das principais políticas de juventude aqui do estado, que é o Centro de Referência da Juventude, que não é uma conquista só do Fejunes, é claro, nenhuma dessas conquistas são só do Fejunes, mas eu falo que o Fejunes teve uma participação ativa, que tiveram atores que compuseram o Fejunes na linha de frente dessa luta também, contribuindo junto com muitas outras organizações. Então, o Fejunes foi ativo, principalmente, nessas políticas públicas de juventude.

Acho que, assim, na nossa principal área de incidência, que é a segurança pública, o Fejunes também teve uma participação ativa. Mas, acho que existe um outro cenário, porque a segurança pública aqui no Espírito Santo é terra de ninguém, a gente pode dizer assim. O próprio governador já falou que ele não controla o secretário de Segurança Pública, ele não controla a segurança pública. Parece que é uma instância à parte, que se autorregula. É óbvio que, se a gente tem agora aprovações de leis para [uso] das câmeras nas fardas dos policiais, isso tem também uma atuação indireta [do Fejunes]. São 20 anos de Marcha, 20 anos a gente colocando essa pauta na mesa do governador. Agora, é claro que dialogar, fazer uma construção conjunta, não é algo que passa na agenda de construção de políticas da segurança pública aqui no estado. Não é porque a gente não está presente se posicionando enquanto sociedade civil, não é porque a gente não tem um projeto, não é porque a gente não apresenta ações, é porque a política aparece mesmo nesse viés do extermínio claro e declarado aqui dentro do Espírito Santo. Então, assim, é na marra que as conquistas têm vindo, muito através da atuação dos nossos parlamentares também, da Camila, da Iriny e do João<sup>7</sup>.

**Emanuella Nascimento:** Acho que, nacionalmente, tem a questão da caravana também.

**Filipe Lima:** É, em nível nacional, eu acho que dá para destacar isso e um resultado que é o Plano Juventude Negra Viva, fruto daquela articulação nacional

---

7. O entrevistado refere-se às deputadas estaduais Camila Valadão (PSOL) e Iriny Lopes (PT) e ao deputado estadual João Coser (PT).

lá que fundou o Fejunes. Aquela galera já estava propondo políticas públicas e ações para construir um plano visando esse combate ao extermínio. E é importante destacar isso, porque não existe só o Fejunes como fórum da juventude negra, também foram criados [outros fóruns] em outros lugares.

**Letícia de Sá:** Como se dá a articulação do Fejunes com outros movimentos sociais?

**Filipe Lima:** Hoje, a gente pode fazer uma delimitação, que a atuação do Fejunes é mais estadual. Aquela articulação a nível nacional que existiu lá em 2007, com o passar do tempo, acabou se perdendo, seja por conta de uma própria fragmentação da esquerda, seja também por conta das dificuldades que foram surgindo mesmo. O neoliberalismo, o avanço do governo Temer, a pandemia, as condições de vida da população negra que foram se deteriorando e isso tudo afetou muito essa articulação da juventude nacionalmente. Então, não só com o Fejunes isso aconteceu. Hoje, a gente ainda tem, por exemplo, o Fórum de Juventude Negra na Bahia; mas a gente não tem um vínculo, não realiza ações conjuntas. É cada um tentando sobreviver dentro do seu estado para desenvolver ações, para poder fazer alguma coisa ainda. [...] E a nossa principal interlocução aqui no estado é com o movimento negro capixaba, por conta do Fejunes ter nascido a partir desses movimentos negros, de certa forma, [a partir] de um diálogo e de uma ruptura. E também porque a nossa principal pauta é a pauta do movimento negro. Então, existe esse diálogo, hoje, essencialmente, através da Unidade Negra Capixaba, organização que surgiu no ano de 2021 [...]. O Fejunes é membro ativo da Unidade Negra Capixaba, que congrega os movimentos negros. É a maior articulação de movimentos negros aqui no estado. E nós somos membros ativos dessa organização.

A gente também tem um diálogo muito grande com as outras frentes, movimento feminista, LGBTQIAPN+, mas, principalmente, em ações e atividades. Então, a gente se junta em momentos mais específicos, para poder realizar esse trabalho, seja na Marcha das Mulheres, seja quando a gente tem algum evento mais específico, em qualquer outro lugar [onde esteja] a questão LGBTQIAPN+. A gente chama a galera dos outros movimentos para participar. Mas é uma interlocução mais pontual. A mesma coisa se dá com o movimento quilombola. O movimento de direitos humanos, a gente tem uma proximidade maior, porque é um movimento que bate de uma maneira muito direta na questão do extermínio aqui no estado. Então, sempre quando ocorrem ações mais diretas de enfrentamento à violência policial, o movimento de direitos humanos está presente, e a gente faz esse diálogo. [...] Pensando no movimento

de direitos humanos, é uma perspectiva ampla, porque a gente também dialoga com outros atores, Defensoria, por exemplo, outras instituições como a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia, na qual a Camila está [como presidente]. Então, tem essa interlocução muito grande por conta da luta contra o extermínio.

**Emanuella Nascimento:** Eu acho que um outro ponto de articulação também está dentro dos conselhos. Porque o Fejunes, anteriormente, estava mais presente nos conselhos. A gente tinha uma galera que estava mais à frente, participando dos conselhos estaduais, mas também dos conselhos municipais. Então, acho que essa articulação se dava também através desse espaço de construção. A gente já esteve no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, no Conselho de Juventude Estadual e nos conselhos de Juventude de Vitória e da Serra.

**Letícia de Sá:** Como vocês avaliam o papel das instituições – Executivo, Justiça e Parlamento – na efetivação dos direitos da população jovem negra no Espírito Santo?

**Filipe Lima:** Insuficiente. O livro<sup>8</sup>, ele é uma tentativa de responder a essa lacuna que existe na atuação do governo do estado. Porque é muito nítido que a questão racial – o racismo e a violência contra a população negra – é tratada ou como um problema menor ou como um problema inexistente por parte do poder público. Isso se torna evidente quando a gente vai olhar o que efetivamente é realizado. Porque, se formos medir o discurso e as falas, que já são pouquíssimas, diga-se de passagem, são pouquíssimos os políticos em todas as esferas, municipais e estadual e mesmo federal, que tocam na pauta racial, que falam sobre racismo, que falam sobre violência. Não se fala ou fala-se muito pouco e, em geral, realiza-se menos ações ainda. E eu acho que é muito evidente isso quando a gente vai olhar, por exemplo, para o local que ocupam as pastas de promoção da igualdade racial, seja na estrutura do governo estadual ou nas estruturas dos governos municipais. Na maioria dos municípios há uma ausência de pastas de promoção da igualdade racial. Em geral, quando você tem, não há secretarias específicas para tratar do tema.

Quando a gente olha para a estrutura do governo estadual, a Gerência de Juventude se tornou uma subsecretaria dentro da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos. A Gerência de Políticas para Mulheres se tornou uma Secretaria, mas a Gerência de Promoção da Igualdade Racial permanece como era anteriormente, ou seja, não há nenhuma mudança. E aí,

---

8. O entrevistado refere-se a esta obra: *Direitos Humanos no Espírito Santo: resistências, lutas e sujeitos históricos*.

quando a gente tenta dialogar para a realização de qualquer ação, de qualquer coisa com a Gerência de Promoção da Igualdade Racial do Espírito Santo, nunca há recurso. A realidade é que a gente consegue, no máximo, uma máquina fotográfica para a realização das ações. Quando é uma ação maior, com um diálogo com a secretaria, com um diálogo com a Subsecretaria de Juventude, [...] com a Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero, às vezes a gente consegue um apoio para realizar ações, mas só a Gerência de Promoção da Igualdade Racial não tem força política, não é dotada de orçamento. E aí, quando a gente vai olhar para a atuação dos municípios, é uma situação muito similar, mesmo naqueles que têm uma pasta, têm alguma área que, geralmente, fica dentro da Secretaria de Direitos Humanos dedicada para isso. A gente obviamente tem bons trabalhos sendo realizados aqui na região metropolitana, por exemplo, tem bons trabalhos sendo realizados no interior, mas é um trabalho de um secretário ou de um responsável pela pasta muito interessado, não pela gestão municipal que coloca o tema como algo relevante dentro da agenda do município. E, no geral, a situação é a mesma. O orçamento é extremamente limitado para qualquer tipo de ação. E aí é só entrar em qualquer rede social, Instagram, mesmo na página da prefeitura, puxar o Diário Oficial e ver as ações que são destinadas para debater o tema. A gente está falando de pouquíssima coisa. E quando a gente chega nesses espaços para debater sobre qualquer coisa voltada para a realidade da população negra, a gente precisa ficar fazendo o bê-á-bá.

Nós vivemos num país racista e a gente precisa dar relevância para o tema, porque não é uma questão só de pessoas negras, é uma questão de todos, é uma questão social. É um amplo debate para ensinar o básico. A gente tem que colocar o básico para conseguir o mínimo de qualquer coisa.

Então, hoje, não é um cenário de diálogo fácil, mas a gente também não pode deixar de reconhecer que existe um avanço em relação ao que era há 30 anos, por exemplo, no Brasil. Isso é óbvio. É óbvio que existe avanço. Só o fato de existir uma pasta dedicada a debater a questão racial, isso já indica um avanço. O fato de haver um Ministério da Igualdade Racial também é muito importante para o debate da pauta, porque fortalece mais em nível estadual. Mesmo que existam esses avanços, a gente precisa sair do nominal e partir para a realização de ações efetivas reais. Acho que essa é a nossa grande dificuldade, é sair da formalidade para conseguir adentrar e afetar de fato a vida das pessoas positivamente. É uma grande questão, obviamente, do ponto de vista mais pessoal, não que eu acredite que apenas o poder público vá resolver o problema do racismo no Brasil. Não é uma questão que eles irão resolver, não acreditamos nisso, principalmente dentro dos marcos do capitalismo. Mas o trabalho constitucional que deveria ser feito não é realizado, é mais nesse sentido. Por outro lado, se a gente for falar dos nossos parlamentares, se reduz aos parlamentares

de esquerda no estado, que são poucos. O debate é muito restrito também ao campo da esquerda, no âmbito parlamentar, porque a abertura é zero com os parlamentares de direita. Aqui no Espírito Santo não existe, não que seja louvável a tentativa, mas não existe direita nenhuma querendo debater a questão racial, mesmo com fim eleitoral. É um negócio surreal. Em outros estados, pelo menos, tem um movimento assim, de cooptação. Aqui não, aqui não tem tentativa nenhuma da direita. O negócio é que, para eles, o racismo não existe, escancaradamente.

**Letícia de Sá:** Agora, queremos saber do papel do Fejunes na construção da Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra, que já vai chegar à sua 19ª edição. Por quais territórios já passaram? O que é a marcha em si e quais são os atores que contribuem na construção? Quais desafios e conquistas promovidas?

**Emanuella Nascimento:** A Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra atualmente é o maior ato do movimento negro dentro do nosso estado [...] que acontece todo dia 20 de novembro. Anteriormente, não necessariamente no dia 20, mas em referência ao dia 20. Depois que vira feriado, a gente consegue ocupar essa data. É importante também trazer que, para além da pauta de extermínio, que é uma pauta muito forte, a gente sempre tenta trazer uma subpauta, uma vertente. Porque, ano passado, por exemplo, a gente entendeu que era necessário falar dos casos de feminicídio dentro do nosso estado. Porque, ainda hoje, os casos de feminicídio são tratados como casos de homicídio, por exemplo. E tem prefeitura que lança card falando que não teve nenhum caso de feminicídio na cidade X. E a gente abre o jornal e todo dia vê...É um movimento que eu tenho feito, de acompanhar o jornal do estado, e, todo dia, a gente tem um caso de feminicídio. Então, no ano passado, a gente trouxe [o feminicídio] como tema central da 18ª Marcha contra o Extermínio da Juventude Negra. Em todos os materiais lançados, tudo que é direcionado à marcha teve essa pauta do feminicídio. A camisa que a gente usa, a própria faixa, as falas são direcionadas para essa pauta. Entendendo que a marcha é um movimento de luta. É o momento em que a gente consegue ir para a rua, denunciar todas as atrocidades que vêm acontecendo com a população negra, especificamente com a juventude. Porque, até nos casos de feminicídio, a gente percebe esse recorte de mulheres negras e jovens morrendo.

Então, houve muitas mudanças. Por exemplo, algumas marchas, antigamente, eram paradas. Hoje a gente ainda consegue fazer um movimento. Enquanto território, a gente já teve marcha em Feu Rosa, na Serra. O ano passado foi [...] em Vitória. Tem muitas que também foram ali pelo Centro [de Vitória]. Toda a caminhada da marcha é muito política. Porque, por

exemplo, quando é no Centro de Vitória, a gente sai da Praça Costa Pereira e vai para a frente ao Palácio [Anchieta]<sup>9</sup>. Então, às vezes, a gente faz também um ato dentro da marcha em frente ao Palácio, depois já aconteceu da gente ir para o Mucane [Museu Capixaba do Negro]. Então, tem de pensar nesses marcos dentro da marcha. O ano passado, a gente saiu de Itararé, que faz parte do Território do Bem<sup>10</sup>, um território que é vulnerabilizado por diversos tipos de violência, e a marcha terminou na Ufes. É esse movimento mesmo da periferia, sair da periferia e ocupar esse espaço. Então, foi uma marcha muito simbólica, porque a gente conseguiu recursos da própria Universidade para colocar um palco na frente do teatro, para a gente fazer o festival de cultura negra, trazer a população negra para dentro da Ufes. A gente percebe que há também uma defasagem muito grande, uma desigualdade muito grande para essa população ocupar esse espaço que deveria ser nosso. Eu vejo que a gente ainda precisa fazer a defesa de certos direitos que são básicos. Então, a marcha vem para evidenciar essas movimentações que se aglutinam durante todo o ano, e a gente consegue colocar isso para fora de uma forma mais escancarada, porque a gente consegue acessar as mídias sociais, a gente consegue conversar e fazer outras articulações a partir da marcha. Então, acho que tem esse marco central de ser o maior ato dentro do movimento negro capixaba. E a gente consegue, às vezes, articular e fazer movimentações históricas dentro da própria marcha.

**Camila Taquetti:** Qual o papel da juventude negra no movimento negro para o enfrentamento ao racismo?

**Emanuella Nascimento:** Eu sempre gosto de falar que a juventude é o futuro da nossa sociedade. O Filipe criou um projeto e fez uma *websérie*<sup>11</sup> da marcha. Para a juventude ser o futuro, a gente ainda precisa, no agora, fazer a defesa da nossa vida, de forma que a gente esteja no futuro. Então, acho que dentro do movimento negro, o principal papel é fazer, de fato, a defesa da vida da juventude negra. Porque, às vezes, existem outras pautas que são importantes dentro do movimento negro: [a luta pelo] passe livre e [pela] moradia. A gente percebe a importância desses outros pilares.

9. O Palácio Anchieta é a sede do Poder Executivo do estado do Espírito Santo, localizado no Centro da capital, Vitória.

10. O Território do Bem é uma articulação comunitária que reúne bairros localizados na periferia de Vitória/ES, quais sejam: Penha, Bonfim, São Benedito, Consolação, Gurigica, Itararé, Jaburu, Engenharia e Floresta. Mobilizada por lideranças locais, essa articulação volta-se à valorização do território para ressignificar o estigma de violência, assim como para evidenciar a luta coletiva pela promoção do desenvolvimento social.

11. A websérie documental “A Resistência da Juventude Negra”, lançada pelo Fejunes em janeiro de 2026, retrata a luta contra o racismo e o extermínio da juventude negra capixaba. Disponível em: [https://youtu.be/JNS1Edr5JK0?si=rj0mY\\_9rMV61qDOZ](https://youtu.be/JNS1Edr5JK0?si=rj0mY_9rMV61qDOZ). Acesso em: 26 mar. 2026.

Mas, acaba que, se a gente não estiver vivo, como vamos adentrar nessas políticas públicas, por exemplo, de moradia? Se a gente não tem conseguido viver, literalmente! [...] [ A situação é] de você não saber se pode estar aqui; depois você vai para a sua casa e pode passar, por exemplo, em um lugar que tem um policial e ele resolve te matar porque você é negro, apenas por isso. E não existe roupa, não existe diploma que você vai levar para o policial e falar: “Não, mas eu estou no mestrado; não, mas eu sou estudante”. A gente percebe muito que, nas abordagens, a principal resposta é “eu sou trabalhador!”. Mas a polícia não quer saber isso, a polícia faz essa distinção de cor e de raça, você é uma pessoa negra, então, logo, você merece morrer. Então, eu acho que dentro do movimento negro, a gente junto, obviamente, acho que a principal pauta, a principal importância para a juventude é defender o futuro da população negra. [...]

**Letícia de Sá:** Como vocês observam a atuação da atividade policial nas periferias capixabas?

**Emanuella Nascimento:** Eu acho que a polícia, de modo geral, foi feita para matar pessoas negras. Existem documentos históricos que comprovam isso. E ainda hoje se tem essa perspectiva. Enquanto psicóloga, às vezes, é difícil; eu não defendo que uma pessoa nasce, como um policial, com tanto ódio para matar, mas ele é ensinado na formação dele, enquanto policial, que aquele público é o público que ele pode matar, [que] aquele território é o território em que ele pode fazer o que quiser. Porque, como que uma polícia, que se diz voltada para a segurança de todos, mata pessoas no Território do Bem e não mata pessoas na Praia da Costa<sup>12</sup>? Por que existe essa diferenciação de território? Então, existe quase que um molde ali, que os policiais precisam seguir. E eu acho que a atividade da polícia, quando eles falam dessa sensação de segurança, eu acho que para a população negra é uma sensação de insegurança. A gente ouve cada vez mais, às vezes em rede nacional, que tal fulano era meliante e não sei o quê, porque ele estava em território tal. Obviamente que a gente entende que a violência policial também atinge pessoas não negras em territórios periféricos, mas a incidência frente à população negra é muito grande. Então, acho que foi o que o Filipe trouxe anteriormente, é um órgão que se autogesta, que faz o que bem quiser, porque não dá nada. E aí, para o interior, a gente tem casos muito evidentes, como, por exemplo, em Pedro Canário<sup>13</sup>. O que se deu daquilo? Porque, claramente, de uma forma muito explícita, o policial tirou a vida de um

12. *Praia da Costa é um bairro de classe média e classe média alta, localizado no município de Vila Velha/ES, que compreende a Região Metropolitana da Grande Vitória.*

13. *Acerca da execução do adolescente negro ocorrida em Pedro Canário/ES, conferir: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/mae-contesta-versao-da-pm-sobre-assassinato-de-jovem-em-pedro-canario/>.*

menino negro que já estava rendido, e aí isso não dá em nada, isso não comove a população, porque [...] a gente percebe o fortalecimento da polícia também dentro da sociedade.

A gente tem o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro<sup>14</sup>, com cento e tantas pessoas que foram exterminadas. E aí você vê no chão aquela quantidade de corpos de pessoas negras, de pessoas que se parecem... Você vê que poderia ser o Filipe. Mas não tem tanta relevância, socialmente, quanto o caso de um cachorro que foi assassinado. Obviamente, essas coisas são muito ruins, sim, mas por que a vida de um cachorro é mais importante do que 140 corpos? São coisas que eu não consigo entender. Mas, o que você percebe, por conta do racismo, a população acaba se apoderando melhor de situações que não envolvem a população negra do que da própria desumanização dessa população. Então o cachorro, às vezes, é mais humano do que um corpo negro. Acho que isso é bem bizarro, e a polícia é fortalecida; e ela sabe disso, tanto que age como se fosse esse órgão que escolhe quem morre e quem vive.

**Letícia de Sá:** Como a arte e a cultura se mostram como ferramentas de resistência e expressão da identidade negra?

**Emanuella Nascimento:** Quando a gente fala do Festival de Cultura Negra na programação da marcha, é uma extensão da luta, porque, até dentro do funk, por exemplo, a gente tem a criminalização [daquela forma de expressão]. Então, tudo que é negro, você precisa fazer a defesa; parece que tudo que é negro é ruim, logo, vira lei, vira um crime. Assim, você ser negro é quase que um crime, e tudo que você produz também. Então, o racismo é muito bem articulado. O aspecto cultural, desde os nossos ancestrais, já era uma movimentação de luta. Quando a gente fala da capoeira, da Folia de Reis, do *funk*, do *rap* e, agora, do *slam* e tal, a gente percebe que são formas pra gente conseguir, minimamente, ter ali um lazer e também colocar para fora tudo aquilo que temos sentido, nos fortalecer! Acho que a cultura e as musicalidades vêm como um respiro dentro desse movimento de militância, que continua em luta, mas continua numa luta um pouco mais leve, um pouco mais pertencente, um pouco, enfim, mais vivida, da nossa forma, do nosso jeito. É o momento em que a gente consegue se expressar de uma forma mais solta, de uma forma mais vivenciada mesmo, porque é

---

14. A entrevistada refere-se a uma verdadeira chacina provocada pela Operação Contenção, uma ação policial desproporcional, amplamente divulgada, que ocorreu nos complexos da Penha e do Alemão no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 2025, considerada a operação mais letal da história do estado, levando à morte de 117 civis e quatro policiais, além de inúmeros feridos e presos, em sua maioria negros, conforme Relatório da Justiça Global. Disponível em: [https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2025/11/11-05\\_CADERNOS-JG\\_Completo-1.pdf](https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2025/11/11-05_CADERNOS-JG_Completo-1.pdf). Acesso em 26 mar. 2026.

algo que é feito por nós e para nós, mesmo que haja, às vezes, a tentativa de pegar algumas coisas que são nossas e colocar ali de uma outra maneira, como se fosse algo criado por um branco. Acho que a cultura vem como esse movimento de fortalecer e de [fazer] respirar, vem das nossas vivências, da nossa própria sobrevivência.

**Letícia de Sá:** As batalhas de rima e *slam* se mostram como fundamentais espaços de articulação e organização da juventude negra. Como vocês observam a importância do fortalecimento desses espaços para a preservação da memória e identidade da juventude?

**Emanuella Nascimento:** Acho que está tudo muito bem interligado. Quando a gente constrói o Festival de [Cultura Negra], a gente pensa na batalha de rima, com pessoas que, socialmente, são vistas como menores, num palco: grandões e grandonas, podendo colocar a sua arte e a sua vivência de uma forma muito direta, sem que isso vire algo contra a pessoa, sem sofrer nenhum tipo de retaliação. Eu fico pensando: se um cara que é Mc chegar para qualquer pessoa e falar o que ele fala na rima, aquilo não vai ser bem acolhido; então, acho que a batalha de rima, os *slams* e outras atividades servem como um acolhimento da revolta daquela pessoa dentro do seu cotidiano. Acho que são construções que fortalecem a juventude para que ela consiga ter forças para, depois de uma batalha de rima, ir para casa e, às vezes, passar por alguma situação e conseguir fazer a defesa daquilo e do próprio fortalecimento e formação de outras pessoas, de outros jovens.

Acho que a batalha e o *slam* chegam [à juventude] antes do Fórum, por serem, às vezes, atividades mais formativas e mais atrativas. Então, a juventude mais nova, de agora, surge muito dessas movimentações e aí, nesse processo de formação, se junta ao Fórum. Então, atualmente, dentro do Fórum, a gente tem essa juventude que está produzindo *slam*, que está na batalha, *ballroom*, então, eu, enquanto uma juventude mais velha, acho muito massa o quanto que eles se organizam e constroem ali outras possibilidades de luta que, antigamente, não se tinha, ou que se tinha, mas não era tão evidente aqui dentro do nosso estado. Acho que são as ramificações dos movimentos anteriores.

**Camila Taquetti:** Você falou um pouquinho dos cargos dentro do Fórum, mas eu acho que valeria a pena falar da forma de ação e organização do Fejunes, composição, eleição, tempo de gestão e sistemática organizativa.

**Emanuella Nascimento:** O Fórum, assim, passou por muitas mudanças, e aí, dentro desse aspecto da organização, se viu a importância de ter ali uma gestão, porque é isso, são muitas demandas e, às vezes, a gente precisa fazer um filtro de fato do que vai dar para participar, do que vai dar para

estar [presente], porque, quando a gente fala da juventude, atualmente, é uma juventude que trabalha ou que estuda, [...] então as pessoas que têm uma disponibilidade maior estão à frente disso para que a gente também consiga estar nesses espaços que julgamos importantes. E aí, atualmente, se percebeu a relevância e a importância de ter mulheres à frente do Fórum. Então, hoje, temos três mulheres e um homem apenas na gestão, porque nos movimentos negros, até nos espaços de militância, a gente percebe a importância e a incidência de mulheres à frente da luta. Quando a gente se organiza, enquanto gestão, colocando uma presidenta, uma mulher, é também nessa perspectiva. A gente também precisa estar à frente, porque existe uma percepção, uma defesa, não diferente, mas um pouco mais voltada e focada nas mulheres [...].

A gestão funciona muito de uma forma horizontal, mais para organização. Mas, todo o calendário, todas as atividades do Fejunes são feitas pelos membros do Fórum. Existe uma eleição simples, com os membros do Fórum, para eleger a chapa que é formada nesse processo eleitoral. Atualmente, a gente tem enquanto gestão: a presidenta [Emanuella], o secretário-executivo [Filipe], a secretária-administrativa, que é a Zayra, e a diretora de comunicação, que é a Esther [...]. Nós somos quatro na gestão e os demais, que não ocupam cargos, são membros – atualmente são 21. A eleição ocorre de dois em dois anos.

No mês passado, a gente teve a primeira reunião, é sempre uma reunião para decidir as atividades que vamos ter no Fórum. Então, o calendário do Fejunes já está criado, e é um calendário construído por todos os membros. Então, na reunião deste mês, cada dupla pode construir uma atividade que gostaria de realizar dentro do Fejunes, porque são pessoas que participam do Fejunes, e apresentar aquela atividade. Esse movimento é muito importante para que a gente também empodere essa juventude a decidir, delegar coisas, construir atividades. Foi um momento muito bom para mim, enquanto presidenta, ver que o Fórum está sendo construído por muitas outras mãos, porque quatro pessoas só não dão conta, e julgo dizer que os membros todos não dão conta, porque, às vezes, tem muito essa cobrança: “cadê a juventude, cadê a juventude?”. A gente tem entendido que não vai conseguir estar em todos os espaços, então existe essa construção que é coletiva.

Uma coisa que eu pauto muito, enquanto presidenta, é que o Fejunes é um fórum apartidário. Eu acho que isso é importante para que a gente também consiga se desprender de algumas coisas que são muito verticais, [...] isso se deu também por um movimento histórico de construção, porque o Fejunes sempre foi apartidário. [...] Existem membros que são de partidos, de outros coletivos, mas a gente preza muito por isso, para que a gente tenha essa liberdade; o enfrentamento vai ser a partir daquilo que está colocado

para a juventude. [...] Acho que na Marcha isso fica um pouco evidente, de quanto, alguns coletivos, algumas pessoas tentam colocar a Marcha como uma construção só delas. A Marcha é construída por vários movimentos, mas quem está à frente é o Fejunes, isso é importante! [...]

É dessa forma que o Fejunes se organiza, se pretende organizar e tenta fazer essa passagem de bastão, porque a gente entende que, enquanto juventude, existe um marco ali, dentro do nosso estatuto, a gente entende que a juventude é até os 29 anos. Eu vou fazer 27 anos. Então, na gestão, a gente tem duas mulheres mais novas – eu sou mais velha e o Filipe mais velho também – entendendo que elas serão o futuro do Fejunes. De forma mais organizada, a gente tem o estatuto do Fejunes, temos o manual do membro do Fejunes, materiais que trazem ali coisas organizativas mesmo, do próprio fórum, do que se pode fazer, do que não se pode, para que isso evite atritos e rupturas, às vezes necessárias, mas já estão ali pautadas dentro do próprio estatuto do Fórum.

**Letícia de Sá:** Na perspectiva do Fejunes, qual a importância da juventude negra permanecer em marcha?

**Emanuella Nascimento:** Lá em 2024, no meu discurso na Marcha, eu falei que enquanto houver extermínio da juventude negra, feminicídio e todos os malefícios que vão contra o corpo da população negra haverá marcha. A não ser que a população negra consiga viver e ter qualidade de vida. Mas enquanto a gente não atingir esse marco... e quando a gente fala do racismo é um enfrentamento quase que diário. Então não sei se essa desgraça vai acabar, mas eu sei que a gente vai continuar em luta até que acabe.

Acho que a gente traz esse movimento, que é histórico mesmo, desde os meus ancestrais, quando se fazia a rebelião de “tacar” fogo nas coisas. Vamos continuar tacando fogo, a gente vai continuar denunciando, a gente vai continuar em marcha, a gente vai continuar nesses espaços, provocando mesmo, pois eu acho que a juventude tem muito disso, essa importância mesmo de colocar isso e de pautar isso. Então acho que até que o racismo acabe e que a população negra consiga viver, vai ter marcha.

## **ORGANIZADORAS**

### **Camila Costa Valadão**

Assistente social, doutora em Política Social pela Ufes, deputada estadual pelo PSOL e presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo na 20ª Legislatura (2023-2027).

### **Camila Lopes Taquetti**

Assistente social, doutora em Política Social pela Ufes e supervisora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).

### **Ana Targina Rodrigues Ferraz**

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Pós-doutora em Serviço Social pela Uerj. Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes. Professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Política Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais - NEMPS da Ufes.

## **COLABORADORES**

### **Joyce Mazzoco do Nascimento**

Advogada; mestre em Ciências Sociais pela Ufes; pesquisadora do Projeto Africanidades Transatlânticas (PRPPG/Ufes); professora de Direito da Faculdade Multivix (Serra) e assessora parlamentar na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).

### **Marcelly Campos**

Pedagoga (Ufes); mestranda em Educação (PPGE/Ufes); coordenadora da Rede Emancipa; militante do Coletivo Juntas; assessora parlamentar no mandato da deputada Camila Valadão e na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 20ª Legislatura (2023-2027).

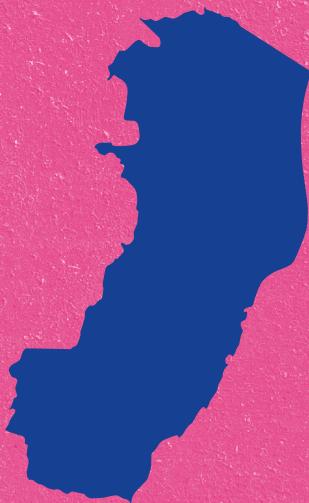
### **Letícia Rodrigues de Sá**

Estudante de Direito da Ufes, atriz, educadora popular de teatro e assessora parlamentar do mandato da deputada Camila Valadão durante a 20ª Legislatura (2023-2027).

### **Bernardo Teteco Almeida do Valle**

Graduado em Direito, especializado em Gestão Pública e mestre em História Social das Relações Políticas. Servidor efetivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, analista legislativo lotado na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

“Direitos Humanos no Espírito Santo: resistências, lutas e sujeitos históricos” é uma produção da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, instância legislativa permanente prevista no art. 52 da Resolução nº 2.700/2009 - Regimento Interno da Casa. Mais do que um registro institucional, esta obra preserva a memória das resistências, das lutas coletivas e das trajetórias de sujeitos históricos que, no Espírito Santo, mantêm viva a defesa intransigente da dignidade humana. Ao reunir reflexões, memórias e experiências, o livro reafirma os direitos humanos como expressão da democracia, da justiça social e da construção permanente de uma sociedade mais igualitária.



**COMISSÃO DE DEFESA  
DOS DIREITOS HUMANOS**



**ALES**  
Assembleia Legislativa  
do Espírito Santo



ISBN 978-65-80582-37-2